



A vançados em quê?

A trajetória pioneira
do Instituto de
Estudos Avançados
da Universidade
de São Paulo



AVANÇADOS EM QUÊ?



Apoio



Universidade de São Paulo

Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitora: Maria Arminda do Nascimento Arruda

Instituto de Estudos Avançados

Diretora: Roseli de Deus Lopes

Vice-diretor: Marcos Silveira Buckeridge

AVANÇADOS EM QUÊ?

A trajetória pioneira do
Instituto de Estudos
Avançados da Universidade
de São Paulo

IEA-USP

Guilherme Ary Plonski
Roney Cytrynowicz



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

Catálogo na Publicação
Divisão de Gestão de Tratamento da Informação da
Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais da USP

Plonski, Guilherme Ary

Avançados em quê? : a trajetória pioneira do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo / Guilherme Ary Plonski, Roney Cytrynowicz. – São Paulo : Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, 2024.

376 p. : il.

ISBN 978-65-87773-58-2

DOI 10.11606/9786587773582

1. Interdisciplinaridade. 2. Pesquisa. 3. Políticas públicas. 4. Universidade de São Paulo. 5. Instituto de Estudos Avançados. I. Cytrynowicz, Roney. II. Título. III. Título: a trajetória pioneira do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

CDD (23.ed) – 378.007

Elaborado por Cristina Miyuki Narukawa – CRB-8/8302



Desenho: Tite Ito

Ao
PROFESSOR JOSÉ GOLDEMBERG,
idealizador do IEA-USP

Créditos de trabalho do livro

Coordenação editorial

Fernanda Cunha Rezende

Rafael Borsanelli

Pesquisa histórica e redação

Guilherme Ary Plonski

Roney Cytrynowicz (Narrativa Um – Projetos e Pesquisas de História)

www.narrativaum.com.br

Design e diagramação

Ricardo Assis

Tainá Nunes Costa

Negrito Produção Editorial

facebook.com/negritoproducaoeditorial

Arte da capa

Tie Ito

Leitura crítica e revisão editorial

Fernanda Cunha Rezende

Rafael Borsanelli

Mauro Bellesa

Preparação e revisão de texto

Texto Et Al.

Apoio na pesquisa documental e iconográfica

Maria Leonor Calasans

São Paulo, março de 2024

Sumário

| | |
|--|-----|
| O instituto interdisciplinar da USP – <i>Carlos Gilberto Carlotti Junior</i> | 9 |
| IEA-USP: um Instituto entre dois tempos – <i>Maria Arminda do Nascimento Arruda</i> | 11 |
| A parceria entre a Fundação Itaú e o IEA-USP – <i>Eduardo Saron</i> | 15 |
| A parceria entre o Comitê Gestor da Internet e o IEA-USP – <i>Hartmut Richard Glaser</i> | 17 |
| Valorizar a memória para melhor avançar – <i>Guilherme Ary Plonski e Roseli de Deus Lopes</i> | 19 |
| 1 Sem salas de aula e sem laboratórios: a criação do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP) (1986-1989) | 23 |
| 2 Projeto Floram e Fórum Capital-Trabalho: cooperação com centrais sindicais e o setor empresarial (os anos 1989-1993) | 67 |
| 3 Democracia, tolerância, meio ambiente, ética e Universidade pública (1994-2001) | 101 |

| | | |
|---|---|-----|
| 4 | IEA completa 20 anos: repensando o conhecimento, a Universidade e o país (2002-2007) | 145 |
| 5 | Democracia, direitos humanos, políticas públicas e outros engajamentos (2008-2012) | 177 |
| 6 | As respostas ao presente, a Intercontinental Academia e as metacuradorias (2012-2016). | 211 |
| 7 | Educação, Cidades globais, Meio ambiente e saúde e “A tríplice função acadêmica” (2016-2020). | 253 |
| 8 | Gerar evidências para formular políticas públicas, centros de síntese e escrita coletiva (2020-2023). | 297 |
| | Cátedras | 352 |
| | Diretores e vice-diretores do IEA-USP | 355 |
| | Professores honorários | 356 |
| | Conselho Deliberativo | 357 |
| | Comissão de Pesquisa e Inovação | 359 |
| | Coordenadores e ex-coordenadores do Polo IEA São Carlos. | 359 |
| | Coordenadores e ex-coordenadores do Polo IEA Ribeirão Preto | 360 |
| | Editores da revista <i>Estudos Avançados</i> | 361 |
| | Equipe atual do IEA-USP | 361 |
| | Ex-servidores técnicos e administrativos do IEA-USP. | 363 |
| | Fontes de Pesquisa. | 365 |
| | Créditos de Imagens | 366 |
| | Notas. | 367 |

O instituto interdisciplinar da USP

Carlos Gilberto Carlotti Junior

Reitor da Universidade de São Paulo

É com grande satisfação que, por ocasião do 90º aniversário da Universidade de São Paulo, introduzo este significativo e oportuno registro histórico sobre o seu Instituto de Estudos Avançados (IEA). Desde a sua criação, o IEA tem desempenhado um papel vital na promoção da excelência acadêmica da Universidade, buscando incessantemente estender a fronteira do conhecimento em diversas áreas do saber.

Ao longo das décadas, o IEA se consolidou como um bastião da interdisciplinaridade e da colaboração intelectual, proporcionando um ambiente propício para o florescimento de ideias inovadoras e para o diálogo entre diferentes campos do conhecimento. Suas contribuições para a pesquisa e a disseminação do saber têm sido inestimáveis, refletindo o compromisso da USP com a produção de conhecimento de alta qualidade e relevância social. Diversos trabalhos subsidiaram políticas públicas em campos essenciais, como educação e saúde.

Este livro, cuidadosamente alicerçado em documentos e em depoimentos, não apenas traça a trajetória do IEA ao longo dos anos, mas também lança luz sobre os desafios e as conquistas que marcaram sua história.

Merece nota o fato de que, não tendo corpo docente nem discente próprios, o IEA consegue atrair e aglutinar professores e estudantes de 80% das unidades, museus e institutos da

USP em seus grupos de estudos e de pesquisa, cátedras, centros de síntese e outras modalidades de agrupamentos. Ademais, recebe pesquisadores de outras instituições, contribuindo para intercâmbios mutuamente frutíferos.

Como membro fundador e, em período recente, como coordenador da rede internacional de institutos de estudos avançados, a University-Based Institutes for Advanced Study (UBIAS), o IEA contribui para a projeção internacional da USP, refletida no reconhecimento que a Universidade recebe nos rankings globais.

Ao folhearmos estas páginas, somos convidados a refletir não apenas sobre o passado do IEA, mas também sobre o seu futuro. Em um mundo cada vez mais complexo e interconectado, as instituições acadêmicas desempenham um papel crucial na promoção do conhecimento, da inovação e do progresso humano. Neste sentido, o IEA continua a ser uma fonte de inspiração e um farol de excelência para toda a comunidade acadêmica e além.

Em nome da Universidade de São Paulo, expresso meu apreço a todos os que contribuíram para a realização deste projeto. Que esta obra sirva como um testemunho duradouro da dedicação e do compromisso do IEA com a missão da USP de promover o avanço do conhecimento e o bem-estar da sociedade.

IEA-USP: um Instituto entre dois tempos

Maria Arminda do Nascimento Arruda

Vice-reitora da Universidade de São Paulo

Criado em 1986 pelo Reitor José Goldemberg, o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo situa-se entre as mais notáveis iniciativas construídas ao longo da história da USP. Notável, como decorrência do projeto que o concebeu. Imaginou-se um lugar no qual pesquisadores, cientistas, intelectuais, artistas, jornalistas, personalidades públicas pudessem conviver e projetar uma Universidade renovada em consonância com os novos tempos. Quais tempos?

O Brasil, do momento era um país de esperança e de aposta na real possibilidade de se criar, finalmente, uma sociedade democrática e um futuro civilizado. Externamente, a globalização conferia o sentido da dinâmica mundial, cujo horizonte divisava promessas de participação para todos, facultada pela expansão dos meios eletrônicos, pela internet e pelo uso difundido dos computadores. Havia a compreensão que a nova configuração internacional era virtualmente democrática e tendencialmente igualitária no concerto das nações, tendo em vista as possibilidades inscritas no desenvolvimento célere das novas tecnologias.

Todas essas transformações produziam evidente desconcerto no habitual modo de funcionamento das instituições, a provocar as universidades brasileiras, sobretudo as públicas, *loci* das pesquisas avançadas, cuja acepção tornou-se, a partir

de então, sinônimo de internacionalização. A nova *doxa* em curso deslocou a exigência firmada na ideia de uma intelectualidade cosmopolita, para afirmação do caráter prescritivo da ciência internacionalizada.

As universidades deveriam corresponder às expectativas, sob pena de perderem relevância. Da USP, especialmente, esperava-se respostas para os desafios surgidos na esteira dessas mudanças de grande vulto. O IEA nascia, desse modo, embebido da cultura internacionalizada. O seu projeto de criação não foi, assim, infenso aos requerimentos da época. Finalmente, fundamental era acertar as contas com o passado autoritário a ser escoimado, cuja repressão atingiu duramente a Universidade, aposentando compulsoriamente lideranças intelectuais e científicas, levando ao exílio, quando não à prisão, personalidades acadêmicas distinguidas. O surgimento do Instituto é parte desse frescor civilizatório que bafejava todos os espaços.

Não por casualidade, Raymundo Faoro proferiu a conferência inaugural do IEA. Autor de obra clássica do pensamento social entre nós, os *Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, parte da compreensão das raízes do patrimonialismo, para entender a formação do estamento burocrático que se apropriou dos instrumentos do poder, em detrimento da esfera pública. A escolha foi sintomática. Crítico do regime, o seu livro põe em escrutínio o centralismo que resultou da privatização dos meios no exercício do poder. Em sentido semelhante, Fernando Henrique Cardoso, construiu a noção de “anéis burocráticos”¹ para caracterizar o *modus operandi* do regime instaurado com o golpe militar de 1964; para Florestan Fernandes, o fenômeno da “autocracia”², isto é, da

1 Cf. Cardoso, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. São Paulo, Paz e Terra, 1975, especialmente cap. VI.

2 Fernandes, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação*

relação privatista com o poder, independentemente do regime político, é marca distinguida do Estado no Brasil.

Nessa perspectiva, o convite a Raymundo Faoro revelava a disposição subjacente à criação do IEA. Ou seja, um organismo interdisciplinar, aberto ao debate, comprometido com a democracia, erigindo-se em marco na história da Universidade de São Paulo. Segundo o historiador Carlos Guilherme Mota, primeiro diretor, responsável pela institucionalização do IEA, “Goldemberg foi um estadista da Universidade”³. O caráter inventivo do projeto, frente à rotina universitária, a sua dimensão politicamente progressista, que o tornou um centro de acolhimento de cientistas e intelectuais de oposição, inclusive dos professores aposentados e perseguidos pelo regime, tornaram-no uma referência iniludível das promessas civilizatórias do momento. O Instituto de Estudos Avançados da USP colaborou na construção democrática do país, na medida em que refletiu sobre as nossas questões, deu voz aos opositores do obscurantismo, enfim, encarnou o papel ilustrado de uma universidade contemporânea do seu tempo.

Esta marca de origem modelou a história do IEA, cuja trajetória, ao longo de mais de três décadas, distingue-se por ser um espaço livre ao debate, à reflexão sobre as questões decisivas do mundo em que vivemos. O Instituto mudou, pois os tempos mudaram, mas não perdeu a sua vocação primeira. Os desafios do presente transmudaram-se, embora as hesitações das conquistas democráticas nublam certezas e toldam apostas em um futuro promissor, diversamente daqueles anos, quando se acreditava na superação das formas iníquas de convivência social. Segundo o depoimento do Reitor José Goldemberg, “ a

Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1975, cap. VII, O modelo autocrático burguês de transformação capitalista.

3 Mota, Carlos Guilherme. *Sem salas de Aula e sem Laboratórios: A criação do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP) (1986-1989)*. P.22.

criação do Instituto de Estudos Avançados foi uma das medidas que eu tomei como reitor no meu esforço de tentar melhorar a Universidade de São Paulo. Foi quase no fim do período autoritário, porque eu comecei em 1986 e o que acontece é que durante anos a Universidade havia se convertido no lugar onde havia presença policial ostensiva e obscurantismo generalizado. Os reitores, durante o período autoritário, viam a Universidade basicamente como uma escola de segundo grau...”⁴.

Esse espírito esclarecido que esteve na origem do IEA não se perdeu, como se pode constatar nas ações do Instituto, voltadas a acolher e refletir sobre os novos rumos da Universidade inclusiva, diferenciada e socialmente democrática, conquanto não se tenha abandonado a pauta avançada do conhecimento e da ciência. Novos tempos; outras questões urgentes a serem pensadas, que se entrelaçam às antigas, mas agora redefinidas no rumo de uma história que, não obstante, teima revisitar antigas idiosincrasias.

4 *Idem, ibidem*. P. 37.

A parceria entre a Fundação Itaú e o IEA-USP

Eduardo Saron

Presidente da Fundação Itaú

A parceria entre a Fundação Itaú e a Universidade de São Paulo, por meio do Instituto de Estudos Avançados, nasce a partir do anseio mútuo de desenvolver iniciativas estratégicas, perenes e de impacto. O intuito dessa união é e sempre foi, sobretudo, contribuir com políticas públicas emancipatórias e facilitadoras de mudanças estruturais na educação e na cultura.

Trabalhar para a garantia dos direitos educacionais e culturais, inspirando e criando condições para promover o desenvolvimento de cada brasileiro como cidadão capaz de participar e transformar a sociedade, é uma responsabilidade de todos. Por isso, ao longo dos últimos quase dez anos, Fundação Itaú e IEA-USP trabalham juntos para que nossa agenda se torne cada vez mais integrada e sinérgica, baseada na produção e gestão de conhecimento, evidências e pesquisas que potencializem o nosso fazer mais, melhor e para todos.

No campo da educação, por meio da Cátedra Alfredo Bosi, inaugurada em 2019, trabalhamos por um acúmulo de produção de conhecimento, práticas inovadoras e formações que promovam avanços significativos nas propostas para a educação básica. Essa atuação tem a potência de estabelecer intercâmbios e reflexões advindas tanto dos conhecimentos produzidos na academia quanto das práticas pedagógicas no cotidiano

escolar. Nessa perspectiva, a visão e a voz dos professores são nossos norteadores.

Já no âmbito cultural, por meio da Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência, inaugurada em 2016, um vasto legado tem sido construído a partir de estudos que perpassam a gestão cultural, o papel da cultura na sociedade e discussões transversais sobre arte e ciência. Esses debates alcançam, através de construções artísticas, relações entre estado, economia e cultura, linguagens, territórios, suas manifestações e expressões.

Essa atuação, guiada por um pensar equânime e emancipatório, é o que nos proporcionará a coragem necessária para desafiar – e superar – as mudanças do mundo contemporâneo. Isso implica reconhecer a diversidade na sua dimensão afirmativa e considerar a diferença e a coexistência como parte dos processos educativos e culturais, uma vez que tais processos são construídos por meio de relações múltiplas, de confiança e de cooperação entre experiências e saberes. O encontro entre a Fundação Itaú e a academia proporciona uma troca - uma porosidade essencial entre o pensamento estruturado que a academia oferece e as atuações estratégicas que organizações como a nossa desenvolvem junto à sociedade.

Por isso, seguimos juntos cada vez mais inventivos e conscientes do nosso legado; inspirados por um trabalho transversal e interseccional entre a academia e a sociedade. As políticas públicas devem ser compreendidas como exercício necessário do Estado e entendemos que nosso papel enquanto Fundação é interagir com nossas instituições, e no caso da academia, fomentando estudos e evidências, gerando insumos e coproduzindo conhecimento. E, assim, reafirmando nosso espírito público e caráter colaborativo. Uma atuação conjunta nas novas perspectivas de contemplar o mundo e suas amplas possibilidades, com olhos conscientes para realizar e inspirar futuros hoje.

A parceria entre o Comitê Gestor da Internet e o IEA-USP

Hartmut Richard Glaser

Secretário Executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)

Minha trajetória profissional e intelectual foi trilhada e desenvolvida a partir da USP. As portas que se abriram, em caminhos construídos na dedicação de décadas, iniciaram-se na USP e nas minhas relações no seu entorno. Desde o Instituto de Física, escola onde me formei e onde fiz grandes amizades nas classes como aluno e, depois, na Politécnica, como professor e pesquisador. E foi na Poli que recebi grandes presentes em momentos de aprendizagem de vida, com grandes mestres e colegas. Uma história presente em minhas memórias, que guardo, como dizem os poetas, no lado esquerdo do peito.

Foi essa trajetória que me direcionou para a FAPESP e depois para o Comitê Gestor da Internet no Brasil/CGI.br, onde atuo desde 1996, junto de tantos parceiros de diversas origens, muitos deles também oriundos da USP. Pudemos estruturar originalmente um comitê multissetorial para a governança da Internet no Brasil, seguindo seu principal fundamento no processo de construção de consensos em grupos de interesse com participações e visões diversas, múltiplas e nem sempre confluentes, mas sempre imbuídos do bem comum.

Para minha alegria tive e continuo mantendo a oportunidade de juntar essas duas trilhas, consubstanciado na parceria do CGI.br e do IEA-USP, no que foi batizado “Cátedra Oscar

Sala”. Nesta Cátedra realizamos conjuntamente intercâmbio multidisciplinar entre os saberes de áreas diversas, oferecendo a Disciplina de Pós-Graduação “Economia, Cultura e Poder na Internet”, visando fortalecer e cultivar o conhecimento sobre a Internet, seu impacto, seu funcionamento, suas aplicações e suas ferramentas.

Assim ampliamos, USP e CGI.br, o horizonte das tecnologias digitais que favoreçam o avanço tecnológico, a inovação e o direito fundamental de acesso à informação e à comunicação.

Mais do que fazer parte, muito me honra escrever e constatar das linhas dessa história.

Valorizar a memória para melhor avançar

Guilherme Ary Plonski e Roseli de Deus Lopes

Diretor e vice-diretora do IEA-USP

Um passo prudente para orientar avanços é conhecer a trajetória já percorrida – quais os marcos atingidos e quais os que continuam por alcançar. É especialmente proveitoso compreender com acuidade a gênese do movimento – qual o contexto relevante e qual a motivação. A trajetória percorrida pelo Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA-USP) tem não um, mas três momentos de gênese: 1930, 1968 e 1986.

Em 1930 surge uma inovação no campo acadêmico: a criação do Instituto de Estudos Avançados pioneiro, na cidadezinha de Princeton (EUA). Seu idealizador, Abraham Flexner, era um notável educador que já se havia notabilizado pela revolução que suscitou no ensino e na prática da Medicina. Graças a uma doação generosa, instituiu um modelo inovador de *busca do conhecimento pelo conhecimento*. Os princípios norteadores eram¹: (i) o talento não conhece fronteiras; (ii) consenso

¹ Os quatro princípios são extraídos do texto *Oppenheimer's Second Act*, elaborado pelo atual diretor do Instituto, David Nirenberg. Depois de deixar Los Alamos, o agora popular físico Robert Oppenheimer passou quase vinte anos no Instituto de Estudos Avançados de Princeton construindo uma resposta às seguintes questões: A tecnologia que criamos pode estar alinhada com a humanidade ou nos destruirá? As culturas da democracia popular e do conhecimento científico estão em desacordo, ou podem ser “alinhadas” para enriquecimento mútuo? Disponível em <https://www.ias.edu/ideas/oppenheimers-second-act> (acesso em 08.03.2024).

disciplinar não testado pela diversidade não é conhecimento; (iii) as questões mais prementes da humanidade não são limitadas por disciplinas; (iv) as ciências e as artes precisam estar em contato íntimo com a sociedade. Esse Instituto, assim como alguns que o seguiram, são autônomos, com verba e governança próprias.

Em 1968 cria-se uma espécie nova: institutos de estudos avançados vinculados a universidades. O primeiro deles é o Centro de Pesquisa Interdisciplinar (a sigla no original alemão é ZiF), vinculado à Universidade de Bielefeld, na Alemanha. O principal diferencial do ZiF com relação a institutos como o de Princeton é apoiar grupos de pesquisa que trabalham juntos em temas interdisciplinares, e não pesquisadores individuais.

Finalmente, em 1986, por iniciativa do professor José Goldemberg, no começo de sua gestão reitoral, cria-se o IEA-USP, o primeiro no hemisfério sul. Ele havia conhecido de perto o Instituto de Princeton e entendeu ser esse modelo estratégico para revitalizar a Universidade, após o dramático período vivido sob os tacões do regime autoritário. Assim, atribuiu ao IEA a missão de “Favorecer novas ideias, resultantes do convívio, do confronto e da interação entre as diversas áreas de trabalho intelectual”.

A presente obra aprofunda o contexto cultural que levou à criação do IEA-USP e expõe a sua trajetória, fruto da pesquisa conduzida pelo experiente historiador das organizações, doutor Roney Cytrynowicz, e viabilizada pelo apoio dos parceiros Fundação Itaú e Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Essa trajetória é construída ao longo de quase quatro décadas por centenas de pessoas, cabendo ressaltar que, por projeto, o Instituto não tem corpos docente ou discente próprios. Os construtores do IEA-USP são docentes e estudantes da USP e de fora dela; são pesquisadores, intelectuais e ativistas externos à academia, brasileiros e estrangeiros, que participam das

atividades do Instituto nas mais diversas condições; são parceiros estratégicos que viabilizam as cátedras e compartilham a sua governança; e são os incansáveis servidores técnico-administrativos, que são os seus curadores, na feliz expressão do nosso ex-diretor, professor Jacques Marcovitch.

Como é natural, esta obra se dedica a examinar um percurso já trilhado. Cabe, ao final desta breve nota introdutória, apontar a sua relevância presente e futura. O livro *Avançados em quê?*² insere-se na comemoração dos 90 anos da Universidade de São Paulo. O IEA certamente deve em grande medida os avanços a seguir relatados ao fato de integrar a vibrante comunidade da USP, nossa *alma mater*. Em contrapartida, o IEA se esforça permanentemente para tornar a Universidade mais colaborativa internamente e mais porosa na sua interface com a sociedade maior, da qual é parte.

É intenção e desejo dos subscritores que o relato organizado da atuação do IEA inspire as direções que conduzirão este Instituto a partir de abril de 2024. Um marco próximo dessa jornada ocorrerá em 2030, final do prazo pactuado pelas Nações Unidas para o avanço coletivo da humanidade rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Será esse também o ano em que se comemorará o centenário do modelo acadêmico singular de instituto de estudos avançados, pensado para ser “um refúgio onde estudiosos e cientistas possam considerar o mundo e seus fenômenos como seu laboratório, sem serem levados no turbilhão do imediato”².

2 Extraído da visão de Abraham Flexner sobre o Instituto de Estudos Avançados de Princeton. Disponível em <https://www.ias.edu/about/mission-history> (acesso em 13.03.2024).



1

Sem salas de aula e sem
laboratórios: a criação do Instituto
de Estudos Avançados (IEA-USP)
(1986-1989)

PÁGINA ANTERIOR

Palestra inaugural do IEA proferida por Raymundo Faoro, intelectual e jurista que se destacara na linha de frente da oposição civil à ditadura implantada em 1964.

O convite a Raymundo Faoro para proferir a conferência de inauguração do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP), em 1986, sintetiza o projeto e simboliza o espírito com o qual nasceu o novo instituto da USP. Jurista e ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (1977 a 1979), com papel destacado na oposição à ditadura civil-militar, Faoro escrevera uma obra de interpretação do Brasil já então considerada clássica, *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*, originalmente publicada em 1958. No entanto, não tinha carreira ou titulação acadêmica, não era professor e tampouco mantinha qualquer vínculo com a universidade.¹

A conferência de Faoro, em 25 de agosto, com o tema “Existe um pensamento político brasileiro?”, inaugurou a série de Conferências do Mês. Ele foi apresentado pelo professor Antonio Candido de Melo e Souza e a abertura dos trabalhos teve a presença do reitor da USP, José Goldemberg. Após a conferência, ele foi convidado para ser Professor Visitante do IEA por um período de seis meses. “Foi um fato muito importante termos trazido Raymundo Faoro para a aula inaugural. Sua presença era simbólica. Faoro tem uma obra, *Os donos do poder*, que é um hiperclássico. Em segundo lugar, por ser ligado às lutas da sociedade civil. Como presidente da OAB

foi muito corajoso”, contou em depoimento a este livro Carlos Guilherme Mota, professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH) e primeiro diretor do IEA, entre 1986 e 1988, acrescentando: “Foi a primeira vez que a sala do Conselho Universitário foi aberta para um evento público e cultural, porque era uma sala só de reuniões burocráticas. Foi uma surpresa para todos nós e o Instituto era o único que podia utilizá-la. Foi uma distinção que o reitor Goldemberg concedeu ao IEA. Faoro ministrou um semestre de curso, possivelmente a única vez em que deu aulas, porque ele não era professor”.²

A escolha do convidado para inaugurar as atividades do IEA representava, portanto, duplamente, o reconhecimento a um intelectual e a uma obra elaborada fora da universidade e a homenagem a um jurista que se destacara na linha de frente da oposição da sociedade civil à ditadura implantada em 1964. Em 1986, quando o IEA foi criado, um ano após as eleições indiretas para presidente da República e a derrota da emenda das Diretas-Já, a memória dos anos da ditadura era muito presente, incluindo o pesado regime de repressão às universidades, em geral, e à USP, em particular.

Em 29 de setembro, no mês seguinte à palestra inaugural de Faoro no IEA, a Conferência do Mês teve como tema “Limites da revolução burguesa no Brasil”, com o sociólogo Florestan Fernandes, apresentado pelo também sociólogo Octávio Ianni, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professores e cientistas sociais seminais nos estudos brasileiros, ambos foram afastados da USP pelo governo militar em 1969. Florestan foi convidado para lecionar nos Estados Unidos e no Canadá e retornou em 1975 para a PUC-SP, mas não foi reintegrado à USP, da qual recebeu o título de Professor Emérito em 1985. Seria deputado constituinte pelo Partido dos



José Goldemberg,
reitor da USP
em cuja gestão
foi instituído o
Instituto de Estudos
Avançados.

Trabalhadores (PT), do qual foi um dos fundadores, eleito em 1986. Octávio Ianni, por sua vez, foi contratado pela PUC-SP em 1977. A PUC-SP, seguindo a orientação da Igreja Católica na época, se abriu ao pensamento de oposição de todos os matizes e contratou professores, incluindo os filósofos José Arthur Gianotti e Bento Prado Júnior, docentes da USP igualmente cassados em 1969.³

A fundação do IEA, como veremos em detalhes ao longo deste capítulo, tinha como um dos seus vetores a reinserção dos professores cassados e atingidos pelos anos de repressão. Em 1969, um decreto especialmente dirigido contra a USP impusera a aposentadoria ou demissão do próprio reitor, Hélio Lourenço de Oliveira, e de alguns dos expoentes da universidade, como Jayme Tiomno, Vilanova Artigas, Alberto Carvalho da Silva, Elza Berquó, Emilia Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Isaías Raw, Jean Claude Bernardet, Jean Maitrejean, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Mário Schenberg, Paulo Mendes da Rocha, Paula Beiguelman, Paulo Monteiro Duarte e Paul Singer, além de Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Bento Prado Junior e José Arthur Gianotti.⁴ Com o afastamento de Hélio Lourenço, o governador escolheu Alfredo Buzaid, diretor da Faculdade de Direito, como novo reitor.

Em 1964, uma comissão deliberara o afastamento de professores, alunos e servidores técnico-administrativos considerados “subversivos”, sendo a Faculdade de Medicina a mais atingida, com 21 acusados, em sua maioria docentes dedicados à Saúde Pública e à pesquisa básica. Acusados nos Inquéritos Policiais-Militares (IPM), os processos foram remetidos à Justiça Militar, quando foi possível a defesa e demonstração da improcedência das acusações.⁵ As demissões atingiram apenas a Faculdade de Medicina, sendo os outros processados inocentados após o IPM. Com a absolvição dos acusados, após 1966, parte dos afastados/demitidos retornou à universidade. Mas em 1969, após a edição do Ato Institucional n.5 (AI-5), o processo seria de afastamento sumário, provocando o exílio de boa parte dos expulsos, o que ficou muito presente na memória da Universidade.

O reitor José Goldemberg e a transição democrática

A criação do IEA foi um projeto liderado pelo professor José Goldemberg, do Instituto de Física, cuja eleição para reitor da USP, em 1986, se tornou um marco da transição para a democracia dentro da própria Universidade. “Goldemberg foi um estadista da Universidade. Temos que colocar dentro de certa baliza histórica a sua importância. Ele deu a tônica do que fizemos no IEA”, contou Carlos Guilherme Mota.⁶ Ao assumir a reitoria, Goldemberg estabeleceu o primeiro grupo de estudos para pensar a criação do IEA, composto por: Alberto Carvalho da Silva, Alberto Luiz da Rocha Barros, Roberto Leal Lobo e Silva Filho e Carlos Guilherme Mota. Com a saída de Roberto Lobo, que assumiu a vice-reitoria da USP, o grupo passou a contar com Gerhard Malnic. Segundo a revista *Senhor*, o IEA recebeu em sua fundação doações de empresários, como Antônio Ermírio de Moraes, José Mindlin, Olavo Setubal, e do Banco Safra.⁷



Posse de José Goldemberg como reitor da USP, acompanhado do governador Franco Montoro, do vice-governador Orestes Quércia, do ex-governador Abreu Sodré e do senador Fernando Henrique Cardoso, 1986.

O Conselho Diretor era composto por seis membros (dois escolhidos pelo reitor, dois pelo Conselho Universitário, e dois pelo próprio Conselho Diretor do IEA; um a dois membros deveriam ser externos à USP). O 1º Conselho Diretor, além do diretor Carlos Guilherme Mota, era formado por Gerhard Malnic (vice-diretor), Alfredo Bosi, Herch Moysés Nussenzweig, José Galizia Tundisi e Paul Singer.

É significativa a escolha de Carlos Guilherme Mota como diretor do IEA, um professor de História da FFLCH em um contexto em que o poder na USP ainda era exercido pelas chamadas “Grandes Escolas”: a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica e a Faculdade de Medicina. Com graduação, mestrado e doutorado em História pela FFLCH, Mota é autor de clássicos da historiografia, entre eles *Ideologia da cultura brasileira* e *A ideia de revolução no Brasil*.

José Goldemberg, que havia sido um contundente opositor dos acordos nucleares assinados durante o regime militar,



Carlos Guilherme Mota, primeiro diretor do IEA.

tornou-se presidente das quatro empresas de energia do Estado de São Paulo (Cesp, CPFL, Eletropaulo e Comgás⁸) no governo de Franco Montoro, primeiro governador eleito no estado de São Paulo, em 1982, quando foram retomadas as eleições de governadores.

Conforme conta o próprio Goldemberg em depoimento a este livro: “A minha experiência me conduziu para a interdisciplinaridade, porque durante metade da minha

vida como pesquisador, durante 20 ou 30 anos, fui simplesmente um físico nuclear. Realizava pesquisas sobre radioatividade em um acelerador nuclear no Instituto de Física, sem maiores preocupações com outras áreas do conhecimento. A USP oferece aos jovens um lugar em que eles podem efetivamente ser cientistas. Assim, durante 20 ou 30 anos fui um professor desse tipo. Depois, aos poucos vão aparecendo oportunidades de trabalho em outras áreas e acabei me voltando às políticas públicas. Fui diretor do Instituto de Física da USP e depois nomeado presidente da Cesp, a companhia energética de São Paulo. A Cesp não precisava de um físico, mas de um presidente de uma grande empresa e isto me proporcionou uma experiência muito grande. Depois fui para a vida pública em Brasília como Ministro de Estado e, com isso, os meus horizontes se abriram muito”.⁹

Como reitor da USP, Goldemberg realizou uma série de transformações na Universidade, conforme rememora: “Na época, a Universidade de São Paulo tinha adquirido um prestígio grande porque havia sido um dos baluartes da luta contra o obscurantismo e diversas medidas que cerceavam a liberdade



Carlos
Guilherme
Mota e Alberto
Luiz da Rocha
Barros em
frente ao
edifício que
abrigou a
primeira sede
do IEA, 1986.

das pessoas. A USP era conhecida como um lugar aberto, sobretudo durante a minha gestão na reitoria. Era frequente que qualquer visitante importante que viesse a São Paulo fosse visitar o arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, o governador do Estado e o reitor da USP. Assim, acabou se tornando um hábito que as visitas viessem também à Universidade”.¹⁰

Uma importante medida da reitoria, que incentivou a transformação do perfil do regime de trabalho do corpo docente na Universidade, foi a aprovação do novo regulamento dos regimes de trabalho do pessoal docente da USP em 1989, que indicava que o regime de dedicação exclusiva era o prioritário, mas ao mesmo tempo possibilitava que docentes pudessem prestar serviços à sociedade externa à Universidade no limite de oito horas semanais, como “atividades de assessoria, consultoria, perícia, assistência e orientação profissional, visando à aplicação e difusão dos conhecimentos científicos, culturais e tecnológicos”. Essa flexibilidade permitia que atividades até então consideradas como externas à carreira docente fossem internalizadas como parte das atividades de dedicação exclusiva. Tal medida atendia à demanda de docentes que mantinham relevante interface de pesquisa com o ambiente externo,

reconhecendo suas atividades profissionais como parte das funções acadêmicas. Foi também uma estratégia de melhorar a remuneração de docentes que percebiam atraentes oportunidades no mercado.¹¹

Outras iniciativas de Goldemberg foram a implantação de quatro pró-reitorias, modelo que a USP segue até hoje (agora com cinco pró-reitorias), com o objetivo de descentralizar o poder, a fundação do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (Nupes),¹² e a criação do Clube dos Professores. Sobre o clube, conta Goldemberg: “Reunia as pessoas de uma maneira muito mais efetiva do que qualquer outra iniciativa que pudesse imaginar na Universidade. Porque os professores compareciam para almoçar, jantar ou tomar um drinque no fim de tarde. É um espaço que existe em toda e qualquer Universidade”.¹³

Um instituto sem salas de aula e sem laboratórios

“Nem Princeton, nem Maputo”, título de um artigo de Carlos Guilherme Mota, era uma discussão – no caso, mais uma provocação – sobre qual deveria ser o modelo de atuação do recém-criado Instituto da USP. A discussão era, naqueles primórdios, mais abrangente do que o formato institucional que o IEA deveria ter. Dizia respeito a como deveria se dar a relação entre a Universidade, as questões sociais e econômicas do país e seu projeto de desenvolvimento, já que havia modelos de institutos mais “isolados” e outros mais “engajados”.

O texto prosseguia ao indagar sobre o modelo do IEA: “Qual modelo? Nem tanto Princeton, nem só Maputo, nem muito Escola de Altos Estudos de Paris. Talvez o modelo de Berlim, banhado no estilo da Casa de Las Américas e do Wilson Center... Um modelo paulistano, enfim. Defendendo a escola pública (fornecendo subsídios para nossos constituintes), combatendo a titulocracia e oferecendo melhores condições de trabalho para

os pesquisadores convidados. O IEA não promove cursos nem dá títulos (mestre, doutor)”, escreveu Mota.¹⁴ As discussões, provocativas, bem-humoradas, teriam, pouco depois, outras contribuições célebres que questionavam ou brincavam com o nome do Instituto. “Avançado em quê?”, perguntou Florestan Fernandes em uma das palestras inaugurais do IEA. “Instituto de Estudos Atrasados”, provocou carinhosamente o historiador norte-americano Richard Morse, como veremos mais adiante, para marcar uma proposta de lugar político do IEA.

As indagações sintetizavam os debates em torno do modelo de criação do IEA. Os fundadores tinham, no entanto, clareza quanto aos diversos argumentos que embasaram a sua criação e alicerçaram seu modelo de organização e funcionamento, que continua vigorando plenamente. Esse modelo reunia, ao final, um pouco de Princeton, de Maputo, de Berlim, de reflexão sobre a ciência de ponta, com o engajamento direto em relação às questões e demandas sociais locais e de questionamento dos próprios contornos universitários e, ao mesmo tempo, o devido espaço para temas, estudos e reflexões nas fronteiras das diversas áreas de conhecimento, mesmo que sem aplicações imediatas.

O novo instituto da USP nasceu também para ser um ponto de encontro, pesquisa e reflexão entre intelectuais, pesquisadores, políticos, gestores públicos e privados, artistas, jornalistas, constituindo-se num dos símbolos que representariam os novos tempos desejados para a Universidade. Pretendia-se superar o obscurantismo institucional dos anos da ditadura, saudando os novos rumos democráticos e abrindo-se à sociedade maior e ao mundo com o convite para palestras e seminários às mais variadas personalidades nacionais e internacionais. Além disso, romperia o que se considerava como isolamento institucional e de pensamento que os institutos, as unidades e os departamentos viviam em seu cotidiano. Isso colaboraria para que a USP

voltasse a participar ativamente das novas questões colocadas pela sociedade em meio aos debates daquele período, que incluíam a redemocratização, a Assembleia Constituinte, cidadania, educação, meio ambiente e outros. No contexto de criação do IEA havia uma vontade de restaurar, de forma renovada, o espírito da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) e a fertilidade do pensamento e da convivência inter e multidisciplinares que a criação de institutos isolados e departamentos de certa forma fragmentou e dispersou. O espírito fundador do IEA está expresso nas atribuições que lhe foram dadas quando da sua criação em 1986, pela iniciativa pioneira do professor José Goldemberg no primeiro ano de sua gestão reitoral: “Favorecer novas ideias, resultantes do convívio, do confronto e da interação entre as diversas áreas de trabalho intelectual”.

O IEA era inovador em sua estrutura e em seu modelo de funcionamento. Não mantinha cursos regulares de graduação ou pós-graduação, tampouco salas de aula e laboratórios ou tarefas de rotina de professores. Aliás, nem sede tinha inicialmente. Em sua estrutura inicial, o Instituto mantinha áreas de concentração (ou prioritárias), grupos de estudo, professores visitantes, grupos de trabalho, mantinha as conferências do mês e organizava eventos, inclusive de grande porte, como as Jornadas da África e o Seminário Interpretações Contemporâneas da América Latina, como veremos adiante. A variedade de formatos implicava uma estrutura flexível e diversa para dar conta de tempos diferentes de pesquisa e de resposta às questões.

Os grupos e temas de trabalho iniciais incluíam Biologia Molecular, Ciências Ambientais, Educação e Cidadania e Estudos Urbanos, cuja atuação mesclava estudos, discussões de gestão e de políticas públicas e propostas que envolviam, no caso de Educação, por exemplo, a participação nos debates da Assembleia Constituinte. Outro grupo, como o de Museus e a Universidade, propunha a inédita reunião de museus e acervos



À esquerda, Paul Singer, integrante do 1º Conselho Diretor do IEA. À direita, Florestan Fernandes, que apresentou palestra na abertura do IEA sobre os “Limites da revolução burguesa no Brasil”.

na própria USP para discutir questões comuns de gestão dos seus acervos. Já grupos como Lógica e Filosofia da Ciência, O Psíquico nos Territórios do Social e História das Mentalidades avançavam em áreas de ponta do pensamento e do diálogo entre disciplinas. Para divulgar as palestras e eventos, o IEA logo começou a publicar a revista *Estudos Avançados*, que se consolidou nos meios intelectuais pela qualidade dos artigos publicados.

Nas palavras de Carlos Guilherme Mota, o IEA “não seria uma Universidade dentro da Universidade e muito menos um instituto externo à Universidade, como eram o Collège de France, o Colégio do México ou a École Pratique des Hautes Études, seria complementar e integrado às unidades já existentes, trabalhando sempre em conjunto”.¹⁵ Ou seja, o novo Instituto reunia pesquisadores da USP e de fora da USP, sempre em cooperação com os institutos e os departamentos da própria Universidade, irradiando temas e realimentando a própria Universidade.

Um dos modelos de inspiração, conta Goldemberg, foi o IEA de Princeton: “Em Princeton havia um famoso instituto

de estudos avançados, que provavelmente é um dos primeiros a serem criados no mundo, porque ele abrigou pessoas muito eminentes, como Albert Einstein e outros. Eu percebi imediatamente que seria preciso criar na USP um instituto de estudos avançados com flexibilidade, sem a exigência de que o indivíduo tivesse mestrado ou doutorado para ser professor. O que mostra a natureza do Instituto. A pessoa era convidada pelos seus próprios méritos, independentemente de ter tido uma carreira universitária. Vejo isso com muita satisfação porque é mantido até agora”.¹⁶

O IEA de Princeton foi estabelecido em 1930 por Abraham Flexner (1866-1959) e seus objetivos, conforme escreve a historiadora Britta Padberg, então diretora executiva do Centro de Pesquisa Interdisciplinar da Universidade de Bielefeld, na Alemanha, que em 2017/2018 viajou para os Institutos de Estudos Avançados na Ásia, Austrália, América Latina e Estados Unidos e conduziu o primeiro estudo sistemático desses institutos em todo o mundo –, eram os de “criar uma instituição que estabelecesse novos padrões e, assim, ajudasse a renovar todo o sistema de ensino superior americano”.¹⁷ Voltado à pesquisa básica e a uma ideia de pesquisa não utilitária, o que atraía professores como Goldemberg em seu modelo de funcionamento era, possivelmente, a inexistência de uma estrutura formal predefinida, a independência e a liberdade em relação às estruturas universitárias.

“Ao abrir a um pequeno número de pesquisadores de destaque uma instituição devotada à liberdade acadêmica, ele [Flexner] queria criar uma ‘utopia educacional’ que acabaria por beneficiar todo o sistema de ensino superior americano”, registra Padberg, acrescentando: “Contudo, Flexner não almejava apenas reformas institucionais, havia também outras considerações fundamentais sobre o progresso da ciência. Ele acreditava que não eram meras reflexões sobre utilidade e aplicação



“Café acadêmico” com Albert Broder e Raymundo Faoro no IEA, 1986.

na ciência que levavam a inovações tecnológicas. Em vez disso, essas surgiram da pesquisa básica movida pela curiosidade. Em 1939, Flexner publicou o ensaio ‘The usefulness of useless knowledge’ [A utilidade do conhecimento inútil], que se tornou o manifesto para todos os Institutos de Estudos Avançados. Nesse texto, ele discorre sobre a importância da pesquisa pura para o progresso tecnológico de longo prazo”.¹⁸

A ida de Albert Einstein para Princeton em 1933, como um dos primeiros membros do corpo de pesquisadores, ajudou a projetar a sua reputação internacional, também como símbolo de uma instituição que concedia refúgio e trabalho a pesquisadores exilados do nazismo na Alemanha – aspecto histórico que certamente atraiu Goldemberg e outros em seu projeto de como superar a ditadura na Universidade e reintegrar os professores exilados.

A participação da Adusp

Voltando ao processo que levou à criação do IEA, cabe retroceder alguns anos antes de 1986 e compreender o ambiente político e acadêmico em que esse processo se deu. Uma primeira

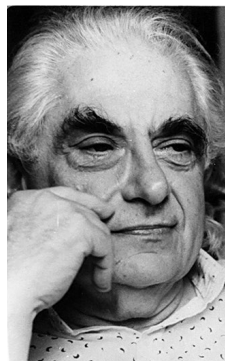


Alfredo Bosi na abertura do 1º Congresso da USP, com o tema “Para onde vai a USP?”, e manifestação durante o evento, 1980.

proposta de criação na USP de um instituto nos moldes do IEA foi cogitada em reuniões da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp) no final dos anos 1970. Ao escrever sobre os 20 anos da Adusp, suas lutas e vitórias importantes, em artigo de 1996, Alberto Luiz da Rocha Barros, que integraria depois o primeiro Grupo de Estudos de criação do IEA, contou que uma das realizações mais significativas da Adusp foi a proposta de criação do novo Instituto. A ideia surgiu em 1979, quando foi aprovada a Lei da Anistia. Escreveu ele: “Os professores afastados da USP por atos da ditadura militar iriam encontrar uma Universidade completamente diferente daquela que deixaram, e o papel do novo Instituto seria o de facilitar o retorno à USP desses intelectuais e cientistas, que se situaram entre os melhores do país”.¹⁹

A ideia teve continuidade em 1982, na gestão de José Jeremias de Oliveira Filho na Adusp, que criou uma comissão de estudos composta por Mario Schenberg, Crodowaldo Pavan, Alberto Carvalho da Silva, Alberto Luiz da Rocha Barros, Alexandre Martins Rodrigues e Newton da Costa, conforme proposta apresentada e aprovada no II Congresso da USP.²⁰ Segundo Rocha Barros, em texto de 1996: “A Adusp,

com a criação deste instituto, realizou uma proeza tão significativa quanto a antiga Associação de Auxiliares de Ensino, que, sob a presidência do professor Alberto Carvalho da Silva, propiciou a criação da Fapesp, dando corpo à Lei Caio Prado Jr., que destinava 0,5% do orçamento do estado de São Paulo para a pesquisa científica. No atual combate da Adusp por melhores salários para os professores como forma de defender o tempo integral, ou seja, a dedicação exclusiva à docência e à pesquisa, responsável pela projeção cultural e científica da USP no cenário nacional e internacional, é importante lembrar o grande significado do IEA para a Universidade, que visa alcançar o mesmo fim”.²¹



Mario Schenberg, que integrou uma comissão da Adusp em 1982 para pensar a criação do IEA.

Conforme relata o historiador Shozo Motoyama, foi o físico Mário Schenberg, cassado em 1969, quem teria convencido Alberto da Rocha Barros e José Jeremias, da Adusp, da importância de se fundar um IEA.²² Com apoio da Adusp e a iniciativa de Goldemberg, o Instituto depois se concretizaria. “Nós precisávamos ter uma legitimação e quem legitimou junto à Adusp foi o professor Rocha Barros, ele foi em uma assembleia e defendeu a criação do Instituto de Estudos Avançados. Isso foi muito bom para o Instituto. A partir daí eu não me preocupei mais, fui tocando como era possível e chamando os professores cassados: Octávio Ianni, Paul Singer, Lenina Pomeranz e outros”, contou Carlos Guilherme Mota.²³

A Adusp, fundada em outubro de 1976 como representante dos docentes da USP, participou, naquela década e na seguinte, de movimentos pela anistia política, por eleições diretas para presidente do Brasil e pela convocação da Assembleia

Nacional Constituinte, conjuntamente à Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), que nasceu da aglutinação de diversas associações de docentes criadas nos anos 1970. “Fui vice-presidente da Adusp quando José Jeremias de Oliveira Filho era presidente. Jeremias e Rocha Barros eram entusiastas da criação do IEA. Porque nós achávamos que faltava uma integração entre as diferentes faculdades da USP. Eu me relacionei com o pessoal da cultura através da Adusp, formada por grupos que vinham da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, a mais importante em termos de Adusp. Eu mesmo estava muito afastado da área de Humanas, ficávamos em nossos laboratórios e não tínhamos conhecimento de outras áreas. A Adusp era um centro cultural da Universidade”, lembrou Gerhard Malnic, que depois assumiria a direção do IEA em 2002, em depoimento a este livro.²⁴

O controle ideológico na Universidade

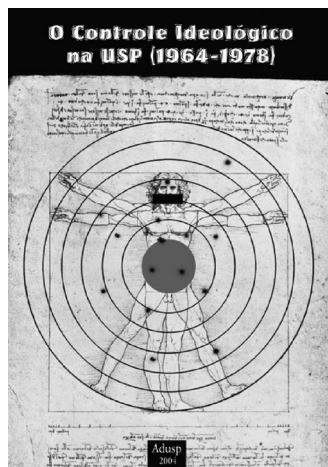
Em 1978, por decisão de sua Assembleia Geral, a Adusp criou uma comissão especial encarregada de desenvolver uma campanha pela reintegração na vida acadêmica dos professores atingidos pelos atos de exceção da ditadura civil-militar. Como parte de suas atividades, a comissão estabeleceu um grupo de trabalho com o objetivo de estudar e elucidar o “processo de controle ideológico sobre o corpo docente na Universidade de São Paulo”. O relatório final desse trabalho, que contou com a participação de diversos docentes e teve como relatora a professora Eunice Ribeiro Durham, foi publicado pela Adusp durante a presidência de Modesto Carvalhosa, em 1978, sob o título *O livro negro da USP: O controle ideológico na Universidade*.²⁵

Assim, a preocupação institucional com a reintegração dos professores afastados compulsoriamente por atos da ditadura

se inseria na luta mais ampla de democratização da sociedade e da Universidade.²⁶ Os professores cassados eram mais do que expoentes em suas áreas de conhecimento. Representavam, aos olhos da comunidade acadêmica, exemplos do que de melhor a USP produzira e, inversamente, a sua cassação significava o peso da repressão e do arbítrio sobre a Universidade. Além disso, no mesmo ano, 1969, o Ato Complementar n. 75 determinara que qualquer professor ou funcionário do ensino público que recebesse sanção em função dos

Atos Institucionais ficava proibido de exercer qualquer cargo em fundações públicas – federal, estadual ou municipal –, o que obrigou muitos professores à emigração e ao exílio, enquanto outros procuraram empregos locais fora da Universidade ou participaram da criação de entidades de pesquisa, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebraj).²⁷

Conforme publicação da Adusp: “Há dois pontos em comum entre todos estes nomes. Em primeiro lugar, o fato de nenhum deles poder ser considerado medíocre ou acomodado: todos desempenharam papel importante de liderança intelectual na Universidade. Em segundo lugar, e em decorrência do anterior, eram todos figuras incômodas, que insistiam em caminhos renovadores e criticavam o tradicionalismo da USP. Os decretos que forçaram a aposentadoria de todos eles, expressando a mesquinhez que os inspirou, conseguiram expurgar a



Publicado pela Adusp, o livro *O controle ideológico na USP* foi o resultado do grupo de trabalho que elucidou o processo de controle ideológico sobre o corpo docente na Universidade de São Paulo durante a ditadura.

Universidade de muitos de seus membros mais críticos, mais talentosos e mais inovadores”.²⁸

A repressão sobre a USP teve diferentes facetas: a cassação direta e forçada de professores, conforme o decreto de 1969, o banimento do movimento estudantil e a implantação de uma estrutura de vigilância, que instituiu um processo de “cassação branca”, que implicava eventual veto à contratação de professores. Em 1973 foi criado secretamente dentro da USP um órgão de segurança, “responsável pela disseminação de informações de interesse da área policial, visando ao controle efetivo do que ocorria dentro da Universidade de São Paulo, vetando contratações, ‘alertando’ diretores a tomar certos cuidados, acompanhando até mesmo debates que envolviam a participação de intelectuais que incomodavam o regime”.²⁹ Contratos aprovados nos departamentos e congregações, com demonstração de verbas passam a ser misteriosamente arquivados ou indeferidos pela reitoria sem explicações. Embora sempre negado, o controle ideológico e as consequentes “cassações brancas” existiram em várias unidades.

Beatriz Elias mostrou como essa representação do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (Dops) dentro da USP, que recebeu o nome de Aesi, “funcionava diretamente vinculada à Reitoria da Universidade. Foram localizadas no acervo do Dops/SP dezenas e dezenas de fichas de professores e funcionários a serem contratados, com informações pessoais e, quando havia, informações dos arquivos do Dops anexados às fichas. Assim, muitas contratações autorizadas pelas unidades da USP foram bloqueadas nesta instância. A Aesi distribuía às agências de informação do governo militar também informações de boletins, relatos sobre congressos, panfletos ou papéis de murais estudantis”.³⁰

O Relatório da Adusp concluía mostrando os efeitos daquele período sobre a Universidade: “A manutenção da possibilidade

de expurgo e sua utilização efetiva tem um efeito lamentável sobre o conjunto da Instituição. Provoca uma corrupção de todo o organismo, quando mais não seja por envolver, mesmo os mais bem intencionados, no mínimo de convivência que é a omissão. Sem instrumentos de luta, sem canais de protesto e denúncias, todos são enredados no mecanismo espúrio que consiste em inventar subterfúgios para resolver problemas cujas causas não podem ser atacadas. Instaura-se assim o caminho para pressões menos legítimas que beneficia justamente a ascensão dos menos escrupulosos. O resultado é a decadência da Instituição. A luta pela sobrevivência e renovação da Universidade de São Paulo, instância do movimento mais amplo de redemocratização da sociedade, não pode prosseguir sem que se ponha fim a este vergonhoso processo de perseguições pessoais, de pressões ilegais, de acusações secretas que se desenrolam sob a proteção de ‘órgãos de segurança’ anônimos e estão destruindo a maior Universidade do país”.³¹

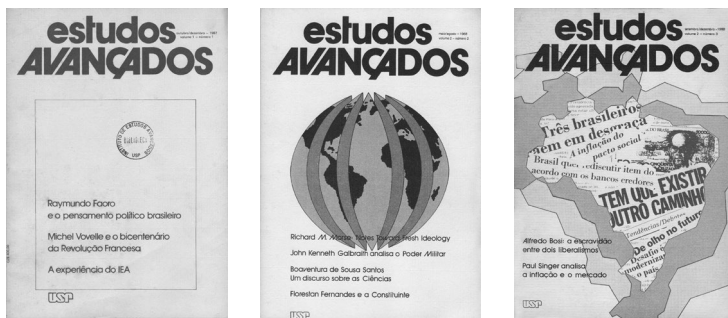
Redemocratização e reintegração dos professores cassados

Assim, a posse do reitor José Goldemberg e a fundação do IEA tiveram um sentido de reparação democrática. “A criação do Instituto de Estudos Avançados foi uma das medidas que eu tomei como reitor no meu esforço de tentar melhorar a Universidade de São Paulo. Foi quase no fim do período autoritário, porque eu comecei em 1986 e o que acontece é que durante anos a Universidade havia sido convertida no lugar onde havia presença policial ostensiva e obscurantismo generalizado. Os reitores, durante o período autoritário, viam a Universidade basicamente como uma escola de segundo grau”, contou em depoimento a este livro o professor Goldemberg.³² Nas palavras de Carlos Guilherme Mota: “Havia uma consciência nossa de que o começo do IEA deveria ser tratado com muito empenho



Lançamento da revista *Estudos Avançados*, 1987.

e abertura. A Universidade estava fechada, burocratizada, e o nosso papel era essencialmente trazer muito da velha Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para a nossa criação. Então, criamos o IEA no âmbito de uma USP pesada, aborrecida, machucada pelas cassações. Nosso problema era recrutar colegas bons. Fizemos uma seleção *urbi et orbi* para trazermos os melhores. Tínhamos que selecionar uma equipe valorosa e de briga também”.³³

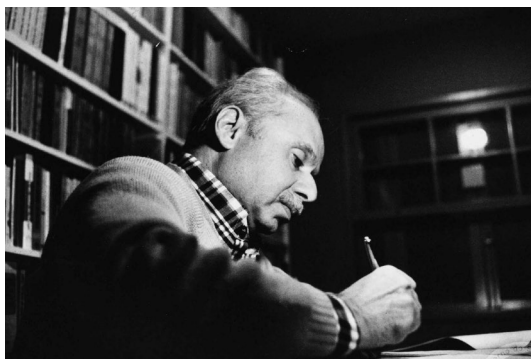


Capas das primeiras edições da revista *Estudos Avançados*, 1987 e 1988.

“Assim que assumi a Reitoria, imediatamente convidei todos os professores que haviam sido aposentados compulsoriamente para retornar aos seus lugares, como Fernando Henrique Cardoso e vários outros”, conta Goldemberg. “O que acontece é que alguns deles não quiseram retornar aos seus departamentos, nos quais os professores precisam dar aulas de graduação. A obrigatoriedade de lecionar na graduação foi uma das portarias importantes que assinei naquela época, porque havia muitos professores que se refugiavam na pós-graduação. Naquele tempo fiquei alarmado com isso e exigi, através de portaria, que qualquer professor da Universidade teria que dar o mínimo de oito horas de aula durante a semana. Alguns desses professores acharam que já tinha passado da época de aulas de graduação. E, além disso, estavam muito desgostosos com a Universidade, alguns com seus próprios departamentos, que não tinham tomado uma atitude muito recomendável quando eles foram aposentados. Então, o IEA tinha a flexibilidade de convidar um professor ao Instituto sem as obrigações que podemos chamar de burocráticas, mas que são obrigações que também enaltecem a Universidade”.³⁴



John Kenneth Galbraith, professor de Harvard, e o reitor José Goldemberg na Conferência do Mês "Controle de Armamentos e Poder Militar", novembro de 1986.



Jacob Gorender, professor visitante do IEA.

Uma agenda voltada para o debate dos grandes temas

Outra dimensão, presente no pensamento crítico em relação à Universidade que levou à fundação do IEA, era, como já mencionado, a percepção do relativo fechamento da Universidade em relação à sociedade mais ampla. Intelectuais e artistas do porte de John Keneth Galbraith, Hans-Joachim Koellreutter, Raymundo Faoro, José Paulo Paes e Jacob Gorender passaram a ter conexão com a Universidade (ao menos localmente), o que se ampliaria ainda mais na gestão seguinte, de Jacques Marcovitch, com a presença de empresários, gestores

públicos e privados e dirigentes de sindicatos de trabalhadores em projetos do Instituto. “Eu tinha a visão de uma Universidade na qual se pudesse efetivamente fazer pesquisa e fazer experimentos não só em Física e Química, mas com ideias sociais e atividades literárias e artísticas. Eu tentei, como reitor, exatamente quebrar as amarras e abrir um pouco a Universidade para o mundo. Isso naturalmente estava ligado à minha própria experiência, pois passei alguns anos, somando vários períodos, no exterior, nos quais tinha conhecido universidades como as de Stanford e Princeton, nos Estados Unidos, onde fui pesquisador. Na Universidade de Princeton também fui professor. Além disso, quando me tornei reitor, tinha passado pela experiência em assuntos de interesse público na presidência das quatro empresas de energia do estado de São Paulo, que foi uma escola, porque na época era uma grande empresa estatal. Daí eu constatei que realmente fora da Universidade havia outro mundo. O contato com esse mundo ajudou a definir o perfil do Instituto de Estudos Avançados, não como um lugar em que físicos falem de Física, sociólogos falem de Sociologia, mas como um lugar onde físicos, químicos, sociólogos, médicos realizam pesquisa conjunta. Isso aconteceu em uma certa medida e talvez não tanto quanto gostaríamos, mas ocorreu. Quer dizer, esta proposta acabou caracterizando o Instituto de Estudos Avançados”, contou Goldemberg.³⁵

O IEA seria também uma via para a USP convidar acadêmicos, intelectuais e artistas de outros países, sempre em atividades abertas e em diálogo com outros campos do conhecimento, justamente porque o IEA era um instituto multidisciplinar. Nesse sentido, a criação do IEA justificava-se também pela “necessidade de uma instituição ágil e desburocratizada que, no coração da USP, pudesse estimular essa nova respiração”, conforme escreveu Carlos Guilherme Mota. “No mais, no desenvolvimento de nossas atividades, cultivamos as palavras

(além da ironia) de Machado de Assis: ‘A dispersão não lhes tira a unidade, nem a inquietude e constância’.”³⁶

A criação do IEA se inseriu em período marcado por grandes debates nacionais. O ano 1988 foi o de conclusão dos trabalhos da Assembleia Constituinte, presidida pelo deputado Ulysses Guimarães. A Constituição Cidadã, como ficou conhecida a Carta de 1988, instituiu o direito universal à saúde, criando o Sistema Único de Saúde (SUS), e as bases para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entre tantos outros avanços. Cabe notar que no esforço de implementação do IEA conviviam professores e pesquisadores então ligados a diferentes partidos políticos e que esse não era, em absoluto, um espaço de disputas partidárias.

Da cátedra ao departamento

Outro fator que levou à criação do IEA foi a percepção de um certo desgaste da reforma universitária de 1968-1969. Do ponto de vista institucional e acadêmico, a reforma tinha inúmeros aspectos considerados modernizantes, apesar de instituída durante a ditadura, como a abolição da cátedra (vitalícia) e o estabelecimento da carreira universitária, o que abriu as portas para a formação dos pesquisadores e professores e contribuiu decisivamente para a profissionalização e também democratização inclusive social dessa atividade.³⁷ A reforma também instituiu o departamento como unidade mínima de ensino e pesquisa, criou o sistema de institutos básicos, estabeleceu a organização do currículo em duas etapas, o básico e o de formação profissionalizante, alterou o vestibular, decretando o sistema de crédito e semestralidade, e estabeleceu o duplo sistema de democratização, um vertical, passando por departamentos, unidades e reitoria; outro horizontal, com a criação de colegiados de curso, que deveriam reunir

os docentes dos diferentes departamentos e unidades responsáveis por um currículo.³⁸

O desmembramento da FFCL, criando a FFLCH e os institutos, sob o argumento (na reforma de 1969) de que a FFCL falhara em sua missão de ser o organismo integrador da Universidade, teve como principal razão a sua posição na contestação à ditadura, escreveu Shozo Motoyama. O desmembramento dificultaria o contato entre professores e alunos e diminuiria a sua coesão, processo acentuado pela mudança da sede na Rua Maria Antônia para os amplos espaços da Cidade Universitária.³⁹ Estavam previstos 17 institutos e a nova estrutura departamental teria que acomodar 4.200 professores. Segundo Motoyama, a USP viveu anos contraditórios na década de 1970: “De um lado, havia um clima de insatisfação e temor devido à repressão determinada pelo regime militar no governo. Sobre tudo as Ciências Humanas sofriam com a censura imposta, ainda que de maneira não ostensiva. De outro, em certas áreas, principalmente tecnológicas, reinava grande atividade, graças à postura nacionalista de alguns setores do governo”.⁴⁰

Em poucos anos, no entanto – conforme a crítica dos fundadores do IEA –, os departamentos criados nos institutos e nas faculdades se fecharam dentro de suas unidades e especialidades e, ao mesmo tempo em que o saber se especializou ainda mais, também se compartimentou e isolou em cada uma de suas áreas, sem encontros e diálogos com outros campos. Além disso, a vida interna aos departamentos ocupava o tempo dos professores, inclusive nas exigências formais de progressão da carreira, e havia pouco tempo e incentivo para o diálogo interdisciplinar. Goldemberg destaca esse aspecto no projeto de criação do IEA, que se tornou “um lugar onde as pessoas eram escolhidas por especialidades, pessoas de vários departamentos que pudessem passar um ano sabático dentro da Universidade de São Paulo, mas não no seu próprio departamento,

porque o seu departamento era submetido a uma disciplina que exigia recursos que eram determinados pela própria unidade”.⁴¹ (O programa de ano sabático do IEA seria criado formalmente em 2015.)

Na avaliação de Carlos Guilherme Mota, com o sistema de departamentos, “o burocratismo era insuportável. Goldemberg foi ágil ao criar o IEA. Não consultou o Conselho Universitário. Ele dizia que se propusesse a votação, a criação do Instituto não seria aprovada, por isso fez uma portaria. A inércia faria que o Conselho mantivesse a estrutura existente”, privilegiando a vida dos institutos e dos departamentos já em funcionamento.⁴²

Conforme escreveria Jacques Marcovitch, segundo diretor do IEA: “A primeira questão não poderia ser mais direta: quais os principais desafios ao se criar um IEA? Há muitos, foi a resposta. O principal deles é mobilizar o quadro interdisciplinar de especialistas capaz de cumprir uma agenda voltada para o debate dos grandes temas nacionais e globais. Por mais qualificada que seja, uma Universidade não pode avaliar, em salas de aula, os desafios que se agigantam na sociedade moderna. Docentes de centenas de cursos, mesmo que se empenhem na difusão de valores ou formulem análises de ordem geral, não podem se distanciar de matérias estritamente curriculares sob sua responsabilidade. Diante disso, impõe-se o surgimento no corpo acadêmico de Institutos com um perfil eclético e plenamente apto a debater grandes temas nas áreas da Ciência, da Cultura, da Política e da Economia, por exemplo. O Instituto de Estudos Avançados é uma Universidade dentro da Universidade. Para complementá-la e enriquecer a sua missão”.⁴³

O debate sobre a estrutura ou organização da Universidade caminhava junto com o debate sobre a filosofia e o perfil dos cursos, as formas de poder e sobre a democratização. Nos anos 1980, havia uma densa discussão em torno de modelos de Universidade, suas finalidades, o sentido da docência e da

pesquisa, conforme escreveu a filósofa Marilena Chauí, professora da FFLCH, na revista *Estudos Avançados*, para quem, entre 1967 e 1984, uma outra USP fora criada. Quando se falava em “integração, fez-se a centralização; onde falava em reformulação curricular e vestibular unificado por áreas de conhecimento, fez-se a escolarização e a massificação dos testes de múltipla escolha; onde propunha articular pesquisa básica e aplicada, graduação e pós-graduação, formação de novos docentes, pesquisadores e profissionais, fez-se a partilha entre pesquisa financiada por poder público e iniciativa privada, instituiu-se a distinção hierárquica e de prestígio entre os dois níveis do ensino, e a separação entre docentes, pesquisadores e profissionais ligados ao mercado”. Havia um embate entre os que defendiam a democratização e renovação da USP e os que advogavam a racionalização e modernização universitárias por meio da divisão das diferentes atividades acadêmicas.

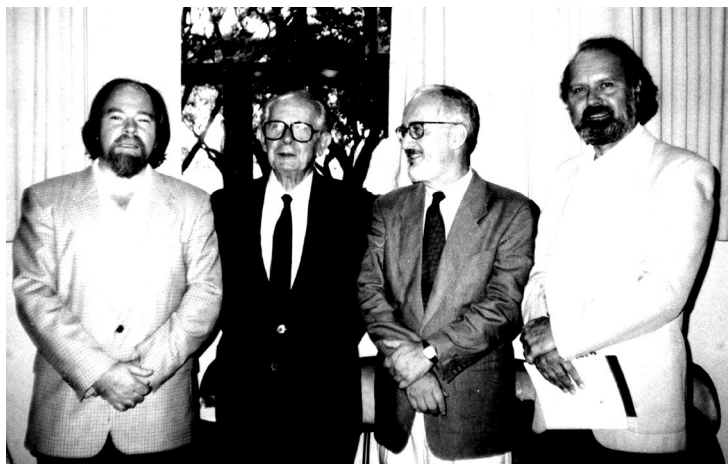
Analisando diversos textos sobre a Universidade, escreveu Marilena Chauí em 1994, na revista *Estudos Avançados*: “Reunindo os fios esparsos da memória, um curioso tecido surge diante de nós. Os anos 60 sonharam com a revolução social que teria na universidade pública (a universidade crítica, como a chamávamos) uma de suas principais frentes de luta. Os anos 70, silenciando a universidade crítica, deixaram realizar o sonho de ascensão social da classe média da ditadura, destruindo a qualidade do ensino público em todos os graus, na alegria da massificação. Os anos 80 acreditaram numa universidade autônoma e democrática, capaz de equilibrar as exigências do rigor acadêmico e as demandas de uma sociedade marcada pela carência, pela miséria e pela violência”.⁴⁴

Nesse contexto, havia também um olhar para os alunos e a questão da evasão escolar, conforme Carlos Guilherme Mota: “Ocorre que toda escola tem sua própria história. A oligárquica USP começou a abrir-se lentamente e a se reerguer, após anos

de trevas e, antes da posse do reitor Goldemberg, de uma estranha queima de arquivos, saindo de uma época em que muitos de seus professores ajudaram a gerar o AI-5, a ideologia e as *técnicas* do milagre econômico. Nesse redescobrimto difícil, que passa pela avaliação e autocrítica, vários descompassos se revelaram entre os diversos setores: nas Humanidades, por exemplo, registra-se uma grave evasão escolar de nada menos de 40%, que obriga a uma revisão de todo o sistema universitário”.⁴⁵

O início das atividades: o sofá da antessala da reitoria

O IEA foi, assim, criado sob o signo do debate intelectual e institucional. O questionamento intrínseco, inclusive em relação à sua própria necessidade, projeto e estrutura organizacional, não era uma fraqueza, mas a força do seu projeto, com todos os riscos que isso implicava. “Fui o primeiro diretor e dava muita assessoria para o José Goldemberg. Era um fato curioso que o IEA, em seu início, não tinha sala, não tinha carro, nada. Eu vivia na antessala do gabinete... na verdade, no sofá. Em primeiro lugar, nós começamos a selecionar funcionários pela competência. Nós selecionamos um grupo que, eu sempre falo até hoje, é o melhor *staff* da USP. Além disso, eu defendia que até o café do IEA tinha que ser melhor que o do reitor, tinha que ter qualidade. Não dá para fazer mais ou menos. Tudo tem que ter qualidade total. Tem que ser interdisciplinar, ter qualidade total e se respeitar muito o *staff*, que tem que ter poder de fato. Tínhamos que valorizar os funcionários. Isso é uma dimensão. A outra é que no IEA, diferentemente de outros institutos e departamentos, os ex-diretores e o atual são *fellows*. Os professores são *fellows* também. A tradução de *fellow* é difícil, mas significa companheiro. Figuras como José Goldemberg e Jacques Marcovitch e outros representavam bem este espírito”, afirma Carlos Guilherme Mota.⁴⁶



Jacques Marcovitch, Alberto Carvalho da Silva, Carlos Guilherme Mota e Umberto Cordani.

“Para mim foi uma honra muito grande coordenar o grupo inicial, que incluía Alberto Carvalho da Silva, que já havia criado a Fapesp, e outras personalidades, como o próprio Rocha Barros. Eu sempre digo que o Rocha Barros foi comigo uma espécie de codiretor, e o Malnic foi um grande vice-diretor. Paul Singer estava no nosso Conselho preliminar e já era secretário de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo. O fato é que nós nos empenhamos de maneira muito engajada, simpática e forte no projeto de trazer de volta todos os cassados: Mário Schenberg, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Paul Singer, Alberto Carvalho da Silva. Então, eu estava bem cercado e com um reitor tão aberto e amante das Humanidades. Ele gostava muito de se envolver e nós trouxemos vários historiadores importantes”, contou Mota.⁴⁷

Alberto Carvalho da Silva (1916-2002) era médico e professor da Faculdade de Medicina da USP. Foi diretor científico da Fapesp entre 1968 e 1969 e afastado pelo AI-5 em 1969. Foi trabalhar como consultor na Fundação Ford no Rio de Janeiro,

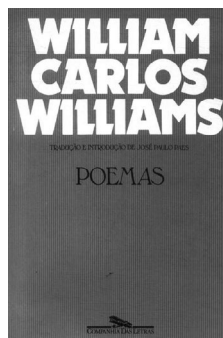
em Santiago e em Lima, como consultor do Banco Mundial em programas de Nutrição no Brasil, na Indonésia e no México, entre outros. Foi reintegrado à USP em 1980 e se tornou chefe do Departamento de Fisiologia do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB). Foi diretor presidente da Fapesp entre 1984 e 1993. Paul Singer fora forçado a se afastar da FEA, participou da fundação do Cebrap em 1979, foi contratado pela PUC-SP em 1979 e só depois reintegrado à USP.

Logo em seus primeiros anos de atividade, o IEA reuniu um notável grupo de conferencistas e pesquisadores, nacionais e internacionais, da América Latina, da África, dos Estados Unidos, da Europa, das mais diversas universidades e instituições do país e intelectuais e personalidades as mais variadas sem vínculo com a Universidade. Mas, muito mais do que uma lista de professores, pesquisadores e artistas célebres, havia um projeto institucional de promover o diálogo com a sociedade brasileira, com as questões contemporâneas do mundo. Se o impulso inicial se originava das Ciências Humanas, inclusive pelo perfil do primeiro diretor e pelas afinidades do reitor, havia naquele período muitas outras áreas em destaque e em diálogo.

A exemplo do convite a Raymundo Faoro, o IEA começou as suas atividades reunindo e convidando como professores visitantes pessoas que sintetizavam, desde o início, os princípios de se abrir a intelectuais de fora da Universidade. Outro professor visitante, ao lado de Faoro, foi o crítico e poeta José Paulo Paes, que teve como projeto de trabalho em sua estada no IEA a conclusão da tradução de um livro do poeta norte-americano William Carlos Williams, que teve alguns poemas publicados em *Estudos Avançados* em março de 1988 e o volume completo depois lançado pela editora Companhia das Letras. O historiador Jacob Gorender, com uma obra muito respeitada, também sem vinculação acadêmica, foi convidado como professor visitante.

Em seu depoimento, Carlos Guilherme Mota ressalta que os ideais do IEA se concretizavam plenamente ao convidar Faoro e Gorender, com obras reconhecidas, e um poeta e tradutor como José Paulo Paes, cuja proposta era uma tradução literária: “Trazer um poeta para criar e traduzir um livro de William Carlos Williams foi uma iniciativa maravilhosa, um dos grandes galardões da minha gestão, junto com o professor Alfredo Bosi, que articulou este convite e foi sempre meu parceiro na diretoria. O convite a José Paulo Paes era uma maneira de nós sinalizarmos que todas as áreas de atividade das Humanidades, incluindo, por exemplo, o trabalho de tradução, eram valorizados no IEA. Isto abriu a porta para outras pessoas como Jacob Gorender”.⁴⁸ Um dos mais destacados historiadores marxistas e militante de esquerda, integrante e dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo sido preso pela ditadura, Gorender (também ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial) foi o autor de *O escravismo colonial* (1978), obra de referência que suscitou muitos debates (e que em 1985 recebeu do autor uma quarta edição revisada e ampliada), e de *A burguesia brasileira*, de 1981. Seu projeto de pesquisa no IEA abordou “as grandes modificações operadas na sociedade e na política soviética nos últimos anos”.

Foram professores visitantes, além de Faoro, Gorender e Paes, Manuel Ramón Moreno Friginals, Augustin Cueva, Richard Morse, Ruy Galvão de Andrada Coelho, Alfredo Margarido, Marc Ferro, Atsuyuki Suzuki, Joseph Perez e Hans-Joachim Koellreutter. Esse último desenvolveu um projeto sobre



Livro do poeta norte-americano William Carlos Williams, com tradução do crítico e poeta José Paulo Paes, resultado do seu projeto de trabalho no IEA como professor visitante.

música contemporânea e ministrou o curso “Introdução à estética relativista do impreciso e paradoxal”, que abordava no mesmo programa a música do Nordeste brasileiro e compositores como Bach, Beethoven, Debussy e John Cage.

Após as Conferências do Mês de Raymundo Faoro e de Florestan Fernandes, ocorreram as do matemático Jean-Louis Koszul sobre o Grupo Bourbaki; do próprio reitor Goldemberg, sobre “Uma nova estratégia energética para o Brasil”; de Antônio Gonzalez de León, embaixador do México no Brasil e professor da Unam, com “Para uma nova diplomacia na América Latina”; de Manuel Ramón Moreno Fragnals, de Cuba, sobre “História e problemática das identidades culturais”; de Bernard Feld sobre a energia nuclear e “Controle de armamentos e poder militar”; e do economista John Kenneth Galbraith, professor de Harvard, assessor de diversos governos democratas nos Estados Unidos e uma celebridade internacional, autor de *best sellers* e de uma popular série de TV – ele foi apresentado pelo reitor Goldemberg.

Nos anos iniciais, o IEA promoveu ainda conferências de Christopher Hill, Michel Vovelle, Antonio Candido e Luiz Carlos Bresser-Pereira. No caso de Bresser-Pereira, por exemplo, seu projeto de trabalho foi a elaboração do relato de sua experiência no Ministério da Fazenda, espaço que o IEA proporcionava para uma reflexão sobre a participação de intelectuais na gestão pública. “O IEA pretendia e teve uma vida magna. Todas as aulas magnas eram bem frequentadas”, afirma Motta.⁴⁹ O consagrado ator Paulo Autran também esteve entre os participantes iniciais do Instituto.

Em 1986 estavam consolidados fora da Universidade outros institutos que haviam se tornado núcleos prestigiados de pesquisa e reflexão, especialmente nas Ciências Humanas, mas com diversas interfaces para outras áreas, entre eles o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), fundado em

1969 por professores cassados ou que não puderam desenvolver livremente suas pesquisas e que pretendiam preservar o ambiente intelectual e a tradição de pesquisa que havia se consolidado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.⁵⁰ O Cebrap, criado sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Giannotti, abrigava os professores da USP aposentados à força pelo AI-5 e gestou novas interpretações da realidade brasileira com o expresso objetivo político de repensar o modelo de desenvolvimento do país.⁵¹ “O Cebrap não foi apenas um centro de pesquisa e de reflexão, mas também um centro de referência do pensamento de oposição institucional, constituindo-se em elemento decisivo na formulação de diretrizes para o único partido de oposição então consentido, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e transformou-se em importante polo aglutinador nacional do pensamento de oposição. Lá se realizavam, por exemplo, seminários de conjuntura para os quais acorriam intelectuais de várias partes do Brasil. Dessa forma, foi no contexto de repressão da ditadura militar e da busca de um programa de oposição para o país que se pode dizer que as ciências humanas de São Paulo passaram a ter interlocutores verdadeiramente nacionais”, escreveu Marcos Nobre.⁵² IEA e Cebrap realizariam diversas iniciativas e projetos conjuntos.

Biologia Molecular, Educação e Constituinte

No início, as Áreas de Concentração do Instituto eram: Biologia Molecular (depois chamada de Economia da Biotecnologia ou apenas Biotecnologia, coordenador: Hernan Chaimovich, depois Gerhard Malnic); Política Científica e Tecnológica (coordenadores: Erney Camargo e Gerhard Malnic); Lógica e Teoria da Ciência (coordenador: Newton da Costa); O Psiquismo nos Territórios do Social (coordenadores: Norberto



Ciências Ambientais foi uma das primeiras áreas do IEA, coordenada por José Galizia Tundisi (na foto) e Aziz Ab'Sáber.

Abreu e Silva Neto e Bento Prado Júnior); Estudos Urbanos (coordenadores: Nestor Goulart, Celso Lamparelli e Milton Santos); Museus e Universidade (coordenadora: Ana Mae Barbosa); A Constituinte e o Ensino Público no Brasil (coordenador: Alfredo Bosi). Em seguida, Ciências Ambientais (coordenadores: José Galizia Tundisi e Aziz Ab'Sáber); Economia e Política (coordenador: Paul Singer); e História das Mentalidades (coordenadores: Alfredo Bosi e Carlos Guilherme Mota).

Os grupos iniciais combinavam, portanto, áreas diversas e interfaces marcantes com preocupações com a política e as discussões em torno do desenvolvimento econômico e social, fossem os debates da Assembleia Constituinte, fosse a formulação de políticas científicas e tecnológicas, no caso da Biologia Molecular, das Ciências Ambientais e dos Estudos Urbanos. Grupos como o de Museus conectavam as mais variadas unidades da Universidade e outras instituições. Grupos como Lógica e Filosofia da Ciência, O Psíquico nos Territórios do Social e História das Ideologias e das Mentalidades reuniam áreas de fronteira do pensamento e da interdisciplinaridade.

A área de Biologia Molecular, típica de Ciências Naturais básicas, desenvolvia diversas pesquisas de ponta e era essencialmente interdisciplinar, com a fusão de técnicas e conceitos

da Bioquímica, da Genética, da Biologia Celular e mesmo da Imunologia. Foram realizadas reuniões com expoentes da área da USP, do Instituto Butantan, da Escola Paulista de Medicina e da Fundação Oswaldo Cruz, e a ideia foi formular uma proposta de política científica para o desenvolvimento dessa área na USP e no país. Discutiu-se o que era necessário e chegou-se à conclusão de que a área de estrutura molecular de proteínas era uma das mais carentes no país, incluindo o campo da Cristalografia do Raio-X. O IEA convidou, então, um pesquisador dessa área, que permaneceu em um laboratório do Instituto de Física e Química de São Carlos, realizou conferências no IEA e participou de reuniões de um grupo executivo na área de Biologia Molecular. Depois foram promovidos simpósios na área de Cristalografia do Raio-X, sobre proteínas de membranas celulares. Na reitoria da USP foi criado um grupo de trabalho de Biologia Molecular e esse grupo trabalhou em conjunto com o IEA, com a importante participação de Erney Camargo.⁵³

“Desde o início ficou claro que não haveria condições de criar novos laboratórios de pesquisa, que aliás seriam uma duplicação dos já existentes na Universidade. A participação das Ciências Exatas e Naturais deveria ser um pouco diferente daquela que ocorre em institutos, como o de Física, Química ou Ciências Biológicas. E o corpo diretivo, o Conselho desse Instituto, desde o início preocupou-se com a maneira pela qual essas ciências poderiam participar dele”, contou Gerhard Malnic.⁵⁴ A “ideia era desenvolver políticas de desenvolvimento científico, trabalhar em colaboração com laboratórios já instalados e promover o conhecimento por meio de reuniões científicas”, explica Malnic.⁵⁵

O sucesso e a popularidade da Biologia Molecular se deviam a técnicas de alto poder analítico, que permitiram aos pesquisadores penetrar a estrutura molecular dos genes, isolá-los,

inserir-los em organismos distintos dos originais, amplificá-los, determinar sua exata sequência codificante, modificá-los e até mesmo fabricar em tubos de ensaio os produtos naturais desses genes, sem se esquecer, quando oportuno, de levar esses produtos à escala industrial. Por essas razões, esse segmento da Biologia Molecular foi também denominado Engenharia Genética, para distingui-la academicamente de outro segmento que se ocupa dos estudos de estrutura, conformação/função molecular e das interações supramoleculares. Além disso, a Biologia Molecular acrescentava uma característica nova à experimentação biológica: praticamente cada descoberta de valor acadêmico era acompanhada de uma aplicação prática imediata. Graças a essas características, a área se estendeu por todo o campo da Biologia, da análise genética à medicina diagnóstica ou terapêutica.

O Grupo Educação e Constituinte, coordenado por Alfredo Bosi, membro do Conselho Diretor do IEA, foi formado para acompanhar e discutir as propostas educacionais formuladas pela Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, como também participar do seu processo decisório. Para informar sobre o andamento dos debates na Comissão de Sistematização, foi convidado a participar de uma das sessões do Grupo de Trabalho o deputado e professor Florestan Fernandes. Esse grupo mobilizava, portanto, um dos objetivos do IEA, reunindo diversos pesquisadores em torno da discussão e de uma agenda propositiva, no caso a participação nos debates da Assembleia Constituinte. Além disso, trabalhava o tema da Educação em Geral, suprimindo a relativa ausência da Universidade nos debates sobre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

O Grupo de Estudos sobre Ciências Ambientais formou-se no primeiro semestre de 1987, sob a coordenação de José Galizia Tundisi, e estudava e discutia o uso eficiente de recursos

naturais renováveis e não renováveis, e a recuperação de ecossistemas, com uma visão integrada e interdisciplinar com interface com o planejamento do desenvolvimento sustentável econômico e social. Segundo texto do Grupo: “A busca de modelos alternativos e de seus possíveis impactos nos sistemas naturais é um ponto importante de atuação na área de Ciências Ambientais. Ela envolve a análise e introdução de ampla conceituação teórica, a qual deve ser incorporada ao processo de planejamento a longo prazo. A crítica situação em muitas regiões do Brasil, com relação ao ambiente, é, em grande parte, devida à exclusão de princípios ambientais do planejamento regional. Problemas como energia e ambiente, a situação ambiental das grandes metrópoles e a expansão da fronteira agrícola demandam uma profunda análise e a proposição de soluções criativas adequadas à realidade regional”.

História das Mentalidades, África e América Latina

O Grupo de Estudos sobre História das Ideologias e das Mentalidades foi uma das opções prioritárias estabelecidas, desde 1987, pelo IEA, e contribuiu muito para a difusão desse campo na Universidade. Reunia várias áreas das Ciências Humanas: História Contemporânea, História do Brasil, Crítica de Cultura, Literatura Brasileira, Teoria Literária, Sociologia, Teoria Política, História da Música Brasileira, História da Arquitetura no Brasil e na América Latina. O Grupo era coordenado pelos professores Carlos Guilherme Mota e Alfredo Bosi. O historiador francês Michel Vovelle esteve no IEA em 1987, quando fez a conferência “L’Historiographie de la Révolution Française à la veille du Bicentenaire” [A Historiografia da Revolução Francesa às Vésperas do Bicentenário], cuja íntegra foi publicada em francês na primeira edição da revista *Estudos Avançados*. Em setembro de 1989, ele realizaria a conferência

de abertura do Colóquio 1789 – Sombras e Luzes, e contribuiu com o artigo “A Revolução Francesa e seu eco” para a edição n.6 de *Estudos Avançados*.

O olhar para a América Latina e para a África esteve presente de forma central entre as primeiras atividades do IEA. Entre os vários eventos realizados nos primeiros anos estava “Jornada da África”, em março de 1987, encontro entre literatos e professores africanos, representantes dos países de língua portuguesa, com intelectuais brasileiros, da USP, e de outras universidades. Discutiram-se temas como: “Brasil e África: tradição e ruptura nas literaturas em português”; “A geopolítica do Hemisfério Sul” e “Relações socioculturais Brasil-África”. Entre os participantes compareceram os angolanos Antônio Cardoso, Manuel Rui e David Mestre; os moçambicanos Mia Couto, Albino Magaia e Ungulani Ba Khosa; e o embaixador de Cabo Verde em Angola, Corsino Fortes.⁵⁶ Em 1987, quando foi realizado esse evento, a literatura africana em língua portuguesa, diferentemente de hoje, era muito pouco conhecida e difundida no Brasil.

Também foi realizado o Seminário Interpretações Contemporâneas da América Latina, organizado pelo professor Octávio Ianni em junho de 1987, com Guilherme O’Donnell, Augustín Cueva, Octávio Ianni e Richard Morse. Entre os temas constava: “As perspectivas da consolidação democrática na América do Sul” e “A transição democrática na América Latina”. O IEA promoveu ainda uma série de simpósios, entre eles “Democratizando a economia: discursos e práxis”, com o Wilson Center, de Washington, e “USP: conceito de Universidade”, sobre avaliação da Universidade.

“Tínhamos também dívidas históricas com a participação de intelectuais latino-americanos e outros que não integravam a nossa vida universitária”, rememora Carlos Guilherme Mota, acrescentando: “Havia uma dívida com Cuba e trouxemos



"Jornada da África", em março de 1987, promoveu o encontro entre autores de países de língua portuguesa, como José Saramago e Luandino Vieira, e intelectuais africanos e brasileiros, da USP e de outras universidades.



ninguém menos que Manuel Moreno Fraginals, que era uma espécie de Caio Prado Júnior de Cuba. Depois trouxemos Richard Morse, dos Estados Unidos, que escreveu um livro clássico sobre a história de São Paulo, *Formação histórica de São Paulo. De comunidade à metrópole*, e nunca havia sido chamado para ser professor, dar um curso, fazer um seminário. Ele teve um trabalho importantíssimo aqui. Era um polarizador, amigo de Antonio Candido, Florestan Fernandes, era uma pessoa de alta circulação. Trouxemos também, uma dívida com Portugal e com os portugueses de tradição crítica, Boaventura de Sousa Santos. Ele e Richard Morse foram professores visitantes”.

Boaventura de Souza Santos, professor de Economia na Universidade de Coimbra e que já havia realizado diversas pesquisas e estudos no Brasil, realizou no IEA estudos de Sociologia e Epistemologia da Ciência, publicados no livro *O social e o político na transição pós-moderna*, no qual, entre outras questões, problematiza os cânones do conhecimento científico, a rígida divisão entre ciências naturais e ciências sociais, a apologia do progresso tecnológico que não gera “sabedoria de vida” e a tendência crescente à especialização e “parcelização” do conhecimento.⁵⁷

As visitas de pesquisadores estrangeiros deixaram também memórias pitorescas, como a de Richard Morse, contada por Mota, em uma visita que Morse fez à base da USP no Litoral Norte do Estado: “Ele reuniu os funcionários, fechou o Instituto, preparou uma tremenda feijoada. Quando eu chego, pergunto: ‘O que está acontecendo aqui?’, e logo me respondem: ‘Foi o professor Morse que fechou o Instituto e fez uma feijoada’. Ele era este personagem. Tem também outro episódio interessantíssimo em uma palestra dele no IEA. Ao começar, ele fala: ‘Estou muito satisfeito de estar aqui hoje, esta é a casa de Florestan Fernandes, de Antonio Candido e tantos outros. Quero dizer que estou muito satisfeito em estar neste instituto de estudos atrasados’... Estávamos Antonio Candido e eu presidindo o seminário, todo mundo olhou para mim: ‘Você não vai responder?’ E então ele continuou: ‘O Instituto de Estudos Atrasados é muito importante porque será do atraso que vem o recado, a mensagem para o século XXI’. Dos grandes institutos dos Estados Unidos ou da Europa parece que não está vindo nada, então talvez possa vir de um aqui da borda da periferia”.

Pensando os museus e a Universidade

O Grupo Museus e Universidade, constituído por pesquisadores ligados aos acervos mais representativos da USP e coordenado pelas professoras Ana Mae Barbosa (ECA-USP e diretora do Museu de Arte Contemporânea-USP) e Maria Cristina Bruno (Instituto de Pré-História-USP, atual Museu de Arqueologia e Etnologia da USP), foi integrado ao ciclo de atividades do IEA a partir de maio de 1987. “Na época, os museólogos eram vistos mais como ‘bibliotecários’ ou gestores de acervo. Esse grupo acabou dando mais tarde a própria promoção na carreira das pessoas que trabalhavam lá”, contou Jacques Marcovitch.⁵⁸

As discussões desse grupo foram centradas nas questões do relacionamento da Universidade com as instituições que mantêm acervos e das possibilidades de articulação dessas instituições entre si e com a comunidade. Como resultado dessas reuniões e de avaliações do próprio grupo, ficou claro que inexistia na USP daquele período uma política cultural voltada para os acervos sob sua salvaguarda, o que impedia que se equacionassem problemas de conservação e preservação. Outra consequência daquela situação era a falta de um programa de criação de novos acervos, bem como de ampliação dos que já existiam.

O grupo defendia que cabia à USP papel preponderante de assessoria técnica e científica para a preservação de acervos espalhados pelo Estado, além do seu próprio. Como uma primeira tentativa nesse sentido, promoveu-se, no ano 1988, uma articulação entre instituições uspianas, por meio de algumas atividades conjuntas, com uma pequena exposição, de caráter itinerante, que percorreu espaços públicos de grande circulação no campus. Numa segunda etapa, ofereceu-se um curso em nível de extensão universitária sobre os acervos da USP.

Além disso, o grupo organizou a exposição “Adorno, um exercício de interpretação”, recorte escolhido por permitir a

utilização de peças da maioria dos acervos da USP e que ganhou o Prêmio de Museologia Paulo Duarte em 1987. Paralelamente a essas atividades, o grupo manteve seminários com representantes do Museu de Arqueologia e Etnologia, Museu de Zoologia, Museu de Arte Contemporânea, Instituto de Pré-História, Acervo Plínio Ayrosa, Escola de Comunicações e Artes e Museu Paulista.

Em 1988 foi criado no IEA o Centro de Pesquisas Brasil-França, a partir da fusão de dois núcleos de pesquisa já existentes: o “Projeto Leryy-Assu”, do Departamento de Línguas Modernas (DLM) da FFLCH, e o “Banque de Données France-Brésil”, do Laboratoire d’Informatique pour les Sciences de l’Homme do CNRS, de Paris, criado em 1984. O objetivo do centro era levantar e analisar as informações bibliográficas, históricas, iconográficas e biográficas relativas ao passado e à atualidade das relações interculturais franco-brasileiras. O novo centro abrigaria o banco de dados. Os coordenadores eram Leyla Perrone-Moisés e Mario Carelli. O Projeto Leryy-Assu surgiu em 1978 para promover os estudos de literatura francesa na FFCLH e motivar alunos de mestrado e doutorado. Seria ao mesmo tempo uma pesquisa coletiva e uma forma de promover os estudos sobre as relações culturais e literárias entre França e Brasil e as perspectivas profissionais. Passou a se chamar Núcleo de Pesquisa Brasil-França (Nupebraf).

Ao assumir a direção do IEA em 1989, o professor Jacques Marcovitch recebia do professor Carlos Guilherme Mota, primeiro diretor, um Instituto que, com pouco mais de dois anos de existência, conquistara uma notável vida intelectual e reconhecimento público na Universidade e na sociedade mais ampla. Isso permitiu ao IEA nos anos seguintes manter a sua estrutura e ao mesmo tempo lançar-se a novas iniciativas.



2

Projeto Floram e Fórum
Capital-Trabalho: cooperação
com centrais sindicais e o setor
empresarial (os anos 1989-1993)

PÁGINA ANTERIOR

Sessão do Fórum Capital-Trabalho, que reuniu lideranças industriais e sindicais para dialogar e avançar em um entendimento em torno de temas que balizassem caminhos para a solução de questões fundamentais do país.

“Como equilibrar uma instituição na qual a organização não é rígida com a missão de que ela precisa estar continuamente preparada para identificar desafios que vão ser transformados em projetos, os projetos em resultados e os resultados em impactos efetivos?” Era o que se indagava o professor Jacques Marcovitch, segundo diretor do IEA, que permaneceu à frente do Instituto por cinco anos, entre 1989 e 1993.¹

Foi um período estruturante para o IEA, ao longo do qual o novo instituto da USP consolidou seu desenho organizacional. Além dos grupos de estudo, grupos de trabalho, programas mobilizadores e professores visitantes, estabeleceram-se as duas primeiras cátedras. Nas palavras de Marcovitch: “O IEA era o lugar para o pensar e o agir, mas sem as fronteiras, sem os limites das faculdades e dos institutos, o lugar onde há pouca coisa que é rígida e permanente. A ideia é ter uma base duradoura que possa ser continuamente renovada, repensada. Existem vários institutos de estudos avançados no mundo, mas a ideia central do nosso é que ele precisa ser continuamente sensível a demandas, problemas, desafios e, a partir daí, responder com qualidade, valorizando a liderança que entende melhor de cada tema, para que essa liderança possa articular em torno dela os

outros talentos que vão viabilizar uma proposta, um projeto, uma forma de enfrentar um determinado problema”.²

Ao celebrar os cinco anos de fundação do IEA, Jacques Marcovitch elencou os números de realizações do novo instituto, expressão da consolidação de sua proposta: 220 eventos realizados, 32 professores visitantes, 63 cadernos da Coleção Documentos, 11 números da revista *Estudos Avançados* com cerca de 100 artigos, 30 programas Janela para o Mundo transmitidos pela Rádio USP e 70 vídeos gravados. Tanto a edição da revista como os programas na Rádio USP e as gravações em vídeo dos eventos mostram uma das características que singularizavam a atuação do IEA na USP: o permanente registro e a difusão pública de suas atividades.³

Das inúmeras iniciativas realizadas no IEA nesse período, duas das mais emblemáticas e lembradas são os Programas Mobilizadores Fórum Capital-Trabalho e o Projeto Floram (Florestas para o Meio Ambiente). Ambos propiciaram à USP, por meio do IEA, estabelecer parceria e obter a participação do setor empresarial; no caso do Fórum Capital-Trabalho, também de centrais sindicais de trabalhadores. Ambos os Programas Mobilizadores envolveram o trabalho de amplas equipes multidisciplinares com numerosos especialistas externos à Universidade. Eles se reuniram com objetivos e prazos definidos, seja para redigir documentos norteadores de políticas públicas, seja para formular um projeto nacional para reduzir o efeito estufa – em consonância com as novas diretrizes globais para o meio ambiente e as necessidades locais da indústria.

O Fórum Capital-Trabalho reuniu lideranças industriais e sindicais, mediadas por professores da USP, para dialogar e avançar em um entendimento comum possível em torno de diversos temas que balizassem caminhos para a solução de questões fundamentais do país. Ao lembrar como foi procurado pelo setor industrial e por lideranças sindicais, Marcovitch



Jacques Marcovitch, diretor do IEA, Francisco de Oliveira e Paul Singer debatem "A Questão Regional: A Hegemonia Inacabada", 1993.

contou que ambos os grupos assim expressavam as dificuldades do diálogo: “Estamos querendo dialogar e não estamos conseguindo. Na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) não dá para conversar, é um sindicato patronal. No Sindicato dos Trabalhadores, fica difícil. Não queremos ir para hotéis, queremos saber se a USP respaldaria um fórum que favoreça o diálogo capital-trabalho”.⁴

O Projeto Floram, por sua vez, foi um programa precursor das políticas de proteção ao meio ambiente, elaborado em período anterior à Rio-92, marco global dos acordos e das iniciativas nesse campo, mas já tendo a conferência do Rio como horizonte. “Reuniu atores sociais antagonísticos”, nas palavras do diretor Marcovitch, e foi desenvolvido em parceria entre pesquisadores acadêmicos e setores da indústria de papel e celulose, propondo um megarreflorestamento que permitiria a retirada biogênica do gás carbônico. Foi uma proposição pioneira no campo ambiental e um empreendimento inédito nas atividades do Instituto, escreveu o diretor em artigo na revista *Estudos Avançados*, pois permitiu à Universidade “desempenhar um papel de território de encontro, onde os atores da sociedade possam convergir e livremente gerar proposições de

interesse da sociedade como um todo. Dessa forma, estará se refletindo o interesse da sociedade brasileira em sua globalidade, e que – dos mais ‘verdes’ aos mais utilitaristas – tenham espaço para o encontro de soluções negociadas em função de um plano a ser apreciado e eventualmente adotado”.⁵

O ponto de partida do Projeto Floram se deu no segundo semestre de 1988, quando, “em diversos países e inclusive no Brasil, a opinião pública denunciou com grande veemência os atentados à natureza cometidos em escala internacional. Por isso, a comunidade científica passou a dar prioridade ao estudo de alternativas a práticas nocivas ao meio ambiente”, escreveu Marcovitch.⁶ O país se encontrava em face da opinião pública internacional, sendo constantemente censurado por questões ecológicas, e um programa expressivo de florestamento poderia ser uma resposta. Foi apenas em 1985, durante o governo José Sarney, que foi criado o Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. Anteriormente, as atribuições dessa pasta ficavam a cargo da Secretaria Especial de Meio Ambiente, estabelecida em 1973 dentro da estrutura do Ministério do Interior.

“O que é um projeto?”, indaga Marcovitch, refletindo sobre a atuação do IEA inclusive em projetos como o Floram: “Você tem que ter uma sensibilidade para o tempo, para a temporalidade, porque as atividades um dia têm que terminar. O IEA absorveu a cultura do projeto na qual é preciso gerar resultados. Isto projeta a instituição para o futuro”, e lembra a participação da Fapesp, que “tem um papel importante nessa projeção para o futuro na medida em que ela coloca os recursos para as prioridades, uma forma de induzir os grupos mais inovadores, mais ousados, mais capazes de abraçar projetos”.⁷

As duas primeiras cátedras do IEA, criadas nesse período, foram em parceria com a Fundação Memorial da América Latina e a Comissão Nacional para as Comemorações dos



Jacques Marcovitch, Georgi Arbatov, Tamás Szmrecsányi e Amaury Porto de Oliveira, 1992.

Descobrimientos Portugueses, vinculada à Presidência do Conselho de Ministros de Portugal, como veremos em mais detalhes. Nesse sentido, o IEA deu continuidade à sua diretriz de criação de abrir a Universidade às questões e às demandas da sociedade, as de curto, médio e longo prazos, entendidas de forma ampla e plural, e reunindo equipes multidisciplinares de pesquisadores e outros atores fora do ambiente universitário.

Outros programas mobilizadores do IEA nesse período foram Educação para a Cidadania, Revisão Constitucional e Mercosul. O Programa Educação para a Cidadania, com a colaboração de Sérgio Costa Ribeiro, foi definido a partir do documento “Ideias para um Projeto de Educação”, escrito pelo professor Alfredo Bosi em 1991, e ensejou dois grupos: Estudos de Políticas Públicas de Educação e Paideia. Um dos projetos que “obteve resultados concretos na vida nacional foi o Programa Educação para a Cidadania. Centrando as preocupações no problema da repetência escolar, várias de suas diretrizes inspiraram a verdadeira ‘revolução fiscal’ embutida no Fundo de Desenvolvimento de Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) e hoje consolidada no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). As diferentes iniciativas foram assumindo formatos que permitiam ao mesmo tempo a agilidade de integrar pesquisadores diversos e pessoas de outras áreas, temas de reflexão teórica e na fronteira do pensamento e questões mais urgentes do presente”, escreveu Marcovitch.⁸

Informativo impresso e programa de rádio

A ênfase na comunicação e divulgação de atividades do IEA estava presente, como já mencionado, desde o início. “Ingressei no IEA em meados de 1989, transferido, por vontade própria, do Instituto de Estudos Brasileiros, onde ingressara em 1988. O trabalho nos primeiros anos, durante a gestão de Jacques Marcovitch, foi intenso. Estávamos definindo os critérios e meios para o trabalho de divulgação das atividades do Instituto na comunidade uspiana e entre formadores de opinião externos (intelectuais, jornalistas e autoridades públicas). As atividades de comunicação (que incluíam a produção do *Informativo IEA*, assessoria de imprensa e edição de *working papers* da Coleção Documentos) tinham um impacto significativo em docentes, pesquisadores e público externo. A repercussão das discussões na imprensa no período é representativa disso”, conta o jornalista Mauro Bellesa, que trabalhou sozinho (com exceção do programa de rádio) até o período de gestão do professor João Steiner, quando foi criada uma equipe de Comunicação, tendo o próprio Bellesa como responsável.⁹ O programa de rádio foi criado e conduzido pelo jornalista Marco Antonio Coelho, que era o assistente acadêmico do Instituto. Posteriormente, a analista de comunicação Sandra Codo ficou responsável por ele.

Criado no início de 1989, o *Informativo IEA* foi a primeira publicação em formato jornalístico editada por uma unidade

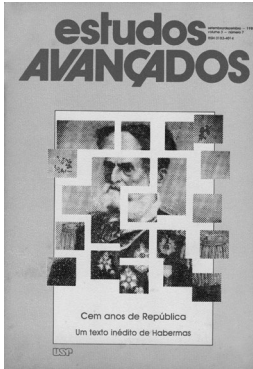
da USP. Circulava nos primeiros tempos como encarte mensal do *Jornal da USP*. Depois passou a ser publicado de forma independente.¹⁰ “Creio que o *Informativo IEA*, impresso, respondeu às necessidades de divulgação dos trabalhos de pesquisadores, grupos e conferencistas do Instituto, em consonância com o que era estabelecido no próprio Regulamento do Instituto, que especificava a obrigação de o IEA transmitir à sociedade o conteúdo das pesquisas e discussões que realizava”, conta Bellesa.



Informativo IEA, encarte mensal do *Jornal da USP*, divulga palestras de Alain Touraine, Warren Dean e José Mindlin no IEA, 1989.

Momentos extraordinários de convívio

Jacques Marcovitch ressaltava o contexto em que assumiu o IEA para a compreensão da importância das atividades propostas e dos eventos realizados: “No Brasil, naquela época, nós estávamos em um retorno ao mundo, a Constituição de 1988 foi o início. A Rio-92 foi uma verdadeira reconciliação com o mundo. Era um período em que o Brasil vivia os resquícios do regime ditatorial. O que o IEA representou para a época, que não era rotina, foi a oportunidade de, por meio de conversas no Conselho e através das oportunidades que nos eram trazidas, trazer pessoas que muita gente queria ouvir. Lembro que na conferência do filósofo Jürgen Habermas, na sala do auditório do Conselho Universitário, não tinha nem lugar para entrar. Estamos falando de um auditório de mais de 300 pessoas. Havia uma expectativa muito grande. A Escola de Frankfurt



Capa da revista *Estudos Avançados*, setembro-dezembro de 1989, com dossiê que celebrou os 100 anos da República e publicou artigo inédito do filósofo Jürgen Habermas, que ministrou uma palestra para mais de 300 pessoas na sala do Conselho Universitário.

era vista como um lugar de inspiração. Nós não estamos falando da era digital. O que estamos vivendo hoje torna isso banal, porque pode-se assistir quem você quiser, quando quiser, do lugar em que quiser. Naqueles anos era necessário a pessoa estar presencialmente. Lembro da conferência de Abel Aganbegyan, com Lenina Pomeranz sendo a interlocutora. Foram momentos extraordinários, um convívio que na época era único, não era rotina. É preciso se projetar para aqueles anos para entender a complexidade e a importância da vinda de cada um desses personagens para o Instituto de Estudos Avançados. Havia a preocupação sempre, depois,

de a revista do IEA publicar as palestras”.¹¹ O professor Abel Aganbegyan era chefe do Departamento de Economia da Academia de Ciências da União Soviética (URSS), e ministrou a conferência “Perestroika: uma avaliação preliminar”.¹² A conferência de Habermas, “A utilização pragmática, ética e moral da razão prática”, em outubro de 1989, foi extremamente concorrida e marcou época entre as atividades do IEA.

Entre os convidados para as Conferências do Mês estiveram também Jean-Pierre Vernant, Marshal Sahlins, Eric Hobsbawm e Michel Butor, estrelas intelectuais em seus campos de atuação. Da mesma forma que nos anos anteriores, a presença de intelectuais e professores de expressão internacional – e também líderes empresariais, líderes sindicais, ambientalistas – era parte de um projeto institucional de estimular o debate e incentivar os grupos e pesquisadores a se encontrar, refletir



Jean-Pierre Vernant, historiador e antropólogo francês, convidado para a conferência do mês, 1992.

e produzir ideias e propostas. Esses nomes poderiam eventualmente participar de palestra ou seminário em outras unidades da USP, mas o que havia de diferente e inédito no IEA é que esse era o projeto do Instituto. Não se tratava apenas de convites pontuais a personalidades, mas de manter um espaço e um ambiente permanente de encontro, inter e multidisciplinar, procurando aliar a reflexão e as demandas da sociedade, tanto as imediatas como as de longo prazo, para elaborar novas ideias e conceitos.

Ser um instituto pequeno e com uma equipe pequena é uma vantagem na estrutura universitária, ressaltava Marcovitch: “Penso que uma das qualidades do IEA e, por isso, ele não pode crescer muito, é que o tamanho dele ajuda na agilidade. Ele tem que ser avançado no tempo, avançado no espaço e avançado em sua temática. Avançado no tempo quer dizer que ele tem que olhar muito à frente dos horizontes. Avançado no espaço, muito além do Brasil. Avançado na temática quer dizer que ele tem que olhar para as nossas realidades internas, mas tem que ir além da disciplinaridade”.¹³ Ainda conforme o segundo diretor do IEA: “A USP abraça culturas e tempos distintos. São poucas as universidades que reúnem em seu seio



Roberto Ventura, Nicolau Sevcenko e Lilia Schwarcz debatem "O Impacto da Mídia Eletroeletrônica no Repertório Visual", 1993.

a Astrofísica, cujo tempo se mede em bilhões de anos, com a Comunicação, que opera em minutos. O Instituto de Estudos Avançados é um espaço de reflexão que favorece o encontro desses tempos variados e culturas tão distintos. Está aí a principal riqueza da diversidade pluridisciplinar. Foi um privilégio conviver com inúmeros grupos, como o da área de Ciências Ambientais, o de Lógica, de Relações Internacionais, o de Educação, o de História das Mentalidades e o grupo dos Museus".¹⁴

"A Universidade de São Paulo é vista por muitos como uma instituição de grande tradição com um glorioso passado que sufoca o surgimento do futuro. Tradicional passa a ter um sentido quase pejorativo", afirmou Marcovitch em depoimento a um livro de história da USP.¹⁵ "A colaboração interdisciplinar deve ultrapassar a vida cotidiana estanque de algumas escolas que se isolaram do conjunto. E diminuir as barreiras que por vezes os títulos criaram, ao invés de estimular o convívio acadêmico aberto, crítico e democrático", acrescenta ele.¹⁶ "É um espaço onde pensar e agir não tem fronteiras, não tem limites, não tem disciplinas, não tem departamentos. Não há rotina, são projetos que têm começo, meio e fim e é preciso ver no término de um projeto um espaço de renovação para outros projetos. Havia uma outra característica [do IEA] que é a proximidade

entre os dirigentes. Lembro muito dos almoços do Conselho onde convidávamos o reitor e os pró-reitores. Os conselhos são constituídos por mulheres e homens que têm uma respeitável trajetória tanto na Universidade como fora dela. Esses almoços eram o momento de ouvir todos e, a partir daí, observar como essas expectativas, esses desafios poderiam ser transformados em projetos”.¹⁷

Ao tornar-se diretor do IEA, Jacques Marcovitch, professor do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA), já havia sido diretor da mesma Faculdade em 1983-1985. Ao assumir aquela unidade, organizou um colóquio reunindo alunos, professores, servidores técnico-administrativos e comunidade externa: “O documento que resultou do colóquio elencou prioridades, rompendo rotinas predominantes. Sublinhava a importância do ensino de qualidade, da pesquisa como instrumento de aprimoramento da formação dos jovens e da interação com a comunidade externa. Entre as prioridades estava a necessidade de maior engajamento no debate dos problemas nacionais e internacionais, o aprimoramento da qualidade do ensino, maior dedicação do corpo docente à pesquisa, a consolidação das fundações de apoio a serviços dos departamentos da FEA, o incentivo à cooperação internacional e a valorização do empreendedorismo. Uma nova cultura estava por se afirmar na FEA”.¹⁸

Marcovitch havia também presidido as empresas de energia de São Paulo (Cesp, CPFL, Comgás e Eletropaulo), durante o governo Franco Montoro, nas primeiras eleições democráticas para governador após o fim da ditadura, sucedendo a José Goldemberg, que estava assumindo a reitoria da USP. “Eu presidia quatro colegiados e na sexta-feira fazíamos um balanço para o chamado Conselho das Energéticas de São Paulo, com pessoas absolutamente extraordinárias. Lembro que no Conselho da

Cesp nós tivemos, por exemplo, Antônio Ermírio de Moraes. Foram muitos os desafios externos, inclusive chegamos muito perto de um racionamento de energia em 1986/1987, que tivemos que enfrentar com muita governança, introduzindo nas empresas os indicadores de desempenho. Assim, quando voltei para a Universidade e fui convidado para assumir o Instituto de Estudos Avançados, eu tinha tido a vivência externa de uma função pública do setor de energia, que é muito orientado para a solução, e não faltavam problemas a serem resolvidos na área de energia”.¹⁹ Marcovitch seria depois pró-reitor de Cultura e Extensão Universitária, entre 1993 e 1997, e reitor da Universidade de São Paulo de 1997 a 2001.

“Entre no IEA em 1991, na gestão do professor Jacques, para trabalhar como secretária executiva bilíngue e atender aos visitantes internacionais. Naquela época havia muitos eventos e professores visitantes estrangeiros, que vinham passar diferentes períodos: uma semana, dois meses, seis meses ou um ano”, conta Maria de Fátima Costa Moreno, atualmente secretária-executiva da diretoria, e prossegue: “Havia muitos eventos fora do campus e em outros campi, e eu acompanhava os visitantes a outras unidades para reuniões com outros pesquisadores e palestras, e também para ajudar na infraestrutura dos eventos. Trabalhava também como assistente do Conselho Deliberativo, era responsável pela parte executiva do IEA. O professor Jacques dava muita importância a essa área internacional. Na Universidade, era uma inovação e era inédito esse volume de eventos internacionais, chamava a atenção e havia muita gente envolvida. O IEA é uma unidade diferente. Nunca sentimos tédio no dia a dia. Os eventos de lançamento das edições da revista sempre tinham apresentação de música e de alguma manifestação artística. Era a grife da Universidade”. Ela tem uma recordação pessoal forte de outros diretores do IEA e lembra de forma especial que “os diretores Alfredo Bosi e Gerhard



Suzana Pasternak, Milton Santos e Philip Gunn discutem “Relações Sociais e Sistemas de Produção na Macrometrópole”, 1993.

Malnic foram me visitar no hospital quando nasceu a minha filha. Isso é demais, nunca vou esquecer”.²⁰ Um pouco antes, em 1986, na gestão do professor Carlos Guilherme Mota, ingressou Marisa Macedo Gomes Alves, que trabalhava na área acadêmica e segue no Instituto: “O IEA foi fundado com um viés inovador naquele momento na Universidade, era um território neutro para a exposição de ideias, para ouvir todos e um campo para trazer ideias inovadoras para a vida acadêmica e para a sociedade, sem empecilhos e freios. Lembro de inúmeros palestrantes, de Raymundo Faoro, Bernard Felds, que trabalhou no projeto Manhattan, do ator Paulo Autran, de John Keneth Galbraith, José Paulo Paes, da pesquisadora Johanna Döbereiner. Sempre trabalhamos em equipe e compartilhando as informações”.²¹ Marisa depois trabalharia com o professor Jacques em suas funções como diretor do IEA, na pró-reitoria e depois como reitor da USP.

As primeiras cátedras: pensamento decolonial e novo “descobrimento”

As duas primeiras cátedras do IEA foram criadas em 1991 e permitiram estabelecer uma ampla gama de parcerias, que

incluiram inicialmente a Fundação Memorial da América Latina e a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, como já mencionado. Essas parcerias inseriam a USP, via IEA, em um circuito intelectual, cultural, econômico e político em torno das questões da integração latino-americana (que apenas iniciava a sua consolidação com o Mercosul) e das relações Brasil-Portugal (nesse caso, com vistas ao marco dos 500 anos do início da colonização). Dali em diante as cátedras passaram a integrar a estrutura do IEA. Apesar do nome, as cátedras evidentemente não tinham relação com as antigas cátedras vitalícias da Universidade e seriam baseadas no convite a professores visitantes que permaneceriam no Instituto por um período determinado, muitos deles por um semestre.

Em 1991, em parceria com a Fundação Memorial da América Latina (FMAL), o IEA estabeleceu a Cátedra Simón Bolívar. O documento que a instituiu foi assinado no dia 20 de março de 1992 pelo reitor da USP, Roberto Leal Lobo e Silva Filho, e pelo presidente da FMAL, Paulo de Tarso Santos. Seu objetivo era desenvolver pesquisas sobre relações culturais, históricas e políticas dos países da América Latina e analisar seus problemas contemporâneos, a partir da compreensão de que a integração econômica dos países depende também do incremento dos estudos sobre as relações culturais, históricas e políticas. Com isso, o IEA já definia uma linha de atuação, que fora desenhada pelo primeiro diretor, Carlos Guilherme Mota, de voltar-se também para a América Latina, com o convite a intelectuais da região e uma densa reflexão acadêmica e política sobre a relação colônia-metrópole na modernidade.

O Memorial da América Latina, parceiro na Cátedra, teve projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer, projeto cultural do antropólogo Darcy Ribeiro, e foi fundado em 1989 com uma proposta de integração cultural, intelectual e política dos países

latino-americanos. Estavam presentes na formulação inicial do Memorial Antonio Candido, Alfredo Bosi e Carlos Guilherme Mota, diretor do IEA, quando o Memorial foi inaugurado. Naquele período, o próprio tratado do Mercosul era recém-assinado, a partir do Tratado de Assunção firmado em 1991 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Antes, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, assinado entre Brasil e Argentina, data de 1988 e tinha como objetivo o estabelecimento de um mercado comum, ao qual outros países latino-americanos poderiam se unir.

Cada pesquisador convidado para assumir a Cátedra Simón Bolívar desenvolveria atividades por um período de seis meses, renovável uma única vez por outros seis meses. A FMAL destinava uma verba anual em cruzeiros equivalente a US\$ 40 mil. O IEA tinha a incumbência de manter a infraestrutura necessária ao seu funcionamento.

O primeiro titular da Cátedra foi o sociólogo peruano Aníbal Quijano, um dos mais importantes intelectuais latino-americanos, fundador do Centro de Investigações Sociais do Peru, professor da Universidade do Estado de Nova York e da Universidade de San Marcos, autor dos livros *Cultura y dominación* (1980) e *Modernidad, identidad e utopia en América Latina* (1988), expoente do pensamento decolonial desde os anos 1990, com a crítica ao eurocentrismo e à proposta de descolonizar as ciências sociais.

Quijano desenvolveu uma linha de pesquisa para o entendimento da formação da modernidade no continente. A partir de uma análise histórica de formação do capitalismo com base no colonialismo e em sua expansão até a globalização do século XX, incluiu categorias que considerava essenciais para a compreensão do sistema ocidental europeu de pensamento. Quijano percebia a colonização como um processo contínuo, para além das independências políticas. Para ele, o rompimento

burocrático da relação metrópole e colônia perpetuava outras formas estruturais da dominação em diferentes sujeitos. A modernidade, eurocentrada, construiu o Outro, negro e latino-americano, por meio da dominação, conforme Quijano: “A dominação é o requisito da exploração, e a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista. Nos termos da questão nacional, só através desse processo de democratização da sociedade pode ser possível e, finalmente exitosa, a construção de um Estado-Nação moderno, com todas as suas implicações, incluindo a cidadania e a representação política”. O conceito de colonialidade do poder possibilita, em suas palavras, a análise crítica das “efetivas estruturas de poder colonial que foram sendo construídas na modernidade para expurgar o máximo de gente possível da categoria de humano e, para isso, as ideias de raça e gênero jogaram papel fundamental”. A partir da década de 1990, Aníbal Quijano organizou o grupo Modernidade/Colonialidade, rede de intelectuais que radicalizavam as correntes pós-coloniais da Ásia e da África promovendo um “giro decolonial”.

No mesmo ano, 1991, o IEA lançou a Cátedra Jaime Cortesão, convênio entre a USP e a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), vinculada à presidência do Conselho de Ministros de Portugal, presidida por Vasco Graça Moura, que esteve no país em companhia do primeiro-ministro Aníbal Cavaco e Silva. Participaram da iniciativa o Centro de Estudos Damião de Góis, criado em Lisboa pelo CNCDP, e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Voltada para o estudo e a reflexão das relações culturais e históricas luso-brasileiras, a Cátedra se colocava como território pelo qual circulariam pesquisadores, escritores e artistas.

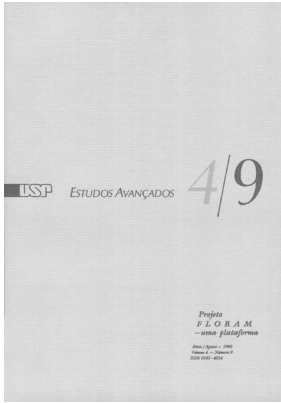
A Cátedra promoveria iniciativas culturais e científicas centradas sobretudo no período dos descobrimentos (conforme o

conceito e termo utilizado na época). A primeira atividade foi a palestra “Portugal como objeto da (sua) história contemporânea”, do professor Fernando Catroga, da Universidade de Coimbra. Depois, os professores Luís Adão da Fonseca, da Universidade do Porto, e Jorge Couto, da Universidade de Coimbra, realizaram palestras sobre o imaginário dos navegantes portugueses dos séculos XV e XVI e a questão da territorialidade na expansão portuguesa daquele período. Até 1998, a Cátedra esteve vinculada ao IEA, passando em 1999 para a FFLCH.

“A partir dessa cátedra um novo ‘descobrimento’ certamente virá a se produzir, nos mais variados campos do saber”, afirmou o historiador Carlos Guilherme Mota, coordenador da Cátedra no IEA. Acrescentou que a homenagem a Jaime Cortesão era justa, uma vez que, além de historiador erudito, “foi brilhante geógrafo e homem de literatura, teorizando sobre os descobrimentos e o império português, discutindo temas cruciais como o bandeirismo e editando textos fundamentais como a carta de Caminha, *Diálogos das grandezas do Brasil e Paulicea Lusitana Monumenta Histórica*”.

Projeto Floram: proposição pioneira e inédita

O projeto Floram (Florestas para o Meio Ambiente), elaborado pelo IEA no final dos anos 1980 e já referido, foi desenvolvido em parceria com a indústria de papel e celulose, no contexto da consolidação das discussões globais sobre meio ambiente. As ações políticas multilaterais tiveram como marco, em 1985, a Convenção de Viena, que reuniu 20 países, e a Comissão Brundtland, da Organização das Nações Unidas (ONU), com 21 representantes, entre os quais Paulo Nogueira Neto, que escreveram uma primeira agenda global e sugeriram a convocação da II Conferência Internacional do Meio Ambiente em 1992.²² Foi com esse documento que o conceito



Capa da revista *Estudos Avançados*, de maio-agosto de 1990, que publicou documentos e debates sobre o projeto Floram.

de “desenvolvimento sustentável” se afirmou.

O Projeto Floram propunha um megarreflorestamento (20 milhões de hectares) com árvores de rápido crescimento, o que permitiria a retirada biogênica do gás carbônico. O projeto buscava a possibilidade de uma conjugação entre a industrialização de produtos florestais e a preservação do meio ambiente; entre a silvicultura de clones diferenciados e a biodiversidade; entre as atividades de grandes empresas e uma “*social-forestry*” (floresta so-

cial), modelo tripartite que previa pequenos e médios espaços para florestas plantadas, para atividades agrárias rentáveis e reflorestamento com espécies nativas da região. Previa também empreendimentos para empresas em áreas de até 20 mil hectares. Não deveriam ser reflorestadas áreas da Amazônia ou do Pantanal Mato-Grossense que poderiam ser negativamente impactadas, nem tampouco espaços agrários rentáveis. O projeto sugeria que outros países, com áreas disponíveis, como China, Austrália, África do Sul e Venezuela, estabelecessem parcerias internacionais e igualmente implantassem reflorestamentos em grande escala.²³

O Projeto Floram foi um dos mais significativos e impactantes projetos assumidos pelo IEA ao longo de sua trajetória. Foi uma proposição pioneira e um empreendimento inédito nas atividades do Instituto, escreveu o diretor Jacques Marcovitch em artigo na revista *Estudos Avançados*. A proposta entregava à sociedade um “projeto que pode contribuir para uma solução positiva de um problema mundial – a contaminação

da biosfera pelo excesso de gás carbônico. Cabe agora à sociedade discuti-lo, emendar e particularizar o projeto, para otimizar seus múltiplos propósitos de interesse para as regiões brasileiras, para o País, para as nações vizinhas e para a sociedade humana”.²⁴

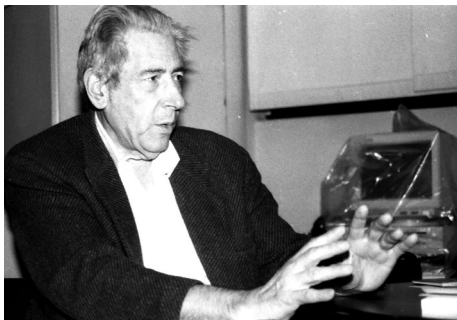
O IEA trabalhou motivado pelo objetivo de oferecer à sociedade uma alternativa, escreveu ainda Marcovitch em texto que não apenas explicava o projeto, mas explicitava a própria missão do IEA, “para enfrentar a questão ambiental com uma solução viável e útil, não só à geração do presente, mas também às gerações futuras. Em segundo lugar, que essa missão seja desincumbida de forma interinstitucional e interdisciplinar. Quer dizer, evitando a criação de novas instituições, mas compondo novas redes de talentos existentes, mantendo-os nas suas instituições de origem. Interdisciplinarmente, porque se entende que a complexidade do Floram tem que ser enfrentada com a confluência de conhecimentos, como ocorreu dentro do grupo que o elaborou. Em terceiro lugar, com o compromisso da Universidade em desempenhar um papel de território de encontro, onde os atores da sociedade possam convergir e livremente gerar proposições de interesse da sociedade como um todo”.²⁵

A história do Floram começou no congresso “Climate and Development”, realizado em Hamburgo em novembro de 1988, ao qual esteve presente o professor Wilfried Bach, da Universidade de Münster, convocado para discutir o efeito estufa. Na reunião houve um debate entre os pesquisadores comprometidos com a causa ambiental e os defensores da energia nuclear, que endossaram as críticas à poluição ambiental causada pelo descontrolado uso de combustíveis fósseis, propondo o caminho da instalação de centrais nucleares, solução rechaçada pelos pesquisadores diante do risco de novas catástrofes como a de Chernobil. Nesse contexto, o professor Bach indagou à delegação brasileira: “Por que o Brasil, com tamanha

extensão territorial e com um clima que permite o crescimento rápido de florestas, não desenvolve um grande projeto de reflorestamento destinado a fixar em fitomassa o excesso de carbono flutuante na atmosfera?”. O questionamento foi registrado pelo chefe da delegação brasileira Werner Zulauf, que depois discutiu com o então reitor da USP, professor José Goldemberg. Em 1989 Goldemberg solicitou a Jacques Marcovitch que o IEA iniciasse estudos sobre o tema.²⁶

Marcovitch já mantinha contato com Leopold Rodés, que liderava o Centro de Tecnologia de Celulose e Papel do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e depois esteve à frente de um grupo empresarial na área. Quando Marcovitch assumiu o IEA, o mesmo setor o procurou para estudar como incorporar as novas questões e restrições ambientais ao seu planejamento estratégico. Assim, se somaram ao projeto o próprio Leopold Rodés, Werner Zulauf, diretor da Cetesb, e Aziz Ab’Sáber (que tinha críticas ao uso de florestas com espécies exóticas). Na fase seguinte, foi constituído no IEA um grupo mais amplo, com a participação também de Antonio Rensi Coelho, Geraldo Forbes, James Wright, Leopoldo Brandão, Luiz Barrichelo, Mauro Antonio de Moraes Victor e Nelson Barbosa, convidados para debater o documento preliminar.

Tendo como objetivo transformar a proposição num projeto do Instituto, o grupo realizou diversas reuniões e o trabalho atravessou várias etapas, sob a liderança de Ab’Sáber. A principal característica do grupo foi a consciência de uma responsabilidade nacional e de longo prazo, mas também de pragmatismo. Em 1989 decidiu-se submeter os textos elaborados à apreciação de 100 personalidades dos principais setores interessados na questão florestal, pessoas vinculadas à pesquisa, à problemática ambiental e ao setor produtivo, entre eles as empresas nas áreas de transformação e comercialização da madeira e de empreendimentos em reflorestamento.



O geógrafo Aziz Ab'Sáber, líder do Projeto Floram, cujos textos elaborados foram submetidos, em 1989, à apreciação de 100 personalidades dos principais setores interessados na questão florestal.

A jornada de discussão se realizou no dia 21 de fevereiro de 1990, baseada nos textos previamente distribuídos.²⁷ No encontro, além de registrados os comentários dos presentes, foram lidas as opiniões remetidas por carta. Os debates forneceram subsídios que foram incorporados ao projeto. Na reunião de 21 de fevereiro, Murilo Passos, da Companhia Vale do Rio Doce, e Aldo Sani, da Riocell, anunciaram que iniciativas convergentes às previstas pelo Floram já estavam em andamento nas regiões em que atuavam essas empresas.

“Nós tivemos a participação de mais de 120 pessoas, vindas das indústrias, dos movimentos ambientalistas, porque cada pessoa representou um segmento da sociedade. A partir daí o projeto foi apresentado e lançado. Acredito que foi um projeto vitorioso do ponto de vista de proposta de políticas públicas, mas na hora da implementação faltou a ponte do financiamento”, contou Marcovitch, acrescentando: “Acredito que, se eu tivesse que voltar atrás, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um banco de desenvolvimento, deveria ter estado na fase de elaboração do projeto, porque era preciso gerar um financiamento parcialmente rentável, que é a cobertura florestal de uma indústria de celulose e papel, e era preciso gerar um financiamento suficiente para a recuperação de áreas degradadas com floresta nativa, que

Floram

estratégias

• **T**emos grande expectativa com o Projeto Floram, mas não podemos nos esquecer de que o Conselho Nacional de Meio Ambiente é o órgão responsável pela implementação e fiscalização do projeto ambiental, incluindo a realização de estudos para a criação de áreas de proteção ambiental e a realização de ações de educação ambiental e de controle ambiental.

• **T**emos grande expectativa com o Projeto Floram, mas não podemos nos esquecer de que o Conselho Nacional de Meio Ambiente é o órgão responsável pela implementação e fiscalização do projeto ambiental, incluindo a realização de estudos para a criação de áreas de proteção ambiental e a realização de ações de educação ambiental e de controle ambiental.

• **T**emos grande expectativa com o Projeto Floram, mas não podemos nos esquecer de que o Conselho Nacional de Meio Ambiente é o órgão responsável pela implementação e fiscalização do projeto ambiental, incluindo a realização de estudos para a criação de áreas de proteção ambiental e a realização de ações de educação ambiental e de controle ambiental.

• **T**emos grande expectativa com o Projeto Floram, mas não podemos nos esquecer de que o Conselho Nacional de Meio Ambiente é o órgão responsável pela implementação e fiscalização do projeto ambiental, incluindo a realização de estudos para a criação de áreas de proteção ambiental e a realização de ações de educação ambiental e de controle ambiental.

• **T**emos grande expectativa com o Projeto Floram, mas não podemos nos esquecer de que o Conselho Nacional de Meio Ambiente é o órgão responsável pela implementação e fiscalização do projeto ambiental, incluindo a realização de estudos para a criação de áreas de proteção ambiental e a realização de ações de educação ambiental e de controle ambiental.

• **T**emos grande expectativa com o Projeto Floram, mas não podemos nos esquecer de que o Conselho Nacional de Meio Ambiente é o órgão responsável pela implementação e fiscalização do projeto ambiental, incluindo a realização de estudos para a criação de áreas de proteção ambiental e a realização de ações de educação ambiental e de controle ambiental.

• **T**emos grande expectativa com o Projeto Floram, mas não podemos nos esquecer de que o Conselho Nacional de Meio Ambiente é o órgão responsável pela implementação e fiscalização do projeto ambiental, incluindo a realização de estudos para a criação de áreas de proteção ambiental e a realização de ações de educação ambiental e de controle ambiental.

• **T**emos grande expectativa com o Projeto Floram, mas não podemos nos esquecer de que o Conselho Nacional de Meio Ambiente é o órgão responsável pela implementação e fiscalização do projeto ambiental, incluindo a realização de estudos para a criação de áreas de proteção ambiental e a realização de ações de educação ambiental e de controle ambiental.

• **T**emos grande expectativa com o Projeto Floram, mas não podemos nos esquecer de que o Conselho Nacional de Meio Ambiente é o órgão responsável pela implementação e fiscalização do projeto ambiental, incluindo a realização de estudos para a criação de áreas de proteção ambiental e a realização de ações de educação ambiental e de controle ambiental.



O projeto Floram, que reuniu pesquisadores acadêmicos e setores da indústria de papel e celulose, foi um programa precursor das políticas de proteção ao meio ambiente, elaborado em período anterior à Rio-92.

continuam sendo consultados. O Goldemberg, como reitor, foi um dos indutores do projeto Floram. Ao concluir a sua gestão, tornou-se ministro naquele Ministério de salvação nacional que incluía Hélio Jaguaribe, Celso Lafer, porque era preciso liderar a Rio-92 em pleno processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor. Então, se existe uma evidência de que o que nós fizemos chegou à Rio-92 foi na questão ambiental e inclusive na questão florestal, por meio de Goldemberg, que era reitor e se tornou ministro de Ciência e Tecnologia durante o período da Rio-92, e, depois, ministro do Meio Ambiente, porque o José Lutzenberger resolveu sair e o Goldemberg teve que assumir”.²⁸

não é diretamente rentável. Ela pode se tornar rentável por meio de produtos como cacau, açaí, castanha do Brasil, mas não é a mesma rentabilidade que nós vamos encontrar com a indústria. É um projeto que marcou, dado o conhecimento e a capacidade que tivemos de organizar com um grupo multissetorial, multidisciplinar, multicompetências, que era coordenado por várias lideranças, mas que obviamente teve um peso muito grande do Aziz e constituiu hoje uma referência de trabalhos que

Fórum Capital-Trabalho

A primeira etapa do Fórum Capital-Trabalho se desenvolveu entre dezembro de 1991 e junho de 1992 entre representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e de sindicatos dos trabalhadores. A metodologia do diálogo e das negociações foi conduzida por James Wright e Hélio Zylbersztajn. O objetivo era criar um fórum que propiciasse o diálogo capital-trabalho para balizar caminhos para a solução de questões fundamentais do país. O Fórum foi presidido pelo reitor da USP, Roberto Leal Lobo e Silva Filho, e desenvolveu-se no IEA sob direção de Jacques Marcovitch.

No início dos encontros definiu-se uma agenda de temas prioritários e foram organizados grupos de debate, considerando-se que a preocupação primordial era o desenvolvimento nacional, abordando os seguintes temas: Reforma do Estado, Reforma Fiscal e Revisão da Constituição; Políticas de Rendas e de Modernização das Relações Capital-Trabalho; Políticas Agrícola, Industrial e do Comércio; e Política de Educação, Ciência e Tecnologia. Foram realizadas dez reuniões de coordenação geral e 40 reuniões dos grupos temáticos, com participação de 16 professores da USP e de representantes das seguintes organizações: Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP), Confederação Nacional do Transporte (CNT), Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) – um expressivo rol de entidades que se reuniu sob a coordenação do IEA.

Após meses de encontros, em junho de 1992, os participantes redigiram a Carta do Fórum Capital-Trabalho, que



O Fórum Capital-Trabalho reuniu lideranças industriais e sindicais para dialogar.

“desenhava uma nova agenda de relacionamento entre o sindicalismo dos empregadores e o sindicalismo dos empregados”.²⁹ O documento foi publicado na revista *Estudos Avançados*, que registrava que o Fórum “resultou da compreensão de centrais sindicais de trabalhadores e de entidades empresariais sobre a necessidade de um diálogo entre Capital e Trabalho, para se discutir os problemas básicos da sociedade brasileira. Diálogo ainda mais indispensável porque haviam-se tornado infrutíferas as discussões de amplos setores sociais com o governo da República”.³⁰

“Talvez a realização de que eu guardo mais lembranças seja a do Fórum Capital Trabalho”, conta Jacques Marcovitch, diretor do IEA naqueles anos: “Era uma atividade que devia ser feita com muita discrição. Nós estamos falando de 1992, época na qual a indústria automobilística estava vivendo já a sua crise e era preciso uma repactuação das relações capital/trabalho. Havia uma disposição das partes de conversar, mas elas não

encontravam um lugar apropriado para isso e qualquer espaço público estaria submetido ao assédio da imprensa. Então acabamos sendo o lugar mais indicado para trazer professores, entre eles Hélio Zylberstajn e James Wright (saudoso, faleceu muito jovem), que ajudaram muito na questão da metodologia. Nós tínhamos aquela famosa mesa oval no IEA onde era possível colocar as pessoas de uma forma que elas podiam se sentir parte de uma conversa. Não era uma negociação, era preciso saber os pontos em que todo mundo convergia, nos quais podiam divergir e nos quais se um tomasse uma decisão o outro iria perder. Nós começamos discutindo as convergências, que são a geração de emprego, a preservação da renda, o mínimo de estabilidade, o que precisava para unir os interesses das empresas com os dos sindicatos. Havia uma predisposição para a discussão porque já se percebia o que estava acontecendo na indústria automobilística no mundo. Havia uma tecnologia de automação que estava chegando. Então existia uma predisposição para competir internacionalmente e o Brasil precisava ser esse espaço de inserção no mercado e no ambiente internacional. As lideranças sindicais também viajavam, conheciam o mundo. Eles queriam discrição, fazíamos as reuniões aos sábados, quando pouca gente estava na Universidade. Estávamos sediados no térreo da Antiga Reitoria e colocávamos fitas pretas e amarelas nas janelas em volta para não haver o risco de alguém chegar e ouvir o que estava ocorrendo ou tirasse uma fotografia. Tínhamos que assegurar absoluta discrição, não havia nenhuma informação que transpirava, era um acordo entre as partes até a elaboração da Carta Capital-Trabalho. Acredito que geramos uma certa contribuição para um novo ordenamento entre as lideranças empresariais e as lideranças sindicais”.³¹

Pela importância desse Fórum nas atividades do IEA, vale o registro dos debates e conclusões. Conforme o documento

final, publicado na revista *Estudos Avançados*: “Ao divulgarmos as conclusões do Fórum, convém assinalar que, a despeito do ambiente de sombras reinante no país, desenvolve-se uma inédita e alentadora busca de soluções para a crise brasileira, empenho em que se destacam as forças do Capital e do Trabalho. Mesmo a explicitação de divergências evidencia um propósito construtivo, pois ao enunciá-las de forma clara abrem-se caminhos para a continuação do diálogo”.

A declaração final do Fórum elencou as convergências, mas registrou igualmente as divergências. Em relação à modernização das relações capital-trabalho, os participantes estavam de acordo sobre quais seriam as características gerais de um novo sistema de relações de trabalho no Brasil, muito mais autônomo em relação ao Estado e despidido das características corporativistas, já que o modelo vigente era considerado excessivamente controlado pelo Estado e se esgotara. Novas formas de relacionamento entre Capital e Trabalho precisavam ser criadas, com o objetivo de eliminar o intervencionismo estatal e privilegiar a negociação direta, como principal mecanismo para a administração do conflito entre Capital e Trabalho. Em um novo modelo, o papel do Estado seria o de garantir direitos mínimos, que seriam ainda definidos e especificados, criar-se-ia um novo instrumento normativo de negociação (que poderia ser ou não o contrato coletivo). Havia necessidade de reformar a legislação trabalhista, mantendo-se apenas os princípios básicos: salário-mínimo, o direito de organizar sindicatos, o direito de greve, a primazia da negociação coletiva e o direito à relação de trabalho formal. O documento elencava também pontos sobre os quais não houve consenso: extinção do poder normativo da Justiça do Trabalho; criação de um novo instrumento jurídico para fixar normas para negociação; direito das empresas de recorrer ao *lockout* e recolhimento compulsório das contribuições sindicais.

No início do documento, registrava-se uma discordância mais geral sobre o papel do Estado: “No curso das discussões sobre o papel do Estado, a concordância foi apenas em torno do princípio genérico de que os poderes públicos devem atuar no sentido de ser eliminada a miséria absoluta. Alguns participantes do Fórum sugerem uma atuação mais discreta do Estado, uma tributação menos onerosa sobre as empresas e uma incidência discretamente progressiva sobre as pessoas físicas. Em contraposição, outras opiniões no Fórum defendem um Estado mais atuante na reestruturação do modelo de crescimento, lançando mão de fortes instrumentos tributários para se alcançar a redistribuição de rendas e se valorizar o mercado doméstico. Outros participantes realçaram que, independentemente de sua profundidade, o Estado deve exercer seu papel na economia através de uma negociação ampla com segmentos da sociedade diretamente afetados; assim, preferem um instrumento mais neutro como o imposto sobre transações financeiras na base de estrutura fiscal e uma abertura comercial subordinada a uma política industrial. Há opiniões que se deve procurar uma forma de controle da sociedade civil sobre o Judiciário, possivelmente através de um conselho de controle do Judiciário, como o existente na França. Opiniões foram apresentadas sobre a redefinição do papel do Senado, mas não se chegou a um consenso sobre esta questão”.

Educação, Ciência e Tecnologia

Em reunião realizada no dia 15 de junho de 1992, a Coordenação-Geral do Fórum Capital-Trabalho aprovou como resolução, além do documento “Conclusões e Recomendações”, uma “Carta Educação” e uma “Carta Ciência e Tecnologia”. Ambas as cartas estavam também alinhadas, em seus princípios gerais, às preocupações e discussões do IEA em relação

ao diagnóstico e às necessidades da Educação e em relação a formular uma política de Ciência e Tecnologia.

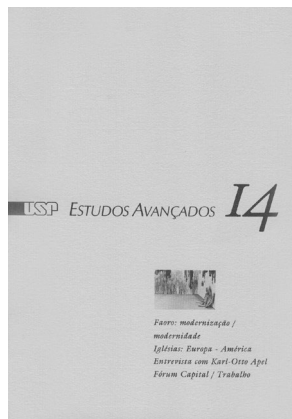
Segundo a “Carta de Ciência e Tecnologia”, o Fórum, “ao analisar nosso complexo científico-tecnológico, identifica em suas fragilidades impedimentos ao nosso desenvolvimento produtivo. Por outro lado, os problemas da Ciência e da Tecnologia talvez sejam melhor compreendidos como consequências do que como causas” e “A incapacidade revelada pelo país de competir internacionalmente e de gerar tecnologia é tanto consequência do perverso perfil educacional da população brasileira, da ausência de políticas consequentes e duradouras de modernização produtiva, como da decorrente insuficiência em pesquisa básica e aplicada em instituições públicas e nas empresas. É difícil definir causa e efeito em questões como estas, nas quais a ação recíproca é ostensiva. Reconhecer a limitação de qualquer equacionamento setorial do problema é um bom ponto de partida para a compreensão de sua natureza”.³²

“A atual crise econômica brasileira por si só é um obstáculo à inserção de novas tecnologias nos meios de produção, levando a perdas crescentes nas trocas internacionais, à medida que aumentam as perdas de competitividade. A superação desta condição exige qualificação do Trabalho e modificação nas formas de produção, o que implicará contínuo e renovado entendimento entre Capital e Trabalho. Além disso, face às restrições dos países desenvolvidos em transferir tecnologia aos outros países, é fundamental um projeto nacional de geração de tecnologia”.

Igualmente foi organizada uma “Carta Educação”, segundo a mesma premissa de que o Fórum Capital-Trabalho, sediado na Universidade de São Paulo, com representantes das principais centrais sindicais e federações de empresas, busca identificar os principais obstáculos ao desenvolvimento social e produtivo no Brasil e estabelecer estratégias para superá-los. “De

forma consensual, Capital e Trabalho veem na carência da educação fundamental o principal entrave à construção da nação. Até há algum tempo, o sistema produtivo operava com uma parcela de profissionais estritamente especializados lado a lado de uma maioria de trabalhadores não qualificados. O quadro atual não comporta esta divisão e impõe uma formação básica universalizada entre os trabalhadores e uma capacidade de ágil adaptação a novas técnicas (atualização permanente), sobretudo diante da revolução, ainda em curso, nos processos produtivos. A educação fundamental torna-se, por isso, condição estratégica essencial. O Brasil carece neste momento de condições para acompanhar a rápida evolução tecnológica ou para enfrentar uma abrupta abertura de mercados, enfim, para fazer face à competição internacional. Torna-se dramático suportar tal competição em inferioridade de condições, ao mesmo tempo em que se tenta promover a modernização do sistema produtivo. Esta modernização depende, também, e, talvez, sobretudo, de uma correspondente política educacional. Este é o fulcro da questão para a elaboração de estratégias de transição para o desenvolvimento nacional, nas novas condições tecnológicas e no atual panorama internacional”.³³

A organização desse Fórum deu ao IEA um *know-how*, que foi se desenvolvendo e criou no Instituto a confiança e a segurança de assumir desafios ousados, conta Marcovitch. Segundo ele, outros setores, quando leram a Carta Capital-Trabalho, começaram a vislumbrar a mesma objetividade no diálogo e nas



Capa da revista *Estudos Avançados* que publicou os documentos do Fórum Capital-Trabalho.

propostas que precisavam ser atingidas para enfrentar os desafios dos diferentes setores do país.³⁴

Participação na Eco-92

Foi em 1992 que se deu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro. Acordos ambientais importantes foram estabelecidos, incluindo a Agenda 21, além da abertura de dois tratados multilaterais para assinatura: a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e a Convenção sobre Diversidade Biológica.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) foi criado após a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972. Pouco antes, em 1969, em uma pesquisa inédita sobre questões ambientais globais, o relatório “Problemas do meio ambiente humano: relatório do Secretário-geral” emitiu um alerta severo: “Se as tendências atuais continuarem, a vida na Terra pode estar em perigo”. Depois de 1972, sucederam-se diversos acordos, como a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção, para monitorar, regular ou proibir o comércio de espécies em risco. Em 1979, a Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância estabelece o primeiro instrumento juridicamente vinculante do mundo para tratar da qualidade do ar regional.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi sedimentado no início dos anos 1980, moldando uma agenda global de desenvolvimento sustentável. No mesmo ano, em parceria com a União Internacional para a Conservação da Natureza e o Fundo Mundial para a Natureza, o Pnuma publicou a Estratégia de Conservação Mundial. Em 1981, a Assembleia



O reitor José Goldemberg era presença constante nas atividades do Instituto. Na foto, uma palestra sobre “O Estado e a Educação no Brasil” em 1992.

Geral da ONU designou aquela como a Década Internacional da Água Potável e do Saneamento. Em 1982, O Conselho de Administração do Pnuma adotou o primeiro Programa de Montevideu, estabelecendo prioridades para a legislação ambiental global. Isso levou a acordos importantes – incluindo as convenções de Basileia, Estocolmo e Roterdã, e o Protocolo de Montreal. Em 1987, todos os 197 Estados-Membros das Nações Unidas adotaram o Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.³⁵ Em 1988, o Pnuma e a Organização Meteorológica Mundial lançaram o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas para fornecer informações científicas em todos os níveis aos governos, utilizadas para desenvolver políticas climáticas. Em 1991, em Espoo, Finlândia, a Convenção sobre Avaliação dos Impactos Ambientais foi estabelecida para o gerenciamento de questões ambientais internacionais.

Esse era o contexto mundial quando foi realizada a ECO-92 no Rio de Janeiro, que mobilizou os setores ambientalistas do país. Jacques Marcovitch relembra a participação do Instituto: “O IEA se tornou uma das unidades da Universidade mais engajadas na preparação, na execução e depois na avaliação da Conferência. O secretário-geral da Conferência me

convidou para participar de um grupo. Nós nos reuníamos no Rio de Janeiro para conversar sobre temas como a relação da questão ambiental com as Forças Armadas, a organização do tratado da Amazônia. Isto acabou fazendo com que nós tivéssemos uma instituição como o IEA numa Universidade que estava muito sintonizada já na época para as questões da Amazônia, do meio ambiente e, ao mesmo tempo, pessoas como eu e Umberto Cordani, que estavam conectados com o tema”.³⁶

Conforme Umberto Cordani: “Esta era uma época em que a ONU estava tentando tratar dos assuntos ligados a ambiente e desenvolvimento. Finalmente o mundo tinha acordado para o fato de que é finito. A diplomacia brasileira teve um papel importante em fazer da reunião do Rio uma reunião sobre meio ambiente e desenvolvimento. O IEA e a USP tiveram um papel importante na reunião. Naquela época eu era membro do Conselho do IEA, fui eleito pelo Conselho Universitário. O diretor era o Jacques, que se interessava muito por estes temas. No Conselho do IEA, tinha assumido um grupo que tratava de meio ambiente. No Rio participei de uma série de atividades. A USP queria se envolver e eu era presidente da União Internacional de Ciências Geológicas, que teve uma atuação muito ativa”.³⁷

Umberto Cordani, professor do Instituto de Geociências, se tornaria em 1994 o terceiro diretor do IEA, permanecendo até 1997. Foi sob o impacto de conferências sobre o meio-ambiente, especialmente a Rio-92 e a Rio +5, em 1997, e seus desdobramentos, que o IEA desenvolveu diversas atividades nesse período. Foi também durante o seu mandato que o Instituto completou dez anos de atividades, como veremos no próximo capítulo.



3

Democracia, tolerância, meio ambiente, ética e Universidade pública (1994-2001)

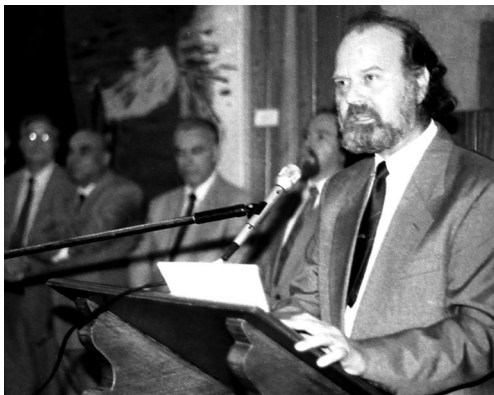
PÁGINA ANTERIOR

Dom Paulo Evaristo Arns, que integrava o Conselho Deliberativo do IEA, Alfredo Bosi e Umberto Cordani no lançamento da Edição 24 da revista *Estudos Avançados*, 12 de setembro de 1995.

“O IEA mudou a minha forma de pensar”, afirma o professor Umberto Giuseppe Cordani ao lembrar a sua experiência como terceiro diretor do Instituto de Estudos Avançados, entre os anos 1994 e 1997. O professor Alfredo Bosi (1936-2021) foi vice-diretor nessa gestão, posição que ocupava desde 1987, acompanhando, portanto, as três primeiras gestões do IEA. Cordani se refere a Bosi como “meu mentor”, e recorda: “Nos quatro anos como diretor, dividíamos as funções, e Alfredo Bosi foi um parceiro exemplar, exigente, suave, competente”.¹

A convivência intelectual e institucional entre Cordani, professor do Instituto de Geociências da USP, e Bosi, professor de Literatura da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, é emblemática do trabalho colaborativo, fraterno e produtivo entre os diversos pesquisadores e campos de conhecimento no IEA e a prática efetiva do diálogo inter e multidisciplinar. Alfredo Bosi sucederia Cordani para se tornar diretor do IEA entre 1998 e 2001.

No período entre 1994 e 2001, o IEA consolidou e expandiu os princípios que nortearam a sua fundação. Enquanto Cordani organizava, entre outras iniciativas, reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável para embasar propostas de políticas públicas locais e globais, Bosi liderava diversas



Posse do professor Umberto Cordani na direção do IEA, 25 de fevereiro de 1994; "O IEA mudou a minha forma de pensar", afirmou ele ao se referir ao seu período à frente do Instituto.

ações em defesa da esfera pública e da ética, entre elas a Comissão de Defesa da Universidade Pública e a Comissão do Código de Ética da Universidade de São Paulo, ambas instaladas no IEA. Com isso, a USP referendava as suas práticas, o seu papel e a sua inserção na sociedade maior com discussões e intervenções que conectavam Universidade pública, democracia, ética, políticas públicas e desenvolvimento sustentável.

Um ano depois da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, em 1993, com a participação dos professores José Goldemberg, Jacques Marcovitch e Umberto Cordani, o IEA organizou o seminário internacional "The Role of Applied Science and Technology for a Sustainable Society". E cinco anos depois da Rio-92, em 1997, IEA e Academia Brasileira de Ciências promoveram um *workshop* para avaliar os resultados alcançados naquele período. As apresentações foram reunidas no livro *Rio 92. Cinco anos depois*, organizado por Cordani, Marcovitch e Eneas Salati, conforme veremos em detalhes mais adiante.

Em 1999, durante a gestão de Bosi, foi criado o polo do IEA em São Carlos, iniciativa do professor Sérgio Mascarenhas, ampliando a ação do Instituto para esse importante campus



Em 1999 foi criado o polo do IEA em São Carlos, iniciativa do professor Sérgio Mascarenhas, à dir. na foto. À esq., Alfredo Bosi, diretor do IEA entre 1998 e 2001.

da USP. “O professor Mascarenhas se dedicou quase que *full time* à construção da sede do polo de São Carlos. O papel dele foi imprescindível e, conjuntamente com a professora Yvonne Mascarenhas, desenhou o projeto das atividades iniciais”, conta Valtencir Zuccolotto, coordenador do Polo IEA São Carlos de 2019 a 2023.²

“São Carlos é uma cidade privilegiada porque nós temos duas grandes universidades públicas, a Universidade Federal de São Carlos e a USP, e também universidades privadas. Isso traz benefícios diretos, os impactos para a sociedade são-carlense são palpáveis, desde aspectos sociais, com projetos de extensão importantes que chegam até os alunos da rede pública e assim por diante”, relata Valtencir Zuccolotto, acrescentando: “A cidade de São Carlos é um celeiro de ciência e inovação. O direcionamento e as iniciativas do Instituto de Estudos Avançados têm sido fundamentais em prol do bem-estar da sociedade. Nossos projetos são basicamente tecnológicos, nosso DNA está nas Ciências Exatas e nas engenharias. Os grupos de trabalho são compostos por pesquisadores muito renomados da USP, da Ufscar, da Embrapa. Temos por meta buscar, vislumbrar quais são os grandes problemas ou temas da atualidade que necessitam do apoio da ciência e da tecnologia e, com isso, conseguimos formar grupos de pesquisa e elaborar projetos importantes

em todas as áreas. Claro que trazendo respostas, algumas mais rápidas e outras não tão rápidas, mas visando inserir a ciência e a tecnologia na solução de grandes problemas relacionados à nossa região”.³

Entre inúmeros grupos e realizações promovidos pelo IEA nesses anos, as áreas de Assuntos Internacionais, Ciências Ambientais e Política Científica e Tecnológica tornaram-se emblemáticas do trabalho efetivamente interdisciplinar e da composição diversa e heterogênea da composição de seus integrantes, com representantes de diversos setores da sociedade e integrantes de diferentes governos.

Umberto Cordani e Alfredo Bosi somavam-se, assim, aos dois primeiros diretores, o historiador Carlos Guilherme Mota e o administrador Jacques Marcovitch. A diversidade de áreas acadêmicas dos diretores consolidava-se como uma marca forte do IEA. Mas, mais do que imprimir ao Instituto uma marca da área do conhecimento de cada diretor, essa característica singular do IEA – que se mantém plenamente ao longo de quase quatro décadas de atuação – significa um acréscimo à natureza inter e multidisciplinar da Instituição. Cada diretor respeitou essa característica e somou mais um vetor ao diálogo, permanecendo o IEA sempre aberto a temas e demandas que exigiam novos formatos e olhares para os desafios do presente e para políticas públicas voltadas à construção do futuro.

Respeito, fraternidade, rigor e acolhimento

Nesse sentido, pode-se dizer que a principal realização de cada um dos diretores do IEA, personalidades de notoriedade pública e mérito acadêmico em suas áreas, foi justamente manter e somar ao projeto de fundação do IEA. Não mudaram sua rota, não impuseram um olhar de sua área e, conforme Carlos Guilherme Mota, mantiveram e mantêm entre si uma relação

de “fraternidade, eram *fellows*”, o que não é pouco e muito menos ocorre de forma frequente no ambiente acadêmico e institucional entre diretores e gestores de diferentes épocas e áreas.⁴ Essa possibilidade da fraternidade e do trabalho colaborativo é por si só um mérito e uma conquista do projeto IEA-USP. Em parte desse período, entre 1997 e 2001, foi reitor da USP Jacques Marcovitch, segundo diretor do IEA. Se a trajetória do professor Marcovitch para se tornar reitor evidentemente continha inúmeros marcos institucionais e de gestão pública além do IEA, não deixa de ser significativo que uma personalidade como ele, segundo diretor do Instituto, tenha se tornado reitor, procurando levar à Universidade como um todo o espírito irradiado pelo novo Instituto criado em 1986.

Antes de assumir a diretoria do IEA, Umberto Cordani foi diretor do Instituto de Geociências da USP entre 1987 e 1991. Formado em Geologia na USP em 1960, especializou-se em Geocronologia na Universidade da Califórnia, em Berkeley, concluiu o doutorado em Ciências em 1968 pela antiga FFCL da USP e realizou pós-doutorado na Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica. Foi presidente da União Internacional de Ciências Geológicas (IUGS) entre 1988 e 1992, e entre 1990 e 1995 foi membro do Comitê Técnico-Científico da Década Internacional para Redução de Desastres Naturais da ONU. Também faz parte da Academia Brasileira de Ciências. Assim, quando assumiu o IEA, Cordani, que era integrante do Conselho Universitário e do Conselho Deliberativo do IEA, eleito em 1991, participava como expoente em algumas das organizações científicas que estavam na linha de frente das discussões internacionais sobre meio ambiente, inclusive a ECO-92, no Rio de Janeiro, como vimos no capítulo 2, que mobilizara o IEA e a USP.

Alfredo Bosi era um dos mais antigos e presentes integrantes do IEA, pilar dos princípios e valores da instituição,

vice-diretor de 1987 a 1997 e editor da revista *Estudos Avançados* desde 1989, que registrava e divulgava as principais contribuições e os debates ocorridos no Instituto. Professor de Literatura Brasileira da FFLCH, teve uma carreira acadêmica que incluiu a publicação de clássicos como *História concisa da literatura brasileira* e *Dialética da colonização*, e uma militância admirada no campo dos direitos humanos, como integrante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns e da Comissão de Justiça e Paz. Foi coordenador da Comissão de Defesa da Universidade Pública (1998-1999), organizou o documento coletivo *A presença da Universidade pública* (2000), foi membro da Comissão do Código de Ética da Universidade de São Paulo (2001) e primeiro presidente dessa Comissão em 2002-2003. Pouco tempo após deixar a direção do IEA, Bosi foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. O professor Carlos Guilherme Motta lembra que Bosi, mesmo não estando no grupo inicial, foi um dos “criadores e agitadores do IEA. Ele tinha muito carisma e marcou muito a vida do Instituto. Foi uma figura pública e assumiu o Instituto de corpo e alma”.⁵ O professor Guilherme Ary Plonski, atual diretor do IEA, enfatiza uma faceta central na atuação do professor Bosi: “Heranças de Bosi no IEA, que estão impregnadas no DNA do Instituto, são a generosidade e o acolhimento. Bosi achou a forma de combinar rigor com acolhimento a 250, 300 pesquisadores que se dedicam ao e contribuem com o IEA”.⁶

Um ambiente de interação

Foi, assim, de encontros e diálogos entre áreas e personalidades diversas e, igualmente, da discussão e proposição de políticas públicas, seja no campo do meio ambiente, do ensino básico, seja em defesa da Universidade pública, da ética na Universidade, que a vida do IEA se desenrolou e se consolidou

no decorrer daqueles anos, funcionando no edifício da Antiga Reitoria.

“A vida intelectual no IEA foi muito rica. Eu vim de uma área de estudos de Geologia ligada às Ciências Exatas e acabei mergulhando nas Ciências Humanas. Fui modificado pela minha atuação no IEA, devo muito ao Instituto pelo que sou agora. Isto define a missão do IEA”, afirma Cordani, lembrando “as atividades que tivemos no IEA e a convivência, por exemplo, com Alberto Carvalho da Silva e com outros pesquisadores de Ciências Humanas. Foram tempos excelentes e sempre muito interessantes. O ambiente do IEA realmente fornece essa interação entre várias pessoas que podem aprender umas com as outras, funciona muito bem. O Instituto de Geociências sempre teve professores que trabalharam, por exemplo, com Geologia Ambiental, que é uma disciplina do curso. Mas ambiente é muito mais do que isso e fui trabalhar com pesquisadores das áreas de Biociências, Botânica, Hematologia, mas também com economistas, engenheiros e cientistas sociais, ligados ao tema de ambiente e desenvolvimento, que trabalham com conhecimentos diferentes e, com isso, as nossas ideias se modificam e se enriquecem de fato. Acho que também devolvi isto para o Instituto de Geociências, ampliando as relações com outros campos. Lembro que, a partir dos anos 1990, comecei a dar palestras e conferências sobre sustentabilidade, ambiente e desenvolvimento, quer dizer, uma série de assuntos dos quais eu estava longe passaram a fazer parte do meu trabalho e das minhas aulas”.⁷

“De que se trata?”

A atuação de Cordani e o seu depoimento sobre o aprendizado que ele próprio teve na direção do IEA respondem, indiretamente, à indagação que ele fez em seu discurso de posse

como diretor em 25 de fevereiro de 1994, no gabinete do reitor Flávio Fava de Moraes: “De que se trata e como se insere, na maior Universidade brasileira, uma unidade sem alunos, sem laboratórios, sem pesquisadores?”⁸

Com o IEA próximo de completar dez anos de criação e de incessantes atividades que projetavam a USP em diversos temas que catalisavam os debates nacionais e mundiais, o questionamento de Cordani revelava uma característica da natureza constitutiva do Instituto que permanecia mesmo após dez anos de existência: estar em permanente questionamento e movimento. Essa pergunta certamente não faria sentido como indagação no discurso de posse de qualquer outra unidade da Universidade, mas nesse caso não é a pergunta que importa, é o movimento que ela suscita como impulso para inquietar e transformar.

A exemplo dos dez anos anteriores, a resposta à pergunta de Cordani se deu na própria continuidade do trabalho do IEA e em sua capacidade de reinvenção a partir de uma estrutura ao mesmo tempo sintética e dinâmica e que provou ser funcional. “O professor Goldemberg imaginou um Instituto justamente sem alunos e sem laboratórios, mas com gente pensante, uma instituição de espírito aberto e ágil, dando atenção a temas de ponta do pensamento contemporâneo, de preferência interdisciplinares, que se preocupasse com políticas de desenvolvimento, visando à melhor articulação entre Universidade e sociedade e que promovesse a colaboração entre pesquisadores da USP com personalidades da vida cultural nacional e internacional. O IEA deveria promover uma ciência de fronteira”, afirma Cordani: “Ele queria um braço externo à USP, que é uma federação, e onde cada Instituto atua apenas dentro da Universidade. O Conselho Universitário, que reúne os mais de 30 institutos e é formado por 80 ou 90 pessoas, é um colegiado que, na verdade, trata muito de assuntos internos. A USP

precisava de alguma iniciativa que mexesse com a sociedade. Goldemberg considerou que esse instituto poderia ser o IEA, que reuniria pesquisadores, lideranças de alguns dos institutos da USP, que poderiam discutir, ter um certo tempo para se dedicar a um projeto, chamar a atenção para certas questões, fazer programas, reunir pessoas não só da USP, mas de vários perfis, e normalmente também líderes da sociedade, um embaixador, um secretário de ministério, para trabalhar junto e dar algumas possibilidades diferentes para a Universidade melhor se inserir no mundo”.⁹

Se uma década antes, quando da fundação do IEA, uma das questões fundamentais em debate na Universidade era a crítica a certa distância, às vezes alheamento, em relação às questões mais sensíveis do presente e a capacidade de dar respostas que reunissem especialistas de áreas diversas, em 1994 se elegeu presidente, na segunda eleição após o fim da ditadura, um docente da USP, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que havia sido cassado pelo AI-5, cuja reintegração aos quadros da Universidade foi justamente um dos fatores centrais nas motivações de fundação do IEA. Ou seja, se no final dos anos 1970 o próprio IEA foi cogitado, em um primeiro formato institucional imaginado, como espaço que acolheria os professores cassados e exilados, pouco mais de uma década e meia depois um desses notáveis professores toma posse como presidente da República, deixando para trás o ambiente considerado enzimado no que se refere ao diálogo com a sociedade e, além disso, mostrando a expressiva carga simbólica de empossar no cargo máximo da República um professor e intelectual da USP, da FFLCH, cassado pela ditadura.

Em seu décimo aniversário, em 1996, o IEA promoveu uma série de grandes conferências, que trouxeram o prêmio Nobel de Química, Mario Molina; o presidente da União Internacional de Ciências Geológicas, William Sefton Fyfe; a psicóloga e



Umberto Cordani, Sábato Magaldi, Alfredo Bosi e Jacques Marcovitch em palestra de Magaldi nos eventos de comemoração dos 10 anos do IEA.

pedagoga Emilia Ferreiro; o presidente da Associação Juízes pela Democracia, Urbano Ruiz; o médico e pesquisador Luiz Hildebrando Pereira da Silva; e o linguista Noam Chomsky. Depois, o IEA organizou ciclos de conferências temáticas, coordenados por Aziz Ab'Sáber, José Goldemberg, Oswaldo Frota Pessoa e Flavio René Kothe. Além disso, nomes como Sábato Magaldi, Albert Fishlow e Rubens Ricupero proferiram as conferências do mês no Instituto. O conjunto de temas

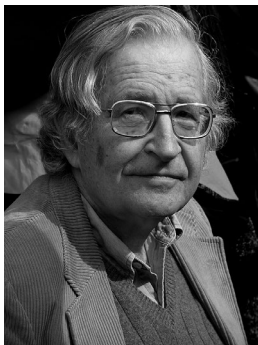
e de personalidades mostra a pluralidade vívida e a escolha de pessoas que, além de pesquisadores renomados, se comunicavam de forma crítica com o público e a sociedade em questões prementes do país e do mundo.

A palestra de Noam Chomsky, realizada em 22 de novembro de 1996, no prédio da FAU, atraiu uma multidão de *pop star* e foi o evento do IEA que mais repercutiu na imprensa no período e provavelmente uma das palestras mais concorridas na trajetória do Instituto. Professor titular do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Chomsky é uma das vozes mais ativas na crítica à política externa dos Estados Uni-

dos.¹⁰ Em sua palestra a convite do IEA, discutiu o conceito e o alcance de democracia. A pedagoga Emilia Ferreiro, por sua vez, debateu as questões de alfabetização em um mundo que se informatizava a passos rápidos em “La revolución informática y los procesos de lectura y escritura”.¹¹

No âmbito da área de assuntos internacionais do Instituto, ocorreu uma conferência em 1996 do secretário-geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, no salão nobre do Conselho Universitário da USP. Na ocasião, mais de 150 pessoas, entre docentes da Universidade e personalidades da comunidade nacional, puderam debater a respeito de temas de interesse para as Nações Unidas e para o mundo em geral.

Foi em 1996 que o IEA lançou sua nova identidade visual e logomarca. Para escolher a nova identidade, foram realizados dois concursos de âmbito nacional. Com a colaboração de



Nas comemorações de 10 anos do IEA, a palestra de Noam Chomsky, em 22 de novembro de 1996, no prédio da FAU, atraiu uma multidão e foi o evento do IEA que mais repercutiu na imprensa no período e provavelmente uma das palestras mais concorridas na trajetória do Instituto.

Foi em 1996
 que o IEA
 lançou sua nova
 identidade visual
 e logomarca,
 criada pelo
 designer gráfico
 e professor da
 FAU Vicente
 Gil Filho.
 Escolhida entre
 250 propostas
 apresentadas,
 a nova marca
 se destacava
 pela clareza na
 comunicação e
 na identificação
 e leitura da
 sigla IEA.

CICLO COMEMORATIVO

17 outubro 1ªh
A situação atual da camada de ozônio: problemas e perspectivas
 Márcia Mônica
 Aposentado Pedro Lobo de Silva Dias
 Instituto de Física de Caracaras

29 outubro 1ªh
O Sistema Terra e o desenvolvimento futuro dos recursos naturais para a sociedade (*)
 William Fyfe
 Aposentado Roberto S. Cordeiro
 Aposentado Prof. Peter Green, Science Institute Oceanographic
 Prof. de Oceanografia, IT, Universidade

23 outubro 1ª:30h
As perspectivas do Direito no final do século XX
 Urbiano Ruiz
 Aposentado Adalberto de Almeida Barros
 Aposentado Prof. Dr. Roberto Figueiredo de Brito
 Faculdade de Direito de Ribeirão Preto

28 outubro 1ªh
Pesquisa biomédica no século XXI: que prioridades adotar em países como o Brasil?
 Luiz Hildebrando Pereira da Silva
 Aposentado Emory Cury
 Aposentado Prof. Peter Green, Science Institute Oceanographic
 Aposentado Prof. Roberto S. Cordeiro, Instituto Oceanográfico
 Universidade de São Paulo

30 outubro 1ªh
A diversidade: um tema para a pesquisa psicolingüística e para repensar a educação do próximo século
 Emília Ferreira
 Aposentado Adalberto de Almeida Barros
 Aposentado Prof. Dr. Roberto Figueiredo de Brito
 Faculdade de Direito de Ribeirão Preto

18 novembro 1ªh
O Plano Real e a pobreza
 Maria da Conceição Zaveres
 Aposentado Inês Regina Mendes Leiser
 Aposentado Dr. A.
 Aposentado Prof. Carlos Augusto Nóbrega Cabral, Universidade

22 novembro 1ªh
O lugar da história da lingüística e construção teórica da moderna ciência da linguagem (*)
 Norman Chomsky
 Universidade Columbia, EUA

1ªh
Consenso sem consenso: reflexões sobre a teoria e a prática da Democracia (*)
 Aposentado Roberto Carlos
 Aposentado Dr. A.
 Aposentado Prof. Carlos Augusto Nóbrega Cabral, Universidade

806



IO

Aniversário

ie] ^A
 Instituto de Estudos
 Avançados da
 Universidade de
 São Paulo

Colaboração:
 Departamento de Linguística
 (FLEC) / USP
 Departamento de Linguística
 e Filologia (LFL) / USP
 CNPq - Conselho Nacional
 de Desenvolvimento
 Científico e Tecnológico
 Editora Scitua

Informações:
 0811 878 8194 e 878 6462
 Fax
 0811 211 9863
 ie@usp.br
 Edmundo França

estudos ^A **Avançados**

O FUTURO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Este livro trata do futuro do comércio internacional em um mundo globalizado. O autor analisa as tendências atuais e as perspectivas futuras, abordando temas como a globalização, a integração econômica, o comércio eletrônico e o impacto das novas tecnologias. O livro é escrito por um dos maiores especialistas em comércio internacional do mundo.

BETTY MANDLIN LANCA LIVRO SOBRE MITOS SURUI

Este livro apresenta uma obra de arte e de pesquisa sobre os mitos Surui, uma tribo indígena do Brasil. A autora, Betty Mandlin Lanza, apresenta uma série de ilustrações e textos que exploram a mitologia e a cultura desta tribo. O livro é uma contribuição importante para o conhecimento sobre a diversidade cultural do Brasil.

estudos ^A **Avançados**

INFORMAÇÃO DE INTERESSE PARA AUTORES E EDITORES DE PERIÓDICOS

Este livro fornece informações importantes para autores e editores de periódicos, abordando temas como a escolha de temas, a estruturação de artigos, o processo de revisão e a publicação. O livro é escrito por especialistas em comunicação científica e é uma leitura obrigatória para quem trabalha com a produção de periódicos.

estudos ^A **Avançados**

O ESTADO DA CAMADA DE OZÔNIO

Este livro apresenta uma obra de pesquisa sobre o estado da camada de ozônio, abordando temas como a poluição atmosférica, o aquecimento global e o impacto das atividades humanas. O livro é escrito por um dos maiores especialistas em climatologia do mundo.

PROJETO NACIONAL E POLÍTICA EXTERNA

Este livro apresenta uma obra de pesquisa sobre o projeto nacional e a política externa, abordando temas como a diplomacia, a integração econômica e o papel do Brasil no cenário internacional. O livro é escrito por um dos maiores especialistas em relações internacionais do mundo.

estudos ^A **Avançados**

INFORMAÇÃO DE INTERESSE PARA AUTORES E EDITORES DE PERIÓDICOS

Este livro fornece informações importantes para autores e editores de periódicos, abordando temas como a escolha de temas, a estruturação de artigos, o processo de revisão e a publicação. O livro é escrito por especialistas em comunicação científica e é uma leitura obrigatória para quem trabalha com a produção de periódicos.

Ana Mae Barbosa, Francisco Homem de Melo, Cesar Hirata e Plínio Martins Filho, foi selecionada, dentre cerca de 250 propostas, a logomarca criada pelo designer gráfico Vicente Gil Filho. Formado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e mestre pela mesma instituição, Gil Filho foi chefe do setor de Programação Visual da Companhia Energética de São Paulo entre 1976 e 1986, quando implantou seu programa de identidade visual, e desde 1986 mantinha um escritório de design que criou inúmeras marcas empresariais e institucionais.

A logomarca foi concebida, segundo Gil Filho, levando em consideração a clareza na comunicação e na identificação e leitura da sigla IEA. A marca apresentava-se com um caráter de contemporaneidade, coerente com o perfil do Instituto. A disposição das letras da sigla evitava um padrão convencional e propunha um conceito de marca forte e de impacto. O nome do Instituto de Estudos Avançados, por conter a palavra Avançado, sugere, explicava o designer, algo que se situe num patamar cultural e tecnológico elevado; com isso, a marca possui elementos que comparecem na simbologia da Matemática: parênteses, colchetes, potências.

A revista *Estudos Avançados*, com três edições anuais, tinha uma tiragem de 14 mil exemplares por edição, que eram assim distribuídos: 5.550 para os docentes da Universidade, 4 mil para pessoas cadastradas no *mailing* do Instituto, cerca de 400 para a imprensa e o restante a órgãos da Universidade e participantes das atividades do IEA. O número 27 foi relançado em Brasília, na Biblioteca do Senado Brasileiro, onde a revista do IEA era uma das mais consultadas por senadores e seus assessores na preparação de seus estudos e discursos. O Instituto mantinha o *Informativo IEA*, publicado até 2006, editado pelo jornalista Mauro Bellesa, que divulgava a programação de eventos com informações e reportagem. O IEA produzia também o programa de rádio “Uma Janela para

o Mundo”, transmitido pela USP FM aos sábados, às 15 horas. Em 1997 foi transformado no Programa *Contexto* aos domingos, às 10h30, na USP FM, e que estava dividido em blocos: “Entrevista”, “Assunto da Semana”, “Informe”, “Agenda”, “Opinião”, além de “Retrospectiva”, de memória do Instituto. Nesses anos o Instituto criou o seu primeiro site, vinculado ao site geral da USP.

As novas cátedras

Nesse período, o IEA instituiu quatro novas cátedras: Nicolau Copérnico, Mário Schenberg, Lévi-Strauss e Unesco. Elas revelam a diversidade de parceria e intercâmbios com universidades estrangeiras, instituições acadêmicas, governo federal e um organismo internacional: Universidade de Lodz na Polônia, Ministério da Ciência e Tecnologia, Collège de France e Unesco. Também mostram a diversidade de temas e preocupações. As cátedras Jaime Cortesão e Simón Bolívar seguiam suas atividades, bem como o Núcleo de Pesquisa Brasil-França (Nupebraf).

A Cátedra Nicolau Copérnico foi uma parceria firmada em 1995 com a Universidade de Lodz para pesquisas nos campos da ciência, cultura e artes. Com objetivo semelhante foi criada na Universidade de Lodz a Cátedra José Bonifácio de Andrada e Silva. A Cátedra Mário Schenberg, por sua vez, foi estabelecida com o Ministério da Ciência e Tecnologia, em 1996, tendo por objetivo estimular estudos e pesquisas sobre fundamentos da Física, Epistemologia da Ciência e Teoria do Desenvolvimento Científico. Com o Collège de France foi assinado um convênio em 1997 para a criação no IEA da Cátedra Lévi-Strauss, visando ao desenvolvimento da cooperação científica por meio de cursos, conferências e seminários de pesquisa.

Para promover um sistema integrado de pesquisa, treinamento, informação e documentação, a USP e a Unesco assinaram, em 1996, convênio para a criação no IEA da Cátedra Unesco de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância. Tinha como um dos objetivos propiciar a colaboração entre pesquisadores de projeção internacional e o corpo docente da USP e integrar o Projeto Unitwin – University Education Twinning and Networking Scheme.

A cátedra foi criada a partir de um processo de dois anos de discussões. Após a realização, em 1994, do encontro sobre “Tolerância na América Latina e no Caribe”, resultado de uma parceria entre Unesco e Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi encaminhada a sugestão para a realização, na USP, de um seminário que teria “como meta discutir os principais papéis desempenhados pelas Ciências na constituição da solidariedade como um processo, tendo em vista a melhoria das condições da vida humana com ênfase especial na responsabilidade dos cientistas no que concerne a esses papéis”.¹² Ainda no âmbito desse encontro cogitou-se a ideia de criação de uma Cátedra da Unesco, sediada na USP, a exemplo de iniciativas semelhantes em várias partes do mundo, conforme sugestão já feita pelo integrante da Anistia Internacional, Celso Garbarz. A proposta foi formalizada em 1996 com a criação da Cátedra Unesco-USP de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância, com Conselho de Coordenação composto por Paulo Sérgio Pinheiro, Maria Victoria Benevides, Kabengele Munanga, Nilson José Machado, Alberto Castiel, Margarida Genevois, Fábio Konder Comparato, Celso de Rui Beisiegel, Dina Kinoshita e Oded Grajew.

Como responsável pela cátedra foi escolhido José Mário Pires Azanha, que, no artigo “A Cátedra Unesco de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância”,¹³ assim definia a gravidade e urgência da missão, sintetizando

alguns dos principais dilemas e discussões envolvendo democracia, cidadania, educação e desenvolvimento, questão-chave que norteava muitas das ações do IEA e das preocupações dos diretores naquele período em relação aos desafios e aos obstáculos à consolidação da democracia:

Há cerca de uma década foram publicados dois trabalhos com propósitos diferentes, mas que tinham em comum a preocupação com as relações entre democracia e educação. O interesse em considerá-los aqui, conjuntamente, está no fato de que, apesar de suas diferenças, até mesmo com relação às realidades sociais que tomaram como referência, eles convergiram para uma conclusão idêntica no que diz respeito às relações entre democracia e educação. Em ambos os casos, concluiu-se pelo malogro dos regimes democráticos no cumprimento da promessa educacional.

O primeiro trabalho, um manifesto educacional intitulado *A proposta Paidéia*, teve como objetivo a indicação de soluções possíveis para que os Estados Unidos pudessem alcançar, ainda neste século, o ideal formulado por John Dewey, em 1916, segundo o qual em uma sociedade democrática todas as crianças deveriam ter não apenas a mesma quantidade, mas também a mesma qualidade de educação. Segundo o Manifesto, neste final de século a sociedade norte-americana já conseguiu estender a todos uma escolaridade fundamental de 12 anos, ao cumprir “pela metade a promessa democrática de oportunidades iguais”, falhando, porém, no desenvolvimento de um sistema público de ensino que não divida as crianças “em carneiros e bodes, entre aqueles destinados somente ao trabalho árduo e aqueles destinados à liderança política e econômica”.

Quanto ao segundo trabalho, *O futuro da democracia*, seu autor, Norberto Bobbio, examinando as transformações da democracia nas sociedades atuais, incluiu “a educação para a cidadania” como uma das promessas não cumpridas pelos regimes democráticos. A propósito desse fato, cita Stuart Mill, o qual, ao lembrar em uma de suas

obras que há cidadãos ativos e cidadãos passivos, afirmou que a democracia necessita dos primeiros, mas os governantes muitas vezes preferem os segundos. Talvez estejam aí, insinua Bobbio, as raízes de uma crescente apatia política nos países democráticos apesar dos esforços, nas últimas décadas, dos cientistas políticos com seus discursos em defesa da educação para a cidadania.

Parece-nos que tal conclusão sobre o malogro dos regimes democráticos no alcance de padrões educacionais, exigidos pela própria ideia de cidadania, indica o grande desafio da educação no mundo de hoje, que é simplesmente o da formação do cidadão. Os países desenvolvidos, como afirma o Manifesto Paidéia, cumpriram a tarefa pela metade, ampliando e estendendo a escolaridade fundamental para todos. Resta agora o trabalho de impedir que esse ganho seja anulado por uma escola que marque as crianças para serem, no futuro, separados em cidadãos ativos e cidadãos passivos ou, como mencionado cruamente, em bodes e carneiros.

No Brasil, o quadro fica agravado porque, aqui, ainda há crianças sem escolas e a escola pública existente exhibe elevados índices de repetência e de evasão. Por isso, dentre os vários encaminhamentos possíveis para as atividades da Cátedra Unesco, “nenhum sobreleva em importância” aquele que se refere ao problema da democratização do ensino fundamental público, porque com relação a ele nem mesmo foram cumpridas as metas de sua universalização. Ao propor a questão nesses termos não se desconhece a abrangência da iniciativa conjunta da Unesco e da USP, mas pretende-se apenas indicar a prioridade democrática do ensino fundamental, pois é nele que se enraízam destinos pessoais e situações sociais que convivem diuturnamente com a intolerância e a violência. [...]

O fato de que países do mundo desenvolvido, não obstante a completa extensão da escolaridade básica, tenham malgrado quanto à formação para a cidadania apesar dos discursos e dos esforços de organizações governamentais e não governamentais, sugere que o nó da questão pode estar no próprio universo das práticas escolares. Muitas

vezes, a exaltação dos valores democráticos atinge a escola apenas retoricamente por meio de rituais inerentes ao exercício da democracia no campo político, mas que, transplantados para o mundo escolar, se transformam num alegre e inconsequente faz de conta pedagógico que convive com práticas escolares marcadamente antidemocráticas. A formação para a cidadania exige a alteração de tais práticas. Por isso, é de alto interesse que a Cátedra Unesco estimule a investigação empírica e a reflexão que permitam identificar as práticas e os padrões de convivência, presentes e rotineiros na vida escolar, mas que se afastam e até mesmo contrariam os autênticos valores da vida democrática.

Assuntos internacionais, meio ambiente e política científica

As áreas de Assuntos Internacionais, Ciências Ambientais e Política Científica e Tecnológica eram emblemáticas por sua composição eclética, intelectual, acadêmica e política que o IEA reunia para discutir, incluindo professores de diversas universidades, representantes da sociedade civil, empresários, e assim por diante. Nas atividades dessas áreas, políticas públicas, políticas de ciência e tecnologia, assuntos internacionais e questões de meio ambiente eram debatidos em uma perspectiva que se baseava nos pressupostos da democracia e no desenvolvimento sustentável em nível global.

Assuntos Internacionais, coordenada por Jacques Marcovitch, discutia temas como inserções estratégicas do Brasil no contexto internacional, política externa brasileira, o papel das organizações internacionais, as questões de fluxos de investimento, comercialização e tecnologia, estratégias de globalização, integração regional e o Mercosul, e políticas do Japão e da China. Tinha como integrantes Alberto Castiel, Amaury Porto de Oliveira, Boris Tabacof, Carlos Estevam Martins, Celso Lafer, Celso Nunes Amorim, Fernando Leite Perrone, Gelson Fonseca, Geraldo Forbes, Gilberto Dupas, Hermes



Celso Amorim e Marcovitch discutem "O Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional", 11 de setembro de 1998.

Marcelo Huck, Irlemer Chiampi, José Augusto Guilhon Albuquerque, Jacob Gorender, Lenina Pomeranz, Luiz Olavo Baptista, Marco Antonio Coelho, Maria Silvia Portella, Paul Singer, Paulo Nogueira Batista Júnior, Ricardo Seitenfus, Tullo Vigevani e Tamás Szmrecsányi – a citação dos nomes indica pluralidade e heterogeneidade dos participantes.

A Área de Política Científica e Tecnológica, por sua vez, estudava, entre outros temas, as Relações Universidade-Empresa, capacitação tecnológica do país em áreas de ponta (espacial, informática, biotecnologia e telecomunicações), atuação das agências de fomento e legislação de ciência e tecnologia. O coordenador era Alberto Carvalho da Silva e os componentes eram Alberto Pereira de Castro, Carlos Alberto Vogt, Francisco Romeu Landi, Guilherme Ary Plonski e José Fernando Perez.

A Área de Ciências Ambientais, por sua vez, incluía entre seus membros: Afrânio Mesquita, Agostinho Ogura, Aldo Rebouças, Aziz Nacib Ab'Sáber, Benedito Braga, Bohdan Matvienko, Carlos Celso do Amaral e Silva, Elizabeth de Almeida Meirelles, Eurico Cabral Oliveira, Ivano Gutz, Jurandy Ross,

Kenitiro Suguio, Leopold Rodés, Luiz Barrichelo, Luiz Martinelli, Monica Ferreira do Amaral Porto, Paulo Artaxo, Pedro Leite Silva Dias, Renato da Silva Queiroz, Umberto Cordani e Werner Zulauf. O ex-diretor Umberto Cordani conta: “Aldo Rebouças, que coordenava esta área, era um importante colega no Instituto de Geociências que promoveu estudos sobre as alternativas para implementação e soluções coerentes com o desenvolvimento sustentável e a análise das mudanças globais. Era provavelmente o pesquisador que mais entendia de águas subterrâneas no Brasil na época, uma pessoa muito importante nas decisões que o Brasil tomava no âmbito da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), na qual era chamado para verificar diversos assuntos. Rebouças era natural do Recife e conhecia muito o Nordeste, lembro de discussões muito proveitosas”.¹⁴

Rio-92 e a avaliação dos resultados

Ao término da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, foram assinados vários acordos ambientais globais: as Convenções do Clima e da Biodiversidade, a Agenda 21, a Declaração do Rio para Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Declaração de Princípios para Florestas. Em março de 1997, o Rio sediou outra importante conferência, a Rio+5, organizada pela sociedade civil para avaliar os resultados de cinco anos de esforços para implementar os acordos da Rio-92. A Rio-92 havia transcorrido durante o período do processo de *impeachment* do governo Collor e, depois, no governo Itamar Franco. “Durante esse período, o principal avanço parece ter sido a incorporação, pelo poder público local em vários municípios e estados da federação, de novos conceitos de desenvolvimento. Estes conceitos se materializam em órgãos especialmente constituídos, com a vocação de propor

e acompanhar a Agenda 21 local”, escreveram Cordani, Marcovitch e Salati.¹⁵

Foi sob o impacto das conferências e debates sobre meio ambiente, especialmente a Rio-92 e a Rio+5, que o IEA desenvolveu inúmeras atividades. O conceito de desenvolvimento sustentável exigia uma abordagem que agregasse diversas áreas do conhecimento e permitisse formular proposições políticas. “A economia mundial está cada vez mais integrada, repleta de interdependências. As ciências sociais são desafiadas a pensar o mundo não mais como uma somatória de sociedades regionais ou nacionais independentes, mas como uma sociedade global. Os fenômenos naturais da dinâmica de nosso planeta são estudados cada vez mais de forma integrada – a Ciência do Sistema Terra –, e o ambiente em que vivemos é encarado cada vez mais de maneira holística. Trata-se de grande mudança de escala, de enfoque, de mentalidade, e entendo que o IEA teve um importante papel a exercer, no sentido de conduzir reflexões pertinentes”, conta Cordani, lembrando a mudança de paradigma que a questão ambiental teve naquela época, e prossegue: “Nós continuamos com essa parte de estudos de meio ambiente, Marcovitch e eu chegamos a publicar um livro que discute a Rio+5, o que o Brasil fez nos cinco anos depois da Rio-92”.¹⁶

Um ano depois da Rio-92, em outubro de 1993, o IEA organizou o seminário internacional “The Role of Applied Science and Technology for a Sustainable Society”, já mencionado.¹⁷ O seminário foi copatrocinado pela USP e pelo International Council for Science (ICSU). Na época da Rio-92, o presidente do ICSU, o renomado físico indiano M. G. K. Menon, visitou a USP e encontrou-se com o reitor Roberto Leal Lobo e Silva Filho, ocasião em que decidiram organizar, conjuntamente, um evento que pudesse rever o estado da arte e o desenvolvimento potencial de vários campos científicos e tecnológicos

com relação aos princípios, aos acordos e às ações sugeridas em termos de desenvolvimento sustentável. Para as apresentações foram convidados alguns dos mais renomados cientistas e técnicos internacionais, cada um deles de reconhecida liderança científica, incluindo José Israel Vargas, ministro de Ciência e Tecnologia.

A revista *Estudos Avançados*, v.8, n.20, de abril 1994, publicou um dossiê sobre ciência e desenvolvimento sustentável e, em editorial, escreveu, refletindo o tom crítico, mas também de reconhecimento dos avanços:

O consenso que se firmou sobre a *década perdida* (e que parece estender-se a estes anos 90) não deve estancar o que ainda restou de investimento em pesquisa, sobretudo em países como o nosso, onde as pontes acadêmicas, empresariais e governamentais entre ciência, tecnologia e desenvolvimento já foram lançadas há, pelo menos, 40 anos. Vale lembrar que o CNPq foi fundado em 1951 no segundo governo de Getúlio Vargas. A fração do PIB dos países em desenvolvimento a ser destinada à pesquisa é assunto que não pode sair da ordem do dia no interior da comunidade científica; e a esta cabe também *escolher as prioridades* a atacar: decisão que envolve o poder público nacional, mas que o transcende à medida que a ciência tem uma evidente dimensão internacional. Convém, por outro lado, chamar a atenção do leitor para as conexões do assunto com as exigências de proteção ambiental aprovadas na ECO-92, cujos resultados foram, em boa parte, reproduzidos em *Estudos Avançados* número 15.¹⁸

Nesse mesmo dossiê sobre Ciência e Desenvolvimento Sustentável, *Estudos Avançados* publicou dois artigos de antropólogas que apontavam que defesa do meio ambiente, desenvolvimento sustentável e questão indígena no país deveriam andar juntos. Um depoimento da antropóloga Betty Mindlin, professora visitante do IEA, “O aprendiz de origens

e novidades”, tratava da análise de uma experiência de formação de professores indígenas de vários grupos étnicos em Rondônia, num programa educacional multilíngue baseado na valorização e redescoberta da cultura indígena, que ao mesmo tempo tenta preparar os índios para a participação na sociedade enquanto cidadãos brasileiros. No artigo “O futuro da questão indígena”, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, em diálogo com a questão do aproveitamento sustentável dos recursos da Amazônia, discutia:

O futuro dos índios no Brasil dependerá de várias opções estratégicas, tanto do Estado brasileiro e da comunidade internacional quanto das diferentes etnias. Trata-se de parceria. As populações indígenas têm direito a seus territórios por motivos históricos, que foram reconhecidos no Brasil ao longo dos séculos. Mas estes direitos não devem ser pensados como um óbice para o resto do Brasil: ao contrário, são um pré-requisito da preservação de uma riqueza ainda inestimada mas crucial, a biodiversidade e os conhecimentos das populações tradicionais sobre as espécies naturais. O que se deve procurar, no interesse de todos, é dar as condições para que esta riqueza não se perca: é por isso irracional querer abrir todas as áreas da Amazônia à exploração indiscriminada. Fazem-se assim convergir os direitos dos índios com os interesses da sociedade brasileira como um todo.

Rio-92. Cinco anos depois

Em 1997, por iniciativa da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, que também presidia o Conselho Nacional da Rio+5, a Academia Brasileira de Ciências e o IEA organizaram um *workshop*, com apoio do CNPq, para elaborar um documento abrangente, contendo posições de cientistas e profissionais brasileiros em relação às várias temáticas que deveriam ser abordadas na Conferência. Para tanto, reuniram-se

no município de Embu-SP cerca de 40 acadêmicos e pesquisadores especialistas em diversas áreas, incluindo integrantes da área governamental e representantes de Organizações Não Governamentais (ONG). Foram preparados nove documentos básicos sobre as principais ações brasileiras nos cinco anos posteriores à Rio-92. O IEA participou ativamente do evento com Aldo da Cunha Rebouças, coordenador da área de Ciências Ambientais.

As apresentações foram reunidas no livro *Rio-92. Cinco anos depois*, publicado em 1997, organizado por Umberto Cordani, Jacques Marcovitch e Eneas Salati, que trabalhava na Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, presidida por Israel Klabin, que também dirigia o Conselho Nacional Rio+5. A Academia Brasileira de Ciências era presidida por Eduardo Moacyr Krieger.¹⁹

Nos anos 1990, apesar dos avanços e recuos e a instabilidade na gestão dos órgãos governamentais de meio ambiente, o país apresentava várias condições potencialmente favoráveis para se inserir na agenda ambiental global e os poderes Legislativo e Executivo e outros parceiros governamentais e privados responderam em parte às demandas. A Convenção Climática, assinada para estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, foi ratificada pelo Congresso Nacional em 28 de fevereiro de 1994. Em 21 de junho foi criada a Comissão Interministerial de Desenvolvimento Sustentável (Cides) e uma estrutura dentro do Ministério de Ciência e Tecnologia, a Coordenadoria de Mudanças do Clima, para coordenar a implementação da convenção no país, com a colaboração de Cetesb, Copersucar, Embrapa, Eletrobras, Petrobras, Inpe, Ibama, e outras entidades que fariam um inventário. O Brasil era responsável por cerca de apenas 2% das emissões globais. Programas como o Proálcool já estavam na direção de reduzir as emissões, assim como outros, caso do Proclima, da Cetesb.²⁰

O país vivia um dilema característico dos impasses do desenvolvimento: de um lado, as crescentes necessidades de energia; de outro, aspectos ambientais favoráveis, como disponibilidade de biomassa e energia hidroelétrica e gás natural. Fontes renováveis de energia eram pesquisadas no país. Além disso, a Convenção sobre Diversidade Biológica, que propunha compatibilizar o desenvolvimento com a proteção aos recursos biológicos, também foi ratificada pelo Congresso Nacional em 1994. Nesse mesmo ano foi estabelecido o Programa Nacional de Diversidade Biológica (Pronabio) e implantados diversos programas (Probio, Funbio, PP-G7) no âmbito federal e em parcerias como com o Banco Mundial. Em 1996, diante do aumento da taxa de desmatamento na Amazônia, uma medida provisória do Governo Federal impunha aos proprietários rurais conservar 80% das matas em suas propriedades.²¹

“A conservação da natureza no Brasil passou a fazer parte do vocabulário de vários setores da sociedade: governo, empresas, universidades, associações civis, que buscam formas de harmonizar os problemas emergentes às questões ambientais”.²² Nesse período foi implantado também o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), com supercomputador, para observar e modelar aspectos do tempo e do clima, e o Inpe se tornou sede do Instituto Interamericano para Pesquisas sobre Mudanças Climáticas (IAI). Entre outras ações, o Proclima foi uma iniciativa da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo e foi criada a Associação Nacional dos Municípios em Meio Ambiente (Anamma).²³

Renda mínima e outras palestras

Em 1995 foi aprovada no IEA uma nova atividade: os Ciclos de Conferências Temáticas, nos moldes de um curso de extensão, com quatro conferências para 30 a 50 vagas. Os temas



Eduardo Suplicy, Maria Victoria Benevides, Philippe Van Parijs e Umberto Cordani em palestra de Parijs, professor de Ética Econômica e Social na Universidade Católica de Louvain, que defendia a instituição de uma renda mínima como política e instrumento para combater a pobreza na União Europeia.

e respectivos professores foram: “São Paulo: (re)visão de uma metrópole”, ministrado por Aziz Ab’Sáber; “Energia e desenvolvimento sustentável”, com José Goldemberg; “E a genética humana, para onde vai?”, de Mayana Zatz; “Palavra e poder”, com Flavio René Kothe; “Sindicalismo e relações de trabalho na economia contemporânea”, ministrado por Leôncio Martins Rodrigues; “Meio ambiente e desenvolvimento”, de Paulo Nogueira Neto; “Independência e a formação do Estado Nacional”, com Fernando Novais, e “Ópera: questões históricas e estéticas”, com Lorenzo Mammi.

Os Programas Mobilizadores organizados em 1994 foram: Floram; Educação para a Cidadania; e Segurança Alimentar. Entre as prioridades indicadas pelo Conselho Diretor do IEA para 1994-1995 estavam: a fome no país, a ocupação de espaços, o zoneamento da Amazônia, as possibilidades de prevenção de seca no Nordeste e a sua mitigação e a inserção do país

na economia mundial com abordagens ligadas ao desenvolvimento sustentável. As áreas eram Assuntos Internacionais, Ciências Ambientais, Lógica e Teoria da Ciência, Política Científica e Tecnológica e História Cultural. Os Grupos de Pesquisa incluíam Estudos Urbanos, Sistemas Complexos, Ciência Cognitiva e Teoria Política.

Nesse período, foram professores visitantes, em contratos de um ou dois anos: Betty Mindlin (antropóloga); Jacob Goreneder (historiador); Peter Burke (historiador da Universidade de Cambridge); Tullo Vigevani (Unesp, cientista político); Paulo Nogueira Batista Júnior (FGV, economista); Flávio René Kothle (UnB, especialista em Teoria Literária); Roberto Fernández (doutor em Matemática pelo Instituto Politécnico da Virgínia); Osvaldo Frota Pessoa Júnior (doutor em Filosofia da Ciência pela Universidade de Indiana, Bloomington); e Cloaldo Bueno (historiador e professor titular da Unesp). Dessa forma, o IEA mantinha um programa de Professores Visitantes que incluía pessoas de outras universidades, e também intelectuais não acadêmicos.

“Lembro-me muito do trabalho da antropóloga Betty Mindlin, que, em seu período como professora visitante, escreveu um livro e proferiu conferências sobre comunidades indígenas e como a tradição passava de uma geração a outra sem escrita, um trabalho muito interessante. Recordo ainda, entre outros, do historiador inglês Peter Burke, docente da Universidade de Cambridge, que realizou pesquisa no grupo de História Cultural. Tullo Vigevani também teve uma atuação muito importante no IEA”, conta Cordani, acrescentando: “Cada um procurava o seu lugar e quase sempre havia um aproveitamento muito bom do que fazia no Instituto. O intercâmbio era a vantagem. O professor tinha, por um ano, um salário da Universidade para desenvolver livremente um projeto no IEA. Eram todos muito ativos e buscavam dentro da Universidade qual seria o nicho

Alberto
Carvalho da
Silva e Alberto
da Costa e
Silva, em
debate sobre
"O Brasil e
a África no
século XIX",
1994.

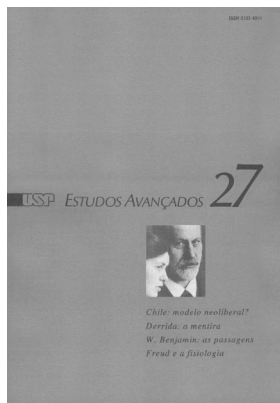
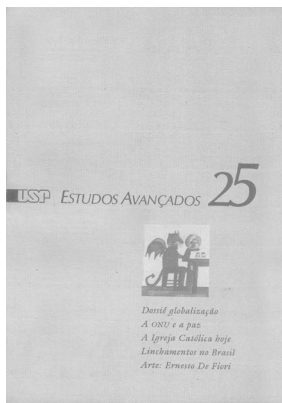


Antonio
Candido e
Alfredo Bosi.



Gerhard
Malnic e Aziz
Ab'Sáber.





Capas das edições 25 e 27 da revista *Estudos Avançados*.

próximo. Esse tipo de intercâmbio sempre deu frutos. O IEA se aproveitou do quê? De resultados de conferências que eram ministradas, relatórios e livros publicados”.²⁴

Entre os eventos realizados nesse período, um dos mais recordados por Cordani é a palestra de Philippe Van Parijs, professor de Ética Econômica e Social na Universidade Católica de Louvain, que defendia a instituição de uma renda mínima como política e instrumento para combater a pobreza na União Europeia. Parijs conhecia o trabalho do economista e senador Eduardo Suplicy.²⁵ “Lembro especialmente da conferência de Philippe Van Parijs, recordo que foi Eduardo Suplicy quem sugeriu o convite e participou do evento”, conta Cordani.²⁶

Estudos Avançados: radiografia de nossa existência material e simbólica

Além de duas vezes vice-diretor, Alfredo Bosi coordenou o Programa “Educação para a Cidadania” (1991-1994), a Cátedra Lévi-Strauss, em convênio com o Collège de France (desde 1998), integrou a comissão coordenadora da Cátedra Simón Bolívar (em convênio com a Fundação Memorial da América

Latina), além de, depois de seu período como diretor, tornar-se coordenador do Grupo de Literatura e Cultura do IEA (que existiu entre 2005 e 2012). Ao assumir a direção do IEA, no entanto, mais do que o extenso currículo no IEA, na USP e em outras atuações públicas e sociais, Bosi havia se tornado uma das faces mais conhecidas e representativa das atividades do Instituto, de seu caráter multidisciplinar, aberto às demandas da sociedade e sensível às causas humanitárias, sociais e políticas pró-democracia. A revista *Estudos Avançados*, que ele começou a editar pouco após o seu início, registra e espelha a vida do IEA ao longo dos anos e das décadas. Ao mesmo tempo em que a revista publicava textos de palestras, pesquisas e participações em eventos do IEA, também organizava dossiês especialmente planejados, que marcaram época pelos temas e especialmente pelo conjunto diverso de artigos que reunia em cada edição, muitas vezes dando voz a personalidades e causas que não tinham qualquer entrada, até então, na Universidade.

“Alfredo Bosi tinha preocupação com direitos humanos, civis, políticos e sociais, com a redução das desigualdades. Para ele, a Universidade tinha uma missão na promoção da cultura dos direitos humanos. *Estudos Avançados* era uma revista que dava conta da pluralidade de temas e questões abordados no mundo da cultura, das ciências e das artes, mostrando a riqueza da produção e da reflexão da Universidade, com liberdade, pluralidade, diálogo com a contemporaneidade, o presente e o desenho do futuro”, destacou Sergio Adorno, atual editor da revista em evento que lembrou Bosi.²⁷

Dario Luis Borelli, que foi assistente de Alfredo Bosi na edição da revista a partir de 1989, destacou os dossiês, os números e a visão de Bosi como editor: “A revista mantém uma íntima conexão com o IEA. Para Bosi, o objetivo da revista era conhecer e pensar o Brasil, conhecer a fundo o seu presente e ajudar a construir o futuro, com justiça e democracia, com

análise objetiva das condições materiais e culturais do povo. Pensar o Brasil como parte ativa dos sistemas mundiais. Suas edições e dossiês eram radiografias de nossa existência material e simbólica. O IEA conferia ao periódico uma característica singular em relação a outras publicações”. Além disso, conforme Borelli, “Ele valia-se dos resultados dos grupos de pesquisa que cobrem um espectro amplo, temas como educação, saúde, transporte, energia, questões regionais, desenvolvimento, trabalho, renda, emprego, migrações, nacionalismo, Amazônia, Nordeste, além de poesia, partituras musicais e fotos de obras de arte contemporâneas, que foram abordados de modo exaustivo e com saudável apartidarismo, atitude ecumênica e indispensável paixão cívica para enfrentar os desafios das políticas públicas. Os artigos são escritos em linguagem acessível com a meta de difusão cultural em alto nível”.²⁸

Entre 1998 e 2001 alguns dos dossiês foram: Rússia Política e Cultura; Recursos Naturais; 150 anos de Manifesto Comunista; Saúde Pública; Nordeste Seco; Memória. Teoria da Dependência e Globalização. Celso Furtado; Trabalho Escravo Hoje; Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo; Educação e Desenvolvimento Rural. O Número 40, de dezembro de 2000, com o tema “Brasil: dilemas e desafios”, exemplifica bem o espírito da revista, com artigos de Celso Furtado, Dom Paulo Evaristo Arns, Eduardo Matarazzo Suplicy, Rubens Ricupero, Octávio Ianni, Francisco de Oliveira, Plínio de Arruda Sampaio, Hélio Bicudo, Luiz Alberto Gómez de Souza, Washington Novaes, Eduardo Portella, Héglio Trindade, Sergio Mascarenhas, Herman Chaimovich, Paulo Bonavides, Roberto Cardoso de Oliveira, e um texto sobre os 35 anos do Grupo Corpo, de dança, por Helena Katz.

O Polo IEA de São Carlos organizou em 2001 Ciclos Temáticos sobre Agricultura e Meio Ambiente, Ciência e Sociedade, Educação e Ensino de Ciências, Educação e Meio Ambiente,

Instrumentação Agropecuária, Universidade-Empresa e Políticas Públicas para a Situação do Negro em São Carlos.

Defesa da Universidade pública

Em 1998 foi instalada no IEA, sob a coordenação de Alfredo Bosi e a pedido do reitor Jacques Marcovitch, a Comissão de Defesa da Universidade Pública. Era uma resposta da USP à campanha aberta de parte da mídia e de alguns setores políticos contra o modelo institucional, público e gratuito de ensino superior, pesquisa e extensão de serviços à comunidade. A Comissão organizou um grupo de trabalho para produzir um texto-base sobre os desafios que a Universidade pública iria enfrentar em curto e médio prazos, sobretudo a questão da gratuidade do ensino superior oficial. O coordenador era Alfredo Bosi e participavam 17 professores da USP e da Unifesp. Entre os tópicos a serem estudados: perfil socioeconômico dos candidatos a ingressar e deveres cumpridos pela Universidade em relação à população e financiamento.

O texto final, “A presença da Universidade pública”, foi discutido com a comunidade universitária e representantes da sociedade e distribuído aos formadores de opinião no país.²⁹ “Foi uma defesa enfática e também legítima da Universidade pública e repercutiu no país inteiro. Mostrou à sociedade que as críticas sobre um ensino ineficiente, caro, um sistema que só estaria aguçando as diferenças sociais, não tinha fundamento. Tudo isso foi refutado. A partir daí, o tom do relacionamento da USP com a Assembleia Legislativa e com a sociedade foi outro”, afirmou Marcovitch.³⁰ O reitor, rebatendo os pressupostos equivocados das críticas, comentava ainda: “A defesa do modelo atual não implica a defesa indiscriminada de todas as universidades públicas, como se fossem homogêneas – e que certamente não são. Mas tenho insistido que não é destruindo a

excelência do nível superior do ensino público que se melhora o desempenho dos níveis primário e secundário; que os alunos ricos estão em minoria absoluta na Universidade pública, e, por último, que o pagamento de anuidades não traria receitas significativas à universidade pública dedicada à pesquisa, implicando cobrar outra vez da sociedade um serviço já incluído nos impostos. Tais respostas foram aprofundadas nesse documento repleto de informações sobre a contribuição científica e social do sistema público de ensino superior, pesquisa e extensão universitária. Todos os sofismas correntes foram objeto de respostas pontuais. Não vou aqui detalhar os dados que o texto contém. Apenas afirmo que buscamos colocar a questão em termos serenos e objetivos, evitando responder ao panfleto com o panfleto e à distorção com a distorção. Relataram-se, em suas páginas, alguns dos grandes feitos da universidade pública em ciência e tecnologia, bem como serviços que vem prestando regularmente à comunidade em áreas especiais como Saúde, Meio Ambiente e Educação. Nesses itens, o papel de um IEA no corpo acadêmico em geral, e particularmente na USP, pode ser decisivo para o estabelecimento de políticas públicas”.³¹

Ainda segundo Marcovitch, em texto de 1998, “quando se diz que a USP é elitista porque estudantes que podem pagar beneficiam-se da gratuidade, cria-se um falso dilema: ‘Importa muito mais saber o papel social que os estudantes exercerão depois de formados, e devemos trabalhar agora para que os alunos venham a ser, no futuro, verdadeiros agentes de mudança’”.³²

Em editorial de uma edição da revista dedicada aos 60 anos de fundação da USP, Alfredo Bosi se pergunta o que era o espírito universitário da nascente Universidade, e o texto revela a sua visão de Universidade: “Fala-se principalmente em cooperação, quando não em comunhão intelectual, entre estudiosos de áreas diversas, matriz do que viria a ser dito mais tarde interdisciplinaridade. Estava no ar a aspiração difusa de

superar certo isolamento em que viviam as grandes escolas profissionais (Direito, Politécnica, Medicina, Farmácia e Odontologia), viveiros da nossa cultura letrada e científica até aquele momento. Creio que foi esse desejo de ampliar horizontes e abolir fronteiras nas várias esferas do saber o móvel mais poderoso de uma iniciativa de alta política cultural que envolveu a administração paulista no início dos anos 30”.³³

E segue o mesmo texto: “Ir muito além da crônica biográfica de alguns homens públicos atuantes na época. Porque, se é fato que a grande reviravolta nacional desencadeada pela Revolução de 30 inspirou cuidados ao patriciado local, fazendo-o pensar seriamente na importância de formar novas elites bandeirantes, é também verdade que a fundação da USP em 1934 e, ao mesmo tempo, a criação de uma escola de Humanidades e Ciências Básicas – que foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – mudariam e superariam de muito o desígnio inicial. Em poucos anos, aquelas inquietudes ideológicas provincianas foram perdendo peso e sentido histórico; em contrapartida, foi-se dilatando consideravelmente o alcance da proposta cultural dos fundadores. Olhando o processo pelo prisma das origens socioeconômicas, em vez da alta burguesia cafeeira, foram os filhos das classes médias que afluíram, cada vez mais numerosos, às aulas da faculdade recém-criada e da Universidade em geral. Era o fenômeno da democratização do ensino superior, paralelo à urbanização crescente que se dava em todo o país nos anos que antecederam e se seguiram à Segunda Guerra. Essa diferenciação social do alunado universitário não guardava relação alguma com qualquer projeto de formação de uma elite dirigente estadual; ao contrário, fazia parte daquele mesmo projeto de modernização nacional que vinha [da década] de 1930 e que visava à transformação mental de um Brasil recém-egresso da República Velha. Ora, é precisamente o mapa dessas mudanças culturais – vistas pelo

ângulo da nova academia – que o presente número de *Estudos Avançados* pretendeu traçar”.

Comissão de Ética

No dia 10 de abril de 2002 foi instalada no IEA a Comissão de Ética da USP, presidida por Alfredo Bosi, após um trabalho preliminar que redigiu um Código de Ética, reunindo as condutas e posturas éticas a serem observadas em ensino, pesquisa, administração e atividades de extensão da Universidade. Os integrantes da Comissão eram, além de Bosi, os professores Willian Saad Hossne, Walter Colli, Joaquim José de Camargo Engler e Hector Francisco Terenzi, e o representante dos servidores não-docentes, Eduardo Bonilha de Toledo Leite. Cabia à Comissão examinar as consultas, denúncias e representações contra membros da Universidade, por infringência às normas do Código e postulados éticos da instituição; apurar a ocorrência de infrações; encaminhar suas conclusões às autoridades competentes para as providências cabíveis; e criar um acervo de decisões do qual se extraíam princípios norteadores das atividades da Universidade, complementares ao código. Os representantes docentes e não docente seriam eleitos pelo Conselho Universitário para um mandato de dois anos, permitida uma recondução. O representante discente deveria ser eleito pelos estudantes para um mandato de dois anos, sem recondução.

A Ouvidoria da Universidade e a Comissão de Ética atuavam de forma coordenada para assegurar a observância das normas e princípios previstos no Código. A Comissão deveria apresentar relatório anual de atividades ao Conselho Universitário, acompanhado de eventuais propostas de aprimoramento do Código. A partir de 2011 a Comissão de Ética da USP foi instalada na Secretaria Geral da Universidade.

Cátedras, Grupos e Áreas

Em 1999 foi estabelecido o convênio USP-Colégio do México para organizar e realizar pesquisas no campo das Ciências Sociais e Humanas, estabelecendo intercâmbios com professores e pesquisadores universitários, editar livros e revistas sobre as atividades desenvolvidas e colaborar com outras instituições nacionais e estrangeiras na realização de atividades comuns entre as duas instituições.

Foram professores visitantes entre 1998 e 2001: Paulo Nogueira Batista Junior, Osvaldo Frota Pessoa Junior, Clodoaldo Bueno, Roberto Fernandez, Roberto Mangabeira Unger, Mauro de Mello Leonel Júnior, Décio Azevedo Marques de Saes, Gilson Schwartz e Francisco Antonio Doria.

Entre as áreas, a de Assuntos Internacionais englobava dois grupos muito ativos: o Grupo de Análise da Conjuntura Internacional, que editava o boletim *Panorama da Conjuntura Internacional*, e mantinha uma reflexão sobre questões referentes à América Latina, Europa, ao Leste Europeu e à Segurança Internacional; e o Grupo dos Países Socialistas e em Transformação, instalado em 1997, que editava o boletim *Sociedades em Transformação* e se dedicava ao estudo do processo de acentuada mudança dos países pós-socialistas. Esse Grupo fixou como objetivo primordial a montagem de uma infraestrutura para a realização das pesquisas de campo, na forma de documentação – biblioteca especializada de livros e periódicos – e de contatos com especialistas tanto dos países objeto de estudo quanto de especialistas dos países ocidentais, dedicados ao mesmo campo de pesquisa e de estudo. Outras áreas eram Ciências Ambientais, Lógica e Teoria da Ciência e Política Científica e Tecnológica. E os grupos de pesquisa: Estudos Urbanos; Sistemas Complexos; História, Memória e

Reconstrução da América Latina; Economia Política; Estudos sobre Informação e Comunicação.

Reestruturação acadêmica

Em 2001 houve uma significativa reestruturação acadêmica no IEA e as áreas e grupos temáticos foram extintos e transformados em projetos de pesquisa, que deveriam estar definidos e baseados em rigorosa justificativa metodológica. “Agora o Instituto abriga projetos de pesquisas com objetivos, metodologias e cronogramas definidos e detalhados” e “Um dos objetivos da presente reestruturação é estimular a criação de novas equipes de pesquisa interdisciplinar que progressivamente irão delineando o perfil acadêmico da instituição”, registrava o *Informativo do IEA*.³⁴

Havia naquele momento três projetos de pesquisa em andamento: Cidade do Conhecimento (coordenado por Gilson Schwartz); Conceito e Dinâmica do Capitalismo Contemporâneo (coordenado por Fabio Konder Comparato); e Acompanhamento do Processo de Criação e Implantação de Subprefeituras e Conselhos de Representantes do Município de São Paulo (coordenado por Francisco Whitaker Ferreira e Maria Lucia Refinetti Martins). Esse último projeto foi instituído em 2000 com a criação do Grupo de Estudo sobre Subprefeituras e Conselhos de Representantes para o Município de São Paulo, para, em período de seis meses, elaborar três projetos de lei contendo: 1) Proposta de descentralização da prefeitura do município de São Paulo em subprefeituras, nos termos da lei orgânica do Município; 2) Proposta de criação dos Conselhos de Representantes referidos aos territórios das subprefeituras, nos termos da lei orgânica do Município; 3) Proposta de modificações na estrutura da prefeitura de São Paulo, adequando-a à existência e às funções atribuídas às subprefeituras.

Foram realizados seminários com apresentação dos trabalhos do grupo a representantes de entidades da sociedade civil. Em 2001, o IEA apresentou à prefeita Marta Suplicy e à Câmara Municipal de São Paulo os anteprojetos de lei elaborados no IEA com a proposta de implantar 12 subprefeituras. Os conselhos escolheriam o subprefeito a partir de uma lista tríplice enviada pelo prefeito e seriam formados por conselheiros regionais eleitos, por voto facultativo, pelos moradores do território da subprefeitura. Pela nova proposta, as subprefeituras seriam centros regionais com poder decisório em assuntos municipais de âmbito local e organizadas a partir das demandas locais e não mais de uma administração centralizada.

Ao final, as propostas sobre subprefeituras e seus conselhos de representantes não foram encampadas pela prefeita Marta Suplicy nem pela Câmara de Vereadores. Apesar de a proposta indicar a criação de 12 subprefeituras, o Executivo, por conveniências políticas, decidiu transformar as 31 regionais da prefeitura já existentes em subprefeituras. E a Câmara não aprovou o sistema de escolha dos conselheiros das subprefeituras (que escolheriam os subprefeitos) em eleição com toda a população da região habilitada.

Em 2004, as subprefeituras chegaram a manejar 20,9% do orçamento da prefeitura. O princípio da descentralização era uma consequência da Constituinte de 1988, que passou a poder promulgar suas leis orgânicas e a ter mais autonomia, definindo suas próprias diretrizes de gestão. O processo de criação de um modelo de subprefeituras, com mais autonomia e responsabilidades, começa no início dos anos 1990 com a Lei Orgânica do Município, e as Administrações Regionais (AR) subsistiram até início dos anos 2000.³⁵ Já na década de 1950 haviam sido criados núcleos administrativos regionais, posteriormente AR, que tinham mais agilidade administrativa para

serviços urbanos, mas sem autonomia. Para passar para o modelo das subprefeituras era preciso remodelar a própria estrutura da administração municipal, criando as novas, com novos fluxos de informação e de operações de trabalho, levando em conta as evidentes implicações e resistências políticas.³⁶

Internet e Cidade do Conhecimento

O seminário “Internet, Mente e Sociedade”, realizado no Hotel Mofarrej em 30 de junho de 1995, se deu apenas um mês após a abertura da internet ao público em geral brasileiro. Foi o primeiro evento no país a discutir a internet em termos conceituais e a tratar de possíveis impactos da tecnologia na vida dos indivíduos e na sociedade, nas áreas da cultura, arte, imprensa, direito, telecomunicações, segurança nacional e outros. A importância do evento levou, um dia antes, o reitor Flávio Fava de Moraes ao *Jornal da Cultura*, à época comandado por Heródoto Barbeiro e que tinha uma boa audiência.³⁷

Cidade do Conhecimento, concebida e coordenada pelo professor visitante Gilson Schwartz, foi aprovada pelo IEA como parte das atividades do Grupo de Estudos de Informação e Comunicação.³⁸ O projeto baseava-se na criação de uma rede de comunicação voltada à produção compartilhada e cooperativa de conhecimento, com o desafio político de criar novas formas de democratizar a sociedade. Era uma proposta inovadora no uso das novas tecnologias de informação para as áreas de educação, trabalho e cidadania. O projeto se definia como “uma rede interdisciplinar de laboratórios e parcerias voltada à emancipação digital por meio da geração de emprego, empreendedorismo e estudos associados a criação, planejamento e desenvolvimento de *projetos criativos* conectados à Universidade de São Paulo”. Tinha por objetivo “Formar redes conectando espaços de aprendizado e de vida para a construção

colaborativa de conhecimentos que ampliem as oportunidades de emprego e renda”.

Tratava-se de criar um novo espaço público, uma *comunidade de prática* voltada à discussão das novas tecnologias. O desafio era ampliar os impactos da Universidade pública na formação da cidadania, numa época em que ser cidadão ou “estar incluído” eram praticamente sinônimos de ter acesso a conhecimento. Mais que ter acesso, porém, era preciso que cada indivíduo, organização e empresa fosse capaz de produzir conhecimento. Na prática, o desafio seria construir comunidades de conhecimento, ou seja, espaços públicos onde se produza conhecimento coletivamente, apontando para a internet e, de modo geral, para as redes como suportes de uma nova era de criatividade empresarial, institucional e política.

Não era um projeto virtual, mas usava a internet como ferramenta para as discussões. “Ela trabalha com problemas concretos”, afirmava Gilson Schwartz. “Não se deve digitalizar a vida. A vida tem de melhorar”, e as tecnologias digitais constituem-se numa das formas. O projeto atuava em diversas frentes. Uma delas consistia na criação de padrões de qualidade para avaliar as experiências de informática pública e comunitária no Brasil, utilizadas pelo Congresso de Informática Pública (Conip). Outro exemplo era a participação de pesquisadores da Cidade do Conhecimento no projeto de educação do governo estadual, analisando o emprego de tecnologias digitais nas escolas.

A primeira iniciativa pública do projeto foi o curso “Educar na Sociedade de Informação” para profissionais do ensino fundamental e médio, com 728 profissionais de escolas públicas e privadas. O curso tinha módulos, tais como “Práticas de Leitura da Sociedade da Informação”, “Mídia na Escola: É Tudo Verdade?”. O projeto estava avaliando uma ferramenta de voluntariado eletrônico em parceria com a IBM Brasil. O site do

projeto se transformaria num portal com o conhecimento produzido coletivamente por uma comunidade virtual, composta por funcionários da IBM, grupo da comunidade negra de São Carlos, alunos de uma escola pública do Rio de Janeiro, Instituto Ethos, Projeto Aprendiz e CDCC da USP-São Carlos.

A agenda do Projeto Cidade do Conhecimento para 2002 continha inúmeras frentes de atuação: aperfeiçoamento de professores do Ensino Médio e Fundamental, formação de pessoal para a gestão de postos informatizados de atendimento ao público e acesso à internet, engajamento de pós-graduandos e lideranças comunitárias em experiências que beneficiassem parcelas carentes da sociedade, estudantes e trabalhadores discutindo as mudanças na educação e no trabalho, projetos sobre ética na sociedade de informação, análise da participação das mulheres na ciência e na tecnologia.

A 2ª edição do curso “Educar na Sociedade de Informação” teve 12 módulos, cada um com dez sessões presenciais e práticas a distância. Chegou a ter 1.200 alunos, 150 de escolas privadas e os demais de escolas públicas. Com apoio do IPT foi realizado o curso “Gestão de Mídias Digitais” com ênfase em módulos sobre *hardware*, *software* e políticas públicas na sociedade de informação e visitas a centros de pesquisa dentro e fora da USP, tendo como público-alvo lideranças técnicas e administrativas com nível escolar médio e que trabalhavam em telecentros, infocentros, centros comunitários, ONG e postos de atendimento, como bibliotecas, postos de saúde, delegacias e agências dos Correios.

O projeto inaugural na formação de redes cooperativas foi o *Dicionário do trabalho vivo*, criação coletiva de um conhecimento sobre as condições de trabalho, associada à rede de Observatórios do Futuro do Trabalho e financiada pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do governo estadual de São Paulo, em convênio assinado por Walter Barelli no ano

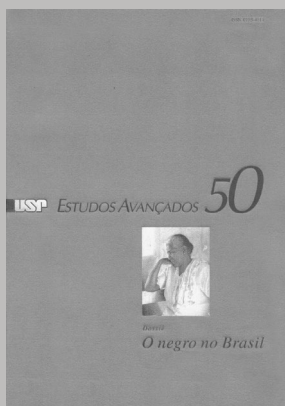
2000.³⁹ Nessa rede, o aluno de Ensino Médio, graduação ou pós-graduação desenvolvia um projeto cooperativo temático contando com a participação voluntária de um mentor, preferencialmente um profissional (empregado, desempregado ou aposentado), mas que podia ser também alguém num estágio mais avançado de formação, como um aluno de pós-graduação que assume a condição de mentor de um aluno de Ensino Médio.

Ao final desse período, o IEA ingressaria em uma nova etapa, sob a direção de Gerhard Malnic e, depois, João Steiner, período em que, inclusive, completaria seus 20 anos de fundação.



4

IEA completa 20 anos:
repensando o conhecimento, a
Universidade e o país (2002-2007)



PÁGINA ANTERIOR

João Steiner, Nina Ranieri, Alfredo Bosi, Adolpho José Melfi, Adilson Avansi e Arany Santana no lançamento da edição 50 da revista *Estudos Avançados*, que destacava como dossiê "O Negro no Brasil", 2004.

Quando o Instituto de Estudos Avançados completou 20 anos, em 2006, dois diretores do Instituto, o fisiologista Gerhard Malnic (1933-2023), professor do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB-USP) e diretor entre dezembro de 2001 e 2003, e o astrofísico João Evangelista Steiner (1950-2020), professor do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG-USP), que assumiu a direção em outubro de 2003 e permaneceu até 2007, organizaram o livro *Ensino Superior: conceito & dinâmica*.¹ A obra foi um dos resultados dos seminários realizados em 2004 e 2005 com o título de “Os desafios do Ensino Superior no Brasil”, que inauguraram uma nova modalidade de ação no IEA denominada Temática Semestral. A cada semestre era escolhido um tema principal em torno do qual se desenvolveriam seminários e *workshops*, e os textos apresentados eram depois reunidos em livro.

É emblemático que em suas comemorações de 20 anos o IEA tenha organizado e publicado um livro que se tornou um marco das discussões sobre os rumos do Ensino Superior e da Universidade pública. Esse eixo de reflexão não apenas embasou a criação do Instituto, como esteve presente em suas atividades ao longo dos anos, debatendo também como deveria se dar a relação entre a Universidade e a sociedade da qual faz parte.

Em texto de apresentação (na orelha) do livro, o professor Alfredo Bosi, referindo-se à atuação do Instituto em suas primeiras duas décadas, registra que

em período tão breve de existência, vale notar a intensidade de sua reflexão sobre o ensino superior. Nem bem fundado, o IEA estimulou um grupo de estudo sobre educação para a cidadania, que resultou em introduzir, via Cátedra da Unesco, a disciplina Educação para os Direitos Humanos em currículos da Faculdade de Direito e da Faculdade de Educação. O caráter ao mesmo tempo educativo e social dessa proposta pioneira já sinalizava a dupla direção que o IEA iria tomar em face dos problemas cruciais de nossa universidade: a qualidade do ensino e a sua democratização.

Com isso, Bosi ressaltou, na celebração de 20 anos do Instituto, a temática da Educação para os Direitos Humanos, que introduzia uma nova dimensão na discussão sobre ensino superior. Ele lembrava também a elaboração do documento “A presença da Universidade Pública” e a organização de encontros entre agentes de políticas públicas de educação e estudiosos do ensino. Para Bosi, o suposto dilema entre pesquisa pura ou democratização do acesso ao Ensino Superior, como se existissem dois modelos distintos de ensino superior, era um falso impasse.²

No evento de 20 anos, o IEA promoveu também um seminário sobre a obra de Raymundo Faoro, cuja conferência “Existe um pensamento político brasileiro?” inaugurou o IEA em 1986, e uma palestra de Cristovam Buarque, professor da UnB e ex-ministro da Educação.

Dois anos antes, em 2004, o IEA integrou o projeto “Brasil 3 Tempos: 2007, 2015 e 2022” (que ficou conhecido pela sigla Br3T), iniciativa do Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República, que reuniu diversas instituições

de pesquisa do Brasil para elaborar um planejamento estratégico para o país, com metas a serem atingidas em 18 anos. O ambicioso projeto visava a retomar a linha dos grandes planos estratégicos, em um amplo esforço multidisciplinar para definir políticas públicas. Gestado no Governo Federal sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2003, sucedendo a Fernando Henrique Cardoso, o BrT3 mobilizava ideias e projetos muito caros ao IEA. Após concluir a sua participação no projeto, avaliando sua abrangência e metodologia, o Instituto lançaria seu próprio programa de planejamento estratégico, “Brasil – O País no Futuro: 2022”, que pretendia elaborar melhor questões que considerava que haviam sido tratadas de forma insatisfatória no projeto anterior.

Entre os grandes eixos temáticos de trabalho do IEA nesses anos estavam, além da discussão sobre os rumos da própria Universidade e do Ensino Superior em geral, a questão ambiental e energética, sempre em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável; as discussões em torno de democracia, tolerância e paz; pobreza e nutrição, e também planejamento estratégico e políticas públicas.

Em 2002, Gerhard Malnic assumiu a direção do IEA, sucedendo a Alfredo Bosi (que se tornaria vice-diretor de Malnic), e permaneceu por dois anos, quando completou 70 anos e foi aposentado pelo regime de aposentadoria compulsória da Universidade. Malnic esteve presente no primeiro grupo de estudos para a criação do IEA, na gestão do professor José Goldemberg como reitor, como já mencionado no capítulo 1, e também coordenava a área de Biologia Molecular, que era um campo de forte atuação do Instituto em sua fundação. Foi ainda vice-diretor no mandato de Alfredo Bosi, de 1997 a 2001.

“Eu participei do início do IEA, foi uma época de grande entusiasmo”, contou Gerhard Malnic em depoimento a este livro, avaliando duas décadas de atuação, e acrescentou: “Nós



Gerhard Malnic (à esq.) em sua posse; ele permaneceu na direção do IEA entre dezembro de 2001 e 2003.

tivemos muitas conferências no auditório central da USP. Colocávamos anúncios e faixas de divulgação espalhadas pela universidade. Carlos Guilherme Mota gostava de fazer isso para atrair público. Uma característica que marcou muito o IEA em seus primeiros anos foi a presença de personalidades muito conhecidas, como atores de teatro, entre eles Paulo Autran. Outros diretores do Instituto, como eu próprio, preferiram depois organizar eventos mais científicos”.³ Gerhard Malnic era professor titular do Departamento de Fisiologia e Biofísica do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) da USP. Graduou-se em Medicina na USP em 1957, obteve o título de doutor em 1960 e de livre-docente em Fisiologia em 1965.⁴ Foi professor visitante na Cornell University Medical College e na Yale University Medical College, tornando-se um pesquisador internacionalmente reconhecido na área de Fisiologia e Biofísica do Rim.⁵ Foi diretor do ICB-USP de 1989 a 1993.⁶

Por sua vez, o astrofísico João Steiner, que organizou o livro *Ensino Superior: conceito & dinâmica* com Malnic, integrou o Conselho Deliberativo do Instituto de 1991 a 1993. Professor titular do IAG-USP, Steiner era formado pelo Instituto de Física da USP em 1973, com mestrado e doutorado em Astronomia pelo IAG e pós-doutorado no Harvard-Smithsonian



Posse de João Steiner como diretor do IEA; ele permaneceu à frente do Instituto de outubro de 2003 a 2007.

Center for Astrophysics. De 1996 a 2003, foi membro dos Conselhos Diretores dos telescópios Gemini, Soar e GMT. Foi presidente da Sociedade Astronômica Brasileira (1982-1984), tesoureiro e Secretário Geral da SBPC (1988-1992), diretor de Ciências Espaciais e Atmosféricas do Inpe (1987-1989), diretor do Laboratório Nacional de Astrofísica (1997-1999) e secretário do Ministério da Ciência Tecnologia (1997-2002). Muito ligado à questão da divulgação científica, foi colunista da revista *Superinteressante* nos anos 1990 e na Rádio USP FM mantinha a coluna “Entender estrelas, uma viagem pela astronomia”.⁷

Um dos integrantes do Conselho Deliberativo do IEA entre 1998 e 2003 foi Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, como representante da sociedade civil. No IEA, Dom Evaristo Arns também ministrou, no âmbito da Cátedra Unesco, o curso “Construir e celebrar a Justiça e Paz em tempos de exclusão e violência”.⁸ No período 2004 a 2007 o representante da sociedade civil foi o jornalista Luís Nassif.⁹

Na gestão de João Steiner todos os eventos acadêmicos começaram a ser transmitidos ao vivo pela internet, atingindo um público maior e abrangendo outras cidades e países. Essa possibilidade se tornaria um diferencial do IEA em relação às outras unidades. Conforme Jacques Marcovitch, diretor do

IEA de 1989 a 1993, lembrando a contribuição de Steiner: “No Instituto de Estudos Avançados da USP, outro espaço em que ele exerceu sua competência como gestor, são marcas indelévels a visão interdisciplinar, a didática certeira para o diálogo com a sociedade e a ética do trabalho constante como razão de vida. Foi sob a sua liderança que o IEA-USP submeteu à Fapesp a proposta para estabelecer o Programa de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais com o objetivo de avançar o conhecimento e gerar resultados com respeito às avaliações de risco e estratégias de mitigação e adaptação. Lembro-me de uma frase em seu discurso de posse em 2003: ‘Felicidade é ter o que fazer’. Um pensamento que norteou sua vida significativa e que pereniza seu expressivo legado”.¹⁰

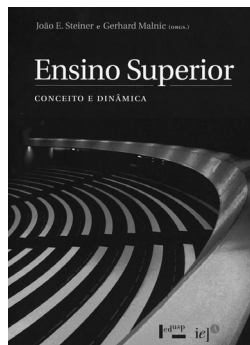
Mal-estar inerente

O livro *Ensino Superior: conceito & dinâmica*, publicado pela Edusp, já referido, instigava o debate sobre um dos eixos centrais de existência e atividades do próprio IEA: a reflexão e a crítica sobre os caminhos da Universidade, de sua trajetória histórica, da graduação e pós-graduação, em relação às demandas da sociedade, colocando o que os organizadores consideravam o tríplice desafio do ensino superior: “1. Preservar os valores acadêmicos tradicionais, entre os quais a realização da pesquisa básica e a promoção das habilidades gerais da mente; 2. Atender às demandas da sociedade, como o desenvolvimento econômico e o bem-estar sociais e 3. Desbravar novos meios e caminhos, como a integração da tecnologia da informação, o ensino de massa e o ensino a distância”.

Naquele período de realização dos seminários e publicação do livro, entre 2004 e 2006, adensou-se a discussão sobre a necessidade de expansão de vagas no Ensino Superior, a conseqüente multiplicação no número de jovens cursando

universidades e o modelo de ensino a ser oferecido pelo Estado, por organizações diversas sem fins lucrativos e pela iniciativa privada.

“O ensino superior no Brasil ampliou-se e diversificou-se de forma notável nas últimas décadas. Compreender essa diversidade e os desafios que ela nos coloca, bem como as demandas originadas das novas necessidades da sociedade é objeto” do livro, escreveram os organizadores Malnic e Steiner no prefácio. “A sociedade globalizada fez do conhecimento sua principal plataforma para a competitividade. A educação de qualidade em todos os níveis tornou-se um pré-requisito para a inserção de qualquer país na economia global”, acrescentaram. Entre os colaboradores do livro, além dos próprios organizadores, estavam: Hernan Chaimovich, Simon Schwartzman, Carlos Henrique de Brito Cruz, Jacques Marcovitch, Eunice Durham, Nina Raniery, Roberto Leal Lobo e Silva Filho, Francisco César de Sá Barreto, Jacques Velloso, Claudio de Moura Castro, Jacques Schwartzman, Franklin Leopoldo e Silva, Antonio Candido, Otaviano Helene e Bernardete Gatti. Os textos abordavam também questões como o papel da pesquisa e da pós-graduação na nova ordem do saber e do fazer; que tipo de profissional era demandado pela sociedade; o papel do ensino tecnológico pós-secundário; o sentido da autonomia da universidade; o sistema de eleições para reitor; formas de financiamento e a divisão que havia em países europeus e nos Estados Unidos entre escolas voltadas ao ensino de massa e as universidades chamadas de “classe mundial”.



Ensino Superior: conceito & dinâmica, organizado por João Steiner e Gerhard Malnic, publicado pela Edusp, foi o resultado de um seminário de mesmo tema realizado no IEA.

No capítulo “O futuro da Universidade Pública”, Malnic lembrou que 75% a 80% dos estudantes cursavam instituições particulares, mas a quase totalidade da ciência brasileira (94,7% segundo levantamento feito pelo IEA, além de 89,2% dos doutores formados) continuava a ser produzida nas universidades públicas. Ele defendia enfaticamente que “a existência de pesquisa é uma condição *sine qua non* para formar profissionais eficientes e capazes de criar inovação científica, cultural e tecnológica, e seria um retrocesso gigantesco pôr a perder tudo o que foi feito até hoje”.¹¹ Seria um equívoco, afirma Malnic, a eventual separação das universidades públicas entre as de pesquisa e as de ensino, ideia que muitos consideravam conveniente. Em “Diferenciação e classificação das instituições de Ensino Superior no Brasil”, Steiner apresentou uma proposta de classificação para “subsidiar estudos acadêmicos para melhor compreender a diversidade e as missões institucionais no ensino superior brasileiro”, incluindo universidades, centros universitários, faculdades, institutos e escolas superiores e centros de educação tecnológica e realizou uma comparação com o sistema de ensino superior norte-americano.¹²

Mostrando a diversidade de posições nos seminários realizados no IEA e no livro, Simon Schwartzman, no capítulo “A Universidade de São Paulo e a questão universitária no Brasil”, questionou qual é a racionalidade de aplicar o mote “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” a todo o sistema de Ensino Superior e a ideia de que toda instituição de Ensino Superior deveria evoluir para tornar-se Universidade de pesquisa. O autor propunha uma distinção entre funções do Ensino Superior relativas ao próprio ensino e à pesquisa, uma das questões mais controversas, conforme já mencionado.

Ao discutir as relações entre Universidade e Sociedade, no sentido de conectar-se às demandas do presente, escreveu Hernan Chaimovich no capítulo “Os desafios do Ensino Superior”:



João Steiner, Jacques Schwartzman e Hélio Nogueira da Cruz em evento sobre financiamento das instituições de Ensino Superior, 2005.

“A Universidade pode e deve estar sempre um pouco fora do seu tempo histórico, não para negar o presente, muito menos para deixar de imaginar o futuro, mas para que hegemonias do presente sejam repensadas como questões, e tornados temas relativos a um espaço político-institucional construído e mantido de acordo com um interesse fundamental: a liberdade de reflexão como critério ético de ação consequente”.¹³ Chaimovich, refletindo sobre o acesso à universidade, escreveu também que as universidades de classe internacional, como a USP, têm que estar abertas “a pessoas de diferentes origens culturais e sociais e abrir espaços para o surgimento de novas lideranças. E o surgimento de novas lideranças é, também, uma das poucas ferramentas que pode garantir a democracia no futuro em nosso continente”. Naquele período, apenas 9% da população entre 17 e 25 anos tinha acesso à educação superior.

Franklin Leopoldo e Silva, por sua vez, questionou o próprio conceito de crise ou mal-estar em “Universidade: a ideia e a história”, argumentando que o mal-estar é inerente à própria ideia de Universidade, que precisa ser ao mesmo tempo contemplativa e crítica, manter distância da realidade e se aproximar dela, formar o jovem e cultivar o passado, preservar tradições e quebrar paradigmas, tratar da técnica e pensar os limites

éticos da tecnologia. Manter esse universo complexo e contraditório causa mal-estar, pondera o autor. Muitos críticos, no entanto, entendiam o mal-estar em razão de uma concepção nostálgica e a-histórica de Universidade.¹⁴

Temas como esse em debate nos seminários e no livro que celebraram as duas décadas de existência do IEA eram muito caros ao Instituto. Incidiam na própria definição da missão do Instituto, uma vez que as suas atividades eram em parceria com as unidades da Universidade e com diversos segmentos da sociedade maior. As discussões poderiam indicar, assim, os rumos que uma unidade acadêmica como o IEA deveria seguir.

Estudos Avançados completa 50 edições

Em 2004, dois anos antes de o Instituto completar 20 anos, outra efeméride marcou o IEA: a revista *Estudos Avançados*, editada pelo professor Alfredo Bosi, completou 50 números e 17 anos de periodicidade regular. Os dossiês da revista reuniam e sintetizavam temas cruciais que o país discutia. Marco Antônio Coelho era o editor executivo e o editor assistente era Dario Luis Borelli. A revista tinha tiragem impressa de 2,5 mil exemplares. “A revista tem papel de imenso destaque. Alfredo Bosi tinha uma visão pluralista e multidisciplinar e preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade”, enfatizou Celso Lafer em um seminário que homenageou Alfredo Bosi.¹⁵

O site da revista já disponibilizava desde 2003 textos que haviam sido publicados de forma impressa. O acervo de vídeos de palestras e seminários, por sua vez, estava sendo digitalizado para compor uma MEDIATECA Online. Nesse período, o Instituto realizou uma reformulação total do seu site para facilitar a consulta e interação com o público. A partir de 2004, a revista *Estudos Avançados* passou a ser indexada na Biblioteca Eletrônica SciELO. Com isso, em junho de 2006, os artigos da revista



Lançamento da revista *Estudos Avançados*, "Dossiê Mulher, Mulheres, Geração de Empregos e História Cultural", João Steiner, Alfredo Bosi e Marco Antonio Coelho, 2003.

tiveram 230.899 acessos na SciELO, ficando em 2º lugar, atrás apenas de *Cadernos de Saúde Pública*. Considerando as cerca de 4.300 edições de 161 revistas que compunham a base do SciELO, *Estudos Avançados* contribuiu com um quarto dos acessos das 68 edições mais pesquisadas, sendo a de número 50 (dossiê "O negro no Brasil") a 4ª colocada.

Em seu editorial da edição de número 50 da revista, de 2004, com o dossiê sobre "O negro no Brasil", a revista anunciou que "é com satisfação que a editoria vê confirmado o seu projeto inicial: valer-se do conhecimento multidisciplinar, dentro e fora da Universidade, em função de problemas cruciais da sociedade brasileira ou da comunidade internacional. Saber científico e humanístico *mais* atenção às carências básicas de nosso povo: esta é fórmula que cada dossiê da revista tem equacionado, como se pode verificar examinando o catálogo geral posto em apêndice à presente edição", sintetizando o próprio projeto editorial da publicação. Sobre o dossiê, que cobria a maior parte do número, ele "contempla a condição do negro no Brasil. Para compô-lo concorreram estudiosos de diversas áreas: Antropologia, Sociologia (contestando a velha tese da nossa 'democracia racial'), História, Estudos Africanos, Educação, Genética (com revelações demográficas surpreendentes),

Saúde Pública, Literatura, Teatro, Música e Artes Plásticas. Fizeram-se ouvir também vozes de ONGs voltadas para a luta pelos direitos dos negros. A questão das cotas foi trabalhada em vários níveis, trazendo subsídios para o debate ainda em curso. Deu-se relevo à situação do negro na Bahia onde se vêm ensaiando iniciativas democráticas junto a algumas comunidades (em especial o trabalho encetado pela Secretaria da Reparação)". O dossiê foi publicado no ano em que a Universidade de Brasília adotou política de ação afirmativa com um sistema de cotas raciais, um ano após a Universidade Estadual do Rio de Janeiro. A Lei de Cotas, que destina parcela de vagas nas instituições de ensino superior federais do país a alunos oriundos de escolas públicas, de baixa renda, e negros, pardos e índios, foi estabelecida em 2012.

A revista atuava em questões do presente e adensava o debate político. No número 45, de maio/agosto de 2002, publicou entrevistas com os então presidentiáveis Luiz Inácio Lula da Silva, José Serra, Ciro Gomes e Anthony Garotinho, sobre o "relacionamento internacional de nossa economia". Na mesma edição era apresentado um dossiê sobre Amazônia Brasileira, com artigos de, entre outros, Aziz Ab'Sáber, Carlos Nobre, Antonio Nobre e Márcio Souza. O dossiê de número 49 foi sobre "Mulher, Mulheres", incluindo artigos como "A Filosofia como vocação para a liberdade", de Marilena Chauí; "Violência contra a mulher e políticas públicas", de Eva Alterman Blay; "Mulheres em movimento", de Sueli Carneiro; e "Índias e antropólogas – Diálogo entre Carmen Junqueira e Betty Mindlin".

O número 61 da revista *Estudos Avançados*, de 2007, foi sobre Crime Organizado, dossiê que era assim apresentado, sem receio de enfrentar questões controversas e pontos de vista muito menos visíveis nos debates acadêmicos sobre este tema:

[...] realidade e uma ameaça à sociedade civil e ao Estado dentro e fora de nossas fronteiras nacionais. Apesar da obviedade dessa constatação, estamos longe de enfrentá-la com vigor e cada vez menos seguros de um êxito estratégico na luta pela sua extinção. Em face de um problema tão grave e complexo, fazia-se necessário à editoria abrir um leque de informações e pontos de vista que lançasse luzes sobre os seus aspectos múltiplos e controversos. A revista foi ao encontro de especialistas de diversas áreas que trouxeram dados objetivos e abordagens esclarecedoras, muitas das quais francamente polêmicas. O leitor encontrará nestas páginas reflexões sociológicas sobre a criminalidade organizada nas prisões, com ênfase nas ações do PCC; interpretações políticas globalizantes; o trabalho da Inteligência que procura dar um estatuto racional ao combate ao tráfico; pressupostos da atual Política Nacional de Segurança Pública; enfim, depoimentos de quem está com a mão na massa: delegados, promotores, advogado, juízes, além de agentes da Pastoral Carcerária. Nem faltará entre as testemunhas a voz, para muitos, estranha, de um assaltante condenado, mas capaz de refletir sobre a própria condição e as mazelas da rotina carcerária. E nada mais vivo e provocador do que pensar a representação da violência tal como vem sendo projetada em alguns excelentes documentários filmicos nacionais.¹⁶

Em entrevista à revista, o padre Valdir João Silveira, coordenador da Pastoral Carcerária da CNBB no estado de São Paulo, afirmou sobre a ação e a presença do Estado nos presídios:

Em dez anos praticamente a população carcerária do Estado e do país dobrou. O que não acompanhou as mudanças desse sistema prisional foi a estrutura e funcionamento das unidades. Os grupos e facções do crime surgiram pela lacuna do Estado. Num primeiro momento, para se protegerem contra a violência e a tortura com que o Estado agia. Depois, para criar uma ordem entre os presos, pois havia extorsão, exploração e violência sexual de preso para com preso,

então o crime se estruturou para impedir essa desordem toda. As facções que forneciam o mínimo para a sobrevivência, seja material de higiene, seja medicamentos, atendiam também os familiares. Para quem depende de passagens para visitar os familiares, porque a pessoa presa é pobre, a falta de visita de um ente querido torna o presídio ainda mais violento. Então restou às facções cobrir as lacunas, também conseguir advogado e assistência social. O Estado abandonou o presídio, também a sociedade num todo, e o Estado aqui é o Administrativo, o Jurídico, o Ministério Público e também o Legislativo, que viraram as costas para os presos. O discurso que foi dado nas prisões é de mais endurecimento da pena, e criaram-se as legislações de pânico.¹⁷

Em outro trecho da entrevista, afirma o padre Valdir: “Como eu gostaria que o mundo universitário entrasse nessas questões! Não para se unir às propostas que já temos aí, mas para se unirem às causas, não para entrarem com o discurso já colado, e pedirem o que já é feito e nem ficar com esses pedidos de mais e de menos, que deem curativos e remendos para o sistema: ‘melhorar o alimento dos guardas, dar mais armas para a polícia, construir mais presídios’ – são medidas de mais e menos e que não vão mudar a situação, são remendos apenas. Faltam propostas científicas para reverter a situação, e aí a classe universitária tem sido muito omissa nessa parte”.

O ex-diretor Gerhard Malnic, integrante do Conselho Editorial da revista, destaca o papel de *Estudos Avançados*, em depoimento a este livro: “Uma das realizações mais importantes do IEA é a sua revista, editada por Alfredo Bosi, que foi uma das pessoas mais importante da área de Ciências Humanas dessa Universidade. Nós fizemos algumas edições sobre ciências da saúde. A revista está indexada e acessível no site e acredito que esse é um aspecto muito importante do Instituto, que sempre conseguiu manter a revista como interdisciplinar, cada

número com um assunto diferente visto por diversos ângulos e pontos de vista. Cada um dos grupos de pesquisa do IEA muitas vezes publicava seus resultados na revista. Tivemos muitos números centrados na questão ambiental, o que começou na época do Carlos Guilherme Mota e continua importante”.¹⁸

O IEA manteve sempre uma equipe de trabalho de jornalismo, comunicação e assessoria de imprensa, que continuava sendo coordenada pelo jornalista Mauro Bellesá, tanto para redigir os textos do site como para os veículos impressos. Havia o *Informativo IEA*, publicação jornalística impressa de divulgação de suas atividades, com quatro edições ao ano e tiragem de 10 mil exemplares, enviado a todos os docentes da USP, cerca de 2 mil pessoas não integrantes da Universidade e em torno de mil jornalistas. O impresso *Informativo IEA* foi publicado até dezembro de 2006.

Em março de 2002 foi criada uma publicação eletrônica quinzenal, o *Boletim IEA*, com o objetivo de divulgar de forma ágil as atividades, eventos e pesquisas do Instituto, em complementação ao *Informativo IEA* e ao site. No final de 2003 o *Boletim IEA* já estava sendo enviado a cerca de 3 mil e-mails de professores da USP e de outras instituições de pesquisa, jornalistas, estudantes e outros interessados. O programa de rádio Contexto era produzido pelo IEA e transmitido aos domingos, às 11 horas, pela USP-FM (93,7 MHz), com o intuito de compartilhar com o grande público as ideias elaboradas e debatidas pelos integrantes do Instituto.

Além da Coleção Documentos, cadernos que eram regularmente editados pelo IEA, com as séries Lógica e Teoria da Ciência, Ciências Ambientais, Economia e Ciências Humanas, foram publicados nesse período, resultado de pesquisas realizadas no próprio Instituto, alguns livros (alguns coeditados pelo IEA), além do já mencionado sobre ensino superior, entre eles: *Da Light à Eletropaulo – Permanência e mudança na cultura*

de uma empresa, de Antonio Carlos Bôa Nova; *Águas Doces do Brasil* (2º edição), de Aldo da Cunha Rebouças, Benedito Braga e José Galízia Tundisi; *Educação para Ciência – Curso para treinamento em Centros e Museus de Ciência*, organizado por Sérgio Mascarenhas, Silvério Crestana, Ernst Hamburger e Dilma Silva; *O Estudo de Bacias Hidrográficas – uma estratégia para educação ambiental*, organizado por Dietrich Schiel, Sérgio Mascarenhas, Nora Valeiras e Silvia dos Santos; *Crônicas da Natureza*, de Vicente Roberto Dumke; *Os domínios de Natureza no Brasil – Potencialidades paisagísticas*, de Aziz Ab’Sáber; e *Science and Partial Truth*, de Newton da Costa e Steven French.

Em 2005, a biblioteca foi transformada em um Centro de Documentação em trabalho organizado por Maria Leonor Calasans, que conta: “Organizei a documentação, que incluía fotografias, negativos, boletins, livros publicados pelos grupos de pesquisa e pesquisadores do IEA, publicações da Coleção Documentos, gravações em áudio e em vídeo, todo o material que estava relacionado à história do IEA, também a coleção de recortes de jornal com referências às atividades do Instituto. Havia 800 gravações em áudio de eventos, que foram identificados e catalogados. Foi um trabalho longo. Livros e periódicos que não tinham relação com o IEA foram doados para diversas bibliotecas, incluindo a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP”. Calasans ingressou no IEA em 1989 como recepcionista, depois atuou na área financeira e em seguida ficou onze anos auxiliando a professora Lenina Pomeranz no Grupo de Estudos dos Países Socialistas em Transformação (Gepst), que foi muito ativo. Leonor lembra também do início do IEA, na gestão do professor Jacques Marcovitch: “Era bem efervescente, trabalhamos muito, todas as atividades eram manuais, não havia computador, celular, e-mail... havia muitos eventos internacionais. Fiquei encantada, conheci muita gente

que veria apenas na televisão. Lembro do professor Aziz, no Projeto Floram, ele era muito dinâmico, um guerreiro; lembro de Jacob Gorender, de Raymundo Faoro. O perfil do Instituto é trazer estas pessoas e agregar conhecimento em várias áreas. Nossa equipe é pequena e trabalhamos com satisfação. Cada diretor tem um perfil diferente, aprecio a dinâmica do IEA”.¹⁹ Quando o Centro de Documentação foi organizado, já estava em curso o início da digitalização na Universidade, com a criação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e do Portal Saber.

Energia, ecologia, tolerância e paz

As cátedras ativas entre 2002 e 2007 eram: Nicolau Copérnico; Mário Schenberg; Lévi-Strauss; Unesco; Lucas Nogueira Garcez e Carl Friedrich Phillipp Von Martius, além do Núcleo de Pesquisa Brasil-França.²⁰ A Cátedra Lucas Nogueira Garcez, estabelecida em parceria com a Companhia Energética de São Paulo (Cesp) em 1999, propiciava um espaço permanente para o estudo, a reflexão e a análise sobre os grandes desafios que a área energética enfrenta no país e no mundo; o professor José Goldemberg desenvolveu um projeto de pesquisa na área de energia e hidráulica, financiado pela própria Cesp.

A Cátedra Carl Friedrich Phillipp Von Martius, por sua vez, efetivava-se em parceria definida no ano 2000 com o Serviço de Intercâmbio Acadêmico (Daad), da Alemanha, para a criação de uma área voltada ao campo da Ecologia, visando a relações mútuas de cooperação acadêmica, de incentivo à pesquisa e à docência nas disciplinas dedicadas às questões ecológicas, assim como o intercâmbio de professores, publicações, programas acadêmicos e projetos de pesquisa, que beneficiariam outras universidades brasileiras. No âmbito da Cátedra Mário Schenberg, um dos projetos era a publicação das obras

científicas completas do físico Schenberg, sob a responsabilidade da professora Amélia Império Hamburger, em conjunto com a Edusp. Essa Cátedra realizou também, em 2003, o Colóquio “Filosofia, Ciências e História”, dedicado a Michel Paty por ocasião dos 40 anos de sua colaboração com o Brasil, coordenado por Maurício Pietroccola e Olival Freire Jr.

A Cátedra Unesco de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância mantinha núcleos temáticos, especialmente sobre os temas da Paz, da Tolerância e dos Direitos da Mulher. O Coordenador da Cátedra era Dalmo de Abreu Dallari e seu Conselho era composto por Sergio Adorno, Maria Victória Benevides, Margarida Genevois, Alberto Castiel, Enrique Ricardo Lewandowski, Dina Lida Kinoshita, Maria Luiza Marcílio, Ermínia Maricato e Dom Paulo Evaristo Arns. O Núcleo da Paz promoveu conferências e debates tendo como foco o conflito árabe-israelense e a busca da paz no Oriente Médio, “além do combate ao terrorismo por meios legais, sem a tragédia e as injustiças da guerra”. O Núcleo da Tolerância estudou movimentos ligados a racismo, intolerância étnica e religiosa. Para o estudo das formas e dos meios de proteção e promoção dos direitos da mulher, a Cátedra iniciou entendimentos com o Fundo de Participação das Nações Unidas para realizar atividades conjuntas e dar atenção às questões dos direitos reprodutivos, das discriminações e da igualdade de direitos no ambiente de trabalho.

A Cátedra Unesco também organizou diversos cursos, entre os quais “Advocacia em Direitos Humanos” e “História e fundamentos dos direitos humanos”, com Fábio Konder Comparato; “Proteção aos direitos da pessoa deficiente e do idoso”, com Dalmo Dallari; “Construir e celebrar a Justiça e Paz em tempos de exclusão e violência”, com Dom Paulo Evaristo Arns (curso ministrado para as lideranças comunitárias do Brasil e América Latina), já referido. Na Cátedra Unesco foi ainda



Evento sobre o genocídio armênio, promovido pela Cátedra Unesco, com a presença de Dina Lida Kinoshita, Hagop Kechichian e Dalmo de Abreu Dallari, coordenador da Cátedra, 2003.

realizada em 2003 a palestra “O genocídio armênio”, ministrada por Hagop Kechichian e Dalmo Dallari.

Em 2007, Sergio Adorno, coordenador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP), tornou-se coordenador da Cátedra Unesco e o programa de trabalho para 2007 e 2008 estava baseado em quatro temas: Desenvolvimento e Desigualdades Socioeconômicas; Direitos Humanos e Acesso à Justiça; Desigualdades e Diferenças: Gênero, Geração, Etnia, Diversidade Sexual e Instituições de Proteção e Promoção dos Direitos Humanos.

Conforme o projeto da Cátedra, em citação que retrata a avaliação realizada naquele período sobre a questão dos direitos humanos e sua relação com a desigualdade social e econômica no país e, ao mesmo tempo, expunha o projeto de intervir política e socialmente:

Falar em educação para os direitos humanos é, em grande medida, enfrentar e superar a persistência do autoritarismo no interior da sociedade democrática no Brasil. A sobrevivência do autoritarismo social em suas múltiplas formas de manifestação – isolamento, segregação, preconceito, carência de direitos, injustiças, opressão, permanentes agressões às liberdades civis e públicas, em síntese, violação sistemática de direitos humanos – indica que as forças comprometidas

com os avanços democráticos não lograram superar as forças comprometidas com as heranças conservadoras e autoritárias, legadas do passado colonial, escravista e patrimonialista. Não poucos obstáculos contribuem para impedir a universalização da cidadania plena e o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, entre os quais se destacam: (a) a permanência de extremas desigualdades sociais (a despeito das transformações experimentadas no modelo de desenvolvimento econômico-social promovidas desde a implementação do Plano Real), hierarquizando os grupos sociais segundo diferenças no acesso aos direitos e ao bem-estar; (b) o acentuado corporativismo interpares profissionais, que dificulta a responsabilização das autoridades às quais estão confiadas as tarefas constitucionais de proteger direitos humanos e aplicar lei e ordem; (c) o restrito raio de ação dos movimentos encarregados de exercer *accountability* das ações dos governantes, quando em foco está a proteção dos direitos humanos (que perversamente convergem para alimentar); (d) resistências de parcela dos cidadãos e cidadãs à consolidação de uma política e de uma agenda de direitos humanos. Nesse contexto, a principal missão da Cátedra será contribuir para a redução das resistências aos direitos humanos, mediante um programa de trabalho que enfrente problemas tais como os apontados, através da disseminação de conhecimento produzido quer na Universidade de São Paulo quer em outros centros de pesquisa, não apenas no interior da comunidade acadêmica, mas também para públicos mais amplos, sobretudo constituídos de educadores e agentes formadores de opinião pública.

Outras atividades de outros grupos e pesquisadores do IEA naqueles anos são ressaltadas pelo ex-diretor Gerhard Malnic, em depoimento a este livro: “Fiquei pouco tempo como diretor, mas recorro de muitas atividades importantes. Nestor Goulart criou o Grupo de Estudos Urbanos, muito interessante. Tínhamos também grupos da área biológica, com Isaias Raw; de política internacional, e Meio Ambiente e Sociedade,

até hoje ativo e do qual fazia parte Aziz Ab'Sáber. Temos, assim, muitos grupos de pesquisa e de trabalho que podem congregam docentes da Universidade. Muitos deles dependem da capacidade do diretor do IEA de criar grupos interessantes para a comunidade. O interesse maior do Instituto era na área de Ciências Humanas, que atrai mais público. Mas a área biológica tem aspectos que despertam interesse, embora sejam às vezes muito especializadas. Aliás, a ciência hoje é altamente especializada”.²¹

O Grupo de Pesquisa de Ciências Ambientais, e o projeto Floram, detalhado no capítulo 2, que propunha metas ambientais, sociais e econômicas para o florestamento de 20 milhões de hectares (2,3% do território brasileiro) – como proposta de contribuição brasileira para a fixação do excesso de CO₂ em suspensão na atmosfera e, com isso, ser retardado o risco do efeito estufa – continuava em atividade, com pesquisas como: “Estimativa de fluxos de carbono” (coordenação de Humberto Rocha, do IAG, e Weber Amaral, Esalq) e “Avaliação do estado da arte e interação com iniciativa privada na área de reflorestamento e uso da madeira: estudos sobre fixação do carbono” (coordenação de Leopold Rodés e Dieter Anhuf e participação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da USP em São Carlos).

Ainda no Grupo de Pesquisa de Ciências Ambientais, estava sendo desenvolvido o projeto Queimadas: Mitos e Fatos, que incluía tópicos de estudo como Queimadas: uma visão paleoclimática; A cultura indígena do fogo, o fogo no período colonial e os hábitos agrícolas; Queima da biomassa e o balanço de carbono; Taxas de conversão e modelagem do ciclo do carbono e transporte a longa distância; Monitoramento das queimadas: metodologia em uso, limitações e análise de tendências e Previsão do risco de incêndios. Outros projetos tinham como objetivo a definição de políticas públicas e alternativas para uso

do solo nas fronteiras agrícolas da Amazônia, com a análise de como e se a expansão da fronteira agrícola poderia levar ao desenvolvimento sustentável, e também o desenvolvimento de ferramentas para definir regras e políticas públicas para encorajar iniciativas que levassem ao desenvolvimento sustentável incluindo atividades que se qualifiquem no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Outro núcleo muito ativo era o Grupo de Pesquisa Nutrição e Pobreza, que organizava reuniões periódicas para a discussão de temas relacionados à nutrição e pobreza, tais como: saúde, desnutrição e fracasso escolar; políticas públicas em alimentação escolar; e formação de programas de cidadania juvenil na prevenção e combate da desnutrição materno-infantil. A revista *Estudos Avançados* publicou um dossiê especial sobre Fome e Desnutrição no número 48, incluindo os artigos “A fome como questão política”, de Frei Betto; e “Lições da Pastoral da Criança”, uma entrevista com Zilda Arns. Outros grupos de pesquisa incluíam Lógica e Teoria da Ciência, Política Científica e Tecnológica, Sistemas Complexos, Informação e Comunicação.

Entre os projetos especiais, estavam a continuidade de “Estudo sobre subprefeituras de representantes para o município de São Paulo”, coordenado por Maria Lucia Refinetti, iniciado em julho de 2000, já mencionado no capítulo anterior. Outro projeto especial era “Conceito e dinâmica do capitalismo contemporâneo. Aspectos da economia e da política internacional em processo de mundialização”. No âmbito desse projeto foram produzidos os documentos “As relações econômicas internacionais: uma proposta de reforma institucional”, de Fábio Konder Comparato, apresentado no 2º Fórum Social Mundial em 2002 em Porto Alegre; e “Considerações sobre o Fundo Monetário Internacional – FMI”, de Alberto Amaral, da Faculdade de Direito da USP (FD-USP). Foram professores

visitantes nos anos 2002 a 2007: Gilson Schwartz, Francisco Antonio Doria, Paulo Nogueira Batista Jr., Jair Minoro Abe, Luiz Gylvan Meira Filho, Yves Marie Pierre Henri Lucas e Plínio Pinto de Mendonça Uchôa Junior.

“Fatos portadores de futuro” – Brasil 3 Tempos

O IEA integrou o projeto “Brasil 3 Tempos: 2007, 2015 e 2022”, como já referido no início deste capítulo, iniciativa lançada em 2004 pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República que reuniu diversas instituições de pesquisa do Brasil para estabelecer metas a serem atingidas pelo país até 2022. Vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, o projeto era definido como uma proposta de Estado e não do governo, e os objetivos deveriam ser assimilados pela sociedade, para que perdurassem no tempo e propiciassem ao Brasil atingir as metas estabelecidas.²² O projeto pretendia resgatar a história dos grandes planos de desenvolvimento elaborados no Brasil e listava 17 propostas de desenvolvimento lançadas desde os anos 1950.²³

As datas do título do projeto, 2007, 2015 e 2022, referiam-se a marcos escalonados de objetivos: o ano de 2007 foi definido por ser o primeiro ano do governo seguinte. A data intermediária, 2015, correspondia ao prazo de implantação das Metas do Milênio estabelecidas pela ONU. Já o ano 2022 foi escolhido por marcar a comemoração do bicentenário da Independência. O projeto foi desenvolvido por meio da análise de sete dimensões essenciais e abrangentes: Institucional, Global, Econômica, do Conhecimento, Sociocultural, Territorial e Ambiental.

O IEA foi escolhido para desenvolver as análises das dimensões Global (futuro da situação internacional, perspectivas da globalização e seus efeitos no plano doméstico) e Institucional (instituições político-partidárias e os rumos da democracia



Reunião de Trabalho da Equipe de Dimensão Constitucional do projeto Brasil 3 Tempos, 2004.

brasileira), e essa seria desenvolvida em conjunto por uma equipe do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) da Universidade Candido Mendes, coordenada por Luiz Jorge Werneck Vianna.

A coordenação-geral do projeto no IEA ficou sob responsabilidade de Geraldo Forbes, com Amaury de Souza como coordenador-adjunto e James Wright (com assistência de Renata Giovinazzo Spers) como coordenador de metodologia. A configuração inicial da equipe da Dimensão Institucional incluiu a coordenação de Maria D'Alva Kinzo (coordenadora), Gildo Marçal Brandão (coordenador adjunto), Maria Tereza Sadek, Marta Teresa da Silva Arretche e Alexandre Polesi, com a participação, como consultores, de Brasília Sallum Jr., Maria Hermínia Tavares de Almeida, Eduardo Kugelmas, Antonio Octavio Cintra e Henrique Block. Na primeira fase, a equipe da Dimensão Global teve coordenação de Sebastião Velasco e Cruz (coordenador), Ricardo Sennes (coordenador-adjunto), e apoio de Alexandre Barbosa, Carlos Eduardo Lins da Silva

e Guilherme Dias; os consultores dessa equipe eram Christian Lohbauer, Eugênio Diniz, Guilherme Leite da Silva Dias, Luci Hidalgo Nunes, Mario Cesar Flores e Oliveiros Ferreira.

Em outras instituições, a Dimensão Econômica esteve a cargo de grupo liderado por Carlos Eduardo de Freitas, ex-diretor do Banco Central. Duas instituições tratavam da Dimensão Sociocultural: Universidade Federal da Bahia, que trabalhou com os aspectos culturais, e Universidade de Brasília (UnB), que elaborou os aspectos sociais. A Dimensão Ambiental foi trabalhada pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, e uma equipe da Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro se encarregou da Dimensão do Conhecimento. A Dimensão Territorial ficou sob responsabilidade do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra.

Durante sua colaboração com o “Br3T”, de setembro de 2004 a janeiro de 2005, as equipes do IEA (e as demais) produziram cinco documentos para cada uma das dimensões (Global e Institucional): 1. Descrição da dimensão; 2. Relação dos “fatos portadores de futuro”; 3. Análise retrospectiva e da conjuntura atual de cada dimensão; 4. Projeções da dinâmica; 5. Visualização prospectiva para 2007, 2015 e 2022.

Os seminários para a definição dos “fatos portadores de futuro” das duas dimensões definiram em torno de 150 desses fatos para cada Dimensão (acontecimentos, dinâmicas, concepções e aspirações, existentes ou em vias de se manifestar), capazes de determinar “eventos” futuros, configuradores de cenários desejados ou a serem enfrentados pelo país e para os quais a sociedade brasileira precisaria estabelecer estratégias específicas. A equipe da Dimensão Institucional definiu os “fatos portadores de futuro” a partir de dois eixos de análise: fatores institucionais que influenciam o processo de decisão e execução de políticas públicas, e fatores relacionados



Reunião do Conselho
Deliberativo, 2004.

ao processo de participação e de representação política democrática. A equipe da Dimensão Global trabalhou a partir dos temas soberania nacional, inserção internacional, multilateralismo, processos decisórios mundiais e alianças estratégicas e ONU, que caracterizam o sistema internacional.

As equipes encarregadas das diversas dimensões identificaram quase mil “fatos portadores de futuro”. A partir deles foram elaboradas 367 ideias de composição de “temas de futuro” e elaborados 187 “objetivos para temas futuros”. Em seguida, algumas centenas de pessoas – acadêmicos, lideranças sociais, empresários, jornalistas e representantes dos Três Poderes nos três níveis de governo – foram convidadas para responder questionários via internet, o que possibilitava a construção de cenários futuros. A fase final foi a definição de soluções estratégicas que indicariam caminhos possíveis de serem pactuados com a sociedade brasileira.

Após a conclusão do “BrT3”, avaliando a sua participação e críticas ao projeto federal, o IEA decidiu lançar um projeto próprio de discussão e criação de cenários de planejamento, o programa “Brasil – O País no Futuro: 2022”, com coordenação de Geraldo Forbes e direção de João Steiner, ampliando os temas, incluindo alguns já abordados pelo projeto “Br3T”



Homenagem a José Goldemberg no evento de 20 anos de fundação do IEA, 2006.

e tomando os debates abertos e públicos desde o início.²⁴ A primeira atividade foi a realização de uma série de seminários sobre aspectos que se destacaram nas análises prospectivas e na construção de cenários do trabalho precedente. As exposições e debates foram transmitidos em tempo real via internet, por meio de um serviço pioneiro de *web casting*. A coordenação dos seminários coube a Guilherme Leite da Silva Dias, da FEA, com coordenação-adjunta de Gildo Marçal Brandão, da FFLCH. A programação incluiu os temas Instituições políticas; Relações internacionais e território; Segurança pública e desenvolvimento urbano; Economia e seguridade; Conhecimento e Meio ambiente, e teve a participação de especialistas de diversas tendências no esforço de identificação dos pontos críticos – os “gargalos” – que dificultavam o desenvolvimento do país. O próprio conceito do que seria um “país desenvolvido” foi objeto de discussão.

O cenário desejado para o Brasil em 2022 desenhava, em linhas gerais, um país capaz de estabilizar o regime democrático;



Encontro do Grupo de Pesquisa Nutrição e Pobreza, que se reunia periodicamente para discussões temáticas, 2006.

ampliar a fiscalização popular das decisões políticas (*accountability*); voltar a crescer a taxas históricas pré-anos 1980; enfrentar com sucesso suas disparidades regionais e de renda; investir na educação e no desenvolvimento tecnológico; tornar suas cidades mais organizadas e seguras; e projetar sua influência no mundo, e particularmente na América Latina, procurando administrar criativamente os desafios ambientais e os efeitos políticos e econômicos da globalização.

Em outra frente de atuação, o Fórum de Políticas Públicas (FPP), lançado em 2002 por um grupo diverso de professores da USP, passou a ser sediado no IEA em 2003, em razão das afinidades entre os objetivos do FPP e as preocupações do IEA com a formulação de políticas públicas e com o diálogo entre USP e sociedade, retomando questões centrais à fundação do Instituto. No entanto, o Fórum, que teve significativa repercussão da época, evidentemente não se pronunciava em nome do IEA, que, inclusive, emitiu uma nota pública a respeito.²⁵ Para os fundadores do Fórum, o País vivia um momento novo, de enormes desafios e também de expectativas de mudanças e novos rumos, cabendo à universidade brasileira – e à USP, em especial – não ficar à margem do que estava ocorrendo no País: “Se os desafios são grandes, este é também um momento oportuno para propor que a parte mais emblemática da inteligência

nacional, que domina técnicas, metodologias e que sabe pesquisar, seja capaz de produzir conhecimentos para um País que pretende se renovar”. O grupo defendia que a Universidade investisse toda energia possível para consolidar um novo tipo de pensamento crítico e de produção de conhecimento: “Contra o espírito de arquipélago, a Universidade pode e deve intensificar o estímulo ao diálogo entre as disciplinas, à mescla dos campos, à síntese das visões que há muito não cabem nos limites estreitos da velha estrutura departamental e das definições disciplinares do conhecimento”, conforme o documento oficial de lançamento do FPP.

O FPP considerava que a Universidade também precisava “pluralizar seus instrumentos”, atualizar seus métodos e relacionamentos, por meio do estreitamento de laços com os alunos, criação de novas comunidades científicas, disseminação do debate e estímulo à chama da crítica: “Reconhecer essas mudanças é o primeiro passo para a convivência saudável nos campi e para a difusão e debate do conhecimento”.²⁶ O diagnóstico básico que levou a criação do FPP foi a fragmentação e isolamento das atividades acadêmicas dos docentes. No entanto, o grupo esclarecia que “não se tratava de negar a atividade e o amadurecimento individuais de cada acadêmico nas suas atividades de pesquisa e docência”, mas sim de estimular a criação de espaços mais amplos, que permitissem aumentar e potencializar o fluxo desse conhecimento na Universidade e desta para a sociedade. A exposição das características do fórum informava que “a independência de partidos políticos e de governos é a sua marca fundadora, assim como a democracia de seus laços internos e externos”. O FPP era definido como um espaço democrático de aglutinação dos docentes da USP e do País, não cabendo a ele “a definição *a priori* de uma agenda de debates e atividades, e muito menos se restringir a um ou outro tema posto pelas urgências políticas do momento”.

A agenda deveria ser montada a partir da reunião do conjunto de iniciativas que viessem a ser propostas pelos docentes nele engajados. Tanto poderiam incluir temáticas definidas em torno de questões consideradas relevantes para os rumos do país, quanto propostas de consenso construídas nos pontos de intersecção dessas e outras atividades. O lançamento do Fórum de Políticas Públicas (FPP) em 2002 mostra que muitas das críticas e questões que levaram à criação do IEA permaneciam em aberto na Universidade e seguiam em debate. Mas, de qualquer forma, o IEA consolidara-se como lugar de referência dos debates, projetos e iniciativas de planejamento estratégico, o que continuaria a ser reafirmado nos anos seguintes.



5

Democracia, direitos humanos,
políticas públicas e outros
engajamentos (2008-2012)

PÁGINA ANTERIOR

Reunião do Conselho Deliberativo, 2011.

Flexível, valente, engajado, descobridor, reflexivo, acolhedor, sensível ao social e ao que é melhor e mais justo. Assim definia o IEA o professor César Ades, diretor do Instituto entre fevereiro de 2008 e janeiro de 2012. Ao mesmo tempo, entendia que o Instituto deveria ser engajado na causa do conhecimento e da Universidade e nas questões sociais, por isso o título do relatório de atividades do período 2008-2011 foi “O IEA da USP: engajamentos”.¹ Ao fazer um balanço das atividades semestrais, o diretor ressaltava como o lugar do IEA era publicamente reconhecido: “Quando convidamos pesquisadores e acadêmicos para participar dos nossos eventos, e foram mais de 200 neste semestre, todos aceitaram. É como uma distinção, uma grife. É uma tribuna livre, um território em que se pode falar de ideias controvertidas”.²

No imaginário dos IEAs está uma epistemologia de risco e livre exploração, escreveu César Ades:

Esperam-se dos IEAs avanços notáveis no conhecimento, mais pelo lado teórico e conceitual do que pelo lado da pesquisa empírica. É a inovação que interessa, em ideias e modelos de interpretação. No imaginário dos IEAs está uma epistemologia de risco e livre exploração, a concepção de que fazer ciência não consiste apenas na aplicação de um paradigma, mas na sua extensão a campos diferentes

(até mesmo fora de seu estrito domínio, caso em que entra a intenção interdisciplinar) ou no limite sua colocação em xeque. Uma (certa) desordem criativa, inclusive a que decorre do confronto de ideias divergentes, é bem-vinda. Temos tido esse espírito em grupos do Instituto, até num deles recentemente estabelecido em que a intenção está no próprio título (Grupo de Pesquisa de Astrofísica Nuclear Não Convencional), também está no trabalho mais tradicional do grupo de Lógica e Teoria da Ciência, feito em torno da questão das lógicas não clássicas, inspirado no pensamento de Newton da Costa.

As atividades de um IEA têm o charme da inovação e da não convencionalidade, “do contato com as problemáticas sociais para as quais a ciência se sente tentada a contribuir”, escreveu ainda Ades, acrescentando:

Um IEA representa um espaço especial na Universidade, onde pode ser levada adiante a experimentação conceitual necessária a todo avanço do conhecimento e onde o encontro de perspectivas não é evento ocasional, mas sim a própria matriz de onde se originam as ideias novas. Há uma liberdade especial para explorar, mesmo saindo do caminho (mas a exploração não será sempre uma saída do caminho?) e também a compreensão de que os campos do saber, das artes e da ética se juntam em sínteses possíveis, acima das classificações. Essas motivações universitárias perenes encontram expressão e agitação (na expressão que empresto de um de meus colaboradores) num Instituto de Estudos Avançados.

César Ades foi diretor do Instituto de Psicologia da USP entre 2000 e 2004, e ingressou no Conselho Deliberativo do IEA em 2004. Também participou do Conselho Deliberativo do Hospital Universitário da USP e do Conselho Curador da Fuvest. Formado em Psicologia em 1965, defendeu o mestrado em 1969, o doutorado em 1973 e foi professor de Psicologia



Reunião de ex-diretores do IEA, 4 de março de 2008.

Social e Experimental do Instituto de Psicologia da USP até falecer em um trágico acidente em 2012, pouco após deixar a direção do Instituto.³ Foi um dos maiores especialistas em Etnologia do país, área interdisciplinar entre a Psicologia e a Biologia que estuda o comportamento animal. Na pós-graduação, orientou alunos de diversas formações acadêmicas, como psicólogos, veterinários, biólogos e zootecnistas.⁴

A ênfase na discussão de políticas públicas era referendada pelo trabalho diário no Instituto, concretizando a vocação da Universidade de contribuir para as condições de justiça, bem-estar e progresso social do país. No caso do IEA, a reafirmação dessa linha se dava sempre em contraste com o que se poderia chamar de “arquetipo princetoniano”, a ideia de que as atividades de um instituto de estudos avançados se fizessem de forma “pura”, desvinculadas de demandas sociais e consequências práticas em termos de subsídios a políticas públicas, como já mencionado. A discussão das políticas públicas se valia, como no caso da discussão científica, da abordagem interdisciplinar e da livre exploração: mudam o tema e o tipo de análise, o pano de fundo é estratégico, aproveitam-se informações diversas para avaliar um estado de coisas e para guiar uma ação institucional. A meta do Instituto, ressaltava o diretor César Ades,

não era a de produzir mudanças sociais, mas de elaborar propostas e explorar o diálogo com as instituições. Segundo Ades, havia um interesse crescente em setores do poder público pelo debate com a academia em torno dos grandes assuntos, como mudanças climáticas, nutrição, violência, educação, pobreza.

Jacques Marcovitch, ex-reitor e ex-diretor do IEA, em texto de 2011, avalizava essa direção:

A missão do Instituto de Estudos Avançados é uma das mais nobres da academia. Fórum de debates das questões fundamentais da ciência e da cultura, e núcleo integrador entre diferentes unidades, este órgão vem se impondo igualmente como canal de comunicação entre a academia e a sociedade brasileira. Contabilizam-se, na USP, ao longo de quase dois decênios, mais de mil seminários realizados, grande parte deles abordando temas nacionais e mundiais de excepcional relevância. E dentre os seus programas destacam-se alguns que constituem verdadeiras propostas de políticas públicas essenciais ao País⁵.

Por ocasião do 25º aniversário do IEA, em 2011, a edição especial da revista *Estudos Avançados*, número 73, foi dedicada ao exame e ao histórico dos projetos dos IEAs pertencentes a universidades sediadas em países de culturas e tradições diversas.

Ao celebrar os 25 anos do Instituto, o IEA mantinha em atividade 16 grupos de pesquisa, incluindo os do Polo São Carlos, oito dos quais em Ciências da Natureza e da Vida e oito em Ciências Humanas e Sociais – como o Instituto organizava os grupos na época –, além de quatro cátedras e convênios. Esses grupos, cátedras e convênios promoviam palestras, seminários, cursos, publicação de livros e, acima de tudo, constituíam-se em núcleos irradiadores de ideias que aliavam o debate acadêmico com a discussão e proposição de políticas



Posse de César
Ades, 27 de
fevereiro de 2008.

públicas. Além disso, realizavam parcerias as mais diversas com outras instituições acadêmicas, órgãos públicos, entidades da sociedade civil e empresas privadas, expandindo, assim, os contornos dos trabalhos da Universidade e de seus professores e pesquisadores.

Os grupos eram: Ciências Ambientais; Amazônia em Transformação: História e Perspectivas; Serviços dos Ecossistemas; Astrofísica Nuclear; Filosofia, História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia; Lógica e Teoria da Ciência; Nutrição e Pobreza; Políticas Públicas, Territorialidades e Sociedade; Temas Atuais da Educação; Diálogos Interculturais; Psicologia Socioambiental; Literatura e Cultura e Núcleo de Pesquisa Brasil-França. Havia também um Núcleo de Apoio à Pesquisa: Observatório da Inovação e Competitividade.⁶ As cátedras e convênios eram: Cátedra Unesco de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância; Convênio IEA e El Colégio de México e Cátedra Bernardo O'Higgins.

Com tal dimensão de atividades e intensidade no trabalho dos grupos e outras iniciativas, em agosto de 2009 o diretor reuniu-se com os coordenadores de grupos de pesquisa, cátedras e convênios, para identificar temas transversais ao trabalho e às preocupações dos diversos grupos, entre os quais questões

ambientais, educação, direitos humanos e diálogo intercultural. O encontro tinha como objetivo estreitar a interação entre as diversas equipes, ouvi-las sobre os projetos em andamento e discutir procedimentos e metodologias de trabalho a partir das diretrizes do Plano de Metas e das normas do novo regimento do IEA. Surgiram várias propostas no encontro, entre as quais a criação de um comitê de aconselhamento internacional, a organização de atividades que estimulassem maior participação de estudantes de graduação e pós-graduação no dia a dia do Instituto, a articulação de iniciativas entre a sede em São Paulo e o Polo São Carlos e outros polos que viessem a ser criados, a criação de bancos de dados específicos para o trabalho de alguns grupos e o maior uso das tecnologias de informação e comunicação.

A integração dos diversos grupos de trabalho, o reforço na divulgação do conhecimento e das atividades do Instituto e o estímulo à participação discente eram questões especialmente sensíveis a Ades e ganharam ênfase em sua gestão na diretoria do IEA. O novo regimento promulgado pretendia incentivar a participação discente, o que se tornou uma das metas do diretor. “O IEA tem de atingir mais os estudantes do que conseguimos, afinal estamos em uma Universidade, não somos um centro isolado para pensar questões etéreas. Temos que devolver à sociedade e aos estudantes. Nós trazemos pessoas de altíssimo nível e, embora 50% da audiência seja de estudantes, avaliamos que ainda é pouco. Se ele se pretende estratégico, o IEA precisa atingir a geração que vai desenvolver e executar as pesquisas”, afirmava César Ades.⁷

A preocupação com a participação dos alunos acompanhava uma tendência da USP naquele período de expandir os cursos de graduação. Pouco antes foi criada na USP a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), a USP-Leste, e houve uma expressiva expansão da oferta de cursos, entre eles Engenharia



Reunião de
Coordenadores de
Grupos, 6 de agosto
de 2009.

de Biosistemas; Medicina Veterinária (no campus de Pirassununga); bacharelado em Astronomia (IAG); bacharelado em Estatística, o curso de Engenharia de Materiais e Manufaturas e o Instituto de Arquitetura e Urbanismo (em São Carlos); em Ribeirão Preto, inauguraram-se outras duas unidades, a Faculdade de Direito (FDRP) e a Escola de Educação Física e Esporte (Eeferp). Ademais, a USP incorporou, em 2006, a Faenquil, ou Faculdade de Engenharia Química de Lorena, com cursos de Engenharia de Materiais, Engenharia Bioquímica, Engenharia Química e Engenharia Industrial Química. Teve início em 2009 o primeiro curso de graduação a distância da USP, de Licenciatura em Ciências, para atender à demanda de formação de professores de Ciências para o Ensino Fundamental, nos campi de São Paulo, Ribeirão Preto, São Carlos e Piracicaba.⁸ Além da expansão de cursos oferecidos, a USP criou em 2006 o Programa de Inclusão Social (Inclusp), que tinha por objetivo ampliar a participação de egressos do Ensino Médio público no vestibular e aumentar o ingresso e o apoio à permanência desses estudantes.⁹

Com uma programação de cerca de 70 palestras por semestre o IEA contribuía para a formação dos alunos, mas na avaliação de César Ades o Instituto deveria ir além e oferecer

também cursos breves. Um exemplo citado por ele, que apontava esta direção, foi o curso “Descobrir a Amazônia, descobrir-se repórter”, oferecido pelo IEA para estudantes de graduação em Jornalismo, que participaram de um ciclo de palestras e puderam conhecer a Amazônia, em parceria com várias instituições, entre as quais o Centro de Comunicação Social do Exército e o Centro de Comunicação Social da Aeronáutica.

Com a ampliação dos cursos oferecidos pela USP, aumentou também o número de docentes em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) e, conseqüentemente, a produção científica.¹⁰ Entre 1997 e 2006 ocorreu um salto expressivo. No quinquênio 1997-2001 a média de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais foi de 5.955. Entre 2002 e 2006 tal média se elevou para 7.708 artigos. Em 2012, a publicação em periódicos científicos dos docentes da USP alcançou a marca de 10.974 artigos, ano em que, pela primeira vez, a quantidade de artigos publicados em revistas internacionais (5.807) foi maior que a de artigos divulgados em revistas nacionais (5.167 artigos).

Essa expansão da produção científica especializada e dispersa nas unidades e departamentos tornava ainda mais importante o encontro entre os diferentes campos promovido pelo IEA. O Instituto definia como grandes áreas de trabalho, com ênfase inter e multidisciplinar, as questões ambientais, a educação, os direitos humanos e o diálogo intercultural – áreas que por si só eram abrangentes e se estendiam na direção de múltiplas interfaces –, também acolhia pequenos grupos e atividades pontuais que avançavam em suas áreas e não encontravam o devido espaço em seus departamentos e unidades.

Novo regimento

Foram vice-diretores nesse período o fisiologista Luiz Roberto Giorgetti de Britto, que sucedeu ao bioquímico Hernan Chaimovich. Britto era professor titular do Departamento de Fisiologia do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB), do qual foi diretor de 2005 a 2009. Em maio de 2009 entrou em vigor o novo regimento do IEA, como já mencionado, que trouxe uma inovação institucional: normas oficiais para a criação de polos do Instituto nos campi da USP no interior, formalização do organograma, verbas, contratação de servidores técnico-administrativos e integração do trabalho em São Paulo. Seguindo o Polo São Carlos, criado em 1997, o novo regimento permitiu a criação do Polo Ribeirão Preto, com a coordenação do professor Oswaldo Baffa Filho, inaugurado em novembro de 2009, com apoio da reitora Suely Vilela.¹¹

O novo regimento também definiu as categorias de pesquisadores do Instituto – professores visitantes, professores colaboradores –, bem como a criação e o funcionamento de grupos de pesquisa e cátedras. César Ades comentava: “Tínhamos uma grande dificuldade de implementar a contratação de professores visitantes que trabalhassem conosco diariamente por um ano. Por questões trabalhistas, era quase impossível. Por iniciativa – e muita insistência – nossa, a Reitoria inovou e criou uma bolsa para pesquisador nacional e internacional. Não resolve muito para nós, porque são bolsas muito exigentes, que obrigam ao visitante dar aulas na graduação e pós-graduação, que não é nosso caso, mas abrem a possibilidade do *fellow*. Embora, ressalto, o IEA não deve se confundir com o grupo de *fellows*, como ocorre em alguns lugares do mundo. Nós trabalhamos mais em esquema de grupos de trabalhos”, esclareceu o diretor César Ades.¹²

Entre os professores visitantes, o Instituto contou nesses anos com a participação de Amélia Império Hamburger, que coordenava a edição da obra científica completa de Mário Schenberg (o primeiro volume foi publicado em 2009); Ignacy Sachs, com o projeto “Civilização da Biomassa”; Muna Muhammad Odeh, com o projeto “Desenvolvendo capacidades de liderança para transformação social e econômica focando jovens na escola pública”, e, no Polo São Carlos, Neucideia Aparecida Silva Colnago, que desenvolvia o tema “Avaliação do uso da internet para a difusão e popularização das ciências no Ensino Médio”, e Plínio Uchoa, com o projeto “RIPA – Rede de Prospecção e Inovação Tecnológica para o Agronegócio no Polo São Carlos”.

O encontro de Freiburg

O IEA-USP foi um dos institutos de estudos avançados baseados em universidades que participaram do encontro pioneiro ocorrido em outubro de 2010 no Freiburg Institute for Advanced Studies (Frias), da Universidade de Freiburg, Alemanha, que discutiu expectativas, desafios e novas fronteiras para esse modelo de organização acadêmica. A participação do Instituto fazia parte do esforço de internacionalização, o que já ocorria no dia a dia em um sem-número de palestras e seminários, com o estabelecimento de parcerias e projetos conjuntos. Os institutos mantinham diferentes modelos de trabalho, como já mencionado, entre aqueles que privilegiavam a “pesquisa pura” em áreas de ponta do conhecimento e outros, como o IEA, em grande parte voltados às políticas públicas. Ou seja, o conceito de “instituto avançado” não abarcava necessariamente organizações com o mesmo perfil, o que inicialmente gerou dúvidas na diretoria do IEA sobre os benefícios de participação nessa rede.

O evento foi organizado pelo Instituto de Freiburg para propor a criação da rede University-Based Institutes for Advanced Study (Ubias). O IEA-USP foi representado em Freiburg por seu diretor, César Ades, que participou de uma discussão sobre fontes de financiamentos dos IEA. O outro instituto da América Latina presente no encontro foi o então recém-criado Centro de Estudos Avançados da Unicamp, representado por seu coordenador, Pedro Paulo Abreu Funari. Um desdobramento da reunião na Alemanha foi a realização de um encontro internacional na Universidade Fudan, em Shanghai, em 2011. Em seguida Wagner Costa Ribeiro, pesquisador do IEA-USP, foi convidado para uma palestra pelo Institute for Advanced Humanistic Studies (IAHS) da Universidade de Beijing, propiciando um intercâmbio maior com a China.

Além de encontros internacionais, o IEA-USP esteve presente e sediou reuniões nacionais com outros IEAs. A convite do Centro de Estudos Avançados da Unicamp, o IEA-USP participou em 2011 do simpósio “Desafios de um Instituto de Estudos Avançados na Universidade brasileira”, com representantes de institutos de Princeton, de Stanford e de Jerusalém. Além de César Ades, esteve presente o ex-diretor do IEA e ex-reitor da USP Jacques Marcovitch. O IEA-USP também sediou encontros e eventos com os outros IEAs do país, como Ceam-UnB, Ceav-Unicamp, Ilea-UFRGS e Ieat-UFGM.¹³

No encontro de Freiburg, César Ades verificou a existência de uma demanda especial para centros integradores de ciência avançada dentro da Universidade. Uma das origens dessa demanda, em suas palavras, era o expressivo aumento da produção científica mundial que estabelecia critérios mais exigentes de qualidade e apontava um valor especial para o conhecimento criativo capaz de destacar-se em meio ao mar de publicações que saem a cada ano em cada área. Além disso, era preciso levar em conta o aumento das interfaces entre as áreas

tradicionais de ciência, um movimento de interpenetração que origina, inclusive, novos campos de pesquisa. Conforme o diretor, “os IEAs proporcionam um espaço apropriado para essa experimentação conceitual inovadora e podem exercer o papel aglutinador de que necessita a nova Universidade como forma de equilibrar a tendência inevitável à especialização”.¹⁴

Na comparação com outros IEA, cuja atuação conheceu durante a sua gestão, Ades reafirmava as convergências, como o incentivo à criatividade científica e à liberdade acadêmica, e também enfatizava as diferenças: “A universidade não é apenas onde se cria uma ciência de difícil decodificação, é uma interlocutora da sociedade. Cada instituto deveria fazer uma divulgação e o IEA, por ser um ponto de convergência – ou divergência –, deveria ter um papel importante. Diferente dos outros institutos da USP – que têm como obrigação se dedicar à graduação, pós-graduação, extensão e pesquisa – o IEA pode se dedicar apenas à pesquisa. Aqui não desenvolvemos pesquisa empírica, não temos laboratórios, mas cooperamos com os institutos com a discussão teórica. Certamente se produz ideias aqui. Acho que o IEA é o mais diferente, ele é convergente, é agregador”.¹⁵

Entendendo a atuação do IEA como parte de uma rede e não como um centro isolado que irradia conhecimento, César Ades ressaltou o esforço de inserir o IEA em várias frentes, considerando que as cooperações internacionais são uma maneira de fazer ciência em que se transcende um modelo mais antigo de produção: “A internacionalização esteve presente no IEA desde o início. Sempre recebemos pesquisadores internacionais para palestras ou eventos, convênios foram firmados com El Colégio de México, com o Collège de France e com outras instituições, cátedras foram instaladas. Com El Colégio de México foi realizado o projeto ‘Pesquisa urbana comparada: São Paulo e Cidade do México’, coordenado por Martha

Schteingart, de El Colégio de México, e Camila D'Ottaviano, da FAU-USP".¹⁶

Também foi promovido o ciclo “Cinco séculos de presença francesa no Brasil”, produzido em 2009 pelo Núcleo de Pesquisa Brasil-França, coordenado por Gilberto Pinheiro Passos, iniciativa do IEA e cujos textos foram publicados em livro da Edusp organizado por Leyla Perrone-Moisés. O IEA sediou ainda o colóquio Saint-Hilaire 2010, primeira jornada de cooperação científica franco-brasileira em Ciências Humanas e Sociais, uma iniciativa da embaixada da França com apoio da USP e da Capes. O objetivo do programa era complementar os instrumentos de cooperação entre os dois países em Humanidades e Ciências Sociais já existentes, como o programa Capes-Cofecub, a Rede Francesa de Estudos Brasileiros (Refeb) e o Colégio Doutoral Franco-Brasileiro, com, entre muitas outras iniciativas, o apoio à edição de obras científicas em francês e português, a realização de um seminário anual reunindo pesquisadores dos dois países e o apoio ao funcionamento das cátedras já existentes no Brasil (Pierre Monbeig e Roger Bastide na USP) e aquelas em funcionamento em instituições francesas (como a Sérgio Buarque de Holanda e a Celso Furtado).

Meio ambiente e desenvolvimento sustentável

O diretor César Ades destacava quatro projetos situados na interface da ciência e da política pública, que considerava como exemplos de pesquisa e pensamento estratégico aliados: um projeto do Grupo de Pesquisa Serviços dos Ecossistemas, que tratava da relevância e importância das abelhas e outros polinizadores como fator que influi na biodiversidade e na produção de alimentos; as conferências organizadas pelo Grupo de Pesquisa Ciências Ambientais, que reuniram instituições de pesquisa, do setor privado e de entidades da sociedade civil,

que buscavam soluções científicas viáveis e socialmente construtivas para os desafios ambientais; publicação do grupo de Nutrição e Pobreza, fruto de um esforço pioneiro de pesquisa em que o social, o biológico e o comportamental são tomados como elementos para o diagnóstico, e a atuação pública e as atividades do Observatório da Inovação e Competitividade.¹⁷

O Observatório da Inovação e Competitividade, coordenado por Glauco Arbix e Mario Salerno, mantinha como instituições parceiras, em sua constituição, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. O grupo analisava a transformação da estrutura produtiva brasileira e buscava delinear rumos para o incentivo à inovação nas empresas e nas universidades, propiciando melhor qualificação do debate com base na economia do conhecimento e agregando diferentes visões sobre os processos de inovação, de pesquisa e desenvolvimento e de estímulo à competitividade brasileira. O Observatório também realizou um projeto com a Faculdade de Economia da Universidade Autónoma de Nuevo León (UANL), México, como parte das atividades previstas no Acordo de Cooperação firmado em outubro de 2008 entre a USP e a UANL.

O livro *Desnutrição, pobreza e sofrimento psíquico*, com mais de 20 autores, foi publicado pela Edusp e é fruto do trabalho do grupo Nutrição e Pobreza, que lida com o tema sempre urgente da desnutrição em populações de extrema pobreza, a partir de uma abordagem que se marca pela multidisciplinaridade e busca ativa do contato com as populações carentes.

Iniciativas relacionadas a meio ambiente e desenvolvimento sustentável, preocupação central do Instituto desde a



Curso Descobrir a Amazônia, Descobrir-se Repórter, 29 de maio de 2010.

sua fundação, tiveram notável atividade nessa época, com as iniciativas de três grupos de pesquisa e uma extensa agenda de seminários, que incluíram debates sobre a Amazônia, o conhecimento da floresta e projetos sustentáveis de exploração, a gestão dos recursos hídricos. O Programa “Amazônia em Transformação: História e Perspectivas”, por sua vez, tinha como proposta organizar um grande acervo de informações de projetos de pesquisa e documentos públicos e privados sobre a Amazônia. A preocupação com os Direitos dos Povos Indígenas estava sempre presente, como em seminário organizado por Betty Mindlin (Iamá) e Mauro Leonel (EACH-USP).

O seminário “Economia verde na Amazônia: desafios na valorização da floresta em pé”, acima referido, discutiu os desafios da valorização da floresta na Amazônia, mostrando oportunidades concretas para ampliar o mercado dos produtos sustentavelmente explorados com melhor remuneração e ampliação da participação de pequenos produtores locais. O seminário abordou iniciativas relacionadas ao desenvolvimento de cadeias produtivas, estratégias empresariais, instrumentos inovadores de mercado, políticas públicas, financiamento e insumos técnico-científicos. Um resumo serviu de subsídio para os debates da Conferência Rio+20 das Nações Unidas em 2012.

O curso “Descobrir a Amazônia, descobrir-se repórter”, coordenado por Sérgio Gomes e Pedro Ortiz, também já mencionado, era uma atividade de complementação universitária para um grupo de 30 alunos de jornalismo com uma dinâmica similar às situações que os estudantes encontrariam na vida profissional, como em entrevistas coletivas. A partir das atividades do curso, que incluíam a publicação de um trabalho jornalístico, foram selecionados estudantes para uma viagem de estudos à Amazônia Ocidental, acompanhados de professores e profissionais da área jornalística e apoio do Exército e da Aeronáutica.

O curso, que reuniu um expressivo rol de parcerias, mostrando a capacidade agregativa do Instituto com os mais diversos atores públicos e privados, foi iniciativa do IEA, da Oboré Projetos Especiais em Comunicações e Artes, do Centro de Comunicação Social do Exército, do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica do Instituto de Pesquisa, Formação e Difusão em Políticas Públicas e Sociais. A atividade contou ainda com o apoio de: Sindicato dos Professores de São Paulo; Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo; Cátedra Unesco de Comunicação; Portal e Revista Imprensa; Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da USP; Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie; e Faculdade de Comunicação e Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O projeto do Grupo de Pesquisa Serviços dos Ecossistemas colocava-se em continuidade com o espírito do Floram, pela elaboração de um projeto de amplitude nacional. Abordava a questão, pouco conhecida, da polinização, uma vez que abelhas e outros polinizadores constituem um fator que influi na biodiversidade e na produção de alimentos e a queda de suas populações é uma ameaça que exige a implantação de novas medidas de manejo. O grupo publicou o livro *Polinizadores*

no Brasil: contribuição e perspectivas para a biodiversidade, uso sustentável, conservação e serviços, organizado por Vera Lucia Imperatriz-Fonseca, Dora Ann Lange Canhos, Antonio Mauro Saraiva e Denise de Araújo Alves. O livro apresenta 23 artigos redigidos por 85 pesquisadores de 36 instituições científicas brasileiras. O volume trata da conservação de biomas, de síndromes de polinização, de polinizadores vertebrados e das abelhas, que são os polinizadores mais utilizados na agricultura. Outro tema presente é a modelagem climática, com um resumo sobre o que se conhece sobre o assunto e a apresentação de três estudos de caso. Os autores também propõem uma proposta de estratégia de desenvolvimento da área.¹⁸ O livro foi o vencedor do Prêmio Jabuti na Categoria Ciências Naturais em 2013.

A Área de Ciências Ambientais teve início em 1987 com o Projeto Floram. Deu origem a vários grupos, entre eles o Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sociedade (em 2008 sob a coordenação de Wagner Costa Ribeiro) e o Grupo de Redução de Desastres Naturais (baseado na instituição da “Década de Redução de Desastres Naturais” pela ONU). As principais preocupações do grupo nesse período eram o desenvolvimento de estudos sobre as alternativas para implementação de soluções coerentes com o desenvolvimento sustentável e a análise das mudanças globais em relação aos temas da governança da água; mudanças climáticas; risco, saúde e ambiente; inclusão x exclusão social; energia x alimento, e justiça ambiental.

Em 2010, o IEA sediou a conferência “Rumo à Cúpula da Terra 2012”, liderada por Ignacy Sachs, professor emérito da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (França) e diretor honorário do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo da mesma instituição. Para ele, “devemos buscar novas formas de articulação das políticas nacionais e, nesse contexto, convém examinar o papel de planos nacionais de longo prazo

construídos a partir dos conceitos de pegada ecológica e de trabalho decente”. Na opinião de Sachs, a Agenda 21 elaborada na Rio-92 se chocou com a contrarreforma neoliberal, que estava em seu auge depois da queda do Muro de Berlim. Ele considera que a crise econômica que se seguiu “mostrou a improcedência do mito dos mercados que se autorregulam”.

Ainda em 2011 aconteceu o seminário “Os jovens ante o desafio do desenvolvimento sustentável”, com conferência de abertura da senadora Marina Silva (PT-AC), ex-ministra do Meio Ambiente. O seminário teve como referência o livro *Desenvolvimento sustentável: que bicho é esse?*, de José Eli da Veiga, professor da FEA e atual professor sênior do IEA, e Lia Zatz, autora de literatura infanto-juvenil. O público-alvo do encontro eram professores do Ensino Médio e do Ensino Fundamental II e estudantes de licenciatura. Segundo Eli da Veiga, “embora já exista amplo consenso retórico de que tornar sustentável o processo de desenvolvimento é o maior desafio a ser enfrentado, ainda é demasiadamente precária a compreensão desse novo valor, que só emergiu no final do século 20. Por isso, mesmo os educadores mais propensos a provocar reflexões sobre o tema encontram imensas dificuldades operacionais”.

O seminário “Qualidade do ar e políticas públicas socioambientais nas metrópoles brasileiras”, realizado pelo Grupo de Pesquisa Ciências Ambientais, teve como expositor Paulo Saldiva, da Faculdade de Medicina da USP, e como debatedores João Vicente Assunção e Helena Ribeiro, ambos da Faculdade de Saúde Pública da USP. A coordenação foi de Wagner Costa Ribeiro, que destacou que a poluição atmosférica tem impacto direto na redução da qualidade de vida dos moradores das grandes cidades, “ainda mais em metrópoles como as do Brasil, sujeitas a intenso trânsito de veículos”. Saldiva, por sua vez, lembrou que uma pesquisa recentemente concluída na USP confirmava que os indicadores de saúde pioraram nos



Cerimônia de Inauguração do Polo IEA Ribeirão Preto, 4 de novembro de 2009.

últimos anos: “A principal causa é o aumento do número de veículos em circulação. A opção pelo transporte individual socializa problemas, não soluções. Mesmo os que se movimentam em helicópteros respiram ar poluído e também estão sujeitos a problemas respiratórios e circulatórios, que muitas vezes levam à morte. Para os mais pobres a situação é mais grave, pois respiram também material particulado”.

Com tema correlato, o seminário “Governança da água no Brasil” abordou temas como a participação popular na gestão dos recursos hídricos, o patrimônio aquático e a gestão das águas costeiras no Brasil, temas incluídos no livro *Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar*. O grupo do IEA integrava a rede latino-americana sobre água, e em maio de 2009 se deu a primeira reunião no Brasil da rede de pesquisa Waterlat, que congrega pesquisadores da América Latina e da Europa dedicados a analisar temas relacionados com a ecologia política da água. O objetivo do encontro foi estabelecer metas de ações para o triênio 2009-2011.

Entre as muitas atividades desse grupo houve um ciclo de debates sobre “Sustentabilidade em Biocombustíveis”, em parceria entre o Instituto e o Polo Nacional de Biocombustíveis e Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da

USP. Dois dos principais argumentos a favor do uso de biocombustíveis eram o potencial que apresentam para a redução das emissões de carbono e o fato de suas fontes serem renováveis.

Outro seminário foi “A natureza da geomorfologia aplicada”, com o conferencista Andrew Shaw Goudie (Universidade de Oxford, Reino Unido) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Geografia Física da FFLCH e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação da USP. A palestra abordou a contribuição da Geomorfologia, uma das mais abrangentes disciplinas das Ciências da Terra, em estudos sobre mudanças ambientais e em avaliações do impacto humano no ambiente.

O seminário “Eventos extremos no Brasil: causas e impactos” avaliou as causas e consequências das fortes chuvas e inundações no Sul, Norte e Nordeste, e da seca no Sul. Realizado na Escola Politécnica da USP, o seminário foi iniciativa do IEA, da Fundação Bunge, do Programa Fapesp de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas (INCT-MC). Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Comitê Científico do International Geosphere-Biosphere Programme (IGBP), coordenador do INCT-MC e do PFPMCG, fez a palestra de abertura sobre “Mudanças climáticas e seus impactos em áreas estratégicas para o Brasil”. O seminário foi coordenado por Jacques Marcovitch.

No mesmo período, o IEA também realizou o seminário “Rumos da avaliação ambiental estratégica no Brasil”, tendo como expositores Paulo César Gonçalves Egler, do Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração (Ceag) da Universidade de Brasília (UnB); Izabella Mônica Teixeira, secretária-executiva do Ministério do Meio Ambiente; e Casemiro Tércio Carvalho, da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. A coordenação foi de Luis Enrique Sánchez, do Departamento de Engenharia de Minas e Petróleo da

Escola Politécnica da USP e integrante do grupo de estudos. O evento colocou em discussão a situação atual da avaliação ambiental estratégica no Brasil, os avanços obtidos e as perspectivas de expansão desse instrumento de política pública.

Democracia e confiança

Na Área de Ciências Humanas e Sociais, da mesma forma, o IEA estava sintonizado com temas que continuam a despertar preocupação. Ao mesmo tempo em que convidava à exposição e ao debate questões centrais da política do período, não deixava de abrir espaço ao alerta sobre a qualidade da democracia, detectando sinais preocupantes sobre os rumos institucionais da democracia no país. Nesse período, durante o segundo mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, o IEA realizou em 2008, entre muitas outras atividades, o seminário “Economia solidária: uma proposta para outro mundo possível”, tendo como conferencista Paul Singer, economista, professor da FEA e secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego desde 2003. Segundo Singer, a economia solidária é um modo de produção cuja característica central é a igualdade de direitos, acrescida da autogestão, ou seja, “os empreendimentos são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, com cada membro tendo direito a um voto”.¹⁹ Nessa outra maneira de organizar a produção, o trabalho não é alienado, mas sim “uma forma de aprender, de crescer, de amadurecer, e essas oportunidades a economia solidária oferece a todos, sem distinção”.

O Instituto também promoveu, em 2010, a palestra do então ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, abordando as perspectivas das negociações internacionais sobre temas globais: regime de comércio internacional, mudança do

clima, não proliferação de armas nucleares e outros. Para Amorim, “num mundo caracterizado cada vez mais pela interdependência entre os países, os temas globais afetarão de forma crescente as vidas das futuras gerações e, portanto, tendem a merecer maior atenção dos formuladores de política externa”.²⁰

“Democracia e confiança – Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?” foi o tema em 2010 de conferência, baseada em livro de mesmo título, que o cientista político José Álvaro Moisés, que se tornaria o coordenador do Grupo de Pesquisa Qualidade da Democracia, criado em 2013, promoveu sobre as incertezas de parte dos cidadãos em relação às instituições democráticas e as suas consequências para a qualidade da democracia. As análises do grupo, lidas em 2023 e após todos os acontecimentos da década, mostram-se de uma acuidade analítica muito precisa para entender os ânimos políticos sociais da população antes da eclosão das manifestações de 2013. Segundo José Álvaro Moisés, em seminário de 2010, “nesse quadro de desconfiança, a autoridade e a efetividade de governos e de partidos políticos podem ficar comprometidas, e a legitimidade ou a crença na vida democrática, como a que assegura direitos de cidadania, podem ser postas em questão”. Em sua avaliação, ainda que algum grau de dúvida dos cidadãos sinalize “um distanciamento crítico saudável”, a desconfiança generalizada, crescente e duradoura em instituições públicas, “mesmo não comprometendo a democracia a curto prazo, implica na percepção negativa dos cidadãos quanto à capacidade das instituições de operar como meios de realização de interesses ou preferências”. Por isso, complementa, a descrença leva parcelas do público a “um preocupante menosprezo pelas instituições de representação, com a admissão de que a democracia pode funcionar sem partidos ou sem parlamentos” e criaria o ambiente favorável para que os cidadãos “se sentissem descomprometidos da vida pública, podendo se recusar a cooperar

com as diretrizes do Estado ou ignorar as leis e as normas que regulam e organizam a vida social e política”.²¹

Em 2011, o jornalista Paulo Markun fez a palestra “Os anos 70: Vladimir Herzog e sua experiência pioneira de jornalismo independente em uma instituição pública”.²² O evento, em parceria com o Departamento de Jornalismo da ECA-USP e o Instituto Vladimir Herzog, abriu o ciclo de conferências “Jornalismo, liberdade e direitos humanos” para propiciar uma reflexão sobre o papel do jornalismo na promoção dos direitos humanos na sociedade brasileira.

Ainda na linha de debates sobre esse tema, a Cátedra Unesco de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância promoveu o 1º Seminário Internacional sobre a Tortura, com a presença, entre outros, de Celso Lafer (FD-USP) e de Henry Shue (Universidade de Oxford, Reino Unido); a conferência “A promoção dos direitos humanos no Brasil: navegando em contradições”, com o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP; a palestra “Direitos humanos na constituição brasileira: avanços e desafios”, com Sérgio Adorno, coordenador da Cátedra; e os seminários “Direitos humanos são universais?” e “O alto comissariado das Nações Unidas para os refugiados e a situação dos refugiados na América Latina”, com palestra de Philippe Lavanchy, chefe do Escritório das Américas do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (Acnur), organizada com o Departamento de Antropologia da FFLCH.

O Grupo de Pesquisa Diálogos Interculturais, coordenado por Sylvia Duarte Dantas, iniciou seus trabalhos em 2009 e estimulava o debate entre pesquisadores sobre a complexidade dos contatos entre culturas. Eram consideradas dimensões como: identidade nacional, étnica/racial e cultural, alteridade, gênero, relações intergrupais, preconceito/discriminação,

ética/violência, estética cultural, percepção, multiculturalismo e bilinguismo.²³ Consta na justificativa de criação do grupo: “Em tempos de crescentes demonstrações sutis ou extremas de xenofobia, intolerância, discriminação étnico/racial, conflitos culturais tanto no âmbito político quanto no âmbito da vida particular, tais fatos concretos apontam para a complexidade envolvida no encontro entre culturas. As consequências do contato entre culturas têm sido um desafio que pede urgentemente novas estratégias para que respostas desgastadas e perversas possam preventivamente ser contornadas a partir de novas concepções e implementações de ideias e políticas públicas nas várias esferas da vida humana. Os deslocamentos humanos nas suas mais diversas formas, como e/i-migração ‘voluntária’ ou forçada (como no caso da escravidão), exílio, refúgio, contato com culturas nativas/autóctones, envolvem um processo de aculturação que renovou profundamente a concepção que os pesquisadores tinham de cultura. Parte-se agora da aculturação, que supõe o contato entre culturas, para compreensão da cultura. Toda cultura é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução que em tempos de rápidos deslocamentos e constante contato intercultural torna-se extremamente dinâmico”. O Grupo de Pesquisa Diálogos Interculturais, que pretendia oferecer contribuições para colaborar com a sociedade e as diversas instâncias do Estado na formulação de medidas que efetivamente aprofundem a reflexão e os objetivos comprometidos com a construção da cidadania, publicou em 2012 o livro *Diálogos interculturais: reflexões interdisciplinares e intervenções psicossociais*.

“A USP precisa mudar”

O IEA tornara-se um lugar de referência para a discussão de questões institucionais da própria USP por constituir-se em um

espaço de neutralidade em meio às disputas políticas internas e por sua experiência em organizar debates com a efetiva participação e diálogo de posições distintas. Num seminário de 2008, sentaram-se à mesma mesa a reitora Suely Vilela e cinco ex-reitores – José Goldemberg, Adolfo José Melfi, Antonio Helio Guerra Vieira, Flávio Fava de Moraes e Jacques Marcovitch – em torno do tema “A USP e as universidades de pesquisa de classe mundial: prioridades de ação para a próxima década”.²⁴

Em setembro de 2009 foi realizada no Instituto uma mesa-redonda com o título sugestivo “A USP precisa mudar”, coordenada por Renato Janine Ribeiro.²⁵ O debate partiu de um manifesto de mesmo nome, cujo teor retoma muitas das questões em permanente debate na USP, inclusive algumas que fundamentaram a criação do próprio IEA. Entre diversos pontos, o texto questionava o processo de eleição do reitor: “A forma de escolha do reitor da USP precisa ser modificada no primeiro ano da futura gestão. É necessário assegurar uma participação mais ampla e representativa do conjunto da Universidade na decisão final, sempre com o objetivo de aprimorar a qualidade de suas atividades-fim. Novas formas de escolha do reitor devem ser discutidas com a comunidade acadêmica. Seja pelo reforço do atual colégio eleitoral do primeiro turno ou pela sua ampliação, estamos de acordo quanto à premência da mudança, quanto à importância de que qualquer reforma preserve e aumente a qualidade da USP, e quanto a pelo menos a eliminação do atual colégio do segundo turno”.

Em outro trecho, o texto abordava um assunto complexo e polêmico como a necessidade de repactuar a (re)integração de grupos de excelência que se afastaram da Universidade e a necessidade recorrente de se buscar recursos extrauniversitários: “A liderança e a competência intelectual de muitos professores da USP edificaram a tradição de qualidade desta Universidade. Grupos e cientistas bem-sucedidos também trazem

significativas contribuições para a Universidade, aplicadas em equipamentos, laboratórios, reagentes, instrumentos e bolsas. Mas as dificuldades criadas para infraestrutura e gestão, acompanhadas muitas vezes de atitudes de rejeição à liderança destes cientistas nas estruturas departamentais, levaram a seu progressivo afastamento da vida da Universidade: buscaram isolamento e independência, recorreram a mecanismos ágeis de gestão de recursos extrauniversitários. Esses grupos têm que ser ativamente reincorporados ao funcionamento da instituição, seus líderes precisam receber incumbências compatíveis com sua expressão científica, os entraves administrativos e de gestão de recursos necessitam ser resolvidos e simplificados, para que a própria Universidade possa assumir todas ou a maior parte das ações conduzidas por centenas de entidades que a ela vão se somando de forma incontrolada. Essas seriam importantes medidas para conter as forças centrífugas que tendem a desagregar a USP”.

O manifesto, assinado por Adalberto Fazzio (Instituto de Física), Glauco Arbix (FFLCH), Hernan Chaimovich (Instituto de Química), Jorge Kalil Filho (Faculdade de Medicina), Marco Antonio Zago (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto), Renato Janine Ribeiro (FFLCH) e Vahan Agopyan (Escola Politécnica), criticava ainda o imobilismo e a burocracia da USP, lembrando as justificativas que levaram à criação do IEA: “Para isso, a estrutura acadêmica e departamental tem que ser reformada, para se liberar do imobilismo e da burocracia que subordina o mérito ao rito. A burocracia universitária não é produto exclusivamente de uma elite de servidores, mas também do conservadorismo dos professores, especialmente aqueles encastelados em posições administrativas ou em milhares de comissões da Universidade ou das unidades. Cabe ao reitor e pró-reitores quebrar a estagnação derivada do exercício cego e repetitivo das rotinas e observância inquestionável



Assinatura do
Convênio para
Criação da Cátedra
Bernardo O'Higgins,
2008.

de regras que deveriam ser fugazes e transitórias, e não transformadas em leis imutáveis”.²⁶

Ainda nessa mesma linha, com o tema “O papel dos Institutos Especializados frente à nova Universidade”, o IEA reuniu em 2011 os diretores dos outros institutos especializados da USP para discutir seu papel, ressaltando temas como as áreas de atuação, o processo de criação, a evolução histórica, a infraestrutura humana e material e as principais atividades de cada instituto no ensino, na pesquisa e extensão.²⁷ Foi a primeira reunião desse gênero na USP. Além dos representantes do IEA, participaram Antonio Vargas de Oliveira Figueira (Centro de Energia Nuclear na Agricultura); Claudio Sergio Pannuti (Instituto de Medicina Tropical); José Aquiles Baesso Grimoni (Instituto de Eletrotécnica e Energia); José Roberto Machado Cunha da Silva (Centro de Biologia Marinha); Maria Ângela Faggin Pereira Leite (Instituto de Estudos Brasileiros). A reunião deu origem ao inédito texto conjunto “Diversidade e Integração na USP”, publicado em julho de 2011 no *Jornal da USP*.

O IEA também atuava com sua capacidade de reunir diferentes institutos da USP para efetivar propostas e, assim, recebeu convite do pró-reitor de pós-graduação Vahan Agopyan

e do pró-reitor adjunto Arlindo Philippi Júnior para participar de reunião com os presidentes das comissões de pós-graduação das unidades da USP, em que se discutiria a formulação de um documento da USP a ser apresentado em junho de 2012 na Rio+20. Na reunião, na qual foi lembrada a atuação em foros ambientais como a Rio 92, o IEA foi encarregado de coordenar o trabalho da comissão especial que cuidaria do projeto.

No caso do IEA, vale ressaltar: suas gestões e atividades jamais foram, desde a sua fundação, instrumentalizadas por partidos ou vertentes políticas específicas dentro ou fora da Universidade, o que sempre reforçou o trabalho de diálogo em torno de ideias e suas aplicações públicas. Os seminários “O Congresso Nacional no contexto do presidencialismo de coalizão”, em 2010, e “Reforma política: sistema eleitoral em debate”, em 2011, coordenados por José Álvaro Moisés, tiveram a participação de políticos de ideias e partidos diversos.

Na Área de Ciências Humanas e Sociais, o IEA promoveu o ciclo temático “O fundamentalismo contemporâneo em questão”, que discutiu o fundamentalismo como ideologia na sociedade contemporânea, com foco nas suas interfaces com a religião, a ciência, a política e a subjetividade. A conferência de abertura foi proferida por Peter Pál Pelbart, professor de filosofia da PUC-SP, que falou sobre “Morte e vida em contexto de dominação biopolítica”. Outros palestrantes foram Olgária Matos, da FFLCH, e Lucia Santaella, da PUC-SP. O ciclo teve o apoio da PUC-SP e foi coordenado por Bader Sawaia, conselheira do IEA e vice-reitora Acadêmica da PUC-SP, e José Leon Crochik, do Instituto de Psicologia da USP. Também realizou o seminário “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”, com André Singer, da FFLCH, e os debatedores José Augusto Guillhon de Albuquerque, do Nupri-USP, e Luiz Carlos Bresser-Pereira, da FGV-SP.



Palestra de Miguel Nicolelis no ciclo “Ciência Avançada”, como parte das comemorações dos 25 anos do IEA-USP.

“Uma longa transição: 20 anos de transformações na Rússia” foi o tema do debate entre Andre Pineli Alves (Ipea); Giorgi Romano Schutte (UFABC); Gabriel Pessin, Adam (UFRGS); Angelo Segrillo (FFLCH); e Lenina Pomeranz (FEA), uma parceria com Ipea e o Laboratório de Estudos da Ásia da FFLCH. O IEA organizou um evento sobre perspectivas futuras para a Psicologia, em 2011, e uma mesa sobre esse assunto no III Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, em 2010. Os estudos recentes do diretor César Ades versavam sobre o papel social e o valor da atividade de psicólogo.²⁸

Aspectos novos da ciência foram abordados no IEA dentro do ciclo “Ciência Avançada”, dedicado a cientistas brasileiros, inaugurado como parte das comemorações dos 25 anos. A palestra “Computando com populações neurais” de Miguel Nicolelis, professor da Universidade Duke e pesquisador do Instituto Internacional de Neurociências, RNI, lotou a Sala do Conselho Universitário da USP. João Steiner, professor do IAG-USP e ex-diretor do IEA, também fez a conferência “Buracos negros: sementes ou cemitérios de galáxias?”, entre outras de palestrantes nacionais e internacionais.

O Grupo de Pesquisa Astrofísica Nuclear, coordenado por Mahir Saleh Hussein, foi aprovado em 2010 e contava com a

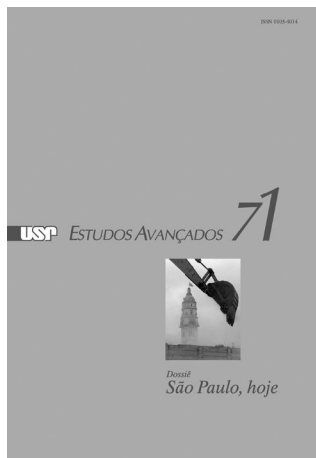
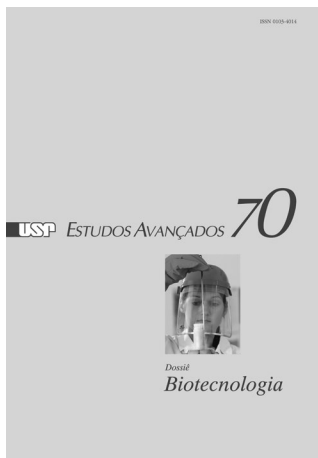
participação de físicos nucleares do Instituto de Física da USP e das Universidades Federais Fluminense e do Rio de Janeiro. O grupo propunha discutir os vários aspectos de evolução nuclear das estrelas, especificamente no que se refere ao envolvimento de núcleos instáveis e, também, estudar a evolução nuclear em sistemas estelares binários como a Eta Carinae.

O Grupo de Pesquisa de Temas Atuais da Educação, coordenado por Maria Helena Souza Patto, foi aprovado em 2008 para estudar e debater questões da política educacional, com destaque inicial para o ensino público básico, aprofundando a reflexão teórica, inserindo-a na discussão de temas mais amplos como educação e democracia, qualidade do ensino, projetos e reformas educacionais, formação de professores, avaliação, ensino à distância.

Comunicação e transparência

Em sua gestão, César Ades considerava fundamental a comunicação do Instituto, inclusive para dar visibilidade das atividades a um segmento maior da população, o que levou à criação de uma Divisão de Comunicação, concluindo um processo que havia sido iniciado na gestão Steiner. A publicação de material institucional foi enfatizada: “Praticamente todos os eventos produzidos ou apoiados pelo IEA são transmitidos ao vivo, abrindo espaço para uma audiência virtual. As perguntas que vêm de longe mostram o quanto pode ampliar-se a sala de conferências e democratizam o debate: o saber tem de sair dos seus círculos de giz. Gravamos quase todas as palestras, mesas-redondas, congressos e outras reuniões, os registros são editados e conservados numa midiateca acessível a quem entre no site do IEA”.²⁹

O site do IEA, produzido pela nova Divisão de Comunicação, era a principal fonte de informações sobre as atividades,



Capas das edições 70 e 71 de *Estudos Avançados*, uma revista voltada a “pensar o Brasil”, nas palavras de Alfredo Bosi.

por meio da divulgação de notícias, agenda de eventos públicos, da difusão de edições do boletim eletrônico, artigos e livros de pesquisadores, grupos de pesquisa e conferencistas convidados, além de informações sobre os números da revista e acesso a vídeos. Mauro Belleza era o editor do site e assessor de imprensa. Outro veículo de Comunicação era o boletim eletrônico quinzenal “Contato”, enviado a 12 mil pessoas, com informações sobre projetos em desenvolvimento e sobre a agenda de atividades públicas. A divulgação do Instituto também já utilizava serviços presentes na web, como o Facebook e o Twitter.

A revista *Estudos Avançados* tornou-se a segunda mais consultada dentre as revistas indexadas pela SciELO. Nas palavras do editor Alfredo Bosi, a publicação estava voltada a “pensar o Brasil, conhecer a fundo o seu presente para ajudar a construir o seu futuro”. Águas, Epidemias, Crise Internacional, Teorias Socioambientais, Biotecnologia e São Paulo Hoje foram alguns dos temas de seus dossiês naqueles anos, também vertidos para o inglês.



6

As respostas ao presente, a
Intercontinental Academia e as
metacuradorias (2012-2016)

PÁGINA ANTERIOR

Grupo de jovens pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, universidades e países que participou da Intercontinental Academia, principal projeto da Ubias (University-Based Institutes for Advanced Study), 2015.

Um grupo de jovens pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, universidades e países produziu de forma colaborativa uma série de vídeos para compor um MOOC (Massive Open Online Course), intitulado “Off the Clock: The Many Faces of Time”. Organizado pelo IEA-USP e pelo Institute for Advanced Research (IAR), da Universidade de Nagoia, a produção do curso (em 2021) foi o resultado do encontro e dos debates entre os participantes da primeira edição da Intercontinental Academia (ICA), realizada em abril de 2015 e março de 2016, e que teve como tema “Tempo”. O objetivo foi apresentar uma ampla conceituação de tempo nas ciências, na filosofia e nas artes.¹

Na produção do curso, os pesquisadores tiveram que lidar, na prática, com todas as questões colocadas para um efetivo diálogo colaborativo inter e transdisciplinar – intensificado pela diversidade de países, instituições de origem e línguas –, tendo um objetivo prático e de curto prazo para concretizar, nesse caso, uma produção audiovisual de linguagem e conteúdo acessíveis ao amplo público. Com esses desafios, a criação da série sintetizou os valores e os ideais básicos do IEA e de outros institutos avançados.

O produto foi uma série de 17 vídeos com 4 horas e meia de duração. As filmagens foram realizadas em 2017 na sede do



Evento de encerramento das atividades no IEA da Intercontinental Academia, 2015.

Instituto Oceanográfico da USP em Ubatuba, litoral do estado de São Paulo. Eduardo Almeida, jovem pesquisador participante da ICA e que trabalhou na produção da série, destacou que o trabalho exigiu “a harmonização de visões, conhecimentos e interpretações de áreas tão diversas como literatura, matemática, história, psicologia, biologia, física, bioinformática, artes e filosofia em uma discussão que faria um mínimo de sentido para todos os envolvidos”. Para Marius Müller, que também atuou na produção, foi um processo difícil “não só em relação ao tema, mas também em termos de interação intercultural” e, apesar das dificuldades, ele ponderou que o trabalho “foi uma grande e muito gratificante aprendizagem”. Ainda segundo Almeida, as discussões entre os participantes evidenciaram a sensação de que todos tiveram as suas atividades acadêmicas influenciadas pelo trabalho. Disse estar hoje mais cético em relação a algumas certezas e mais atento às perspectivas que disciplinas variadas trazem sobre certos assuntos. Ele também acredita que se tornou mais cuidadoso na comunicação de ideias e na capacidade de falar para um público mais amplo do que seu círculo mais próximo.²

Os participantes foram escolhidos a partir de nomes indicados pelos então 32 institutos integrantes da rede Ubias



“Temos que voar alto, se seguirmos só as estruturas canônicas não pensamos o novo”, afirma Martin Grossmann, diretor do IEA entre 2012 e 2016.

(University-Based Institutes for Advanced Study), que tem na Intercontinental Academia sua principal realização. Sob a organização do IEA-USP e do IAR de Nagoia, o grupo de jovens pesquisadores interagiu em atividades imersivas com duração de 15 dias (a primeira em São Paulo, em 2015, e a segunda em Nagoia, em 2016). Eles participaram de dezenas de conferências sobre o conceito e a importância do “tempo” em áreas tão diversas como antropologia, física, neurobiologia, psicanálise, ciências ambientais. Além das imersões, houve ainda dois encontros presenciais que reuniram parte dos pesquisadores para apresentar e discutir os resultados alcançados no período de trabalho remoto. Os dois anos de trabalho em torno do tópico interdisciplinar Tempo aconteceram sob a tutoria de pesquisadores seniores de destaque internacional, indicados pelo Comitê de Coordenação da ICA. O intercâmbio se deu não apenas entre os participantes selecionados, como também entre eles e as comunidades científicas locais, para proporcionar contato com expoentes da ciência e da cultura, bem como com projetos de pesquisa de excelência, uma vez que a proposta da Academia é promover o intercâmbio entre gerações, disciplinas, culturas e continentes, investindo, em particular, em jovens cientistas com idades entre 30 e 40 anos.



Encontro de Diretores da Ubias na National Taiwan University com a presença de Martin Grossmann, 27 a 29 de novembro de 2014.

Tanto o projeto da Intercontinental Academia sobre “Tempo” quanto a produção do MOOC foram patrocinados pelo Itaú Cultural (que integra atualmente a Fundação Itaú para a Educação e Cultura, criada em 2019), por meio da Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de Freiburg (Frias), do Instituto de Estudos Avançados da Universidade Waseda (WIAS) e do Centro de Estudos Avançados da Universidade de Munique (CAS).

A proposta de criar a Intercontinental Academia, que ensejou a criação de novos formatos de cooperação e intercâmbio entre jovens pesquisadores de áreas diversas, surgiu no encontro do Comitê de Direção da rede Ubias, que congrega 46 instituições (em 2023) de 19 países de Europa, América, Ásia, África, Oriente Médio e Oceania, realizado em março de 2012 no Jawaharlal Nehru Institute of Advanced Study (Jnias), em Nova Delhi, Índia.³ Participaram representantes de 8 dos 11 institutos que integravam o comitê, entre os quais Martin Grossmann, diretor do IEA-USP. A ideia inicial foi do então diretor do Israel Institute for Advanced Studies (IIAS) da



Reunião de diretores da Ubias em Birmingham, com a participação de Guilherme Ary Plonski e de Martin Grossmann, 4 de novembro de 2014.

Universidade Hebraica de Jerusalém, Eliezer Rabinovici, que já visitara o IEA-USP. No encontro na Índia, o IEA-USP e o IAR decidiram levar adiante o projeto-piloto da ICA.

“Temos que voar alto, se seguirmos só as estruturas canônicas não pensamos o novo. Foi uma odisseia reunir institutos e culturas tão diferentes. Criamos um novo formato, interdisciplinar”, conta Grossmann, diretor do IEA entre 2012 e 2016, que assim esclarece a relevância desses institutos: “À luz da história, da genealogia e da experiência dos Institutos de Estudos Avançados, é possível afirmar que estes institutos viabilizam uma dimensão singular de formulação, pesquisa e intercâmbio na qual diversos campos de conhecimento encontram o ambiente propício à interação, ao diálogo, à comunicação, à produção e exposição de novos ou renovados modos de interpretação e conhecimento, sejam dos fenômenos, das coisas, dos processos, da sociedade, como das próprias epistemologias. Os IEAs não só dialogam criticamente com as condições contemporâneas, como almejam esclarecer, cultural e cientificamente, significativa parcela dos desafios do porvir. Por serem instâncias de vanguarda, operam de forma crítica e interdependente ao estabelecido e normatizado pela Ciência, pela Cultura e pela Arte”.⁴



Aditya Mukherjee e Martin Grossmann, diretores dos IEA da Índia e da USP, falam ao público, 25 de junho de 2012.

“O desenvolvimento do projeto da Intercontinental Academia, da Ubias, incluiu intensamente a equipe profissional do IEA”, conta o assistente acadêmico do IEA, Rafael Borsanelli, acrescentando como se deu a organização: “Foi de fato um processo de imersão não só dos pesquisadores, mas também da equipe do Instituto. Receber 13 jovens pesquisadores de vários países para o trabalho no IEA em São Paulo, além de mentores e convidados especiais, demandou um expressivo planejamento. Foram duas semanas de atividades intensas em São Paulo. A equipe do IEA colaborou pensando inclusive em nomes para a programação e pesquisando perfis”.

Além da ICA, cuja organização sempre deveria envolver dois IEA de continentes diferentes, a Ubias definiu outras duas modalidades de iniciativas conjuntas a partir de 2013: encontros bienais dos diretores dos institutos para a troca de experiências e definição de parcerias e conferências acadêmicas anuais para fomentar o debate de temas interdisciplinares de alcance global. A reunião em Nova Delhi também proporcionou a oportunidade para Brasil e Índia reforçarem suas relações acadêmicas. Como resultado do encontro em Nova Delhi, o IEA realizou o seminário “Democracias de alta densidade: Índia e Brasil”, com a participação de pesquisadores da USP,

da Unicamp e do IEA indiano. Em novembro de 2014 ocorreu em Taiwan o 3º encontro de diretores dos institutos da Ubias. Sob coordenação do Institute for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences (IHS) da Universidade Nacional de Taiwan, o evento teve como tema geral “Breaking Through Old Boundaries and Paradigms in a New Age of Globalization” e como tema específico “Rising East Asia in a New Age of Globalization”. No ano seguinte o encontro se deu no IIAS da Universidade Hebraica de Jerusalém.

O IEA e o pós-modernismo

“O IEA-USP é a vanguarda no sistema conservador que é a Universidade. Não que ela seja do passado. De forma alguma. Ela é o bastião do conhecimento. Mas para se atualizar, estar em sintonia com novas realidades, precisa de agentes como o IEA, que é uma plataforma de crítica institucional”, afirmou o professor Martin Grossmann ao apresentar o projeto de sua gestão. O primeiro vice-diretor nesta gestão foi Luiz Roberto Giorgetti de Britto, cujo mandato foi de 8 de outubro de 2009 a 7 de outubro de 2013, depois sucedido por Carlos Roberto Ferreira Brandão, professor do Museu de Zoologia da USP, que seria nomeado para um posto no Governo Federal; em seguida assumiu como vice-diretor o professor Paulo Saldiva, da Faculdade de Medicina da USP.⁵ Para Grossmann, o IEA estava em uma fase de transição, depois de seus primeiros 25 anos com um perfil de atuação “tipicamente modernista, baseado nas contribuições de grandes nomes da ciência e da cultura”, responsáveis pela constituição das principais áreas do conhecimento no Brasil moderno. Nesse período, no entanto, a produção de conhecimento e os contextos geopolíticos passaram por significativas transformações: “É preciso resgatar o seu papel de lugar do debate, da troca de experiências, onde



O relatório final deste período foi remodelado e editado com uma linguagem gráfica e textual não linear.

encontros impossíveis se tornem possíveis e aqueles irreconciliáveis confrontem suas ideias”.

A preocupação do diretor na passagem para uma conjuntura que ele chamava de pós-modernista é como o Instituto poderia agir de forma mais “metacrítica”, mais consciente da constituição de novas centralidades: “É preciso promover mudanças no sistema operacional do IEA, não só para ele se relacionar com o que acontece, mas também para ter a ambição de promover transformações”. Em sua visão, era necessário “fortalecer o empenho deste IEA em promover um debate crítico da atualidade e motivar ações prospectivas. Para tanto, é necessário fomentar uma crítica institucional, voltada ao escopo de atuação desta Universidade e de sua missão. Esse espírito crítico também deve se voltar à situação do ensino no Brasil, à formação de novos quadros nas diversas áreas do conhecimento, à geopolítica e subseqüentes concepções de modernidade e certamente à atuação interdisciplinar, força motriz desta Instituição. Cabe ao IEA desenvolver ações mais complexas, interdisciplinares, que almejem à transdisciplinaridade. Isso é possível, pois o Instituto, pautado pela genealogia deste tipo de instituição, opera como uma plataforma metalinguística”.⁶

Martin Grossmann é professor titular da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP. Foi escolhido pelo reitor João Grandino Rodas a partir de lista tríplice definida pelo Conselho Deliberativo do Instituto. Grossmann foi diretor do Centro Cultural São Paulo entre 2006 e 2010 e vice-diretor do Museu de Arte Contemporânea (MAC) da USP de 1998 a 2002. Graduado em Artes Plásticas pela Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), Grossmann fez o mestrado na ECA-USP e o doutorado na University of Liverpool, Reino Unido. Foi o idealizador e coordenador acadêmico do primeiro portal da USP na internet (USP Online) entre 1995 e 1998. É também o criador e coordenador do Fórum Permanente: Museus de Arte; entre o Público e o Privado, plataforma de mediação e ação cultural, com grupos de pesquisa homônima no IEA.

O IEA mantinha nesses anos 22 grupos de pesquisa, 16 deles sediados em São Paulo e seis no Polo São Carlos, dois grupos de estudo (um em São Paulo e outro no Polo Ribeirão Preto), duas cátedras e um convênio internacional. O diretor Grossmann reconceituou as linhas de trabalho do IEA e inseriu grupos, cátedras e convênios em quatro Metacuradorias – conceito do campo das artes inspirado em sua gestão à frente do Centro Cultural São Paulo –, que se constituíam em “um marco de passagem geracional: de um referencial modernista, ligado à conjuntura de fundação do IEA e alicerçado em grandes nomes, para um referencial pós-modernista, que está estruturado no compartilhamento de ideias e processos comuns (em redes), sintonizado em tempo real com as atuais mutações no cenário global e comprometido com a sinergia entre as diversas áreas do conhecimento, grupos de pesquisa e setores que conformam uma universidade do porte da USP” – o que será detalhado adiante.⁷

A nova organização e as metacuradorias

O novo diretor propôs em 2012 as metacuradorias. Para ele, o IEA deveria pautar seus principais debates pela escolha de temáticas contemporâneas abrangentes e prospectivas, facilitando, assim, a organização programática, sua comunicação e a recepção. A curadoria, nesse sentido, seria compreendida como a concepção e a organização de uma mostra ou da constituição de um acervo artístico ou cultural a partir de um recorte temático, temporal, nacional, regional, por artista ou grupo de artistas.⁸

As metacuradorias pretendiam envolver, em sua organização, de forma interdisciplinar, diversos especialistas e dois ou mais pesquisadores de diferentes áreas em suas coordenações. A coordenação coletiva incentivaria a formação de redes, minimizaria a autoria individual e produziria discursos diversos e plurais. Por fim, a articulação de diversos curadores, a interdisciplinaridade e a reflexão metalinguística levariam à metacuradoria. Segundo essa concepção, pretendiam facilitar a comunicação com a sociedade e renovar o sistema operacional do Instituto ao estudar, entre outras possibilidades, a implantação de cursos, por meio de uma “Academia” IEA, novas publicações e outros formatos de produção e difusão do conhecimento, promovendo a instauração de outra dinâmica de trabalho. A partir dessa conceituação, o projeto institucional do IEA proposto em 2012 previa a organização das atividades em quatro metacuradorias:

1. “o comum” (*commons*): problematiza a questão do acesso, de uma possível e desejável cultura de acessibilidade, do bem-estar, da democracia, dos direitos humanos, da justiça social, da constituição de ambiências/interfaces socioculturais. Incluía os seguintes grupos: Amazônia em Transformação:

História e Perspectivas; Ciências Ambientais; Cultura e Literatura; Diálogos Interculturais; Observatório de Inovação e Competitividade; Política Ambiental; Políticas Públicas, Territorialidade e Sociedade; e Serviços de Ecossistemas.

2. “transformação”: destinada a explorar a educação não somente pelo viés da formação, mas também pelo da mudança, apropriando-se assim de missões como a da arte no século XX que visava, por meio das vanguardas, a transformar a sociedade. Nesse âmbito, pretende-se explorar a fragilidade de políticas de governo na área desde o início da redemocratização do Brasil na década de 1980, a falta de um consenso nacional necessário para a instituição de políticas de Estado, a inadequação da atual estrutura educacional e de suas pedagogias perante a desigualdade social, as novas sensibilidades e os novos formatos de produção e acesso ao conhecimento gerados pelos avanços tecnológicos. Incluía os seguintes grupos: Cátedra Unesco de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância; e o Grupo Nutrição e Pobreza.
3. “glocal”: direcionado a explorar os paradoxos, as contradições, as desigualdades, a impropriedade, bem como a pertinência deste neologismo formado pela polarização/simultaneidade do global e do local. Centrado nas transformações geopolíticas em curso, explora também a passagem do internacional para a globalização e as transformações inerentes ao conceito de modernidade. Deverá também qualificar processos transnacionais e bilaterais que envolvam o Brasil e dessa maneira analisar criticamente a internacionalização em curso na USP. Incluía o Grupo Brasil-França.
4. “abstração”: instância do puro e livre pensar, novos e renovados indicativos do pensamento sem fronteiras (correntes, ideias e conceitos em fase de pré-aplicação), o ato criativo na filosofia, nas artes e na ciência (uma equivalência

desejável). Incluía os grupos Astrofísica Nuclear Não Convencional; Filosofia, História e Sociologia da Ciência e Tecnologia; e Lógica e Teoria da Ciência.

Para instituir esse novo conceito de trabalho, a distribuição do espaço físico da sede do IEA foi parcialmente remodelada, substituindo parte das divisórias e nichos compartimentados por espaços comuns compartilhados que propiciassem interação, diálogos e trocas, formato que o IEA adotaria de forma permanente – mantendo salas de direção, assistências e para reuniões reservadas. O novo diretor instituiu uma “Sala Verde”, lugar de discussão do projeto de gestão do IEA e metáfora baseada em dois modelos de discussão conceitual e pública: a “Caixa Verde” do artista Marcel Duchamp (1882-1968) e os chamados livros verdes (*green papers*) elaborados por organismos governamentais de vários países. A ideia Sala Verde seria a de constituir uma “plataforma metalinguística” que manteria, organizaria, discutiria e apresentaria as principais ideias, os conceitos, debates e as linguagens que inspiram e subsidiam o projeto institucional.⁹

O site também passou por uma grande transformação. Tornou-se um mapa virtual atualizado das atividades do Instituto com a informação gerida de forma descentralizada. Diversos servidores técnico-administrativos passaram a inserir conteúdos, que incluíam, aos poucos, a memória de todas as atividades anteriormente realizadas, com textos, fotografias e vídeos, processo que já havia se iniciado na gestão de César Ades.¹⁰ Os relatórios desse período também foram remodelados para uma linguagem gráfica e textual não linear.

A internet poderia tornar o IEA, na visão de seu diretor, um agente para a construção de um novo debate intercontinental. Indivíduos representativos da sociedade “glocal” eram convidados a subir em um palco e discorrer durante 15-20

minutos sobre algum tema. Reforçando a ideia de rede e de intercâmbio, o projeto visaria a organização de uma “ágora presencial-virtual” com outros parceiros, todos “presentes” (via telepresença) para discutir as temáticas abordadas pelas metacuradorias. Refletindo a partir da trajetória do IEA, Grossmann propôs também a constituição na USP de um grupo de “Altos Estudos Dirigidos”, a criação de um novo instituto na confluência entre áreas como as Engenharias, a Arquitetura, o Design, as Artes e a Cultura. Em princípio, o eixo central seriam as novas tecnologias e suas potencialidades para a resolução de problemas.

A exemplo da remodelação dos espaços de trabalho, a direção do IEA promoveu também a transformação da sala de eventos, que era um auditório de formato tradicional com palco/tablado na frente e cadeiras dispostas de frente para o palco. Com a mudança, o palco e o mobiliário ganharam rodas e a organização do espaço se tornou flexível. A mudança não era apenas uma reconfiguração física, mas do conceito de produção e circulação de ideias, e estava ligada ao projeto de tornar o auditório uma “ágora virtual”. A originalidade e a funcionalidade da organização da sala fizeram que outras unidades da USP passassem a solicitar o seu empréstimo para diversos eventos e reuniões.

Colégio Expandido e as “raízes do mal-estar”

Em 2013 o IEA formou um Colégio Expandido, que passou a contar com a colaboração de ex-diretores, ex-vice-diretores, professores honorários, atuais e antigos professores visitantes e coordenadores de grupos de pesquisa e estudos, curadores e pessoas que já participaram como membros do Conselho Deliberativo. O objetivo do Colégio Expandido foi refletir e opinar sobre assuntos propostos pela Diretoria e pelo Conselho

Deliberativo, sugerir temas, indicar nomes de palestrantes, por exemplo, e participar das atividades públicas de acordo com os projetos e programas do IEA.

Parte desse Colégio foi convidado a participar do Grupo de Análise da Conjuntura Institucional, criado ao final de 2013 para discutir questões relativas ao futuro da Universidade.¹¹ Esse grupo promoveu a discussão sobre as “raízes do presente mal-estar que permeia as relações entre parcelas da comunidade uspiana” e propôs políticas institucionais para a USP, com subsídios para a atuação dos gestores e fóruns deliberativos da Universidade.

A primeira reunião se deu em novembro de 2013, justamente após o período em que o prédio da Reitoria, onde o IEA estava instalado no 5º andar do Bloco K, foi ocupado por um grupo de estudantes por um período de 42 dias, de 1º de outubro a 12 de novembro de 2013. Isso ocorreu após a tentativa de invasão da reunião do Conselho Universitário, que aprovou novas normas de eleição para reitor e vice-reitor. “Foi de estarecimento e indignação o sentimento de todos que ingressaram na manhã de 12 de novembro no conjunto de edifícios da Administração Central da Universidade, onde funcionam vários setores ligados ao Gabinete do Reitor e as Pró-Reitorias, outros organismos da USP e o IEA, que, provisoriamente, desde de fevereiro de 2011, ocupa um andar desse complexo”, registrou o Relatório após a desocupação do prédio.¹² A ocupação, além de interromper em parte as atividades do IEA, deixou um rastro de depredação e vandalismo do ambiente, dos equipamentos e dos materiais, produzindo um mal-estar intenso entre professores e servidores técnico-administrativos frente à violência e o desrespeito produzidos.

Na reunião do Grupo de Análise da Conjuntura Institucional, discutiu-se, entre outros temas, “a identificação de uma ruptura nos processos de negociação entre as partes. Por outro



Matheus Preis, do Movimento Passe Livre, com André Singer e Eugênio Bucci no debate “Como avançar?”, 3 de julho de 2013.

lado, destacou-se a necessidade de dialogar com os estudantes e analisar o contexto de suas manifestações e ações, sem ignorar os valores essenciais inerentes à missão da Universidade, como a meritocracia, e sem diminuir o justo e necessário exercício da autoridade das várias instâncias responsáveis pela condução das atividades de ensino, pesquisa e extensão”.¹³

Esse grupo era composto inicialmente por Caio Dantas (coordenador de grupo de estudo); Carlos Guilherme Mota (ex-diretor); Carlos Henrique de Mesquita (ex-conselheiro); Guilherme Ary Plonski (conselheiro); Hugh Lacey (professor visitante); José Pedro de Oliveira Costa (co-coordenador de grupo de pesquisa); Martin Grossmann (diretor); Massimo Canevacci (professor visitante); Nilson José Machado (ex-conselheiro); Pablo Rúbén Mariconda (coordenador de grupo de pesquisa); Pedro Jacobi (coordenador de grupo de pesquisa); Regina Maria Salgado Campos (coordenadora de grupo de pesquisa); Renato Janine Ribeiro (conselheiro); Ruby Rudy (ex-conselheira); Sérgio Adorno (coordenador de cátedra); Sedi Hirano (conselheiro); Sandra Nitri (membro de grupo de pesquisa); e Sylvia Dantas (coordenadora de grupo de pesquisa).

Em 2013, diante das expressivas manifestações públicas em São Paulo e outras capitais, inicialmente lideradas pelo

Movimento Passe Livre (MPL) e com pautas de esquerda a partir da defesa da gratuidade no sistema de transportes públicos, foi criado um fórum de debates sobre “questões urgentes”: o Laboratório Sociedades Contemporâneas, que promoveu os seminários “O que está acontecendo” e “Como avançar”, ambos parte da série UTI Brasil, para discutir as manifestações de junho de 2013, e organizar os debates “Mais médicos” e “Ética e ataque”, sobre uma possível intervenção militar norte-americana na Síria.¹⁴ No debate “Como avançar”, diversos participantes, incluindo um representante do Movimento Passe Livre, discutiram se as medidas e decisões adotadas e propostas pelos governantes e pelo Legislativo respondiam às aspirações das manifestações populares de junho de 2013, se era viável um pacto político, econômico e social nacional, se era possível uma reforma política significativa que reduzisse o déficit de representatividade, ampliasse os mecanismos de democracia participativa e trouxesse maior transparência ao sistema político-eleitoral.

O “Debate em dois tempos: a fantasmagoria da derrota, o futebol como metáfora” discutiu a perplexidade que tomou conta do Brasil diante do fracasso da seleção na Copa do Mundo.¹⁵ “As derrotas para Alemanha e Holanda impactariam na autoestima brasileira e na imagem que o país projeta interna e externamente?” – foi a pergunta feita aos debatedores. Conforme Rafael Borsanelli, assistente acadêmico do IEA: “Aparentemente, o tema futebol e as derrotas na Copa do Mundo não possui muita relação com o universo da academia e da pesquisa, mas temos também que responder a questionamentos e anseios da sociedade de maneira geral. Nesse período nós monitorávamos os assuntos de atualidade quase como se fôssemos uma redação de jornal, perguntando: O que está acontecendo hoje no Brasil e no mundo que suscita o interesse imediato das pessoas? Procurávamos responder a questionamentos, debates



Renato Janine Ribeiro faz abertura do evento "O que está acontecendo?", para discutir as manifestações de junho de 2013.

e discussões que atualmente as próprias redes sociais suprem em parte. Porque existe uma tradição de que a universidade acabe ponderando, refletindo um pouco mais para depois se expressar. Isto é verdade, mas naquele momento o IEA procurou discutir de forma mais imediata os acontecimentos. Hoje, especialistas fazem *lives*, promovem encontros ou mesmo publicações, comentando e fazendo o papel que nesse período tentávamos ter de forma mais imediata".¹⁶

Em 2014, diante da dramática crise hídrica no Estado, o Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sociedade e o Grupo de Pesquisa Filosofia, História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia promoveram os seminários "Verão 2013/2014" e "Cenários de estresse hídrico", que abordaram o cenário a partir das dimensões institucional e de governança da água e as consequências socioambientais e de segurança alimentar.¹⁷ O Instituto promoveu ainda o evento "IEA debate o processo eleitoral na USP", que expôs e discutiu propostas alternativas ao sistema de eleição para reitor, mantendo a tradição de "não se furtar aos debates candentes relacionados às esferas acadêmicas, científicas e culturais de nossa universidade, bem como de outras instâncias que compõem o cenário da pesquisa e da educação superior do país". Em outra iniciativa do Instituto no

período, foi realizado o ciclo “Ética e a Universidade” com a Comissão de Ética da USP, que organizou três mesas-redondas: “Sociabilidade e ética na Universidade”; “A greve e a ética na Universidade”, e “Interação da Tecnologia da Informação com a ética na Universidade”.

Professores Visitantes e Programa Ano Sabático

O ano 2013 marcou a retomada plena do programa de Professores Visitantes do Instituto. Foram pesquisadores visitantes nesse período Massimo Canevacci, Bernardo Sorj e Jerry Hogan. Em relação aos grupos de pesquisa, o debate filosófico no IEA foi enriquecido em 2014 com a aprovação dos Grupos Humanidades e Mundo Contemporâneo, coordenado pela filósofa Olgária Matos (FFLCH), e do Grupo O Futuro nos Interpela, coordenado pelo também filósofo Renato Janine Ribeiro (FFLCH), que, além disso, passou a organizar o ciclo “Tardes Cariocas: A USP Ouve o Rio de Janeiro”, com cientistas sociais daquele estado para discutir e aproximar mais a reflexão que se fazia nas duas principais cidades do país.¹⁸

A partir de 2016, a pesquisa no IEA passou a ser realizada também por uma nova modalidade: a de professores da USP que se afastam de suas atividades regulares de ensino para desenvolver um projeto de pesquisa no Programa Ano Sabático do Instituto. Ao longo de seis meses ou um ano, liberam-se de seus encargos didáticos e administrativos para que possam participar integralmente de pesquisas individuais e interdisciplinares. O Programa Ano Sabático do IEA é uma iniciativa inédita na USP e no meio universitário brasileiro e foi retomado por iniciativa do professor Mahir Saleh Hussein, coordenador do Grupo de Pesquisa Astrofísica Nuclear Não Convencional do IEA. Ele participara da iniciativa que idealizou o programa em 1991. A Pró-Reitoria de Pesquisa (atualmente Pró-Reitoria

de Pesquisa e Inovação) apoia o programa e participa do processo de seleção.¹⁹

Conforme o depoimento de Lucia Maciel Barbosa de Oliveira, professora da Escola de Comunicações e Artes da USP, integrante da primeira edição do Programa Ano Sabático IEA, em 2016: “Foi uma experiência única em minha trajetória acadêmica. O tempo alargado para desenvolver um projeto de pesquisa em um Instituto que se ancora na interdisciplinaridade e na liberdade de pensamento é um primeiro ponto a ser destacado. A convivência com colegas do Programa oriundos de vários campos do conhecimento – oceanografia, artes visuais, arqueologia, música e matemática – ao longo de um ano foi propulsora de reflexões, diálogos e abertura para novos questionamentos. Como não havia um caminho a guiar os sabáticos, inventamos formas para que nossas pesquisas fossem acompanhadas mutuamente, através de apresentações e diálogos que as ampliaram a partir de novos olhares”. Ainda conforme o seu depoimento: “No que se refere especificamente ao desenvolvimento de meu projeto, intitulado ‘Dinâmicas culturais contemporâneas: imbricações entre singularidades, coletivos, tecnologias e instituições culturais na perspectiva do Comum’, tive a possibilidade de publicar dois artigos em revistas indexadas – “On arches and stones, places and experiments: public libraries and democratic Society” e “Sobre conquistas e tensões” – e produzir um filme documentário em parceria com a cineasta Priscila Lima, intitulado *Dinâmicas, flutuações e pontos cegos*, o que foi uma experimentação significativa em minha trajetória. O sentido mais largo de Universidade se fez materializar nessa experiência”.²⁰

Cátedra Olavo Setubal

A Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência, parceria com o Itaú Cultural, foi criada em 2015 e lançada em 2016 como espaço para discutir e promover atividades voltadas ao universo das artes com foco na gestão cultural, na ação cultural em uma perspectiva multidisciplinar. A Cátedra é composta por dois programas: Redes Globais de Jovens Pesquisadores e Líderes na Arte, Cultura e Ciência. Antes mesmo do lançamento oficial da Cátedra, parte das atividades já havia sido iniciada. A Intercontinental Academia, inaugurada em abril de 2015 com a etapa em São Paulo, está inserida no programa Redes Globais de Jovens Pesquisadores, como já mencionado no início deste capítulo. Pelo programa Líderes na Arte, Cultura e Ciência, a cada ano um expoente do mundo artístico, cultural, político ou acadêmico torna-se o titular da Cátedra.

Conforme Eduardo Saron, atual presidente da Fundação Itaú, em depoimento de 2023, e que era superintendente do Itaú Cultural quando do lançamento da cátedra: “Está na essência do Itaú Cultural a valorização da produção de conhecimento e o trabalho em rede. São diversas ações que acompanham os debates da contemporaneidade, estimulando reflexões sobre temas que permeiam a sociedade brasileira, entre eles, questões referentes à gestão, à economia e às políticas culturais. Nesse sentido, a parceria com o IEA para a criação da Cátedra Olavo Setubal alinha-se com prerrogativas do Itaú Cultural: é necessário desenvolver espaços efetivos de pesquisa e reflexão na interseção entre a academia e o campo da gestão cultural. O caráter multidisciplinar do Instituto de Estudos Avançados é chave para que, a partir de debates ampliados, sejam geradas evidências, dados, formações e outros insumos para a construção de políticas culturais”.²¹



Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência, parceria com o Itaú Cultural, teve como primeiro catedrático Sérgio Paulo Rouanet, na foto ao lado de Alfredo Bosi.

A Cátedra Olavo Setubal deu continuidade ao papel central que tem o IEA na criação e gestão de cátedras dentro da Universidade. Antes dessa cátedra, durante os oito anos anteriores, a única cátedra com atividades no IEA foi a Cátedra Unesco de Educação para Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância. A reunião de arte, cultura e ciência em uma mesma cátedra foi também uma forma de reconhecer o papel das artes, especialmente as artes visuais, para produzir conhecimento e repensar a própria instituição universitária. Grossmann se inspirou em um projeto do artista catalão Antoni Muntadas, que promoveu uma discussão sobre a universidade do ponto de vista da arte. “A ideia foi trazer para o IEA outras linguagens para pensar e produzir conhecimento, colocar as artes na centralidade da USP, o que, com exceção da Literatura, não ocorre, mas fazer isso não com um conceito de belas artes, mas como área de pesquisa, de conhecimento e de crítica. Assim, a Cátedra nasceu no contexto destas discussões, com a possibilidade de olhar para a periferia e para questões emergenciais, como uma plataforma de vanguarda para discutir a sociedade contemporânea”, nas palavras do diretor do IEA, Martin Grossmann, que permaneceu como coordenador da cátedra depois de seu período como diretor do Instituto. O programa Líderes na Arte, Cultura e Ciência seguiu o padrão

adotado pela Cátedra José Bonifácio, instalada no Instituto de Relações Internacionais da USP em 2013.

A concretização da parceria com o Itaú Cultural foi também o resultado da longa trajetória do diretor do IEA, Martin Grossmann, como diretor do MAC-USP e do CCSP em diálogos e parcerias com o Itaú Cultural e com Eduardo Saron e de sua participação no Fórum Permanente que atua no sistema das artes e da cultura de São Paulo desde 2003. O Fórum, conta Grossman, participou como parceiro e organizou importantes debates a respeito das relações entre produção artística/cultural (artistas, curadores, educadores, mediadores) e a institucionalidade da arte (museus e afins).

A cada ano, a Cátedra Olavo Setubal tem como titular um expoente do mundo artístico, cultural, político, social, econômico ou acadêmico. Além do titular, participam das atividades professores, pós-doutorandos e estudantes de graduação e de pós-graduação e personalidades nacionais e internacionais. O primeiro catedrático, de maio de 2016 a março de 2017, foi o filósofo, diplomata e membro da Academia Brasileira de Letras Sérgio Paulo Rouanet, que trabalhou temas como a modernidade, as fronteiras do conhecimento entre as ciências humanas e as naturais e percorreu áreas como a literatura, o cinema e a psicanálise. Em 2017, foi o artista, designer gráfico e gestor cultural Ricardo Ohtake, ex-secretário da Cultura do Estado de São Paulo, ex-diretor do Centro Cultural São Paulo, do Museu da Imagem e do Som de São Paulo e da Cinemateca Brasileira e criador do Instituto Tomie Ohtake. Em 2018, a titular foi Eliana Sousa Silva, ativista social, cultural e educacional, diretora fundadora das Redes da Maré, entidade que reúne mais de 20 projetos vinculados a cinco eixos de atuação: Desenvolvimento Territorial; Educação; Arte e Cultura; Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça; Identidades, Memória e Comunicação.



Em 2019 foram titulares da Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência Paulo Herkenhoff e Helena Nader, proposta do parceiro Itaú Cultural de um diálogo entre Arte e Ciência.

No IEA, Eliana Silva propôs a realização de projetos voltados às periferias. O primeiro deles, “Centralidades Periféricas”, organizou um ciclo de eventos que trouxe à Universidade artistas das periferias brasileiras, em debates sobre fotografia, cinema, pixo, grafite, literatura e teatro. Já no final de 2018, a cátedra lançou um edital com bolsas para participação nos projetos “Pontes e vivências de saberes” e “Conexões com as periferias”, por meio dos quais foram selecionados 20 estudantes de graduação, três de mestrado e três de doutorado, todos inscritos no Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil da então Superintendência de Assistência Social. Em 2019, os alunos realizaram um censo nas comunidades vizinhas à USP – Jardim São Remo, Vila Clô, Jardim Keralux e Vila Guaraciaba – com o objetivo de produzir um diagnóstico sociocultural e econômico, que em 2022 foi entregue às comunidades para subsidiar demandas ao poder público relativas a questões como saneamento, creches, escola e outras necessidades básicas. O trabalho teve o apoio da Reitoria da USP, da Fundação Tide Setubal e doações de pessoas físicas. Em 2022, a Cátedra publicaria os resultados do Censo Vizinhança USP – zonas Oeste e Leste.

Em 2019 foram titulares Paulo Herkenhoff e Helena Nader. Trata-se de uma inovação, a de ter dois titulares ao mesmo tempo. Com a proposta, feita pelo parceiro Itaú Cultural, de que o tema dessa “titularidade bicéfala” seria exatamente o diálogo entre Arte e Ciência. Herkenhoff foi diretor do Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro, curador-chefe no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM/RJ), curador adjunto no Departamento de Pintura e Escultura do Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA) e diretor cultural do Museu de Arte do Rio (MAR). Um de seus trabalhos mais conhecidos foi a curadoria-geral da 24ª Bienal de São Paulo, a chamada “Bienal da Antropofagia”, em 1998. Helena Nader é professora titular de biologia molecular na Unifesp, agora presidente da Academia Brasileira de Ciências, da Academia de Ciências do Estado de São Paulo (Aciesp) e participa da Academia Mundial de Ciências para o Avanço da Ciência nos Países em Desenvolvimento (TWAS, na sigla em inglês). Helena foi presidente por três mandatos (2011 a 2017) da SBPC, presidente da Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular (SBBq), pró-reitora de Graduação e pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da Unifesp, entre muitas outras funções de destaque que exerceu.

Em 2020 o catedrático foi o antropólogo cultural Néstor García Canclini, que desenvolveu o projeto “A institucionalidade da cultura no contexto atual de mudanças socioculturais”, que enfatizou a realidade das instituições culturais brasileiras e mexicanas. Ao final do seu período no IEA publicou o livro *Emergências culturais latino-americanas*, que reúne os resultados das pesquisas realizadas por ele e pelos pós-doutorandos Sharine Melo e Juan Brizuela, além de sua assistente no México, Mariana Martínez Matadamas. Nascido em La Plata, Argentina, em 1939, Canclini está radicado desde 1976 no México, onde é pesquisador emérito do Sistema Nacional de



Eliana Sousa Silva, titular da Cátedra Olavo Setubal, organizou o projeto "Centralidades Periféricas", um ciclo de eventos que trouxe à Universidade artistas das periferias brasileiras, em debates sobre fotografia, cinema, pixo, grafite, literatura e teatro, 2018.

Investigadores (entidade similar ao CNPq) e professor investigador do Departamento de Antropologia da Universidade Autónoma Metropolitana, unidade Iztapalapa, da Cidade do México. Dedicar-se a pesquisas sobre relações entre estética, arte, antropologia, estratégias criativas e redes culturais dos jovens. O foco de seu trabalho é a mundialização e as mudanças culturais na América Latina, com um olhar para as mesclas entre culturas, etnias, referências midiáticas, populares e tradicionais. Também vem se dedicando a temas que interessam tanto às políticas culturais como às relações entre tecnologia e cultura.

No final de 2022, a Cátedra lançou uma coleção de cinco livros, em versão impressa e digital, organizados por Martin Grossmann, Ana Paula Sousa e Liliana Sousa e Silva, reunindo uma síntese da produção dos cinco primeiros catedráticos.²² O lançamento foi também o momento de celebrar as atividades dos primeiros anos de trabalhos. As conferências, seminários e mesas-redondas desses cinco anos contaram com cerca de 130 convidados, incluindo gestores culturais, artistas, cientistas, pensadores, ativistas e lideranças indígenas.

O livro 1, *De Kant a Machado de Assis: reflexões sobre a modernidade no Brasil*, reúne a produção de cinco encontros coordenados pelo sociólogo e filósofo Sérgio Paulo Rouanet

em 2016 e 2017, dos quais participaram 31 conferencistas e expositores, para discutir a modernidade e sua influência nas esferas econômica, política e cultural; estética; arte e universidade; o fazer artístico na contemporaneidade; a ciência e suas fronteiras; as relações entre cinema e psicanálise; Machado de Assis e sua contribuição para a literatura universal.

Os 17 encontros coordenados em 2017 pelo gestor cultural e designer gráfico Ricardo Ohtake, diretor do Instituto Tomie Ohtake, são publicados no livro 2, *Arte, cultura e institucionalidade*, sintetizando as atividades de 23 dirigentes culturais, intelectuais, artistas e curadores sobre os processos de constituição, manutenção e perenização de iniciativas culturais no Brasil, com um panorama crítico, atual e histórico da formação da estrutura cultural na cidade de São Paulo, sob o ponto de vista da gestão cultural.

O livro 3, *Centralidades periféricas: Diálogos sobre arte e cultura no Brasil*, edita os resultados da série de diálogos realizados em 2018 e 2019 sob a coordenação de Eliana Sousa Silva. Os debatedores dos encontros foram 21 artistas que se relacionam com as periferias e seis pesquisadores e acadêmicos que têm a periferia ou os sujeitos periféricos como objeto de estudo. Os encontros tiveram por base seis diferentes linguagens artísticas: literatura, artes visuais, teatro, audiovisual, dança e música.

Relações do conhecimento entre arte e ciência: gênero, neocolonialismo e espaço sideral é o título do livro 4, formado de dois volumes com as apresentações dos 19 encontros realizados em 2019 e 2020. A série foi coordenada por Paulo Herkenhoff e Helena Nader. Os eventos reuniram mais de 80 convidados, entre pesquisadores e cientistas das mais variadas áreas de conhecimento, artistas, ativistas, pensadores, lideranças religiosas e indígenas de diferentes etnias

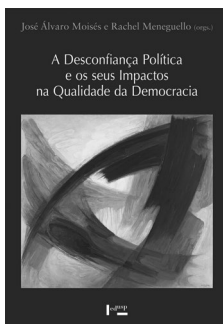


Debate promovido pelo Grupo de Pesquisa Qualidade da Democracia, com Joaquim Falcão, Maria Tereza Sadek, José Álvaro Moisés (coordenador do Grupo) e Fernando Filgueiras, 29 de outubro de 2012.

Qualidade da democracia

O Grupo de Pesquisa Qualidade da Democracia foi aprovado em 2013 pelo Conselho Deliberativo do IEA. Coordenado por José Álvaro Moisés, o grupo organizou um blog sobre democracia e eventos em parceria com o Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas (NUPP) e com Francisco Weffort, professor da USP e ex-ministro da Cultura. José Álvaro Moisés afirmou que propor um blog sobre a qualidade da democracia representava um esforço de intervenção permanente na realidade política do país. “Há uma dimensão normativa nesse esforço e podemos dar uma contribuição para melhorar a democracia no Brasil. É evidente que essa é uma perspectiva moral e ética que não compromete em nada o esforço de análise empírica que tem que encontrar formas de mensuração, mecanismos e instrumentos para percebermos, avaliarmos diferentes dimensões da democracia brasileira”.

O Grupo publicou o livro *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*, organizado por José Álvaro Moisés e por Rachel Meneguello, diretora do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da Unicamp, baseado na



Livros editados a partir das pesquisas do Grupo de Pesquisa Qualidade da Democracia.

pesquisa “A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas”, realizada pelo NUPP e pelo Cesop, com o apoio da Fapesp e do CNPq, e complementava os resultados da pesquisa já registrada em *Democracia e confiança – Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas*, publicado pela Edusp em 2010.

Conforme texto do grupo, que avaliava a situação política da democracia no país em 2013, “O Brasil está completando 25 anos de sua mais recente experiência democrática. Nessa fase, os ciclos eleitorais para a escolha de governos se sucedem segundo as regras constitucionais e garantem a alternância no poder. Estão hoje mais garantidas as liberdades individuais e alguns direitos de cidadania, o que indica alguma melhoria no funcionamento das instituições republicanas. Depois de um interregno de mais de duas décadas de regime autoritário, as forças armadas retornaram às suas funções profissionais e, mais importante, nenhum ator político relevante reivindica, no momento, meios antidemocráticos para competir ou chegar ao governo”.

“Tais progressos, porém, seriam o bastante para se afirmar que a democracia está completamente consolidada?”, pergunta o texto e prossegue: “É inegável que o País convive com déficits e distorções importantes no funcionamento do regime democrático. Práticas de abuso de poder, como a crescente

ocorrência do fenômeno da corrupção, indicam que o império da lei ainda não está completamente estabelecido. O federalismo brasileiro tem falhas e desequilíbrios evidentes, a começar pelos mecanismos eleitorais que levam a sensíveis desigualdades no valor do voto em um bom número de estados do país. É também visível o tratamento desigual recebido por diferentes segmentos da população brasileira quanto aos seus direitos, a exemplo da insuficiente representação feminina em governos e no Congresso Nacional. Esse exemplo, como muitos outros, poderia indicar que o processo de extensão da cidadania ainda não está completo. Há também importantes assimetrias e distorções no funcionamento das instituições republicanas, limitando, por uma parte, a capacidade de fiscalização e controle interinstitucional e, por outra, a função de representação da sociedade que cabe aos partidos políticos e ao parlamento. Esses limites não põem em dúvida a existência da democracia, mas colocam em questão a sua qualidade”.²³

O texto discute ainda os limites das políticas públicas: “Nenhum dos aspectos mencionados implica tampouco em desconhecer os avanços econômicos e sociais verificados no País nas últimas duas décadas de funcionamento do sistema democrático. A estabilidade econômica e o controle da inflação mudaram para melhor as condições de sobrevivência e de participação nos benefícios de consumo de vários segmentos populacionais, e maior atenção à questão social resultou na melhora de alguns índices que medem as desigualdades. Não obstante, é evidente que o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas demandadas pela sociedade enfrenta limites sérios quanto à sua eficiência e eficácia. Em muitas áreas de atividade governamental o planejamento ainda está ausente e permanecem desperdícios que, por sua vez, são agravados pela malversação de fundos e pela corrupção. Ademais, os critérios que informam o processo de tomada

de decisões nem sempre levam em consideração as desigualdades regionais, sociais e econômicas da sociedade brasileira”.

E ainda avalia mecanismos de participação da sociedade e as respostas oficiais: “A perspectiva da qualidade da democracia, impondo exigências de mensuração dos mecanismos de responsabilização vertical, societal e horizontal, da participação política dos cidadãos e da responsividade de governos pressupõe o rigor analítico próprio do debate público e dos métodos de conhecimento científico. Envolve sobretudo um claro compromisso público ético e moral com o pressuposto de que democracia pode ser aperfeiçoada em benefício do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas. O que pressupõe ainda a existência de plataformas abertas de debate visando o aprimoramento da *Qualidade da Democracia* no país. Esse Grupo de Pesquisa do IEA se constitui para realizar esses objetivos”.²⁴

Cartografia de Direitos Humanos

A Cátedra Unesco de Educação para Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância, coordenada na época pelo professor Sergio Adorno, organizou o projeto Cartografia de Direitos Humanos de São Paulo, que promoveu a memória das lutas pelos Direitos Humanos na cidade de São Paulo. Idealizado e coordenado por Rossana Rocha Reis, o projeto foi contemplado no Edital 2013 da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária e contou com as parcerias do Centro Universitário Maria Antonia e do Ministério Público Federal (por meio da Procuradoria Regional da República – 3ª Região).

Para realizar o projeto, o IEA organizou uma série de atividades (oficinas, exposições de arte e fotografia e debates), identificando marcos urbanos de lutas pelo reconhecimento e efetivação da igualdade de raça, sexo, gênero; lutas pelas diretas, pela moradia, pela livre expressão; resistência às ditaduras,



Lançamento do projeto Cartografia de Direitos Humanos de São Paulo, que promoveu a memória das lutas pelos Direitos Humanos na cidade de São Paulo, com Rossana Rocha Reis, Sergio Adorno, Martin Grossmann e Moacyr Novaes.

entre outras, e, ao mesmo tempo, localizando os lugares em que estas lutas se deram, reunindo fotografias e depoimentos com pessoas que vivenciaram a defesa dos direitos humanos na capital. A partir do material coletado foi criada a plataforma digital Cartografia de Direitos Humanos de São Paulo, que georreferencia os marcos e apresenta roteiros de visitação por região e por tema. Conforme o texto de apresenta o do projeto: “Muitos dos direitos atuais são resultados de manifesta es e interven es da popula o pelas ruas das cidades brasileiras. [...] No entanto, poucas pessoas conhecem essas histórias e, como consequência, acreditam que os direitos humanos são fruto de mera benesse do Estado”.²⁵ As entrevistas realizadas para o projeto estão disponíveis no YouTube e deram origem ao documentário “Cartografia de Direitos Humanos”.²⁶

O projeto pretendia, assim, abordar o tema dos Direitos Humanos de forma mais atraente para efetivamente sensibilizar a sociedade e se baseou em experiências como as do Museu da Memória e dos Direitos Humanos, em Santiago, no Chile, ou o programa Visualizing Human Rights, da Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos. Na primeira fase do projeto, os marcos selecionados foram: a Marcha das Vadias, o Movimento Negro Unificado, a CUT (Central única

dos Trabalhadores), as Greves de Osasco, a Parada LGBT, a Comissão Justiça e Paz, a UNEafro, o Massacre do Carandiru, a Batalha da Maria Antonia, a União de Mulheres de São Paulo, o Jornal Brasil Mulher, as Terras Indígenas Tenondé Porã, a Oboré, o Ato Ecumênico de 1975 em homenagem a Vladimir Herzog, a exposição do MPF (Re)Conhecer... Para Nunca Esquecer!, o NEV (Núcleo de Estudos da Violência) da USP, as Jornadas de Junho de 2013, o MMC (Movimento de Moradia do Centro), a Praça Kantuta e a Marcha dos Imigrantes, o Sarau do Binho e a Casa do Povo.²⁷

“O projeto principal da Cátedra era a difusão da cultura de respeito aos direitos humanos, associando a ideia de Direitos Humanos à ideia da tolerância, da educação e a da democracia como elementos inseparáveis. Era também de promoção da paz. Quando se pensa em paz, se pensava na pacificação interna da sociedade brasileira, quer dizer, tínhamos a ideia de que a transição da ditadura para a democracia havia deixado heranças autoritárias muito sérias. O que aconteceu? Quando ocorriam casos muito graves de violações de direitos humanos, a Cátedra era incentivada a discutir, convidar pessoas especializadas em determinados temas com a ideia de que a democracia significava uma solução institucional negociada de conflitos sociais, partindo sempre da ideia de que os conflitos são legítimos, o problema é o modo como esses conflitos são solucionados ou ao mesmo tempo como eles são administrados. Então entendemos que, com uma agenda de Direitos Humanos, temos elementos para poder estabelecer uma forma negociada, institucionalizada de resolução de conflitos. Mas, fundamentalmente, o foco era na pacificação interna do Brasil”, explica o professor Sergio Adorno.²⁸ Em outra frente de trabalho de memória da defesa pela Democracia e dos Direitos Humanos, a edição 80 da revista *Estudos Avançados* publicou um dossiê sobre os 50 Anos do Golpe de 1964.

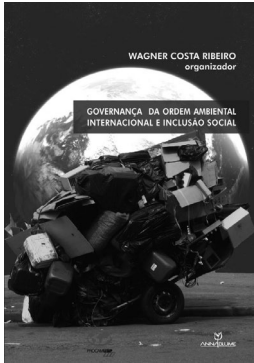


Reunião de Trabalho do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sociedade, 2014.

Outras iniciativas

Nesse período, o Núcleo de Apoio à Pesquisa (NAP) Observatório de Inovação e Competitividade, acolhido pelo IEA desde os seus primórdios, foi muito ativo, com a realização de palestras e seminários, tais como “O caso da IBM Research Division Brasil: perspectivas e desafios”; “A experiência do Cietec²⁹ para a geração de negócios inovadores”; “Base industrial de defesa brasileira: desafios e perspectivas”; “A Física e o desenvolvimento nacional”; “Projeto inovação em saúde (Fiocruz): resultados preliminares”; “Inovação em saúde: o caso do Health Cluster Portugal: do conhecimento ao Mercado”; “Faltam engenheiros? De que tipo, onde, por quê? Quais as perspectivas?”; “As novas tecnologias de motorização e os desafios da mobilidade urbana”, entre muitos outros, tornando-se um centro de discussão nacional neste campo.

Um ciclo sobre o futuro da indústria brasileira organizado pelos conselheiros Roberto Mendonça Faria, coordenador do Polo São Carlos do IEA, e Guilherme Ary Plonski, professor da Poli-USP e da FEA, abordou a competitividade industrial brasileira. Além de Faria e Plonski, participaram do encontro: Martin Grossmann, diretor do IEA; Mario Salerno,



Uma avaliação dos eventos ocorridos entre a realização da Rio-92 e a da Rio+20 foi um dos objetivos que nortearam a produção do livro *Governança da ordem ambiental internacional e inclusão social*, iniciativa do Grupo de Pesquisa em Ciências Ambientais do IEA e organizado pelo geógrafo Wagner Costa Ribeiro, coordenador do grupo.

coordenador geral do Observatório de Inovação e Competitividade; Pedro Wongtschowski, conselheiro da Ultrapar; Luciane Ortega, vice-coordenadora da Agência USP de Inovação; Eliane Emediato e Reinaldo Danna, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e Luís Gustavo Delmont, do Instituto Euvaldo Lodi, da Confederação Nacional da Indústria.

Uma avaliação dos eventos ocorridos entre a realização da Rio-92 e a da Rio+20 foi um dos objetivos que nortearam a produção do livro *Governança da ordem ambiental internacional e inclusão social*, iniciativa do Grupo de Pesquisa em Ciências Ambientais do IEA e organizado pelo geógrafo Wagner Costa Ribeiro, coordenador do grupo.³⁰ Segundo Ribeiro, a intenção era oferecer uma reflexão contemporânea para o debate político que seria travado na reunião de países no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma reflexão inserida no contexto globalizado, com a análise da ordem ambiental internacional, do conjunto de tratados internacionais que regulam a ação humana em relação a problemas socioambientais e das formas de inclusão social que consideram a dimensão ambiental. Nesse terceiro aspecto, incluem-se o uso do patrimônio edificado em cidades, os catadores de material reciclável e a governança dos temas ambientais no Brasil. O livro está dividido em duas partes: “Ordem Ambiental Internacional, Governança e Inclusão Social”, que contém textos sobre a governança ambiental internacional, o papel da economia e os impasses da ordem internacional, e

“Saúde, Pobreza e Mudanças Climáticas”, na qual as contribuições se voltam para as relações entre a economia verde, a inclusão social e saúde, formas de combate à pobreza, análise de políticas territoriais associadas à inclusão social, o papel dos catadores no processo de gestão dos resíduos sólidos e os avanços da ciência do clima.

A 4ª Conferência Regional de Mudanças Globais, coordenada por Pedro Leite da Silva Dias (também coordenador da Área de Ciências Ambientais), aconteceu em abril de 2011 no Memorial da América Latina. Os realizadores foram o IEA, a Academia Brasileira de Ciências, o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, a Rede Clima e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas. O editor e coordenador dos relatórios foi Eliezer Martins Diniz, da FEA.

O Grupo Nutrição e Pobreza, coordenado por Ana Lydia Sawaya, relançou o livro *Desnutrição, pobreza e sofrimento psíquico* (Edusp) em mesa-redonda no congresso World Nutrition Rio 2012, que se realizou na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), organizado pela Associação Mundial de Nutrição e Saúde Pública e pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. A mesa-redonda sobre o livro do grupo do IEA teve a participação de Anna Peliano, Gisela Solymos, Ana Lydia Sawaya, Paula Andrea Martins e Semíramis Domene.

Visibilidade pública, comunicação e novo site

Em 2015 a área de Comunicação do IEA passou por uma reformulação. “Desde os primeiros anos, o IEA teve um jornalista de alto nível na sua equipe. Criou-se um padrão de qualidade que se tornou uma marca do IEA. Mesmo com as mudanças de diretores, a Comunicação sempre se manteve importante”, conta a jornalista Fernanda Cunha Rezende, que

ingressou no IEA em dezembro de 2014 e em março de 2015 assumiu a Divisão de Comunicação. “Vivemos em um tempo em que os jornalistas não são os únicos produtores de conteúdo e que conseguir um espaço na imprensa tornou-se ainda mais difícil. Foi preciso ajustar o foco e buscar novas formas de nos comunicarmos com o público externo. Ampliamos os formatos e as divulgações para as redes sociais, reformulamos o site e assumimos novas atribuições para a área. O texto ainda é nosso principal produto, mas utilizamos cada vez mais recursos de vídeo e imagem para comunicar. Acredito que, a despeito das mudanças, a comunidade consegue perceber uma linearidade e semelhança no padrão de qualidade. O IEA nunca se limitou a divulgar eventos ou realizar assessoria. Faz parte do nosso dia a dia a cobertura de conferências sobre temas complexos. Elaboramos textos jornalísticos que depois são publicados em livros paradidáticos, artigos e outros. Por sua amplitude, o site é hoje uma referência de pesquisa, não apenas para a comunidade USP, como para o público externo. Quase diariamente recebo contatos da imprensa em busca de fontes, e muitas vezes indico entrevistados que são de outras unidades da USP. De certa forma, ajudamos a Universidade a ampliar o seu alcance”.³¹

O site do IEA foi reformulado, inclusive em sua dinâmica de organização e gerenciamento da informação. Quando foi criado, havia uma limitação tecnológica e de espaços disponíveis nos próprios servidores, então o site era relativamente estático, não tinha um sistema de gerenciamento de conteúdo e os que estavam disponíveis para acesso eram uma fração pequena da produção do IEA. Com o novo site, esse passou a ser atualizado com as notícias de novas atividades e enriquecido com o conteúdo das já realizadas. “O projeto era criar uma ágora multimídia e, com isso, o IEA retomaria o seu papel estratégico no processo de continuidade na liderança científica,



Lançamento do novo site do IEA, uma “ágora multimídia”, 11 de abril de 2013.

cultural e acadêmica que a Universidade de São Paulo mantém desde sua criação”, afirmou Martin Grossmann, idealizador da reformulação, e acrescenta: “Organizar o site ajuda a organizar a própria administração do IEA. A virtualidade ajuda a fazer a gestão. O novo site do IEA passou a ter um espírito *common life* e a ser um grande arquivo. A arquitetura de informação era nova, passamos a ter vários gestores de informação. Levei para o IEA a ideia do coletivo, quem faz e conhece as atividades são os funcionários que trabalham no dia a dia”.

Mais de 150 mil pessoas visitaram o site do IEA em 2014, um crescimento de 29% em relação a 2013. Esse desempenho também ocorreu na versão digital da revista *Estudos Avançados*, que alcançou cerca de 3 milhões de acessos a seus artigos durante o ano, o que tornou a revista líder nessa categoria na SciELO, com média de cinco acessos para cada artigo de todas as edições da revista publicadas até dezembro de 2014.³²

Ainda conforme o diretor: “A nossa imersão na informação, o mundo conectado em rede, os ambientes multidimensionais, são indicativos de substanciais transformações nos modos de vida modernos. Como a USP, a mais importante Universidade do Brasil, responde e responderá a estas mudanças em processo? Quais estratégias e táticas estão em estudo e em

programação visando a manter sua posição de liderança nos mundos da Ciência, do Conhecimento e da Erudição? De que maneira ela se coloca diante dos atuais acontecimentos e como pretende se colocar nesta nova ordem local, regional, global? Estas são questões cruciais de ordem macro, mas não menos importantes do que aquelas impostas pela nossa microrrealidade. Como aproximar a USP não só da sociedade em geral, das cidades que abrigam seus campi e principalmente da própria comunidade? Visando fomentar debates críticos, abertos e acessíveis a estas questões que tocam a sociedade contemporânea e a USP, um renovado IEA precisa operar como ágora multimídia, agindo contextualmente em parceria com as unidades de ensino, órgãos de integração e de apoio, bem como com instituições externas à USP, locais e internacionais, incrementando assim ações em rede”.³³

O processo de criar o novo site foi realizado com a participação efetiva dos servidores técnico-administrativos, como já mencionado, e desde o início estava definido que teria um modelo descentralizado de gestão, conta Rafael Borsanelli, assistente acadêmico, em depoimento a este livro: “Diferentes pessoas do IEA possuem responsabilidades específicas na organização do site, em sua gestão e na publicação de novos conteúdos. É de fato uma administração coletiva. A organização do novo site foi um dos destaques da participação da equipe profissional, fizemos reuniões para pensar como tudo o que tinha sido produzido e documentado poderia ficar disponível. É uma questão não só de transparência, mas também de tornar essa produção acessível. Existe uma política e um movimento da USP como um todo de colocar a sua produção disponível, inclusive estimulada por órgãos de fomento que sugerem que o que for produzido com recursos públicos deve naturalmente ficar disponível para as outras pessoas. No site, temos desde a produção de notícias e notas, procurando sempre disponibilizar

todas as informações do que está acontecendo no Instituto, quer sejam eventos, exposição, uma atividade, um curso, não ficar restrito às plataformas da Universidade que são acessíveis apenas às comunidades da USP. O IEA foi um dos pioneiros na gravação, no registro de seus eventos e debates. Inicialmente eram todos gravados em fita de áudio. Os vídeos que já foram gravados no modo digital estão disponíveis no site do IEA, assim como as fotos e a cobertura fotográfica dos eventos. No caso dos vídeos, uma parte deles foi disponibilizada no canal do YouTube, plataforma de acesso aberto e pesquisável, o que é importante, porque hoje os buscadores conseguem acessar essas informações que estão no YouTube, diferentemente de uma plataforma mais interna que acaba não tendo tanta relevância por parte dos buscadores”.³⁴

A inovação na dinâmica de organização do Instituto é possível também pelo perfil e engajamento da equipe de servidores técnico-administrativos. Conforme Rafael Borsanelli: “No IEA, a memória do Instituto está com os funcionários, as práticas que são passadas de gestão em gestão. Com os *inputs* dos gestores e dos docentes, o dia a dia são os funcionários que fazem, com intensa presença e dedicação. O papel que temos é de não só ajudar e desenvolver a operação, mas o de pensar as operações, os processos e os projetos em si. As ideias surgem muitas vezes de conversas e diálogos com os pesquisadores, professores, gestores, que nos apresentam e nós tentamos colocá-las em pé. A presença dos docentes, via de regra, é passageira, eles estão no IEA durante as suas gestões, quando são docentes em cargos de gestão, ou estão em atividade em algum programa especial ou desenvolvendo um projeto dentro de um grupo, embora existam docentes há muito tempo vinculados ao Instituto”.³⁵

Ainda conforme Rafael Borsanelli: “Como os funcionários do IEA conhecem muito os pesquisadores e os trabalhos e

pesquisas que eles realizam, nos tornamos uma espécie de enciclopédia viva. Assim, podemos sugerir nomes para pesquisas, diálogos, interlocuções, que são importantes e uma das premissas de trabalho do IEA, o que acaba trazendo projetos anteriores de volta à tona e até a possibilidade de pensar em atualizações, perguntando, por exemplo, quais foram os desdobramentos de um projeto que aconteceu há 20 anos. Esta participação da equipe acontece em outras unidades da USP, mas no IEA os professores esperam que nós contribuamos também dessa maneira com o trabalho intelectual”.³⁶ A participação dos servidores técnico-administrativos do IEA é um diferencial significativo no modo de funcionamento, conta Rafael, que esteve em Nagoia, Japão, em uma das etapas da Intercontinental Academia, para dar apoio ao diretor, aos pesquisadores e também para a equipe do instituto japonês: “Viajamos ao Japão com o *know how* do que aprendemos na primeira etapa em São Paulo, mas também com o *know how* de práticas que já tínhamos dentro do IEA. O que percebemos, com outros institutos de estudos avançados de maneira geral, é que nós temos, felizmente, uma estrutura robusta quando comparada com os outros institutos, o que deixa os docentes e professores mais livres para atuarem em suas áreas, em suas atividades-fim, do que nas atividades mais burocráticas e mais rotineiras de uma administração. Foi uma experiência extremamente enriquecedora conhecer, no Japão, a cultura de trabalho local”.

ie] **A**

Instituto de
Estudos
Avançados da
Universidade de
São Paulo

saúde
cultura
ciudadania
tecnologia
ciência
universidade
sustentabilidade
inovação
conhecimento
educação
política
IAE-
pesquisa
interdisciplinar
internacional
pessoas
sociedade
economia
história
arte



7

Educação, Cidades globais, Meio ambiente e saúde e “A tríplice função acadêmica” (2016-2020)

PÁGINA ANTERIOR

Nova sede do IEA-USP, inaugurada em janeiro de 2018, no térreo do edifício da Administração Central da Universidade, contribuiu para reforçar a visibilidade do Instituto.

O projeto do diretor Paulo Saldiva e do vice-diretor Guilherme Ary Plonski para o período entre 2016 e 2020 definiu a proposta de que o IEA deveria reforçar a sua tríplice função acadêmica como local de reflexão crítica, sensor de avanços na fronteira internacional do conhecimento e incubadora de ideias propositivas. A criação de chapas, unificando a eleição de diretor e vice-diretor em todas as unidades da Universidade, foi uma inovação instituída na gestão do reitor Marco Antonio Zago e reforçou a institucionalidade das candidaturas e dos programas apresentados.

A chapa Saldiva-Plonski foi a primeira escolhida pelo novo sistema eleitoral, também implantado na mesma gestão, com Colégio Eleitoral do IEA ampliado, incluindo a participação de diretores das unidades da USP, de seus representantes no Conselho Universitário e de ex-integrantes do Conselho Deliberativo. Esse sistema eleitoral é único no âmbito da Universidade e reflete bem a singularidade do IEA, ampliando a representação democrática do IEA dentro da USP.

Em janeiro de 2018, ao ingressar em seu 31º ano de existência, o IEA inaugurou uma nova sede, nono térreo do edifício da Administração Central da Universidade, um espaço 170% maior que o anterior, resultado de uma reivindicação que persistiu por mais de oito anos. Com 1.400 m², as novas



Cerimônia de posse de Paulo Saldiva (2º da dir. para a esq.), novo diretor do IEA, com Guilherme Ary Plonski (novo vice-diretor, 1º da esq. para a dir.), Linamara Rizzo Battistella, Marco Antonio Zago e Ignacio Maria Poveda Velasco, 29 de junho de 2016.

instalações podem abrigar 40 pesquisadores e organizar seminários tanto no Auditório IEA (antiga Sala do Conselho Universitário) quanto na Sala Alfredo Bosi. “A mudança da área física deu mais dignidade e disponibilidade para o IEA. Isso é fundamental para que uma pessoa sinta que está no Instituto de Estudos Avançados da USP e não em um corredor adaptado”, afirma Paulo Saldiva. A nova sede também contribuiu para reforçar a visibilidade do Instituto.

Esse novo espaço permitiu receber de forma adequada o primeiro encontro de diretores da rede global Ubias realizado no continente americano. De 19 a 23 de março de 2018, diretores e representantes de institutos de estudos avançados baseados em universidades se reuniram no IEA para avaliar as atividades do período anterior e tomar decisões para o biênio 2018-2020. Foi nesse encontro que o IEA assumiu a coordenação da Ubias por dois anos (estendido por mais um em razão da pandemia), por meio do então vice-diretor, Ary Plonski. Desde a criação da rede, o IEA integra seu Comitê Diretivo.



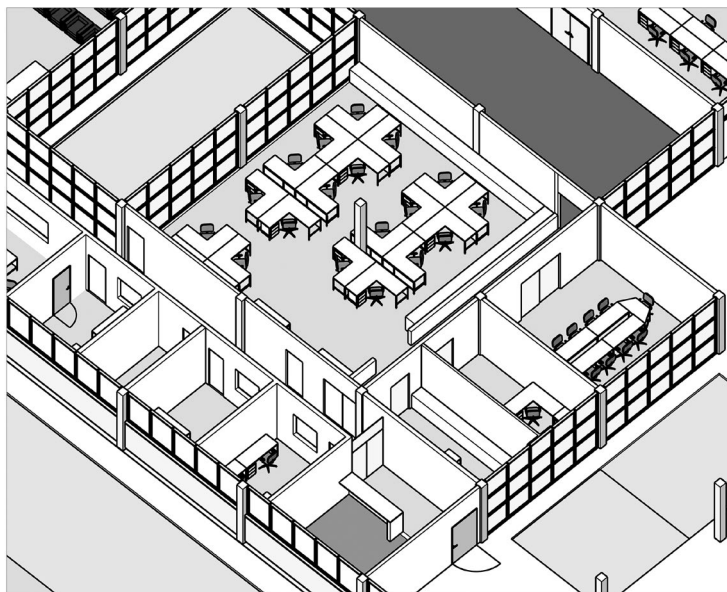
Inauguração da nova sede do Polo IEA Ribeirão Preto, 2017.

A inauguração da nova sede do Polo IEA Ribeirão Preto nesse período foi outro acontecimento importante na trajetória do IEA, reconhecimento do seu lugar institucional na Universidade. Nesse período, houve uma diretriz importante de contribuir de forma efetiva com a educação básica, conectando Universidade, professores e escolas, buscando soluções inovadoras e práticas para os desafios da escola pública. Essa preocupação do Instituto deriva da própria origem e do *ethos* de criação da USP, também voltada à formação de professores e, na avaliação da diretoria do Instituto, deveria ser permanente, até mesmo porque os alunos da Universidade são oriundos da educação básica e a qualidade de sua formação impacta diretamente o aproveitamento nos cursos. O IEA mantinha duas cátedras dedicadas à educação básica, ambas criadas na gestão de Paulo Saldiva, uma delas no polo IEA de Ribeirão Preto, detalhadas mais adiante. Além da ênfase em Educação, houve nesse período foco na pesquisa e discussão sobre cidades globais e seus complexos desafios, a começar pelas questões de meio ambiente e saúde.

O equilíbrio entre pesquisas de fundo e a resposta imediata às urgências da sociedade, marca da trajetória do Instituto, encontrou na gestão do diretor Paulo Saldiva um equilíbrio bem

dosado e consistente em um momento particularmente desafiador da conjuntura política. As atividades do IEA envolvem intervenções diretas e no calor do momento político, respondendo a demandas da sociedade que ocorrem à Universidade, como os eventos que reuniram em 2019 ex-ministros, dos mais diversos partidos, de Educação, Meio Ambiente e Cultura para repudiar o desmonte das políticas públicas e afirmar propostas que eram consensuais em amplos espectros partidários do país. Depois, no processo eleitoral de 2020, a publicação de um *Guia para cidades sustentáveis – Eleições 2020* para candidatos a prefeitos e vereadores, resultado do trabalho em equipe do Centro de Síntese USP Cidades Globais, com um roteiro de questões efetivas para guiar as políticas públicas.

“O IEA é uma caixa de ideias. Possui um modelo muito flexível, sem docentes permanentes, sem donos, sem territorialidade, todo mundo é transitório. Isso permite ao IEA funcionar como uma estrutura *‘just in time’* na qual é possível convidar um especialista da universidade ou de fora dela. Para que esta dinâmica funcione é preciso conversar bastante e foi assim que eu comecei a entender a riqueza da USP, que tem quadros fantásticos”, afirma Paulo Saldiva, acrescentando: “O IEA é maior do que seus diretores. A riqueza do IEA não é feita pelo diretor, e sim pelos grupos de pesquisa e pelas pessoas que estão trabalhando no Instituto. O IEA prima pela liberdade, pela riqueza das pessoas, pela riqueza dos seminários, o que é muito estimulante. Eu vivi num ambiente completamente diverso do que eu tinha, fui compulsoriamente imerso nesse caldo de ideias e sai muito melhor de lá. Para mim foi como um ‘ano sabático’. Quando uma pessoa entra no IEA, ela logo vê que está num lugar por onde muitos pesquisadores de ponta passaram. Percebemos que quem vai para o IEA, seja na direção ou em um grupo de pesquisa, é uma espécie de exilado intelectual, faz uma ciência disciplinar, mas anseia por alguma coisa



Planta e inauguração na nova sede do IEA, janeiro de 2018.

diferente. Dirigir o IEA é extremamente prazeroso porque, inclusive, quando fui eleito, muitos ex-diretores do Instituto sentaram comigo para me apoiar e ajudar. O corpo de funcionários do IEA é primoroso e eles têm orgulho de pertencer ao Instituto, vão muito além do dever e têm um sentimento de cidadania. Os funcionários são a memória que fica. Eles me

ajudaram muito e eu não teria feito nada se não fosse o trabalho dos funcionários”¹.

A ideia de “exilado intelectual” define o perfil de muitos dos participantes do IEA, pesquisadores com formações e interesses trans e interdisciplinares. No modelo mais tradicional dos departamentos, explica ainda Saldiva, “as pessoas acabam, por força de sua especialização, trabalhando cada uma na sua área, no seu núcleo, como se fosse uma ameba com células independentes e é um conjunto meio que caótico dessas contribuições individuais que leva ao progresso”.

Paulo Hilário Nascimento Saldiva é professor titular do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP). Graduado em Medicina na FMUSP e doutor em Patologia, foi membro do Comitê Científico da Escola de Saúde Pública da Universidade Harvard e do Comitê de Qualidade do Ar da Organização Mundial de Saúde (OMS). Suas pesquisas concentram-se nas áreas de anatomia patológica, fisiopatologia pulmonar, doenças respiratórias e saúde ambiental e ecologia aplicada. Membro titular da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Ciências, foi integrante do comitê científico da Organização Meteorológica para temas de Clima e Saúde e presidente do Comitê de Pesquisa da FMUSP. Também foi membro do Conselho Científico Comitê da Escola de Saúde Pública da Universidade de Harvard, Estados Unidos; do Comitê de Qualidade do Ar da OMS, e do painel do International Agency for Research on Cancer (Iarc), que avaliou a carcinogenicidade da poluição do ar ambiente. É coordenador do Instituto Nacional de Análise Integrada de Risco Ambiental do CNPq e do Núcleo de Pesquisa em Autópsia e Imagenologia (NUPAI-FMUSP). Antes de se eleger diretor, foi vice-diretor na gestão de Martin Grossmann.

“A força do Instituto reside na atuação dos grupos que estão num tempo definido”, afirma o ex-diretor Paulo Saldiva,



Encontro no IEA-USP de diretores da rede Ubias, março de 2018.

considerando: “O IEA é uma incubadora e alguns grupos e iniciativas tiveram notável sucesso, como Cidades Globais, Espaço Urbano e Saúde, Escola de Metrôpoles, a Cátedra Oscar Sala, entre outros, a parceria com o Tribunal de Contas do Município de São Paulo para verificar a efetividade do investimento público, regionalizá-lo e saber qual é o retorno do investimento colocado e se atingiu o objetivo como instrumento de gestão política, os debates sobre educação, as discussões sobre *fake news*, já que no mundo de *fake news* na área da saúde é preciso entender a epistemologia da ignorância”.² Também havia o projeto de criar uma espécie de “Kennedy School”, uma iniciativa de capacitação de jovens graduados do Brasil inteiro para fazer política pública baseada no uso de conhecimentos qualificado. Todavia, a iniciativa foi postergada até que se tivesse um volume de recursos financeiros compatível com a ambição.

“Uma questão filosófica geral da Universidade e mais aguda para os IEAs é o balanceamento entre os temas encomendados e os espaços para afloramento de temas originários de pessoas que se propõem a estar no Instituto”, ressalta ainda o atual diretor Ary Plonski. “Ao longo da história vamos encontrar as duas modalidades, desde o Projeto Floram, que foi demanda

da própria Universidade, até um número expressivo de colegas da Universidade e de fora que escolhem o IEA para desenvolver propostas e iniciativas, temas avançados com mérito acadêmico e pesquisadores com capacidade de liderança e de atração de pessoas e conexões, mas fundamentalmente temas que requeiram um ambiente interdisciplinar e que não poderiam ser desenvolvidos na unidade da origem. O papel esperado do IEA é o de olhar depois do presente, o que não quer dizer que não haja mérito nas respostas imediatas e emergenciais. Há situações em que isso acontece, mas a vocação e o esforço é de enxergar aquilo que ainda não está claro para todo mundo, a análise depois do calor dos fatos”, avalia.³

A área de comunicação ganhou notável reforço, com um programa diário de rádio, a edição sistemática de livros, a produção de documentários e podcasts e outras iniciativas que evidenciam que a informação e a divulgação devem andar juntas com a pesquisa e que essa se utiliza cada vez mais de novos formatos de registro e produção.

USP Cidades Globais: de programa a centro de síntese

O Programa USP Cidades Globais foi idealizado em 2016 na gestão do professor Paulo Saldiva, com a coordenação de Marcos Buckeridge, professor do Instituto de Biociências da USP, a partir de uma solicitação da reitoria que constatou que havia cerca de 30 grupos na Universidade, nas mais diversas unidades, trabalhando com o tema das cidades. A proposta foi reuni-los no IEA e propor que trabalhassem em conjunto para criar uma rede institucional.

O professor Marcos Buckeridge recorda como se deu o percurso do grupo desde as primeiras discussões de que ele participou sobre questões urbanas, anteriormente a 2016: “Este projeto começou, de fato, em torno de 2014, quando



Marcos Buckeridge e Jean Paul Metzger, coordenadores, respectivamente, do Centro de Síntese USP Cidades Globais e do Biotá Sintese – Núcleo de Análise e Síntese de Soluções Baseadas na Natureza.

um grupo no IEA discutiu a crise hídrica, na época do diretor Martin Grossmann. Nesse período eu era presidente da Academia de Ciências do Estado de São Paulo e nossas discussões culminaram com a elaboração do *Livro Branco da Água*, no qual abordávamos a questão de como a cidade gerencia a sua água, o papel da Sabesp, o papel das florestas. Eu me apaixonei pelo IEA nessa época, é um Instituto absolutamente incrível, onde as discussões são feitas com professores que vêm de diferentes áreas. Então existe um fator que eu chamo ‘fator de humildade’. Quando você conversa com alguém no IEA sempre vai encontrar quem sabe muito mais do que você em um assunto que você achava que conhecia. É um local de aprendizado e de discussão e essa humildade gera uma interdisciplinaridade que é leve e interessante. Esse foi o meu primeiro contato com o IEA”.⁴

Inicialmente programa, depois centro de síntese, USP Cidades Globais concentrou-se na capital paulista. De acordo com o texto do projeto, os cerca de 20 milhões de moradores, distribuídos em 8.051 km², tornam a Região Metropolitana de São Paulo “um laboratório natural em que o ‘sistema metrópole’ pode servir de foco inicial de estudos dos problemas e proposições de soluções cientificamente embasadas” [...]



Lançamento do
Guia *Cidades
Sustentáveis*,
organizado pelo
Centro de Síntese
USP Cidades
Globais, 2020.

“Queremos detectar perspectivas que só podem ser percebidas a partir de um ponto de vista integrado, conseguindo, assim, conceber políticas públicas que não poderiam ser desenhadas isoladamente a partir de cada projeto”, explicou Marcos Buckeridge no site do IEA.

“Fomos estudar as cidades globais, aquelas que às vezes são mais conhecidas do que os países onde elas estão. Nova York, Londres, São Paulo, Rio de Janeiro (em parte) e uma lista relativamente pequena de outras cidades se encaixam no conceito”, conta ainda Buckeridge, acrescentando: “Este programa e forma de estudar as cidades pareceu, ao professor Saldiva e a mim, um caminho interessante. Fiz pessoalmente uma busca e encontrei cerca de 35 grupos e professores. Fizemos uma primeira reunião. Havia, por exemplo, o projeto USP Cidades, dirigido por Miguel Bucalem, professor na Escola Politécnica, e o Centro de Estudos da Metrópole, dirigido por Marta Arretche, professora de Ciência Política na FFLCH. Convidamos os prefeitos para debates antes da eleição e conhecemos o vereador Ricardo Young, que se tornou importante colaborador com a sua visão sistêmica de cidade. Montamos grupos de discussão, *workshops* e um dos primeiros temas estudados foi o do pacto federativo.



Debate sobre Cidades Sustentáveis, com Wanda Günther, Marco Akerman, Raquel Rolnik, Valdir Fernandes, Gilda Collet Bruna, Wagner Costa Ribeiro e Pedro Jacobi, junho de 2018

“Eu, que era pesquisador da área da saúde com interesse pelo meio ambiente, comecei a aprender e a entender diversos aspectos que não conhecia e a enxergar os problemas de saúde por outra lente”, conta o diretor Paulo Saldiva sobre a criação do programa USP Cidades Globais: “Percebi em minhas pesquisas que a cidade se transformou basicamente em um corpo, onde cada bairro é um órgão e as células que constituem um órgão são os habitantes de cada bairro. A partir dessa percepção, faço um diagnóstico clínico baseado nos exames que chegam e procuro formular hipóteses para resolver. O IEA era o lugar que complementava as atividades que fazíamos com microscópio, com imagem, com molécula, permitiu a ponte com as áreas da geografia, da economia e fazer políticas baseadas na observação direta, não por discurso, mas por indicadores numéricos, criando uma espécie de repositório de vários níveis, utilizando métodos geoestatísticos, colocando bancos de dados secundários, eventualmente fazendo uma tomografia da cidade para saber onde estão as áreas de inflamação e procurar entender por que acontece ali e não em outro lugar. Então, basicamente a cidade se transformou num corpo para mim, no qual cada bairro é um órgão e as células que constituem um órgão são os habitantes de cada bairro, daí podemos realizar um

diagnóstico clínico a partir dos exames que chegam e procurar formular hipóteses para resolver. Essa foi a ideia que surgiu. O IEA expandiu os horizontes do meu objeto temático. A minha área de pesquisa, especificamente, tem muitos determinantes que fazem com que a saúde seja muito variada, por exemplo, no município de São Paulo, e não estão dentro da ‘caixa de saúde’. É preciso entender que a saúde deve dialogar com áreas como urbanismo e também com as áreas das humanidades e das políticas públicas, por exemplo sobre o financiamento e o direito à saúde. É uma discussão central que dialoga com a ética, com a epistemologia”.⁵

Antes das eleições municipais de 2020 começou a ser elaborado o *Guia para Cidades Sustentáveis – Eleições 2020*. “O grupo criou uma identidade, hoje temos cerca de 60 pessoas trabalhando, é uma verdadeira máquina de pensar as questões urbanas, com uma visão sistêmica nova, que não era estabelecida, da cidade como um sistema complexo. Pensar os impactos das mudanças climáticas. A visão do centro de síntese é reunir as cabeças para produzir alguma coisa que incida nas políticas públicas e provoque alguma mudança na sociedade”, afirma Buckeridge.

O *Guia para Cidades Sustentáveis – Eleições 2020* foi lançado em 2020 pelo Centro de Síntese USP Cidades Globais, coordenado por Marcos Silveira Buckeridge e Arlindo Philippi Junior. Dirigido a candidatos a prefeito e a vereador de todo o país, o guia fornece parâmetros para balizar a decisão dos candidatos e eleitos de incrementar um programa de sustentabilidade nas cidades, conforme a Agenda 2030 da ONU que lista 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Da mesma forma, oferece à população em geral e aos jornalistas ferramentas para acompanhar a eficiência e a efetividade das ações dos eleitos. Os 193 itens/temas listados no guia, definidos a partir de *workshops* com os 21 pesquisadores do centro, receberam



Guilherme Ary Plonski, Marcos Buckeridge e José Goldemberg (via vídeo-conferência) participam durante a pandemia do evento "Urbansus – 50 anos de Estocolmo'72 e 30 anos da Rio'92: Desafios do Brasil do Presente para um Futuro Sustentável", 2022.

uma abordagem com parâmetros científicos. A publicação está organizada tanto pelos 17 ODS como pelos temas prioritários, como educação, saúde e outros, facilitando a consulta.

Com as eleições municipais de 2020, Buckeridge considerou que o documento podia auxiliar tanto gestores públicos quanto a população em geral na cobrança de melhorias nas cidades. “A gente colocou uma série de itens de agenda e os candidatos podem utilizá-los para suas campanhas. Também pode ser usado por jornalistas para propor perguntas e pela população no geral para cobrar, tanto agora quanto depois, o que os candidatos vão fazer.”⁶ O guia foi baseado em artigo no qual ele e Philippi Junior discutiram o mundo urbano e como usar a ciência para melhorar a qualidade das políticas públicas, além de analisar também os impactos da própria Covid-19 nas cidades. Investigar os problemas com base no desenvolvimento sustentável permite entregar aos políticos resoluções integradas: “A coisa mais importante é a integração dos objetivos sustentáveis em um conjunto de objetivos e metas que caminhem no sentido da sustentabilidade. Uma meta única não é tão importante, por isso fazemos o recorte dos objetivos sustentáveis para conscientizar as pessoas e políticos”.⁷ A participação social, presente no ODS 17 da Agenda 2030, trata da relação e de parcerias que devem ser construídas e é um item primordial para a implementação de ações que diminuam as

desigualdades sociais, com maior envolvimento civil nos conselhos que existem referentes a cada item da agenda.

O Programa USP Cidades Globais foi coordenado por Buckeridge e também Arlindo Philippi Junior até setembro de 2022, quando ambos passaram a coordenação acadêmica para Wanda Maria Risso Günther, professora da Faculdade de Saúde Pública da USP. Em 2022, o USP Cidades Globais incorporou o programa USP Municípios, que funcionava junto à vice-reitoria, com o propósito de realizar pesquisas para apoiar o desenvolvimento dos municípios paulistas, uma permanente demanda administrativa e política que chega à Universidade. Renomeado programa Municípios Sustentáveis, o primeiro convênio foi assinado em 2023 com a prefeitura de Ibitinga e envolve cinco áreas: economia circular, esportes e lazer, resíduos sólidos, empreendedorismo e inovação. “Não se trata de consultoria para os municípios, mas de efetivamente desenvolver metodologias e formas de trabalhar que promovam o desenvolvimento. Na assinatura do convênio, com a presença do reitor da USP, estavam os nove prefeitos ou vice dos consórcios da região de resíduos sólidos e eles também querem assinar um convênio com a USP. O IEA oferece o desafio de trabalhar com diversos olhares de pesquisadores, em equipe, em um projeto compartilhado, ir ao município, conhecer a sua realidade e modelar soluções”, relata Wanda Maria Risso Günther.⁸ No formato do trabalho em Ibitinga, cada área de pesquisa tem um coordenador especializado e alunos de graduação como estagiários, com bolsa financiada pelo município, o que permite envolver – via IEA – diversas unidades da Universidade, professores e graduandos. Com a adesão de parcela substantiva dos grupos que trabalhavam com o tema cidades na Universidade, em 2023 o agora Centro de Síntese USP Cidades Globais agrega 75 pessoas, dos quais 40 pós-doutorandos ou pesquisadores colaboradores e 17 supervisores ativos.



Lançamento da Cátedra de Educação Básica, uma das três cátedras de Educação mantidas pelo IEA, 2019.

Cátedras de educação

O polo do IEA em Ribeirão Preto sedia a Cátedra Sérgio Henrique Ferreira, primeira cátedra do Instituto no interior do estado, estabelecida em 2020, na gestão de Paulo Saldiva como diretor, com financiamento do Santander Universidades. O objetivo é “buscar formas efetivas de contribuição para políticas públicas de cidades de médio porte” e foca sua atuação inicial na “área educacional, integrando instituições e iniciativas locais para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem em Ribeirão Preto”.⁹

O primeiro catedrático foi o professor Mozart Neves Ramos, referência na área de políticas públicas de Educação no Brasil, que foi reitor da UFPE, presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras, secretário de Educação de Pernambuco e é integrante do Conselho Nacional de Educação, entre muitas outras atribuições. “A sua presença deu uma dimensão nacional e muita visibilidade para o nosso polo. Aprendemos muito com o trabalho desta cátedra, ela funciona como um farol dentro do nosso campus e passou a atrair diversos professores, pesquisadores e projetos em geral na área de Educação”, afirma Antonio José da Costa Filho, ex-coordenador do polo, que acrescenta: “A

cátedra tem uma equipe com bolsistas de graduação e pós-doutorandos. Criamos, com o professor Mozart, o primeiro curso de extensão sediado no nosso polo, com 20 aulas, 40 horas de curso e 300 vagas em formato online. Tivemos 300 inscritos em três dias. Após encerradas as inscrições tivemos outros 1.400 pedidos e conseguimos ampliar o número de vagas para mais de 400. O público-alvo é composto de gestores de educação das secretarias municipais, ou seja, quem está na ponta fazendo a gestão da política pública em educação. Com sua capacidade, Mozart convidou diversas pessoas e montou uma grade sensacional”.¹⁰

Com uma equipe de 18 pesquisadores colaboradores e 34 pós-doutorandos, a Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica, por sua vez, organiza-se em dez Coletivos Temáticos e tem como atual coordenador acadêmico Luis Carlos de Menezes, professor sênior do Instituto de Física da USP, tendo como adjunto Lino de Macedo, professor do Instituto de Psicologia. A Cátedra, convênio entre IEA e Itaú Social, foi criada em 2019, na gestão de Paulo Saldiva, reunindo pesquisadores e profissionais atuantes em escolas e redes públicas de educação básica para contribuir com a formulação de políticas de formação e valorização dos professores. Apresenta dois eixos de trabalho: o primeiro é voltado à curadoria e apoio de pesquisas, em especial aquelas relacionadas com as políticas de formação e valorização docente. O segundo trata da disseminação e do debate do conhecimento produzido por meio de seminários e oficinas, produções audiovisuais de caráter formativo e espaços de consulta e engajamento com as escolas.

A Cátedra é resultado de um de trabalho realizado pelo Grupo de Estudos Educação Básica Pública Brasileira: Dificuldades Aparentes, Desafios Reais, coordenado pelo Nilson José Machado, professor da Faculdade de Educação da USP. Em conjunto com os professores Menezes e Lino de Macedo,



Paulo Saldiva, diretor do IEA, Vahan Agopyan, reitor da USP, Angela Dannemann, superintendente do Itaú Social, e Nilson José Machado, coordenador acadêmico, no lançamento da Cátedra de Educação Básica.

mapearam ao longo de 2017 e 2018 as questões mais relevantes no cenário da crise educacional do país e promoveram cinco seminários reunindo pesquisadores, educadores e gestores públicos para analisar a situação do magistério, a qualidade da educação, o uso das tecnologias em sala de aula, o papel dos documentos oficiais e experiências inovadoras no ensino básico. “A Cátedra representa um espaço para articulação mais direta entre o setor público e o setor privado em busca de resultados efetivos nos próximos cinco anos, e não em cinco décadas. Várias frentes de colaboração são fomentadas, como a necessária cooperação entre professores do ensino superior e professores da escola básica na formação profissional docente. Um dos efeitos mais esperados é dar mais voz ao professor na organização e no planejamento do ensino, valorizando-se experiências locais bem-sucedidas e redesenhando a importância, às vezes exagerada, da padronização a que conduzem as avaliações sistêmicas e os Documentos Oficiais”, explica Nilson José Machado, primeiro coordenador acadêmico da Cátedra e que também coordenou o grupo de estudos em 2017 e 2018.¹¹

Nas palavras de Eduardo Saron, atual presidente da Fundação Itaú, em depoimento de 2023, e que era superintendente do Itaú Cultural quando do lançamento da cátedra: “O propósito da Cátedra Alfredo Bosi – contribuir com políticas

de formação e reconhecimento de professores – está em linha com a atuação do Itaú Social, que busca a melhoria da aprendizagem e trajetória escolar, reduzindo desigualdades. A escola e a universidade produzem saberes que se entrelaçam. Por um lado, a universidade pode observar a prática e analisá-la à luz da teoria. A escola, por sua vez, anseia por uma teoria que reconheça e apoie o processo de ensino e aprendizagem, em toda a sua complexidade. Um círculo com grande potencial de virtuosidade, mas ainda pouco explorado. Não podemos pensar a elaboração de políticas educacionais sem escutar o profissional que está no dia-a-dia das escolas, sem valorizar o saber que ele traz consigo. Engajar profissionais da educação para pesquisas, ações de formação, debates e na tomada de decisões passa por reconhecê-los como protagonistas ao longo de todo o processo. São estas inquietações, desafios e oportunidades que geram a necessidade desse rico encontro entre a escola pública e a universidade. Desse encontro nascem possibilidades de contribuições recíprocas e caminhos para a transformação social que desejamos”.¹²

Em 2021, a Cátedra de Educação Básica passou a incluir o nome de Alfredo Bosi, falecido em abril daquele ano. A ideia, proposta por seus integrantes, foi anunciada pela vice-diretora do IEA e coordenadora-geral da Cátedra, Roseli de Deus Lopes, durante o evento “Presença de Alfredo Bosi”. “É uma forma de retribuir todo o seu legado, eternizando-o na memória dos que o conheceram, e levando o seu histórico para outras gerações”, afirmou. Em 19 de dezembro de 2022, o evento de encerramento da programação acadêmica teve a participação de Fernando Haddad, professor do Departamento de Ciência Política da FFLCH, que assumiria em janeiro de 2023 como ministro da Fazenda do governo Lula.¹³

Reuniões históricas

Em 2018, ano de campanha eleitoral para presidente, o IEA participou dos debates sobre a situação do país, o ciclo “Eleições 2018: Propostas para o Brasil”, que reuniu especialistas em cinco encontros nas áreas de gestão pública, economia, educação, inovação e saúde. Com dois conferencistas e um moderador para cada tema, a série preparou dez propostas para cada área, medidas que os especialistas consideraram fundamentais para alavancar o desenvolvimento do país. Entre as áreas, educação, economia, inovação, gestão pública e saúde, com nomes, palestras, ideias e debates que estão presentes ativamente no cenário político brasileiro. No seminário sobre Ciência, Tecnologia e Inovação, os debatedores foram Carlos Américo Pacheco, diretor-presidente da Fapesp, e a economista Fernanda De Negri, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com moderação de Mario Salerno (coordenador geral do Observatório de Inovação e Competitividade).

Os expositores do seminário sobre Educação foram o físico José Goldemberg, ex-ministro da Educação e ex-reitor da USP, e Maurício Holanda Maia, ex-secretário da Educação da cidade de Sobral, no Ceará, com moderação de Nilson José Machado. O seminário sobre Economia teve a participação dos economistas Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal e ex-secretário executivo de Política Econômica do Ministério da Fazenda, e Marcos Lisboa, diretor do Insper e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com moderação de Glauco Arbix (coordenador do Observatório da Inovação e Competitividade [OIC]). Para debater sobre Gestão Pública, o IEA-USP reuniu dois ex-secretários nacionais de Gestão: a consultora Evelyn Levy, especialista em gestão pública atuante em organismos internacionais, e o professor



Encontro de ex-ministros da Educação, 4 de julho de 2019.

Humberto Falcão Martins, da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com moderação de Fernando Luis Abrucio, professor e pesquisador da FGV. O encontro sobre Saúde teve a presença do médico Drauzio Varella, do professor da Faculdade de Medicina da USP Mário Scheffer e mediação do fisiologista José Eduardo Krieger, membro do Conselho Diretor do Instituto do Coração (Incor) e ex-pró-reitor de Pesquisa da USP.

Em 2019, em reuniões que os participantes consideraram “históricas”, 18 ex-ministros das pastas do Meio Ambiente, da Educação e da Cultura de diferentes partidos e governos anteriores a 2018 reuniram-se no IEA para divulgar documentos críticos às ações e políticas destrutivas e negacionistas do governo eleito em 2018 nessas áreas, entre eles José Sarney Filho e Marina Silva, José Goldemberg e Fernando Haddad, Juca Ferreira e Marcelo Calero. As reuniões tiveram um forte peso simbólico de reunir ex-ministros de partidos outrora adversários em defesa das instituições democráticas e de políticas construtivas nesses campos.

Não foi o IEA que tomou a iniciativa de realizar esses encontros. O Instituto foi procurado e escolhido quase “naturalmente” como uma instituição que, ao mesmo tempo, representa solidez e prestígio acadêmico e congrega intelectuais e



Reunião de ex-ministros da Cultura, 2 de julho de 2019.

políticos variados, de diversos partidos e tendências, que podem ali dialogar e participar juntos de movimentos como estes em um período histórico e político tão tenso e turbulento. As atividades tiveram como público apenas a imprensa e, por isso, foram coordenadas pela Divisão de Comunicação do IEA, que convocou jornalistas e organizou as coletivas que lotaram o auditório. Que esses eventos tenham ocorrido no IEA, e em áreas como Meio Ambiente, Educação e Cultura, diz muito sobre o lugar da USP e do IEA nesses campos ao longo das últimas décadas e ecoa diretamente o papel da própria criação do IEA no processo de reconstrução democrática da USP na década de 1980 e, depois, importantes projetos realizados nesses campos.

Cabe destacar a importância do espaço IEA para esses encontros, a relevância e o protagonismo que o IEA assumiu. “O Instituto é que foi procurado pelos ex-ministros e o IEA se revelou o lugar ideal para esses encontros. É um exemplo de como o IEA é um espaço de reflexão não só da própria Universidade, não só modelo de estudos acadêmicos, mas também

das nossas políticas, da nossa gestão como um todo. E as pessoas que estão diretamente envolvidas nestas áreas têm o IEA como espaço importante de discussão, de debate”, afirma o assistente acadêmico Rafael Borsanelli.¹⁴

O encontro no dia 8 de maio de 2019 lotou o auditório do IEA de jornalistas do país e do exterior para ouvir sete ex-ministros do Meio Ambiente de cinco diferentes governos: Rubens Ricupero (ministro em 1993 e 1994); José Sarney Filho (de 1999 a 2002 e em 2016); José Carlos Carvalho (2002); Marina Silva (de 2003 a 2008); Carlos Minc (de 2008 a 2010); Izabella Teixeira (de 2010 a 2016); e Edson Duarte (em 2018). Gustavo Krause (de 1995 a 1998) não compareceu, mas assinou o comunicado conjunto.¹⁵ Segundo trecho do documento:

Estamos assistindo a uma série de ações, sem precedentes, que esvaziam a sua capacidade de formulação e implementação de políticas públicas do Ministério do Meio Ambiente, entre elas: a perda da Agência Nacional de Águas, a transferência do Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura, a extinção da Secretaria de Mudanças Climáticas e, agora, a ameaça de “descrição” de áreas protegidas, apequenamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente e de extinção do Instituto Chico Mendes. Nas últimas três décadas, a sociedade brasileira foi capaz, através de sucessivos governos, de desenhar um conjunto de leis e instituições aptas a enfrentar os desafios da agenda ambiental brasileira nos vários níveis da Federação.

A decisão de manter a participação brasileira no Acordo de Paris tem a sua credibilidade questionada nacional e internacionalmente pelas manifestações políticas, institucionais e legais adotadas ou apoiadas pelo governo, que reforçam a negação das mudanças climáticas partilhada por figuras-chave da atual administração.¹⁶

No documento e na entrevista coletiva, os ex-ministros criticaram também o caráter negacionista em relação às

mudanças climáticas presente nos questionamentos sobre a permanência do país no Acordo de Paris; o risco de aumento descontrolado do desmatamento na Amazônia; a “falácia da oposição” entre interesses ambientais e da agropecuária; o discurso contra os órgãos de controle ambiental; o questionamento dos dados de monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), e a perspectiva de “afrouxamento” do licenciamento ambiental.

O encontro sobre a pasta de Meio Ambiente motivou os ex-ministros da Educação a organizarem atividade semelhante no dia 4 de junho de 2019, também com a presença em peso da imprensa brasileira e correspondentes internacionais. Participaram José Goldemberg (ministro em 1991 e 1992); Murilo Hingel (de 1992 a 1995); Cristovam Buarque (em 2003 e 2004); Fernando Haddad (de 2005 a 2012); Aloizio Mercadante (de 2012 a 2014 e em 2015 e 2016); e Renato Janine Ribeiro (em 2015). Para eles, o contingenciamento de verbas pode ter efeitos “irreversíveis e fatais” para a educação do país.¹⁷

O documento elencou como principais medidas que deveriam ser adotadas: ações para o desenvolvimento e melhoria da educação básica pública; o fortalecimento da cooperação entre União, estados, municípios e o Distrito Federal; respeito à autonomia universitária e às redes de ensino; liberdade de cátedra; observância do Plano Nacional de Educação; renovação e ampliação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação); organização de um efetivo Sistema Nacional de Educação, e fazer com que a educação seja objeto de uma política de Estado.

O documento na área de Educação ressalta ainda que esta é uma área na qual havia um expressivo consenso entre diferentes forças políticas em torno das políticas públicas:

O consenso pela educação como política de Estado foi constituído por diferentes partidos, por governos nas três instâncias de poder, fundações e institutos de pesquisa, universidades e movimentos sociais ou sindicais. Em que pese as saudáveis divergências que restaram, foi uma conquista única, que permitiu avançar no fortalecimento da educação infantil, na universalização do ensino fundamental, na retomada da educação técnica e profissional, no esforço pela alfabetização e educação de adultos, na avaliação da educação em todos os seus níveis, na ampliação dos anos de escolaridade obrigatória com aumento expressivo das matrículas em todos os níveis de ensino, na expansão da pós-graduação, mestrado e doutorado e, conseqüentemente, na qualidade da pesquisa e produção científica realizada no Brasil.

É impressionante que, diante de um assunto como a educação que conta com especialistas e estudiosos bem formados, o governo atue de forma sectária, sem se preocupar com a melhoria da qualidade e da equidade do sistema, para assegurar a igualdade de oportunidade.

Em nenhuma área se conseguiu um acordo nacional tão forte quanto na da educação. A sociedade brasileira tomou consciência da importância dela no mundo contemporâneo.

Numa palavra, a educação se tornou a grande esperança, a grande promessa da nacionalidade e da democracia. Com espanto, porém, vemos que, no atual governo, ela é apresentada como ameaça.¹⁸

Na área da Cultura, reunidos em 2 de julho de 2019, cinco ex-ministros da Cultura divulgaram manifesto no qual expressaram sua preocupação com a “desvalorização e hostilização à cultura brasileira”. A recriação do Ministério da Cultura foi a principal reivindicação de Luiz Roberto Nascimento Silva (ministro em 1993 e 1994); Francisco Weffort (de 1995 a 2002); Juca Ferreira (ministro de 2008 a 2010 e em 2015 e 2016); Marta Suplicy (de 2012 a 2014); Marcelo Calero (em 2016).¹⁹

Conforme o manifesto do grupo:

Nós, ex-ministros da Cultura que servimos ao Brasil em diferentes governos, externamos nossa preocupação com a desvalorização e hostilização à cultura brasileira. Reafirmamos a importância da cultura em três dimensões básicas como expressão da nossa identidade e diversidade, como direito fundamental e como vetor de desenvolvimento econômico, contribuindo decisivamente para a geração de emprego e renda. Criar e usufruir cultura altera a qualidade de vida das pessoas e permite o pleno desenvolvimento humano de todos os brasileiros e brasileiras.

O Estado tem responsabilidades intransferíveis para a garantia do desenvolvimento social e cultural do País e para a realização dos direitos culturais do povo brasileiro. Ele proporciona espaços, oportunidades e autonomia para que a cultura se produza. O Estado democrático possibilita as condições necessárias para o acesso de todos às criações culturais. Assistimos, com preocupação, o crescente ambiente antagônico às artes e à cultura, que pretende enfraquecer as conquistas que o Brasil alcançou nestes anos de democracia. A primeira e mais primordial das responsabilidades do Estado é garantir a plena liberdade de expressão.²⁰

Pensamento crítico, informação e *fake news*

As manifestações dos ex-ministros se somaram a outros eventos que amplificaram a posição do IEA como “espaço para o pensamento crítico”. Foi assim com a apresentação do “Relatório Lancet Countdown 2019 – Recomendações para a Política de Saúde no Brasil”, em que pesquisadores apresentaram as conclusões de uma avaliação anual sobre o aquecimento global. *The Lancet Countdown* é uma publicação de colaboração internacional que monitora de forma independente as consequências para a saúde decorrentes das mudanças climáticas,

representa o consenso dos principais pesquisadores de 43 instituições acadêmicas e agências da Organização das Nações Unidas (ONU). Os 44 indicadores desse relatório mostram um aumento ininterrupto dos impactos da mudança climática na saúde e as consequências para a saúde da resposta atrasada e inconsistente de países ao redor do globo.

O relatório de 2021 coincidiu com a 26ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26), na qual os países estavam enfrentando pressão crescente para respeitar o Acordo de Paris de manter o aumento da temperatura média global em no máximo 1,5 °C e mobilizar os recursos financeiros necessários para que todos os países tenham uma resposta climática eficaz.

O processo de mudanças climáticas foi tema de diversos eventos do IEA e alguns de seus pesquisadores, como Carlos Nobre, têm estado na linha de frente das pesquisas e alertas à sociedade e aos governos.²¹ Em maio de 2019, três pesquisadores do Instituto participaram de uma audiência pública no Senado Federal sobre a influência humana nas mudanças climáticas que caracterizam o aquecimento global: o climatologista Carlos Nobre, o astrogeofísico Luiz Gylvan Meira e o físico Paulo Artaxo. Nobre é pesquisador colaborador do IEA, enquanto Gylvan Meira e Artaxo integram o Grupo de Estudos Meio Ambiente e Sociedade. Também participaram o biólogo e ecólogo Gustavo Luedemann (IPEA) e a geobotânica e bióloga Mercedes Bustamante (UnB). Organizado pelas comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Meio Ambiente (CMA), a audiência reforçou as conclusões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), órgão da ONU e serviu de contraponto à audiência anterior com opositores da ideia da ação humana no processo de mudanças climáticas.²²

Outro tema que esteve em evidência no Instituto em 2019 foi o debate sobre *fake news* e o papel da imprensa. Em um

período em que se questiona sobre como lidar com a disseminação industrial de notícias falsas e no qual o jornalismo profissional é colocado em dúvida, quatro eventos abordaram o tema, inclusive para reafirmar o papel da imprensa em uma democracia. O Instituto Questão de Ciência buscou a parceria do IEA para promover o ciclo “O que a ignorância tem a nos ensinar?”, com a realização de oito encontros nos quais se discutiram desde a falácia da Terra plana até autoengano e crenças paranormais.

O grupo de trabalho “A USP diante dos desafios do século XXI”, por sua vez, foi criado na gestão Saldiva com o objetivo de propor ações para adequar a USP às exigências de reestruturação acadêmica e administrativa para atender às demandas do ensino superior do século XXI. Liderado pelo engenheiro Luiz Bevilacqua, professor emérito da COPPE-UFRJ, reitor da Universidade Federal do ABC (UFABC) de 2006-2008 e professor visitante do IEA entre 2017 e 2019, o grupo se propôs a identificar os pontos mais críticos na estrutura acadêmica da USP que dificultam a reforma da instituição para se adequar às novas exigências do ensino superior. A partir da identificação desses obstáculos, procurar as soluções que possam eliminá-los ou contorná-los de modo a adequar a Universidade a enfrentar os novos desafios.²³ O objetivo não era escrever mais um documento de análise das dificuldades, com soluções teóricas, ou recomendações gerais sem considerar a viabilidade de implementação. Já existem vários assim. A ideia era apresentar propostas plausíveis e viáveis. Conforme o grupo, as universidades brasileiras deveriam se posicionar diante da onda da internacionalização, assumir suas responsabilidades, visando a superar o atual estado de distanciamento e inação, levando em conta as possibilidades e as expectativas dos parceiros externos. As propostas foram consolidadas no documento “USP: Propostas de agenda para o futuro” e apresentadas no evento

A Universidade diante do Espelho, realizado no dia 10 de outubro de 2018.²⁴

Os polos do IEA no interior

O Polo IEA Ribeirão Preto inaugurou em 2017 uma sede própria em área central do campus da USP, em espaço de 400 m² onde antes havia uma agência bancária. Com isso, os planos de trabalho foram renovados. “Estamos estruturando grupos de estudos que irão contemplar duas áreas acadêmicas: as conceituais, que investigam de forma multidisciplinar os temas de grande impacto nos próximos 50 anos, e a área de políticas públicas, que vai produzir documentos para auxiliar as administrações na formulação e aplicação dessas políticas”, afirmou o então coordenador do Polo, Fernando de Queiroz Cunha.

A inauguração da sede foi o coroamento de uma trajetória iniciada em 2009. “Duas pessoas importantes para obter a sede própria foram os professores Osvaldo Baffa e Fernando de Queiroz Cunha”, afirma Antonio Jose da Costa Filho, ex-coordenador do Polo, prosseguindo: “O professor Baffa teve a sensibilidade e a habilidade de conseguir convencer os diretores das unidades do campus da época de destinar aquele espaço para o IEA, entendendo que o IEA, unidade suprapartamental, seria um espaço de encontro de todas as unidades. E conseguiu aprovar no Conselho Gestor do Campus. Na gestão de Cunha, ele tomou para si a responsabilidade de fazer isso acontecer efetivamente, obteve os recursos e fizemos uma reforma. Hoje estamos em uma sede linda, bem instalada e localizada em um lugar central e agradável do campus. Temos salão de eventos com um tamanho muito bom, salas de reuniões e de grupos de estudos”.²⁵

Ao descrever como tomou contato com o IEA, Antonio Jose da Costa Filho faz um relato que ilustra os próprios princípios



Inauguração da sede própria do Polo IEA Ribeirão Preto.

de atuação do Instituto: “Sempre entendi que para descrever e entender fenômenos tão complicados, como os relacionados à natureza da vida, precisávamos unir áreas do conhecimento; a natureza é interdisciplinar, transdisciplinar. Então, qual não foi minha surpresa quando conheci o IEA, por meio do professor Osvaldo Baffa, que propôs o Polo. Eu achava que já realizava estudos interdisciplinares nas interfaces de Física, Biologia e Química e outros campos. Quando me aproximei do IEA, primeiro como vice-coordenador do Polo na gestão do professor Fernando de Queiroz Cunha e depois como coordenador, é que percebi que no IEA o conceito e a prática da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade ganham outra dimensão. A envergadura é muito maior. O exemplo que posso dar é o grupo de estudos, criado em 2020, que uniu Direito com Computação. Os estudos começaram com a Lei Geral da Proteção de Dados, que é um assunto mais relacionado ao Direito, e incluiu a área de Tecnologia da Informação”.

Ainda conforme o ex-coordenador, ressaltando a capacidade de o Instituto agregar parceiros públicos e privados: “Acredito que a nossa visibilidade e imagem tanto no campus quanto na cidade de Ribeirão Preto cresceram de forma surpreendente. Temos vinculação e trabalhamos junto com várias entidades da sociedade civil, incluindo o poder público e a Secretaria

Municipal de Educação. Em cidades como Ribeirão Preto ou São Carlos, a USP tem uma influência expressiva, a presença da USP faz diferença. Por meio do IEA, temos interação com a Prefeitura, com empresas do setor da saúde, da cana-de-açúcar e outros. Esta interlocução cresceu muito ao longo dos últimos dois anos. O Polo do IEA está plenamente integrado à cidade de Ribeirão Preto, isto é um ganho enorme e somos procurados para identificar novas parcerias”.²⁶

O Polo Ribeirão Preto apresenta duas características marcantes: projetos para o público jovem e de divulgação científica, como Ciência com Pipoca, unindo cinema e ciência, Ciência por Elas e o programa de rádio USP Analisa. “O programa de rádio começou num *slot* da programação transmitido só em Ribeirão Preto e fez tanto sucesso que passamos a ter um *slot* na programação da rádio USP FM, com alcance mundial via internet. É um programa que debate assuntos gerais durante meia hora. Temos também o Panorama da Educação, composto de vídeos curtos que vão ao ar toda segunda-feira no canal YouTube do Polo. Nosso canal do Youtube tem uma significativa quantidade de conteúdo”, conta o ex-coordenador, que comenta também os outros projetos de divulgação científica: “O Ciência por Elas é um programa que reúne no IEA jovens estudantes para mostrar que a carreira científica pode ser interessante, o que é feito por meio de palestras e de outras atividades organizadas pela equipe do IEA, que é muito competente e muito engajada. Só competência sem engajamento não funcionaria, só engajamento sem competência também não funcionaria”.²⁷

Outro polo do IEA no interior do estado de São Paulo, o Polo São Carlos também é ativo, em parcerias com o setor empresarial e iniciativas públicas. Ao contar sobre suas atividades, Valtencir Zucolotto, seu ex-coordenador, relatou: “Em São Carlos, também temos grupo de trabalho voltados especificamente



Fachada do Polo
São Carlos.

para a difusão da ciência. Trabalhamos junto com as escolas, capacitando professores, levando ciência e tecnologia para dentro da sala de aula e, de maneira mais específica, trazendo a sala de aula do ensino público para conhecer as nossas atividades. Ao longo da história do nosso Polo, um dos grupos importantes foi a Ripa, Rede de Inovação e Prospecção para o Agronegócio, formada por pesquisadores especialmente para atuar na solução de grandes problemas do agronegócio. Outro grupo de trabalho em um tema muito recente e impactante é o de Bionanotecnologia, estudando nanotoxicologia e nanosegurança, na interface com físicos, químicos, engenheiros, médicos, farmacêuticos, bioquímicos, pesquisadores de ciências físicas, biomoleculares e biotecnologia. Buscamos soluções importantes para a medicina e o agronegócio. É um campo muito gratificante e apaixonante. E estamos em vias de ativar mais um grupo de trabalho na área de agricultura 4.0, baseado nas experiências anteriores com a Ripa, congregando importantes nomes da agricultura brasileira para levar a tecnologia de ponta para o desenvolvimento da agricultura e do agronegócio de maneira geral. Nós também estamos, com as outras unidades do nosso campus, trabalhando ativamente nas iniciativas de inovação tecnológica. Temos atuado há vários anos

e devemos continuar, porque é uma receita que deu certo na área de educação, levando à ciência para a educação básica, e também desenvolvendo tecnologias de ponta, propondo soluções realmente ousadas para os grandes problemas aqui da nossa sociedade, afinal de contas, nós somos o Instituto de Estudos Avançados. Precisamos pensar lá na frente. O diferencial para o IEA é a flexibilidade para a formação desses grupos de trabalho de maneira rápida, capazes de se debruçar sobre um problema e rapidamente propor soluções, atuando sempre em conjunto com as outras unidades do campus”.²⁸

Cátedra Unesco para a Sustentabilidade do Oceano

O lançamento oficial em 2019 da Cátedra Unesco para a Sustentabilidade do Oceano, convênio entre o IEA e a Unesco e parceria com o Instituto Oceanográfico (IO) da USP, ocorreu em junho durante o seminário “O futuro dos oceanos”. A proposta à Unesco para a sua criação foi feita pelo professor do IO, Alexander Turra, que se tornaria coordenador da Cátedra, motivado pelo destaque que esses ecossistemas têm adquirido na agenda internacional em função das ameaças à vida marinha e a quantidade alarmante de lixo nas águas, além do entendimento de que os oceanos são vitais para a vida no planeta. Para ele, o papel dos oceanos como influenciadores do bem-estar humano é um dos pontos centrais da cátedra.²⁹

Dentre as suas realizações, a Cátedra produziu em 2020 a websérie *Futuro do Oceano*, com 12 episódios, em parceria com a revista *Scientific American Brasil*. Entre os objetivos da Cátedra estão os de desenvolver e promover a mentalidade marítima e a tomada de decisões com base científica, para melhorar o conhecimento sobre os oceanos e contribuir para a formulação de políticas; desenvolver e promover a ciência integrada e interdisciplinar, bem como o desenvolvimento tecnológico



O lançamento oficial em 2019 da Cátedra Unesco para a Sustentabilidade do Oceano, convênio entre o IEA e a Unesco e parceria com o Instituto Oceanográfico (IO) da USP, ocorreu em junho durante o seminário “O futuro dos oceanos”, motivado pelo destaque que esses ecossistemas têm adquirido na agenda internacional.

e inovação para a sustentabilidade oceânica, aperfeiçoando a governança costeira e oceânica, gerando oportunidades para o “crescimento azul”, abordagens de “gestão manancial ao mar” (*source-to-sea management*) para conservação marinha e combate à poluição. Além disso, criar as ferramentas científicas e instrumentos para o monitoramento dos oceanos e promover e monitorar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – com foco no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 –, da Década das Nações Unidas para a Ciência Marinha e o Desenvolvimento Sustentável.

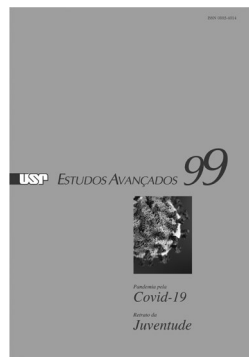
Revista do IEA

A revista *Estudos Avançados*, publicada pelo IEA desde 1987, é um periódico interdisciplinar, que combina rigor acadêmico e linguagem acessível dos textos a não-especialistas. O sociólogo Sérgio Adorno, professor da FFLCH e integrante do Conselho Deliberativo do IEA, passou a ser o editor da revista em outubro de 2019: “Assumi uma revista consolidada e com o legado do trabalho excepcional do professor Alfredo Bosi. Acho que, seguramente, uma das razões do sucesso e êxito da revista é uma estrutura sólida, editorial e administrativamente,

bem-organizada e que se estabilizou no tempo. Dario Luis Borrelli, editor assistente da revista, está desde 1990. Ele tem a memória e vem acompanhando todas as mudanças pelas quais a revista passou. Como é uma revista singular, porque é de estudos avançados e da Universidade, temos que ter volumes em que pessoas das diferentes áreas leiam e se interessem. Conforme o professor Bosi, esta é a ideia de Universitas, aquela em que cientistas de uma área liam artigos de outras áreas. Estou sempre preocupado que a revista não seja só de uma área e que possamos circular por diferentes temas, diferentes recortes temáticos, disciplinares e perspectivas teóricas. A área das revistas está passando por uma mudança não só nacional, mas internacional, motivada pela velocidade do conhecimento, pela pressão por publicações de qualidade. Então, certamente nós vamos atravessar um período de muitas mudanças que já estão sendo preparadas”.³⁰

Sergio Adorno explica como define os temas de dossiês da revista: “Eu me baseio em várias fontes. Primeiro, leio sobre o que está acontecendo na atualidade em termos de ciência, por exemplo: a questão da inteligência artificial, o debate sobre o clima, temas que estão no debate público e um instituto de estudos avançados tem que oferecer o que há de mais avançado, de mais *up to date* nessa discussão. Depois, temos propostas de temas e dossiês, sendo que a revista é aberta a propostas de dossiês e os pesquisadores do IEA as fazem. Os temas têm que ter um objetivo claro, fundamentação intelectual e acadêmica e depois vem o trabalho dos pareceristas. Há também as efemérides, por exemplo: 200 anos da Independência, 100 anos da Semana de Arte Moderna, 100 anos da morte de Max Weber, 100 anos do nascimento do Celso Furtado, e assim por diante. Por fim, algumas questões que estão sempre presente no debate: a Universidade, a ciência, os desafios da educação, as eleições”.³¹

O jornalista Dario Luis Borelli é editor assistente da revista *Estudos Avançados* desde fevereiro de 1990, quando foi designado pelo então diretor do IEA Jacques Marcovitch para assistir o professor Alfredo Bosi, conforme ele conta, detalhando seu trabalho e tarefas para realizar a revista juntamente com a secretária editorial Marli Pedro: “De lá para cá, passaram-se quase 34 anos, período que respondi pela produção editorial e gráfica de 100 edições de *Estudos Avançados*, concebendo dossiês, realizando entrevistas e redigindo notas e compêndios, solicitando e recebendo originais para publicação, coordenando os trabalhos de tradução, preparação de originais e revisão de provas, selecionado imagens (fotografias e infográficos) a serem utilizadas como ilustração, diagramando os originais de acordo com o projeto gráfico desenvolvido em parceria com o designer Fred Jordan, paginando cada nova edição, elaborando capas, encaminhando os arquivos à gráfica e ao SciELO, zelando pelo processo de impressão e acabamento, pensando o lançamento e fazendo a divulgação, e atualizando os catálogos impresso e digital”.³² Borelli elaborou o projeto de credenciamento de *Estudos Avançados* no Programa de Apoio às Publicações Periódicas da USP, também o projeto de inclusão da revista na biblioteca eletrônica mantida pelo SciELO (Scientific Electronic Library Online), em 2004, e, ainda, o projeto de inclusão da revista na biblioteca eletrônica Scopus, em 2006, mantida pela Elsevier, além de ter desenvolvido um método específico de monitoramento constante de um conjunto de indicadores de *performance* da revista no SciELO, o que tem fornecido aos editores subsídios para o incremento da política editorial.



Capa da revista *Estudos Avançados*, 2020.

Em texto de 2021, ao lembrar a presença de Alfredo Bosi, que dirigiu a revista entre 1989 e 2019, Borelli citou os números expressivos da publicação nesse período: 91 edições; 2.148 artigos publicados; 2.476 autores; 31.488 páginas; 202 mil exemplares impressos; e 50 milhões de acessos aos artigos nas bases de dados. Conforme seu depoimento: “Em termos de conteúdo, nos revelam uma íntima conexão com o IEA – como este, as edições e os dossiês buscaram estimular uma *prática transdisciplinar*, que a especialização em todos os ramos do conhecimento torna cada vez menos factível –; e o propósito de secundar um dos desígnios centrais do Instituto: *pensar o Brasil*, conhecer a fundo o seu presente para ajudar a construir o seu futuro. O professor Alfredo Bosi costumava dizer que os valores de justiça e democracia de uma nação não se proclamam sem que se proceda a uma análise objetiva das condições materiais e culturais em que vive o seu povo. Por isso buscava produzir como autor e transmitir como editor conhecimentos que revelassem e fizessem entender melhor o que chamamos, em sentido lato, a realidade brasileira: as suas conquistas, os seus impasses, as suas contradições. A ideia era e continua sendo que saibam o que é o Brasil, o que ele pensa e o que ele faz. Principalmente o que ele faz. [...] Ele acreditava que as edições e os dossiês publicados ou em vias de publicar na revista entendiam ser radiografias de nossa existência material e simbólica. Nesse sentido, a vinculação com um Instituto Superior de Pesquisa, criado com propósitos nitidamente multitransdisciplinares, conferia ao periódico uma característica singular que o tornava, em alguns aspectos, diferenciado em relação a outras publicações de cultura geral”.³³

A Comunicação do IEA

Na gestão de Paulo Saldiva, o IEA firmou parceria com o *Jornal da USP* e a Faculdade de Medicina para a criação de um programa diário matinal na Rádio USP, o *Jornal da USP no Ar*. A ideia surgiu da necessidade de aprofundar temas urgentes no dia a dia, com extensas entrevistas com especialistas da USP. “O IEA é uma unidade pequena, mas tem visibilidade e mais citações na mídia que muitas unidades da USP. A revista também tem uma repercussão importante. Na rádio é possível ter uma visão mais detalhada, mais aprofundada dos temas atuais no tempo que uma rádio universitária pode ter”, conta Saldiva.³⁴

O site do IEA, longe de constituir apenas uma interface institucional, é uma dinâmica plataforma de notícias das atividades do Instituto e, por extensão, uma importante amostra das ações da USP. Todo o conteúdo publicado nas redes sociais do Instituto tem uma versão mais completa ou correspondente no site. “Reunimos vídeos, imagens, textos de qualidade, publicações. Não é um site estático e que se propõe apenas a entregar conteúdo institucional. Seguimos os princípios do jornalismo, ao darmos destaque ao que interessa ao público. Nossas ações de promoção da imagem da instituição são pontuais e calculadas”, conta a jornalista Fernanda Cunha Rezende, chefe da Divisão de Comunicação do Instituto, acrescentando: “Em 2022, 1,4 milhão de usuários acessaram o site. Nosso YouTube tem mais de 27 mil inscritos, o Facebook soma 16 mil seguidores e o Instagram, mais de 10 mil. Também temos Twitter, com quase 5 mil seguidores, e LinkedIn, com o qual os pesquisadores podem se associar. Orientados pela Lei Geral de Proteção de Dados, só enviamos e-mails para o público que se cadastrou em nosso site. Hoje, nosso *mailing* ultrapassa 23 mil inscritos. Eles recebem o boletim mensal e bilíngue do IEA e os convites de eventos relacionados às áreas de interesse que selecionaram no

momento do cadastro. Quando o poder público é informado sobre o que está sendo pesquisado e discutido aqui, pode encontrar no IEA uma referência para criação de políticas públicas. Não raro há representantes de diversos níveis do governo em nossos eventos ou como convidados dos grupos de pesquisa. Mas creio que não há esforço de mídia que tenha sucesso se a pesquisa não for de qualidade. É uma engrenagem”.³⁵

A equipe é enxuta, formada por três jornalistas, incluindo Fernanda Rezende, uma técnica que cuida da edição de imagens, Leonor Calasans, e dois estagiários, um de jornalismo e outro de editoração ou design. “Dedico atenção especial aos estagiários de jornalismo, trabalhando de perto a edição de seus textos. Sinto que saem daqui com um grande aprendizado e evoluem bastante em suas áreas”, conta Fernanda Rezende.

Ao avaliar o trabalho de comunicação no IEA, o jornalista Mauro Bellesa, que integra a equipe da Divisão de Comunicação, conta os desafios profissionais e pessoais de lidar com a comunicação no IEA: “A maior dificuldade sempre foi e sempre será adquirir conhecimentos suficientes nas áreas de ciência, tecnologia e cultura em geral para tratar dos temas abordados pelo Instituto. Evidentemente, isso exige alguma familiaridade com o método científico e com Filosofia, História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia. A divulgação científica, área em que me especializei na Escola de Comunicação e Artes da USP, onde também cursei Jornalismo, é uma área complexa e com grande crescimento desde os anos 1990, tanto na imprensa quanto em inúmeras instituições de pesquisa brasileiras. Acredito que isso se deveu ao aumento da produção científica brasileira nas últimas décadas, à maior quantidade de recursos financeiros envolvidos e à necessidade de prestar informações à sociedade sobre a aplicação dos recursos do contribuinte na atividade acadêmica. Do ponto de vista pessoal, minha trajetória de tantos anos no IEA contribuiu significativamente na

minha formação intelectual, dada a necessidade de acompanhar, divulgar e reportar eventos e trabalhos de diversas áreas, da Filosofia à Literatura, da Física básica à Psicologia, entre tantas outras disciplinas e áreas acadêmicas”.³⁶

No ano 2020, a Divisão de Comunicação do IEA assumiu uma nova atribuição, passando a atuar como uma pequena editora de livros dos pesquisadores do IEA. Sob a coordenação de Fernanda Cunha Rezende e com o trabalho de um estagiário de design ou editoração, o IEA publicou nos últimos três anos cerca de 20 livros produzidos internamente, resultados do trabalho de seus pesquisadores, além daqueles feitos em parceria com editoras externas, como a Edusp. “Funcionamos como uma pequena editora: recebemos a proposta de livro e encaminhamos para um parecerista. Em caso de retorno positivo, o livro passa por revisão e padronização, e somente depois é diagramado. O projeto gráfico é desenvolvido por nossa equipe. Depois vem a etapa de obtenção de registros etc., e finalmente o livro está pronto, seja para impressão ou para publicação em meios digitais”, explica Fernanda Rezende. Todas as obras lançadas pelo IEA nos últimos anos estão disponíveis no Portal de Livros Abertos da USP e algumas integram catálogos internacionais, como o da Biblioteca do Congresso Americano. “É muito satisfatório ver a pesquisa realizada no IEA materializada em um livro. Sinto que é um produto concreto e mais um retorno da USP à sociedade, principalmente por serem os livros de acesso aberto”, diz a jornalista.

A área também é responsável pela manutenção das redes sociais, por todos os produtos gráficos produzidos no IEA (de papelaria a painéis, passando pela criação de logotipos), pelo registro fotográfico dos eventos e pela produção do relatório anual, todos disponíveis no site e uma fonte de informação histórica. “No meu segundo ano na Divisão de Comunicação, em 2016, tive a ideia de criar relatórios de atividades que fossem

mais amigáveis e atraentes. Esse é um produto naturalmente difícil de ser consumido, mas acredito que textos fluídos sobre os temas em destaque aliados a um design que lembra o de revistas jornalísticas pode aumentar o interesse”, explica Fernanda Rezende. Para ela, uma das vantagens de se trabalhar no IEA é a possibilidade de criar. “Aqui podemos participar ativamente de muitas ações e temos a porta aberta para propor mudanças e novos projetos. Com o diretor Paulo Saldiva, por exemplo, até um documentário eu produzi e dirigi. É uma unidade dinâmica, que nos desafia. Os diretores nos ouvem e nos dão autonomia para decidir o que devemos publicar ou como as atividades de comunicação devem ser feitas. Essa confiança no nosso trabalho e formação é fundamental”, diz.

Documentários e podcasts do IEA

Nos últimos anos, o IEA passou a criar conteúdo em novas plataformas. Desde 2014, foram produzidos oito documentários e três podcasts. O projeto “Cartografia de Direitos Humanos”, promovido pela Cátedra Unesco de Educação para Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância em 2014, gerou um documentário de mesmo nome com depoimentos e imagens de lugares de São Paulo que sediaram lutas e conquistas pelos direitos humanos. Participaram do filme jornalistas, militantes sociais e ativistas que vivenciaram a luta por esses direitos.

A Intercontinental Academia deu origem a três documentários, um sobre a fase 1, realizada em 2015 em São Paulo; outro sobre a fase 2, que aconteceu em Nagoia, no Japão; e um terceiro que trata das duas etapas e faz um balanço geral. Os vídeos são resultado do trabalho de uma equipe de jovens cineastas, que acompanharam todas as etapas do projeto.

O filme *Dis’Mobilidade Urbana*, de 2017, trata do acesso ao maior complexo hospitalar da América Latina, o Hospital



Treinamento
de bolsistas da
Cátedra Olavo
Setubal de Arte,
Cultura e Ciência,
2019.

das Clínicas (HC) da USP. Com produção do IEA e da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), em parceria com o HC e a Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP, o filme mostra as dificuldades de locomoção e transporte que envolvem a região do HC e como isso afeta seus pacientes, especialmente aqueles que têm mobilidade reduzida.

A linguagem documental também foi utilizada pelos professores participantes do Programa Ano Sabático. “Dinâmicas, flutuações e pontos cegos” é resultado da pesquisa que Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira realizou em 2016 no IEA. Com direção da cineasta Priscila Lima, o filme dá voz às pessoas dos coletivos culturais e busca evidenciar “a potência” de suas obras. A obra sintetiza seis horas de entrevistas gravadas com artistas, produtores culturais, gestores e pesquisadores.

“Periferias insurgentes” foi organizado por Denis de Oliveira, pesquisador do Programa Ano Sabático no IEA em 2019. O projeto teve como objetivo construir um observatório das iniciativas de coletivos culturais periféricos na cidade de São Paulo, em particular os fomentados por programas oficiais da prefeitura municipal, verificando os processos de comunicação construídos por estas experiências e as relações institucionais



Pesquisadoras e estudantes do Grupo de Pesquisa nPeriferias, 2019.

desenvolvidas por estes grupos com organismos oficiais e as comunidades onde atuam.

Além desses, o IEA produziu internamente um vídeo institucional sobre sua história e atividades. O filme foi usado durante a Feira USP e as Profissões de 2020, ano em que a atividade foi realizada online devido à pandemia da Covid-19.

Os programas em áudio hospedados em plataformas próprias, os podcasts, também se tornaram espaço para produção de conteúdo relacionado à pesquisa feita no IEA. “Fabulações da família brasileira”, hospedado no Spotify, e “Em movimentos”, no Sound Cloud, são frutos do trabalho das pesquisadoras sabáticas Belinda Mandelbaum e Marcia Gobbi, respectivamente. Já o “Da bancada à prateleira”, também no Spotify, é produzido pelos pesquisadores do Núcleo Jurídico do Observatório da Inovação e Competitividade (OIC) do IEA.



8

Gerar evidências para formular
políticas públicas, centros de síntese
e escrita coletiva (2020-2023)

PÁGINA ANTERIOR

Roseli de Deus Lopes, Eduardo Saron, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Maria Alice Setubal, Martin Grossmann e Guilherme Ary Plonski, na posse de Conceição Evaristo na Cátedra Olavo Setubal.

O IEA celebra seus 38 anos, em 2024, incluindo os polos de São Carlos e de Ribeirão Preto (com o terceiro polo, de Piracicaba, em fase de ativação), com cerca de 40 diferentes grupos de pesquisa, grupos de estudo, cátedras, convênios, núcleos de apoio à pesquisa, dois centros de síntese, o Programa Ano Sabático e um expressivo número de pesquisadores e pós-doutorandos vinculados aos diversos projetos. Com isso, além de reunir professores eminentes e com carreiras estabelecidas, o Instituto está atraindo cada vez mais docentes e estudantes em processo de consolidação de suas carreiras e vocações, “mesclando sabedoria com energia, experiência e sonho”, conforme relatório institucional.¹

“Vejo a missão do IEA como a de estabelecer conexões, pontes e valorizar e potencializar o que a Universidade realiza, experimentar novos modelos de pesquisa e colocar o conhecimento produzido à disposição da universidade, da sociedade civil, do governo e dos órgãos públicos”, afirma o diretor Guilherme Ary Plonski, acrescentando: “Também procuramos áreas prioritárias para estabelecer um olhar de transformação sobre a forma de produzir o conhecimento e o papel da Universidade nesse processo. A pergunta é como se faz a pesquisa que melhor se relaciona com a sociedade ampla, no sentido de responder às demandas e produzir efeitos positivos. O IEA

mantém uma pluralidade de modelos de pesquisa, como centros de síntese, cátedras, programa sabático, e está sempre em busca de novos modelos. É uma característica do IEA a de se transformar e ajudar a Universidade a se transformar, pensar, trabalhar e agir de forma diferente e, se conseguir fazê-lo, esta seria uma forma de avaliar a sua própria atividade”.²

A vice-diretora Roseli de Deus Lopes enfatiza o lugar e o papel de articulação realizado por meio de diversas parcerias: “Temos muitas iniciativas no IEA e diferentes formatos de grupos de pesquisa, sendo que cada um é mais adequado para cada uma das temáticas, e muitas delas inclusive são coordenadas por pessoas que não são docentes da Universidade de São Paulo. Por quê? Porque essa coordenação tem que ser feita por quem melhor naquele momento possa estar realizando as articulações para viabilizar as parcerias, os estudos. Essa é uma característica muito interessante. Na gestão do Instituto, todos os dirigentes ao longo do tempo fizeram um trabalho incrível e a experiência do professor Ary Plonski na área de inovação tem feito com que nós intensifiquemos as parcerias, melhoramos a articulação dentro do próprio Instituto para elaborar propostas de maior envergadura para a Fapesp e para outras entidades de financiamento. Então temos elaborado um trabalho que, para mim, está sendo uma escola importante, junto ao professor Plonski”.

A exemplo dos diretores anteriores, o atual e o ex-diretor do IEA transitam por diversas áreas acadêmicas e têm larga experiência em gestão de instituições e projetos. Guilherme Ary Plonski foi vice-diretor do IEA na gestão de Paulo Saldiva. É professor titular do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e professor associado do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica. Foi coordenador científico do Núcleo de Política e Gestão Tecnológica e é vice-coordenador do Centro



Guilherme Ary Plonski e Roseli de Deus Lopes, que assumiram a diretoria e a vice-diretoria do IEA em 2020.

de Inovação da USP. Foi diretor superintendente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) e presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec).

Roseli de Deus Lopes, que assumiu como vice-diretora em 2020, é professora da Escola Politécnica, coordenadora dos programas PreIC, Pibic e Pibiti, vinculados à Pró-Reitoria de Pesquisa, e vice-coordenadora do Centro Interdisciplinar em Tecnologias Interativas (Citi) da USP. Concebeu e implantou a Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace), da qual é coordenadora-geral. Foi vice-diretora e diretora da Estação Ciência e coordenadora acadêmica do programa “A USP e as Profissões”, ambos vinculados à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária.

Roseli de Deus Lopes é a primeira mulher a assumir a vice-diretoria do IEA, que nunca teve uma mulher como diretora. “No ambiente acadêmico brasileiro e especialmente em algumas áreas e na gestão, há uma franca predominância de homens e de homens brancos, isto é muito marcante. Em algumas áreas, como as engenharias, eu estou numa escola que é centenária, a professora Liede Bernucci foi a primeira vice e na sequência eleita diretora. Mas por quê? Será que nós não

tínhamos professoras competentes? No IEA e em outras unidades, quando montamos a programação de um evento, temos pedido para que os coordenadores prestem mais atenção à diversidade em todos os sentidos, e principalmente em relação às temáticas que estão sendo abordadas, porque não é que não existem pessoas qualificadas para serem chamadas, é que, como a quantidade de pessoas com determinado perfil é muito maior, a tendência é que se reforce isso”.

O que caracteriza o IEA, mais do que a lista e a diversidade de grupos, projetos, convênios e número de professores e pesquisadores envolvidos em seu dia a dia – o que pode ser consultado em seu site³ –, é a sua capacidade institucional de agregar pesquisadores acadêmicos de todas as áreas do conhecimento e os mais diversos profissionais dos setores público e privado e de organizações sociais; a sua permeabilidade para escutar, receber, sistematizar e devolver proposições relevantes para a sociedade; a abertura para pensar criticamente as estruturas de poder e modalidades de produção acadêmica da própria Universidade e a sua relação com outras esferas da sociedade mais ampla; o ambiente de pesquisa e de troca de ideias que o IEA proporciona como um espaço para o desenvolvimento de projetos de natureza inter e transdisciplinar; o espírito colaborativo, tolerante e cooperativo que marca o trabalho das pessoas e dos grupos; a capacidade de incluir de forma rápida novos focos temáticos em todas as áreas do conhecimento e a flexibilidade e adaptabilidade para receber diferentes projetos de pesquisa, inclusive os inovadores e os que fazem avançar questões do ensino e da própria Universidade; a possibilidade de receber projetos com formatos de organização que se transformam ao longo do tempo; a permanente realização de seminários abertos e transmitidos virtualmente, o que permite acompanhar os trabalhos desenvolvidos e os debates em torno deles e, ainda, a qualidade e o comprometimento da



Hall da atual sede do IEA.

equipe profissional, a agilidade de suas ferramentas de trabalho e a permanente interface de comunicação e transparência com a sociedade.

Cada uma dessas características do IEA, acima referidas, vem sendo detalhada neste livro a partir de exemplos concretos de projetos concluídos ou em andamento. Pelo volume de grupos em atividade, são indicados alguns casos que ilustram e esclarecem a atuação do Instituto e o seu modo de funcionamento ao se aproximar de sua quarta década de história. Os projetos em andamento no IEA, sem excluir algumas pesquisas que podem ser consideradas estritamente teóricas, são preponderantemente voltados ao embasamento e à proposição de políticas públicas. Igualmente importante é que a variedade de arranjos de funcionamento e de modelos de trabalhos dos grupos permite a experimentação e o desenvolvimento de novas ideias e formatos de gestão dos próprios projetos. Ou seja, o Instituto tornou-se também, em parceria com outras instituições e agências, como a Fapesp, um lugar de experimentação produtiva de modelos de gestão do conhecimento e de projetos para embasar políticas públicas.

As parcerias externas à universidade são fundamentais para o IEA. “Entendemos que o trabalho coletivo, construído por meio de parcerias, é potente em muitas dimensões: na aproximação e articulação dos diferentes saberes, na busca conjunta de soluções para situações complexas e no diálogo reflexivo. Os caminhos para a educação básica e a cultura no país passam, necessariamente, pela atuação com e para as pessoas, articulando saberes e dialogando de forma empática com diferentes agentes da sociedade. Por isso, nosso foco é, sobretudo, contribuir com ações e programas que incidam em políticas públicas emancipatórias e viabilizadoras de mudanças estruturais na educação. É diante dessas perspectivas que valorizamos e acreditamos na parceria entre Fundação Itaú e IEA-USP”, destaca Eduardo Saron, atual presidente da Fundação Itaú.⁴

“As cátedras mobilizam diferentes áreas do conhecimento e articulam teoria e prática. Assim, há mais facilidade para encontrar soluções para lidar com as complexidades inerentes às questões da educação e da cultura. No campo da educação, a Cátedra Alfredo Bosi tem aproximado a universidade com a comunidade escolar – condição primordial para o fortalecimento das políticas. Já no âmbito cultural, a Cátedra Olavo Setubal tem construído um vasto legado por meio de reflexões que perpassam a gestão cultural e discussões transversais sobre arte e ciência. Assim, conseguimos unir equipes colaborativas, parcerias consistentes e dialogar, de forma empática, com diferentes agentes da sociedade. Vale destacar que Itaú Social e Itaú Cultural compõem a Fundação Itaú, instituição que tem o espírito público como identidade norteadora. Desse modo, a parceria reitera o propósito de atuação com e para as pessoas da Fundação Itaú: conjunta e colaborativa. Afinal, trabalhar para a garantia dos direitos educacionais e culturais dos brasileiros é uma responsabilidade de toda a sociedade”, acrescenta Saron.

O funcionamento do IEA espelha o de uma unidade da USP, mas com algumas singularidades. O Conselho Deliberativo do IEA, que exerce funções similares às de uma Congregação de unidade, é um colegiado central na vida do Instituto. Decide sobre a criação e a instalação de qualquer grupo de pesquisa, convênio a celebrar e outros temas relevantes. Além disso, o Conselho tem a função estratégica de analisar e avaliar os resultados e pensar os horizontes para os próximos anos, função que está sendo recuperada e reforçada de forma mais sistemática.

A Comissão de Pesquisa e Inovação realiza a avaliação e o acompanhamento dos projetos. “Sem a Comissão de Pesquisa, a máquina do IEA para. O IEA precisa de uma Comissão de Pesquisa de acordo com o seu formato, já que não tem professores nem alunos”, afirma o diretor. “A Comissão de Pesquisa é um órgão muito sensível dentro do IEA, porque a atividade de pesquisa é central no Instituto, que é basicamente um Instituto de pesquisa e disseminação de conhecimento”, relata Elizabeth Balbachevsky, professora de Ciência Política da FFLCH e presidente da Comissão de Pesquisa, que prossegue: “A Comissão vem ganhando cada vez mais centralidade dentro das ações estratégicas do IEA, que se consolida como espaço para projetos transversais, mais do que inter e transdisciplinares, no sentido de que se produz conhecimento que não é restrito a nenhuma linha disciplinar, mas mobiliza competências de diferentes áreas. É um lugar por excelência para pesquisas básicas e aplicadas simultaneamente, sem um entendimento redutor e equivocado sobre os conceitos de básico e de aplicado. Uma pesquisa aplicada não significa que ela não avance o conhecimento. Pode ser simultaneamente uma resposta a um problema social, físico e real e faz avançar o nosso entendimento. Este tipo de pesquisa – que cruza fronteiras e tem dificuldade de ser bem acolhida nos departamentos e unidades que têm

estrutura de governança mais tradicional e seguem o desenho das grandes disciplinas – encontra dentro do IEA o espaço para se organizar e frutificar. Temos demandas crescentes de novos grupos, questões, novas emergências, isso faz com que o trabalho da Comissão venha ganhando uma grande dimensão e, com isso, temos um processo mais elaborado de avaliação dos projetos, que devem ter aderência acadêmica e societal”.⁵ O vice-presidente da Comissão de Pesquisa é Alcindo Aparecido dos Santos, professor do Instituto de Química.

Em 2023, o IEA criou uma base local da Ouvidoria da USP e convidou Adriana Alves, professora do Instituto de Geociências, para ser a primeira ouvidora do Instituto. Esta nova função também tem como objetivo assegurar um ambiente de trabalho que garanta o respeito a todos os grupos participantes.

A equipe profissional do IEA está preparada para lidar com todos os formatos de trabalho, procurando agilizar o dia a dia e as conexões necessárias. O desenho das salas e as ferramentas virtuais permitem reuniões efetivamente híbridas, presenciais e a distância, o que está incorporado ao funcionamento dos grupos. A área de comunicação do Instituto, com o site e outras mídias, proporciona não apenas visibilidade aos trabalhos, mas cria uma dinâmica em que transparência e comunicação para a sociedade em geral são partes inerente ao trabalho e não uma etapa a cumprir ao final. Esses aspectos da equipe e da infraestrutura do IEA não são apenas um complemento das ações do Instituto, mas parte de sua missão e de seu modo de funcionamento. “O IEA oferece o ambiente e uma importante infraestrutura em termos de divulgação, com o site, a revista, a publicação de ensaios e a possibilidade de produzir textos de síntese e serem encaminhados para a imprensa. O IEA não é uma unidade de ensino, mas tem infraestrutura, assume cada evento, organiza bem, trabalha a sua dinâmica e o divulga”, destaca a professora Wanda Maria

Risso Günther, atual coordenadora do Centro de Síntese USP Cidades Globais.⁶

Nesse período, o IEA lançou o número 100 da revista *Estudos Avançados*, destacando temas como o impacto da pandemia de Covid-19 e textos sobre Florestan Fernandes e Celso Furtado (100 anos do nascimento de ambos), além de artigos sobre Max Weber (100 anos da morte) e Beethoven (250 anos do nascimento). “Este é um número de comemorações. Desde a criação da revista *Estudos Avançados*, em 1987, publicação quadrimestral, chegamos ao 100º número sem nenhuma interrupção. Mantivemos, ao longo dos anos, sua linha editorial. A partir de investigações e ensaios produzidos por pesquisadores da USP e colaboradores vinculados a outras Universidades e centros de pesquisa, *Estudos Avançados* nasceu com o propósito de focalizar nossa contemporaneidade e os desafios que o presente propõe para a consolidação de sociedades mais justas e com qualidade de vida”, escreveu Sergio Adorno, editor da revista, no editorial dessa edição, que conclui assim: “Este número é dedicado ao Professor Alfredo Bosi quem assegurou por três décadas (de janeiro de 1989 a agosto de 2019) a preservação deste patrimônio da USP e do IEA que é a revista *Estudos Avançados*. Agradecimentos especiais a Dario Luis Borelli e sua equipe pela enorme disposição em manter a qualidade das edições”.

Os diferentes tempos de maturação dos projetos

O formato do IEA proporciona o tempo necessário de maturação intelectual e institucional para o desenvolvimento de projetos inovadores e de grande envergadura, como no caso do trabalho do Grupo de Pesquisa Amazônia em Transformação: História e Perspectivas, o processo de criação da Escola de Negócios para a Floresta Tropical (Rainforest Business School) e

do Instituto de Tecnologia da Amazônia, integrantes do programa Terceira Via Amazônica - Amazônia 4.0. O IEA garantiu o espaço institucional para que o grupo tivesse o tempo necessário para se transformar e encontrar seu modelo de gestão e suas parcerias. Em iniciativas como essa, o Instituto, como ressalta a coordenadora Maritta Koch-Weser, funciona como uma incubadora dos projetos: “O IEA não aporta recursos diretamente, mas dá a base institucional e acadêmica de uma universidade com a importância da USP para o longo período que o desenvolvimento da ideia e do projeto requer em casos como esses. O IEA garante a continuidade intelectual, mantendo o grupo de pesquisa, a coordenação e as equipes agregadas”.⁷

Criado em 2009, o grupo tinha inicialmente o propósito de organizar um arquivo de estudos e projetos sobre a Amazônia e disponibilizá-los em um portal. A coordenadora Maritta Koch-Weser, antropóloga e ambientalista, tem uma longa trajetória em programas ambientais e de desenvolvimento: foi diretora para o Meio Ambiente / América Latina no Banco Mundial e é presidenta da ONG Earth3000. O perfil da coordenadora é exemplo da abertura do IEA a coordenadores de grupos que não são professores da USP. Koch-Weser mantinha um arquivo pessoal com cerca de 300 projetos e o próprio Banco Mundial não tinha estrutura para arquivar e preservá-los. Em conversas, entre outros, com Aziz Ab’Sáber, logo percebeu-se que esse era um desafio comum: organizar um arquivo que contasse a história dos projetos, incluindo os não realizados, de meio ambiente e desenvolvimento da Amazônia moderna. Porém, sem apoio naquele momento para este projeto, o grupo promoveu uma reorientação em seu percurso e passou a atuar em três novas frentes.

A Rainforest Business School, projeto que começou a ser formatado em 2013, é uma Escola de Negócios para a Floresta Tropical visando a formação de acadêmicos, executivos e



Maritta Koch-Weser apresentou o Pré-Estudo de Viabilidade para o Instituto de Tecnologia da Amazônia para a Bacia Amazônica, 2022.

empreendedores, promoção de pesquisa aplicada e idealização de novos instrumentos financeiros e modelos de negócios. O processo de crescimento sustentável da economia na Amazônia requer, entre outros, o desenvolvimento de um currículo multidisciplinar – uma especialização nos negócios baseados no aproveitamento sustentável da floresta. Com o nome de Rainforest Social Business School e a parceria da Universidade do Estado do Amazonas, a escola já começou a operar e contribuirá com uma estratégia de defesa da floresta tropical na medida em que ganhos sustentáveis com base em produtos da floresta-em-pé alcançarão os níveis competitivos dos ganhos de, por exemplo, o cultivo de soja ou a agropecuária.

Outra frente é o programa Terceira Via Amazônica-Amazônia 4.0, sediado no IEA, coordenado pelo climatologista Carlos Nobre, pesquisador colaborador do Instituto e único brasileiro membro da Royal Society, e com apoio financeiro da Fundação Arapyaú, que tem sido o enquadre para desenvolver a ideia dos Laboratórios Criativos da Amazônia. Esses deverão percorrer as comunidades florestais e ribeirinhas, cidades e universidades da região para promover a capacitação local, a experimentação de diversos produtos e serviços exclusivos e economicamente competitivos e atribuições de direitos de propriedade



Capa e página de miolo da publicação do estudo de viabilidade do Instituto de Tecnologia da Amazônia (ITAm ou, na sigla em inglês, AmIT), 2022.

intelectual. No futuro, funcionarão como plataformas de teste e conectarão as populações locais com o conhecimento tradicional. A execução e governança do projeto não deve ser dos pesquisadores, mas de uma Autoridade de Bioeconomia Amazônica, a ser criada. Pela proposta, essa nova instituição poderia ser fruto de uma parceria público-privada, sujeita a avaliações constantes de seu desempenho e resultados.

A ideia do Amazon Institute of Technology (AmIT), que tem o IEA como um dos proponentes, parte do programa Terceira Via Amazônica-Amazônia 4.0, nasceu em 2020 a partir do entendimento sobre a importância da criação de um instituto Pan-Amazônico, inspirado no Massachusetts Institute of Technology (MIT), com a premissa de que o conhecimento da Amazônia deve ser fundamentado na ciência e na tecnologia direcionadas à inovação para garantir a inclusão socioeconômica no desenvolvimento da própria região, observando os preceitos fundamentais da conservação ambiental. O projeto contém estudo de pré-viabilidade. A ideia foi concebida por Carlos Nobre, em conjunto com Maritta Koch-Weser, que mais tarde convidaram Adalberto Val, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e vice-presidente para a Região Norte da Academia Brasileira de Ciências. Para

a elaboração da pré-proposta, foi constituída uma equipe multidisciplinar em Manaus, que tem mantido diálogo com colegas de diversas instituições da região e do MIT. O AmIT se propõe a buscar soluções criativas envolvendo um olhar holístico e transdisciplinar para os problemas estruturais que resultem no desenvolvimento sustentável da região. As metas e propostas elaboradas pelo AmIT vão ao encontro das discussões atuais entre os países detentores das florestas e os doadores de recursos no contexto das agendas globais, como as estabelecidas nos sucessivos encontros da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP).

Uma “janela” que induz a colaboração

O Grupo de Estudos Espaço Urbano e Saúde, criado em 2016, citado como exemplo de atuação dos grupos do IEA, tem no Instituto as condições de tempo e a estabilidade que permitem a sua continuidade, ajustando o próprio formato do grupo, o foco de trabalho, as intervenções a realizar e assim por diante. “O IEA possibilita agregar pessoas de diversas formações, ter um espaço para convidar pessoas de fora da academia e elas vêm de forma mais fácil do que convidando a partir de um departamento da USP. O IEA proporciona a abertura para



Sã

Ligja Vizeu Barrozo faz a abertura do evento Saúde Urbana em Debate – Atributos Urbanos e Saúde do Coração, 2022.



Evento
“Espacialidades
Cotidianas do
Morar nas Ruas
de São Paulo em
Tempos de Covid-19
– Articulando
Pesquisa e Prática”,
2022.

a ponte entre a academia, a sociedade e o poder público, de forma eficiente, além de toda a estrutura e espaço que não temos no departamento, de uma equipe atenciosa que dá o apoio, a página conectada, o suporte de divulgação. É uma janela que naturalmente induz a colaborações com as pessoas de fora da universidade. E a sua visibilidade torna mais público o que fazemos, como os seminários, transmitidos ao vivo e gravados, é uma estrutura que não se encontra nas unidades na USP”, afirma Ligia Vizeu Barroso, professora de Geografia da FFLCH e coordenadora do Grupo Espaço Urbano e Saúde.⁸

O Grupo, formado por pesquisadores de áreas como geografia, urbanismo, cartografia, epidemiologia, atividade física e saúde, desenvolveu o projeto Iniquidades em Saúde e Contexto Geográfico (condições socioeconômicas e morfologia urbana), utilizando a ferramenta dos mapas para a identificação de iniquidades em saúde associadas ao contexto geográfico tendo como objetivo formular recomendações de políticas para reduzir as desigualdades em saúde, elaboração de artigos e outras publicações e sugestões para formulação de políticas públicas. Durante a pandemia, o Grupo uniu-se a outros parceiros para monitorar a ocorrência da Covid-19 por meio do Monitora-Clusters, para criar mapas que mostrassem a relação entre a

pandemia e a distribuição social da população nos bairros da cidade. Em 2022, o grupo organizou o 1º Colóquio Científico “Espaço urbano e saúde: um olhar sobre a população em situação de rua”. Em 2019, dados sobre o Cadastro Único de beneficiários de programas sociais apontaram que mais de 119 mil famílias estavam em situação de rua no Brasil, com uma concentração de cerca de 70% na região Sudeste. Já o censo antecipado pela prefeitura de São Paulo de 2021 quantificou quase 32 mil pessoas em situação de rua apenas na cidade, comparado a pouco mais de 24 mil em 2019.

A Ciência de Síntese

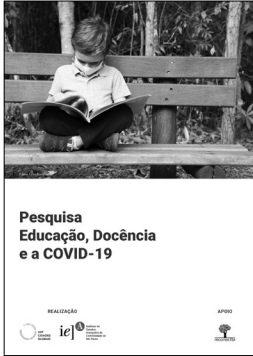
Atualmente dois grupos sediados no IEA se baseiam no conceito de Ciência da Síntese: Biota Síntese – Núcleo de Análise e Síntese de Soluções Baseadas na Natureza e o Centro de Síntese USP Cidades Globais. O Cidades Globais, conforme contado no capítulo anterior, nasceu como um programa e depois tornou-se Centro de Síntese. O conceito reúne em sua formulação e atuação um modelo que o IEA – e outros institutos e agências de fomento à pesquisa, como a Fapesp – foram amadurecendo ao longo de sua trajetória. Os dois Centros de Síntese encontram no IEA um desenho e uma cultura institucionais, como já mencionado, que permitem sediar e trabalhar com equipes multi e interdisciplinares de diferentes universidades, centros de pesquisa, governos e outros parceiros para subsidiar políticas públicas, em projetos que usufruem de diversas das características já referidas que definem o IEA, inclusive a experimentação de novas modalidades de gestão da pesquisa. O IEA proporciona a compreensão conceitual e as variadas ferramentas para o desenvolvimento destes trabalhos, incluindo o ajuste dos diferentes tempos e lógicas da pesquisa e da formulação de políticas públicas.



Coordenadores e
pós-doutorandos do
Centro de Síntese
USP Cidades
Globais, 2023.

Os dois centros são, portanto, núcleos multi e interdisciplinares, integrados por pesquisadores de universidades, órgãos e instituições públicos e privados e empresas no país e no exterior. A experiência tem demonstrado que são muito mais efetivos, em termos de sistematizar e avançar o conhecimento em direção ao embasamento e formulação de políticas públicas, os grupos de trabalho que integram de fato em suas atividades pesquisadores acadêmicos, técnicos e gestores de órgãos públicos e privados. Ou seja, não se trata de gerar documentos na Universidade e depois oferecê-los ao setor público ou privado, mas de incluir estes setores no processo de discussões e sistematização das pesquisas desde o início e ao longo de todo o processo.

Um estudo de natureza qualitativa utilizando o método de estudo de casos múltiplos, realizado por Luisa Veras de Sandes Guimarães em sua tese de doutorado na FEA, a partir de grupos de pesquisa e estudo sediados no IEA e que apresentavam diversidade de áreas do conhecimento e presença de integrantes do âmbito de políticas públicas, mostrou quais são os fatores importantes para que a pesquisa acadêmica gere mais impacto na sociedade.⁹ Maior interdisciplinaridade dos grupos, juntamente com a coprodução de conhecimento com atores do âmbito de políticas públicas, está associada a mais impactos



Capa e página
interna da
publicação
*Educação, Docência
e a Covid-19*, do
Centro de Síntese
USP Cidades
Globais.

do tipo instrumental, ou seja, com contribuições diretas para a tomada de decisão e definição do curso de ação, ou no desenvolvimento de políticas/programas. Nesse caso, o diálogo dos cientistas com a sociedade deve ser menos unidirecional (partindo da ciência para políticas públicas) e mais interativo (interação recíproca).¹⁰

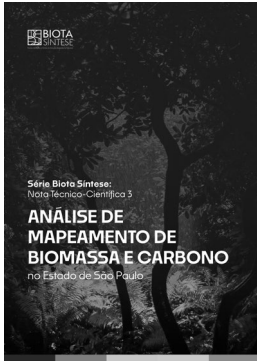
Essa composição dos grupos, conforme Sandes Guimarães, proporciona efetivamente: melhorias da compreensão da temática/problema em questão; melhorias do entendimento sobre o contexto histórico do problema; geração de novos insights sobre o tema; geração de novas perspectivas e pontos de vista; estruturação de formas alternativas para lidar com algum problema; estímulo ao debate e à troca de conhecimento entre diferentes atores e estímulo à reflexão sobre a temática.

O Biota Síntese – Núcleo de Análise e Síntese de Soluções Baseadas na Natureza, integrante dos Centros de Ciência para o Desenvolvimento da Fapesp, envolve 27 instituições: três secretarias estaduais, a prefeitura de São Paulo, três universidades públicas paulistas, duas das três universidades públicas federais existentes no estado, vários institutos de pesquisa paulistas e quatro organizações não governamentais da área ambiental. O coordenador do projeto é Jean Paul Metzger,

professor titular de Ecologia do Instituto de Biociências (IB) da USP e coordenador, desde 2014, também do Grupo de Pesquisa Serviços de Ecossistemas do IEA.¹¹ Gerido em conjunto com a então Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sima-SP), o Centro agrega instituições na tarefa de “reinterpretar e ressignificar o conhecimento científico disponível para inovar e buscar soluções para problemas complexos relacionados aos desafios da agricultura sustentável, restauração e economia de base florestal, controle de zoonoses e saúde em cidades, bem como ao desafio transversal da coprodução de políticas públicas”.¹²

Entre as questões que podem se beneficiar das Soluções Baseadas na Natureza, conforme os estudos do Biota Síntese, estão: agricultura sustentável e polinização; regulação e controle de zoonoses, e prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (como hipertensão, diabetes e doenças respiratórias crônicas) e de desordens mentais comuns (como crises de ansiedade e depressão) em cidades.¹³

“O IEA é um espaço de excelência para estudos interdisciplinares dentro da USP, possui a característica agregadora de trazer conhecimentos de áreas diferentes e de promover o diálogo entre os pesquisadores”, afirma Jean Paul Metzger, explicando: “Vejo isto no IEA e não em outros institutos ou dentro da nossa estrutura acadêmica usual, que está ainda em um padrão monodisciplinar, de pesquisas aprofundadas em determinados assuntos, mas sem necessariamente olhar para as interfaces e interseções entre os conhecimentos. O IEA é o espaço de olhar para o lado, conversar com os colegas e possibilitar a troca de conhecimentos e saberes. O nosso projeto é muito amplo e interdisciplinar, contando com pesquisadores de diversas unidades. O IEA é um lugar de convergência, tem a cultura, o espaço e inclusive a infraestrutura preparada para organizar reuniões e facilitar a comunicação entre os grupos.



Capas de produção científica do Biotia Síntese.

A característica principal de um projeto de síntese é juntar as pessoas para que elas consigam dialogar e ter novas e ideias e insights a partir deste diálogo. Esta característica de síntese se adequa completamente à infraestrutura e ao objetivo do IEA”.¹⁴ Não se trata apenas de agrupar e revisar dados científicos, mas de “uma metodologia que permite trazer um olhar inter e transdisciplinar para ressignificar dados já coletados, permitindo a geração de novas ideias, modelos, paradigmas e teorias”, completa Metzger. A ciência de síntese é uma abordagem de análise de dados ainda não usual no país, mas já utilizada nos Estados Unidos, no Canadá, na Europa e na Austrália, com resultados extremamente significativos e impactantes.

“Vejo estes projetos que envolvem a Fapesp e o IEA como grandes incubadoras de ideias novas, de novas hipóteses e de novos modelos a partir dos dados já existentes. A Fapesp financiando e o IEA proporcionando as condições para que estes projetos inovadores ganhem asas. O Biotia Síntese é o primeiro grande projeto temático sediado dentro do Instituto, é um modelo muito interessante com características aderentes aos objetivos do IEA e, assim, espero que seja o primeiro de muitos”, considera ainda Metzger.¹⁵ Segundo o coordenador, o Biotia Síntese é estratégico por diversos motivos.



Pesquisadores do Biota Síntese, coordenado por Jean Paul Metzger, 2022.

Na avaliação de Metzger: “Com este projeto, estamos dando um passo além dos já realizados, coproduzindo políticas públicas, juntando academia e pessoas que fazem as políticas públicas. O Biota Síntese é uma instituição de borda, conceito que se aplica a este contexto de interface de ciência e políticas públicas. Como instituição de borda, a função é usar o melhor dos dois mundos, intermediar o conhecimento, criar novos conhecimentos a partir da intersecção e da pesquisa transdisciplinar, participativa, de co-construção, facilitar a comunicação entre dois grupos, acadêmicos e não acadêmico, envolvendo ambos desde o início, visando o engajamento da ciência em problemas reais e atuais. Em geral a academia produz o conhecimento e depois o transmite, esta é a forma tradicional. Estamos rompendo com este modelo e envolvendo todos os atores desde o início, isto é novo no âmbito do IEA, inovando em política pública, na produção deste conhecimento. Nosso objetivo é que o Biota Síntese se torne independente em cinco anos e faça a intermediação entre o setor público e o acadêmico. O ideal seria termos um *staff* mais fixo, pesquisadores que permanecessem por um tempo mais longo se dedicando de forma mais exclusiva ao IEA. A convivência diária é importante para sedimentar os conhecimentos e as interfaces e para o desenvolvimento do projeto. Este é um desafio a ser construído ao longo do tempo”.¹⁶

Conforme Glauco Arbix, professor de Sociologia da FFLCH, ex-presidente do Ipea e da Finep e coordenador geral do Observatório de Inovação e Competitividade do IEA entre 2007-2011: “O IEA foi extremamente importante, continua sendo e vai ter uma importância cada vez maior. Os diretores do IEA que tiverem a percepção e sensibilidade sobre esta importância vão ser os mais exitosos e, ao mesmo tempo, os mais combatidos. Modernizar efetivamente a universidade não é comprar novos equipamentos, é ter olhares metodológicos novos e diferenciados, este é o lugar da USP. Quando a USP renuncia a isso quem perde é a Universidade, o sistema de pesquisa e o País. O IEA tem que ser a vanguarda deste processo. Muitos trabalham com políticas públicas na USP e no país, mas o conhecimento tem que ter foco e é preciso fazer uma ciência de impacto econômico e social. Isto não significa em absoluto dirigir ou reduzir a atuação científica e a liberdade de pesquisa. Curiosidade e livre pensamento são fundamentais. Mas parte da Universidade tem que estar mais sintonizada com as carências na sociedade, isto é fundamental e a sintonia tem que ser mais fina. Não se trata de o governo interferir na nossa pauta, mas de nós interferirmos na pauta governamental e das políticas públicas para entrar em conexão mais íntima com as necessidades do país e elevar o patamar de impacto. Este tipo de postura é fundamental. O grupo coordenado pelo professor Jean Paul Metzger é um exemplo desta conexão. Modernidade é estar em sintonia com as mudanças muito fortes que o ambiente científico e o novo ciclo de conhecimentos e transformações tecnológicas estão trazendo para o mundo. Temos que ter um núcleo especializado em fazer seleção de competências dentro da USP e que possa abrir canais para que pessoas com este perfil se desenvolvam. Nossos alunos não são estimulados nesta direção”.¹⁷

Inovação em Avaliação Educacional

A existência no IEA de três cátedras dedicadas à educação básica evidencia a importância que USP e Instituto dão à educação básica como missão original e que deve seguir sendo central dos objetos da própria Universidade. Em 2023, no polo IEA-Ribeirão Preto, em parceria com o Instituto Ayrton Senna, foi lançada a Cátedra Instituto Ayrton Senna de Inovação em Avaliação Educacional. A mais nova cátedra voltada à educação tem como objetivo pesquisar e debater o papel da avaliação no sistema educacional brasileiro e propor melhorias baseadas em evidências para nortear as políticas públicas neste campo. A definição e implantação de sistemas de avaliação tem sido fundamental para aprimorar o ensino e as políticas públicas, com a implantação da Base Nacional Comum Curricular, do novo Ensino Médio, as novas propostas curriculares implementadas no país e a avaliação da educação superior.

A Cátedra tem a duração de quatro anos e sua primeira titular é a professora Maria Helena Guimarães de Castro, socióloga e mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que já esteve à frente de órgãos como a Secretaria de Educação do estado de São Paulo, a Fundação Seade, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e, mais recentemente, do Conselho Nacional da Educação. Atualmente é presidente da Associação Brasileira de Avaliação Educacional (Abave). Foi presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) entre os anos 1995 e 2002.¹⁸ Ela destaca que um de seus objetivos é mobilizar diferentes atores, como secretários de Educação, diretores de escola e integrantes da sociedade para deixar claro que a avaliação é um instrumento de diagnóstico para mostrar como estão as escolas e o que se pode fazer para melhorá-las. “A inovação em avaliação é justamente



Maria Helena Guimarães de Castro assume a Cátedra Instituto Ayrton Senna no polo IEA Ribeirão Preto, 2023.

poder entender que avaliação é um processo em permanente mudança e cada vez mais nós estamos falando de uma inovação conceitual, metodológica e tecnológica. Como a inteligência artificial vai, de fato, influenciar as avaliações? Eu acho que por aí você já tem uma estrada fantástica e que nós ainda não conhecemos”, afirma a titular.¹⁹

Evidenciando a importância e o prestígio da nova cátedra do IEA, em seu evento de lançamento, na USP de Ribeirão Preto estiveram presentes o reitor da USP, Carlos Gilberto Carlotti Junior; a presidente do Instituto Ayrton Senna, Viviane Senna; o prefeito de Ribeirão Preto, Duarte Nogueira; o presidente do Inep, Manuel Palácios; o presidente do Conselho Nacional de Educação, Luiz Roberto Liza Curi; o coordenador do polo do IEA em Ribeirão, Antonio José da Costa Filho; e o titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do mesmo polo, Mozart Neves Ramos. No evento de abertura, o diretor do IEA, Ary Plonski, lembrou a importância do tema da Educação Básica na história e na trajetória do IEA e destacou que Instituto Ayrton Senna e IEA têm fundamentos comuns: “Ambos nascemos de sonhos generosos, que se materializaram em instituições transformadoras. O saudoso Ayrton Senna sonhava com um país onde todos tivessem a oportunidade de serem



Espaço cultural
do Polo do IEA em
Ribeirão Preto.

vitoriosos no que quisessem. Em 1994, a família Senna, liderada pela Viviane, em poucos meses converte o luto pela perda trágica do Ayrton no Instituto que leva esse sonho adiante e se torna uma referência na transformação da realidade brasileira por meio da educação. O professor José Goldemberg sonhava com novos tempos para a Universidade, superando o obscurantismo dos anos da ditadura, abrindo-a à sociedade ampla e ao mundo, e rompendo o isolamento institucional e de pensamento que as unidades e os departamentos viviam em seu cotidiano. Ao assumir a Reitoria da USP, em 1986, estabelece um grupo de trabalho para pensar um IEA e, poucos meses depois, cria o Instituto, com a incumbência de ajudar a Universidade a ser mais porosa e permeável. O desafio da educação rapidamente sobressai na agenda do recém-nascido IEA. Forma-se o Grupo Educação e Constituinte, para acompanhar e discutir as propostas formuladas pela Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte e, também, participar do seu processo decisório. O grupo é coordenado por Alfredo Bosi, que se tornaria um pilar do Instituto, como seu diretor e editor por mais de duas décadas da revista *Estudos Avançados*. A atenção que o saudoso professor Bosi sempre deu à causa da educação é reconhecida pela atribuição do seu nome à Cátedra

de Educação Básica que o IEA opera, em parceria com o Itaú Social. A importância de políticas públicas adequadas para a educação, em particular nas cidades de médio porte, leva o dinâmico polo do IEA em Ribeirão Preto a focalizar nesse tema a Cátedra Sérgio Henrique Ferreira, que conta com o apoio do Santander Universidades. Os avanços expressivos alcançados em pouco tempo por essa Cátedra, mesmo com as severas limitações sanitárias, sob a liderança magnífica do professor Mozart Neves Ramos, são igualmente conhecidos e reconhecidos”.

O polo do IEA em Ribeirão Preto sedia outra cátedra dedicada à Educação Básica: a Cátedra Sérgio Henrique Ferreira, primeira cátedra do IEA no interior do estado, instituída em 2020, na gestão de Paulo Saldiva no IEA, com patrocínio do Santander Universidades, conforme vimos no capítulo passado.

Licenciatura Interdisciplinar

Em 2022, a primeira Cátedra dedicada à educação do IEA, a Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica, com apoio da Pró-Reitoria de Graduação da USP (PRG-USP) e seguindo o modelo do Curso de Graduação em Ciências Moleculares da própria USP, convidou docentes da USP a participarem como pesquisadores associados no Projeto Licenciatura Interdisciplinar em Ciências (LIC) – para implantar uma nova licenciatura na forma de um “curso experimental”. O projeto LIC faz parte de proposta maior apresentada por uma rede institucional composta por USP, UFABC e UniSantos, vencedora do Edital SEB/MEC 35/2021.

A LIC, quando aprovada, oferecerá *até 80 vagas/ano com opções de habilitação em Ciências da Natureza, Matemática, Ciências da Aprendizagem e Letras/Português*, que devem ser oferecidas como segunda licenciatura para professores da rede básica. A proposta prevê o ingresso na LIC de quatro modos:

estudantes primeiranistas da USP, cuja seleção segue os moldes do Curso de Ciências Moleculares (CCM), realizada no final do primeiro semestre de cada ano dentre estudantes regulares de qualquer curso de graduação das unidades da USP; estudantes de outras licenciaturas, mediante integração curricular interna sem perda da matrícula original (promovendo dupla diplomação); segunda licenciatura para concluintes de outras licenciaturas USP e segunda licenciatura para professores das redes públicas de ensino básico (processo seletivo mediado pela Undime), com foco no Fundamental II.²⁰

Com esta Licenciatura Interdisciplinar, a Cátedra busca incentivar abordagens pedagógicas inovadoras para a formação de docentes para a Educação Básica, para experimentar arranjos curriculares criativos, modulares e flexíveis, em uma perspectiva de interdisciplinaridade, transversalidade e qualidade-equidade. O novo curso quer aproveitar soluções pedagógicas inovadoras já desenvolvidas em outros cursos da USP, como as licenciaturas em Ciências Exatas (Interunidades IFSC/IQSC/ICMC – USP Campus São Carlos), Ciências da Natureza (EACH – USP Campus São Paulo Zona Leste), Educomunicação (ECA – USP Campus São Paulo Butantã), Geociências e Educação Ambiental (IGc – USP Campus São Paulo Butantã), entre outras.

Parceria com o InovaUSP

Os projetos com o Centro de Inovação da USP (InovaUSP) constituem-se numa linha importante de trabalho do Instituto, incluindo o trabalho com a Licenciatura Interdisciplinar e o Biota Síntese. “A parceria entre o IEA e o Inova, que é uma plataforma da Universidade, tem o objetivo interdisciplinar de juntar pessoas de áreas diferentes para entender questões complexas e articular projetos inovadores voltados principalmente

para resolver problemas e produzir subsídios para aplicação em geração ou melhoria de políticas públicas”, afirma Roseli de Deus Lopes, vice-diretora do IEA, enfatizando: “Dois dos projetos desta parceria para os quais contribuímos são o Biota Síntese e a criação do curso de Licenciaturas Interdisciplinares em Ciências para formar professores, vinculado à Cátedra de Educação Básica do IEA; temos três espaços alocados para realizar experimentações que não sejam possíveis nas próprias unidades, tanto de layouts diferentes das salas de aula como manter uma sala de aula presencial conectada com uma sala de aula virtual, mas pensada para que as pessoas se sintam como se estivessem no mesmo lugar físico. Também vamos montar um laboratório para experimentar o que seriam modelos de laboratórios mais modernos para as escolas. Temos que produzir novos conhecimentos porque o mundo está avançando muito rápido, é preciso acompanhar as transformações e as novas necessidades; a escola onde estudamos não é mais igual, as pessoas e o ambiente estão diferentes e, portanto, as necessidades são diferentes. O projeto das Licenciaturas Interdisciplinares exige articulação com as próprias redes. O IEA já assinou uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e a União dos Dirigentes de Escolas Municipais para atividades conjuntas. O Instituto possui uma estrutura muito ágil para articular os que detêm o conhecimento, seja do ambiente acadêmico, da sociedade, das empresas, do poder público, e isso me encanta. No IEA ninguém está competindo com o outro, as pessoas estão lá porque encontram objetivos comuns”.²¹

Ao mesmo tempo, o IEA avançou na organização de reuniões em formato presencial e virtual, como já mencionado, e a pandemia acelerou e potencializou as atividades remotas, conta a professora Roseli de Deus Lopes. “O IEA já é diferenciado da universidade em relação à utilização e alcance da internet, do YouTube e de outros recursos. Ary Plonski e eu assumimos

em abril de 2020 em plena pandemia. Nós tínhamos a tradição de que as atividades aconteciam no espaço físico e eram gravadas e transmitidas. Temos uma equipe fantástica nesta área. Com a pandemia, começamos a promover os eventos de forma virtual. Os da Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica, cujas atividades antes se restringiam ao território de São Paulo e aos eventos presenciais, passaram a alcançar uma abrangência nacional, com os minicursos, seminários, oficinas. Hoje temos pós-docs da Bahia, do Rio Grande do Norte, do Amapá. Muitas vezes, na atividade de pesquisa, é melhor que o pesquisador esteja no território de trabalho do que presencialmente na sede do Instituto. Tanto que nós temos desenvolvido o conceito de meta-presencialidade, experimentações de como melhorar a interação e a sensação de estar junto em relação às plataformas que temos atualmente. Porque, às vezes, mesmo estando na mesma sala física, as pessoas não interagem, o que é um desafio. Temos uma educação básica e mesmo de ensino superior que não nos preparam para o trabalho colaborativo”.

Ao mesmo tempo em que investe no espaço virtual e híbrido, o IEA tem planos de readequar o seu espaço físico para que ele se torne mais acolhedor com a construção de um café na área externa ao prédio, que atraia o público de forma espontânea. O café externo, que integra o Programa Pertencer, da Reitoria, será desejavelmente complementado por intervenções no espaço interno. “Uma das realizações importantes para o IEA é de poder não só investir nas pessoas, poder apoiar o que as pessoas já vêm fazendo, mas de investir na infraestrutura, criar um ambiente físico que possa estar induzindo ainda mais a interação que nós promovemos com as pessoas, para que elas encontrem janelas de oportunidade e descubram atividades que possam fazer”, afirma Roseli.

Ações com a reitoria

Seguindo a missão que deu origem ao IEA e tem sido renovada com ênfase, o Instituto vem adquirindo nos últimos anos uma dimensão ainda mais significativa e um lugar relevante entre as ações da reitoria e da Universidade como um todo. O IEA realiza essa missão multiplicando as conexões também dentro do ambiente acadêmico que, cada vez mais, compreende a necessidade de estudar de forma multi e interdisciplinar os temas e questões demandadas pela própria pesquisa e pelos gigantescos desafios colocados pela sociedade e pelos diversos níveis de governo. Entre eles, os renovados riscos aos sistemas democráticos, as questões de desenvolvimento e globalização, a necessidade de efetivar políticas públicas eficientes e que reduzam as desigualdades sociais e eliminem a fome no mundo, a importância de reformas na educação básica, o aquecimento global, a preservação da Amazônia e de outras florestas, a recente pandemia e a reestruturação dos sistemas de saúde, as discussões em torno das redes sociais, da internet, dos algoritmos e da inteligência artificial, a qualidade de vida nas grandes cidades, e assim por diante.

Nesse processo, não se trata tão somente de reunir os pesquisadores, o que por si só já é muito relevante, mas de criar um sentido de Universidade capaz de pensar e agir como tal em respostas mais globais e não apenas parciais ou individuais a partir de cada departamento ou professor. É importante mencionar que mais de 80% das unidades da USP têm (ou tiveram recentemente) pelo menos um professor ou professora participando dos agrupamentos de pesquisa do IEA, e algumas unidades obviamente têm número elevado, da ordem da dezena e mais.

“Nesta gestão, o IEA está potencializando a sua ação a partir da própria USP e de sua reitoria. Interagimos em diversas

iniciativas com a reitoria, como o programa de Eixos Temáticos. Também estamos reforçando os laços com o corpo mais amplo da Universidade”, afirma o diretor do IEA, Guilherme Ary Plonski, ressaltando: “Se a USP conhecer o que a USP sabe, a USP será melhor. A ideia da interdisciplinaridade, presente em todos os núcleos do IEA, é potente e pode e deve ir além da área de pesquisa e ser aplicada ao campo da graduação, da pós-graduação, da gestão e assim por diante. O IEA também possui um olhar estratégico sobre a inserção internacional da Universidade como instituição, não apenas de cada unidade e dos professores individualmente, e, assim, atuamos junto à Reitoria no processo de internacionalização”.²² Um exemplo foi a assinatura do Protocolo de Intenções para a Cooperação Internacional entre o IEA e o Banco de Desenvolvimento, conhecido como o Banco dos Brics, criado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, por ocasião da palestra proferida pelo então presidente do banco, o diplomata e sociólogo (doutor em Sociologia pela FFLCH) Marcos Prado Troyjo.²³ O diretor do IEA destacou no evento a preocupação do banco com o conhecimento e a inovação como fatores essenciais para o desenvolvimento dos países membros e de outras nações de economia emergente.

Seminários estratégicos

Pela natureza do IEA, ele atrai participantes que efetivamente valorizam o trabalho colaborativo, em equipes trans e interdisciplinares, que buscam uma atuação de grupo e não apenas individual e autoral. E, igualmente, o Instituto realiza essa missão reforçando e ampliando a sua conexão com a reitoria, como a participação expressiva, institucional e de seus pesquisadores, nos seminários da série Strategic Workshops, no projeto Eixos Temáticos (instituído pela reitoria), e em parcerias com



O diretor do IEA, Guilherme Ary Plonski, o pró-reitor de Pesquisa e Inovação, Paulo Nussenzveig e o coordenador do InovaUSP, Marcelo Zuffo.

o InovaUSP (Centro de Inovação da USP), já mencionada. É importante ressaltar ainda o intenso fluxo novo de pós-doutorandos e pesquisadores colaboradores que passaram a se vincular ao instituto por meio das chamadas públicas realizadas pelas cátedras no geral e, em especial, pelo USP Cidades Globais.

Iniciada em 2015, a série Strategic Workshops já promoveu diversos encontros em áreas estratégicas e de reconhecida excelência na USP. A iniciativa, em parceria com a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação, reuniu acadêmicos e expoentes de diversas áreas para dialogar e pensar ações concretas em cada área. Entre os workshops realizados estão temas como: Vetores Saudáveis: Desenvolvimento de Medicamentos e Vacinas para a Covid-19 e os Desafios em Saúde no Brasil, em 2020; Alimentos: Gerando Conhecimento para Alimentar o Mundo; Vetores Saudáveis: O Relacionamento entre Pandemias, Clima e Biodiversidade; Vetores Saudáveis: Possível Reconfiguração dos Modelos Educacionais Pós-Pandemia; Inteligência Artificial; A Reinvenção do Dinheiro e a Emergência das Moedas Criativas; Terras Raras: Cenário Brasileiro, Pesquisa Básica e Oportunidades e Ciência e Esporte: O Judô como Modelo de Esporte de Alto Rendimento no Brasil.

Um olhar para esse último tema, que teve, como todos os outros, *workshop* realizado no IEA, permite entender o conceito desses seminários. A USP mantém cursos de graduação e pós-graduação em Educação Física e o Esporte em três unidades distintas, além de conter outras unidades e cursos com interface com o Esporte (Fisioterapia, Psicologia e Medicina, entre outros). O nível de excelência em pesquisa na área de Sport Sciences (conforme classificação do *Web of Science*) é demonstrado por sua liderança em produção acadêmica nesta área: cerca de 25% de toda a produção nacional nesta área advém de pesquisadores da USP; dentre os dez pesquisadores brasileiros mais produtivos nesta área, seis são professores da USP. Portanto, a USP reúne excelentes condições para contribuir para o desenvolvimento do Esporte Nacional. No Brasil, o judô é uma das modalidades olímpicas mais bem-sucedidas, com um total de 22 medalhas em Jogos Olímpicos. Contudo, embora o Brasil tenha avançado na produção de conhecimento em Ciência do Esporte e alcançado expressivos resultados em competições internacionais, ainda existe muita dificuldade no aprimoramento dos conhecimentos adquiridos nesses dois ambientes produtivos, em grande parte pela falta de integração entre as comunidades acadêmicas e esportivas nacionais. Assim, o *workshop* promoveu uma aproximação da USP com a comunidade do judô brasileiro, procurando estabelecer uma colaboração de reciprocidade benéfica para todos.

Eixos temáticos

Em 2022, a USP definiu uma agenda de temas prioritários para a elaboração de políticas públicas que atendessem às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos na Agenda 2030 da ONU.²⁴ Tendo o IEA como parceiro e organizador dos eventos, o coordenador-geral é o professor

Marcos Buckeridge, ex-diretor do Instituto de Biociências, ex-coordenador do Centro de Síntese USP Cidades Globais, e integrante da Assessoria do Gabinete do Reitor (AGR), à qual o programa é vinculado.

O programa teve início com a definição de 11 grandes “eixos”, baseados nos 17 ODS: Agronegócio, Desigualdades, Democracia, Cidades, Cultura e Artes, Educação, Economia, Energia, Indústria, Meio Ambiente e Saúde. Cada tema é vinculado a subtemas de três ODS, o que permite uma articulação entre as duas esferas temáticas. Um dos trabalhos já previstos é a indexação de todas as teses (de doutorado e de livre-docência) e dissertações de mestrados que abordaram temas caros às metas dos ODS. A indexação será feita a partir do Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, que contém 105 mil documentos, defendidos desde 1942. Esse trabalho será feito por meio de software específico, capaz de identificar termos e expressões presentes no texto integral das teses e dissertações. Trabalho similar já foi feito pelo USP Cidades Globais sobre o tema cidades, a partir de 1.500 teses e dissertações produzidas desde 1967. Essa é mais uma ação de diálogo da Universidade com a sociedade: “Muitas pessoas não conhecem os diversos projetos e pesquisas da USP – muitos deles articulados com setores da sociedade – voltados ao desenvolvimento sustentável, redução de desigualdades e melhoria da qualidade de vida da população”, conta o ex-coordenador-geral.

Subsidiando políticas públicas

O Grupo Nutrição e Pobreza, atualmente coordenado por Semíramis Martins Álvares Domene, entre outros núcleos de pesquisa, também sintetiza o eixo central de atuação do IEA, que é aliar as discussões acadêmicas de fronteira do conhecimento com a publicação de manuais, artigos e livros que embasam

diretamente políticas públicas e também, por meio de seus integrantes, participar diretamente da discussão e formulação de políticas públicas, como ocorreu em 2023 em nível do governo federal.

Ao completar 20 anos de atividades em 2023, o grupo lançou o livro *Diálogos sobre nutrição e pobreza: 20 anos de integração entre pesquisa, serviço e política pública*, editado pelo IEA e que reúne artigos já publicados e atualiza o debate sobre certas questões. A própria atuação dos pesquisadores e pesquisadoras mostra essa preocupação. A socióloga Anna Maria Medeiros Peliano, falecida em 2021 quando coordenadora, era uma referência em políticas de combate à fome e à pobreza no país. Em 1985, foi assessora do Ministério da Agricultura, com o então ministro Pedro Simon, para a implantação de programas de alimentação popular. Em 1993, coordenou a elaboração do Mapa da Fome, que subsidiou o trabalho de Herbert de Souza, o Betinho, na Campanha Nacional contra a Fome. No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi secretária executiva do Programa Comunidade Solidária, criado por Ruth Cardoso.

“Os dois Brasis: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros” foi a primeira publicação do Grupo de Pesquisa Nutrição e Pobreza (GPNP) em 2003, logo após a sua criação, na revista *Estudos Avançados*. O texto partia da constatação de que o Brasil era o terceiro país com maior desigualdade de renda do mundo e inexistia uma política global, coordenada e efetiva de combate à pobreza (segundo o Banco Mundial). Para o grupo, era preciso conhecer as condições de vida, saúde e nutrição da população pobre. Ali o GPNP partia da constatação de que havia “um Brasil” escondido, não estudado suficientemente e grandemente negligenciado pelas políticas públicas que visassem uma atuação real e uma transformação efetiva da realidade da pobreza brasileira. Após

discutir em detalhes as políticas e a estrutura das ações, os autores propunham, para o combate à desnutrição, a criação de Centros de Recuperação e Educação Nutricional (Cren), para a recuperação de peso e estatura e combate à miséria.

Na apresentação do livro comemorativo dos 20 anos, em 2023, realizando um balanço da trajetória de duas décadas, a ex-coordenadora (2003 a 2019), Ana Lydia Sawaya, professora da Universidade Federal de São Paulo, escreve:

Um longo caminho foi percorrido e é preciso reconhecer que muitas iniciativas boas foram realizadas. Estudos em todas as áreas do conhecimento focalizaram adequadamente as condições de vida, de alimentação e de nutrição das populações que vivem em condições de pobreza. A melhoria no diagnóstico da desnutrição em sentido amplo (subnutrição e obesidade) de fato ocorreu, incluindo a mensuração da desnutrição crônica (problema principal do GPNP) com a introdução da avaliação estatural. Cresceu a compreensão sobre o sistema de geração da pobreza, nasceram os programas de transferência de renda e aquele que acredito ser particularmente efetivo: o programa de cotas na Universidade. Cresceram as informações e programas para a alimentação saudável e a consciência da importância da agricultura familiar. Houve melhoria na qualidade da refeição escolar. Publicou-se o *Guia Alimentar para a População Brasileira*. A lista pode se estender bem mais... Da mesma forma, houve um grande amadurecimento da consciência da importância da ação e da atuação política por parte da população brasileira em todos os estratos sociais. Da época em que não votávamos, ou mesmo, em seguida,



Capa do livro *Diálogos sobre nutrição e pobreza: 20 anos de integração entre pesquisa, serviço e política pública*.

votávamos, mas não tínhamos nenhuma informação e nem nos preocupávamos em acompanhar a atuação dos que tínhamos elegido para as Câmaras ou Congresso Nacional, à época atual – todos temos que convir – muita coisa mudou...

Dentre as atividades desenvolvidas pelo grupo desde a sua criação destacam-se a participação em conferência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e em sessão do Comitê Permanente de Nutrição da ONU. O simpósio “Escola, Nutrição e Saúde: desafios contemporâneos” aconteceu em novembro de 2004, numa parceria com a Faculdade de Educação da USP. Vale destacar a participação de três integrantes do grupo (Ana Lydia Sawaya, Luis Gaj e Silvia Cozzolino) na etapa municipal da 2ª Conferência Nacional do Consea, em 2004, em Olinda, Pernambuco. Em 2005, dois integrantes (Ana Lydia Sawaya e Gisela Solymos) estiveram na 32ª Sessão do Comitê Permanente de Nutrição da ONU, em Brasília, DF. Em 2018, o grupo lançou a segunda edição do livro *Fisiologia da Nutrição na Saúde e na Doença: da Biologia Molecular ao tratamento*, que teve sua primeira edição em 2013.

Conceição Evaristo na USP

A escolha da escritora Conceição Evaristo para ocupar, em 2022, a Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência, parceria entre o IEA e o Itaú Cultural, é o reconhecimento da USP a uma das principais intelectuais e autoras negras do país. Foi extremamente significativo o simbolismo de sua escolha, o que evidenciou mais uma vez a dimensão da ausência de intelectuais e professoras e professoras negros e negras na USP, em particular mulheres que mantêm há décadas uma densa produção que não recebe o devido reconhecimento institucional. Escritora, autora de sete livros, entre eles *Olhos d'água* (2015),

vencedor do Prêmio Jabuti, Conceição Evaristo é formada em Letras na UFRJ, mestre em Literatura Brasileira pela PUC-RJ e doutora em Literatura Comparada pela UFF. Em 2017, foi homenageada pelo Itaú Cultural com a Ocupação Conceição Evaristo e, em 2019, como personalidade literária pelo Prêmio Jabuti. Na cerimônia de posse, na Sala do Conselho Universitário, estiveram representantes dos coletivos negros da USP, mulheres negras das áreas da cultura e da política, colegas de Conceição Evaristo na Universidade Federal Fluminense, pró-reitores e professores da USP, entre outros.²⁵

Para Martin Grossmann, coordenador acadêmico da cátedra e ex-diretor do IEA quando a Cátedra Olavo Setubal foi lançada em 2016, a escolha de Conceição potencializa ainda mais os objetivos do projeto Democracia, Artes e Saberes Plurais, implantado pela ativista social, cultural e educacional Eliana Sousa Silva, que ocupou a cátedra em 2018. Segundo Grossmann, a USP demorou para se engajar nas políticas afirmativas implantadas no país nas últimas décadas, adotando o ingresso por cotas raciais apenas em 2018, quando – via concurso vestibular (Fuvest) ou Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do Ministério da Educação – as unidades passaram a poder decidir sobre o percentual de até 30% das vagas a serem oferecidas por meio desse novo sistema. O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei n.13.005, de 2014, determinou a ampliação das políticas de inclusão na educação superior.²⁶ A escolha da nova titular da Cátedra se insere na continuidade dos esforços da reitoria da USP voltados à diversidade e inclusão, marcados pela criação da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (Prip).

Na saudação à nova catedrática, a escritora Sueli Carneiro destacou que a “escrivência”, conceito de processo criativo criado por Conceição, vem fazendo escola, “ecoando novos gritos de liberdade inspirados em sua literatura insurgente”. Disse

que essa nova literatura está produzindo novos imaginários, narrativas e personagens, “através dos quais se redimensionam, se reconstroem e se ressignificam imagens consagradas sobre as mulheres negras por aqueles que se outorgaram a legitimidade da fala e da escrita”. Citou comentário da própria Conceição Evaristo em seus escritos: “Persiste no meio literário brasileiro a predominância de um tipo de autor: homem branco, morador de grandes centros urbanos e de classe média. É de dentro dessa perspectiva social que nasce a maioria dos personagens e suas representações”.²⁷ Para Sueli Carneiro, a presença da escritora na Universidade e na cátedra “confronta o ‘epistemicídio’ sonegador da história e resistência dos negros”. O grande tema de Conceição é como, apesar de todas as estratégias de exclusão, “pessoas negras permanecem, se afirmam e recusam a redução de sua humanidade, persistentemente negada pelo racismo”, afirmou. A literatura de Conceição enfrenta o desafio da decolonização, disse, “atualizando o que é ser negro no presente e ressignificando a representação de suas potencialidades humanas”. Isso porque as imagens fixadas dos negros e negras ocultam o que há de extraordinário no processo de subalternização negra, que enseja uma resistência capaz de produzir tipos humanos insondáveis, improváveis pelas condições que os originaram e que seriam fonte inspiradora para uma poderosa dramaturgia, que só engrandeceria os negros e os brasileiros em geral.

O projeto de Conceição Evaristo na Cátedra previa uma atuação bastante dinâmica, em suas próprias palavras: “A ideia é traduzir o saber acadêmico para o público extramuros da USP e vice-versa, promovendo uma investigação interdisciplinar e também atuando na capacitação de professores na produção de novos textos e novas leituras”. O objeto, disse, é estimular uma relação dialógica com saberes produzidos fora da academia, “buscando uma incorporação de novos modos e lugares



Posse de Conceição Evaristo na Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência, parceria entre o IEA e o Itaú Cultural, 2022.

de produção de conhecimento, de modo que a formação de pesquisadores possa abarcar um campo de ensino e pesquisa o mais amplo possível”. Segundo ela, o trabalho realizado envolveria pesquisadores das áreas de linguística, teoria literária e psicologia para pensar a questão da subjetividade e como “a criação a partir de experiências dolorosas como a exclusão explode na arte literária”.

Em seu discurso de posse, Conceição Evaristo pediu a todos, especialmente ao movimento negro, uma atuação coletiva: “Não me deixem furar o cerco sozinha. Não se consegue nada sozinho, a gente se perde pelo caminho. O aprendizado é sempre uma luta coletiva, ainda mais numa cátedra”. Conceição lembrou que não nasceu rodeada de livros, mas de palavras: “Desde criança aprendi a colher palavras, inscritas nos corpos, que falavam pelos corpos de minha mãe e de pessoas que nos cercavam, pelos poucos móveis, paredes de adobe, telhas quebradas e poucos pertences. Tudo falava. Cresci possuída pela oralidade. As bonecas de pano e capim que minha mãe fazia para as filhas nasciam com nomes e história. Tudo era narrativa. Tudo era motivo de prosa e poesia”. A escritora ressaltou que na cultura africana “tudo é palavra, tudo ajuda a comunicar, tudo é proferido em sons e sinais. É preciso estar



Integrantes do Grupo de Estudos em Escrivência durante curso de extensão, 2023.

na escuta, pois tudo fala, tudo é palavra”. “Preencho os vazios das memórias com ficção. É uma ficção da memória. Houve os parentes que não conheci e as mulheres ancestrais que nunca pegaram num lápis ou num caderno. Estamos acostumados a pensar nos *griots* [contadores de histórias em muitos países africanos], mas as *griotes* também parem memórias, às vezes em silenciosa resistência”, contou.²⁸

O Diretor da Fundação Itaú para Educação e Cultura, Eduardo Saron, que apoia duas Cátedras do IEA, afirmou que uma das questões presentes na área cultural há muito tempo é o acesso à cultura. Para ele, a nova fronteira é a da participação democrática no mundo cultural, e, assim, considera que a escolha de Conceição significa “a síntese do que é lutar pela democratização”.

“A escolha tem um significado ainda maior por trazer uma escritora ligada à memória coletiva e à necessidade de afirmá-la para construir um outro lugar da narrativa. A literatura de Conceição expressa o caráter redentor da memória que construiu o Brasil. É uma literatura sobre o tempo, sobre as multiplicidades dos tempos, cuja combinação pode produzir a redenção do país”, afirmou a vice-reitora Maria Arminda do Nascimento Arruda.

Parcerias de cooperação técnica, nova cátedra, ciência e filantropia e professores sêniores

A USP, por iniciativa do IEA, assinou em 2021 um acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas do Município (TCM) de São Paulo, que prevê a consolidação de projetos e atividades para capacitação, treinamento e qualificação dos seus corpos técnicos e funcionais e a criação do Observatório de Políticas Públicas, com o objetivo de identificar desigualdades nas políticas e nos gastos públicos.

O Observatório, que tem o IEA como um dos seus parceiros, sistematiza dados da prefeitura e do tribunal para a produção de indicadores sobre políticas e gastos públicos na cidade de São Paulo em áreas como educação, saúde e urbanismo. Sua atuação está alinhada com os instrumentos de planejamento do município e os Objetivos Sustentáveis da ONU. É possível também obter uma melhor compreensão dos investimentos e acesso a serviços públicos em diferentes territórios do município, uma vez que a produção de indicadores vai acompanhar o processo de regionalização do orçamento. Além do IEA, outras entidades também fazem parte do Observatório: Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Nove de Julho (Uninove) e a Fundação Tide Setubal.

Em 2021 foi assinado também um Acordo de Cooperação Técnica entre o IEA e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O acordo prevê a elaboração conjunta de estudos referentes à relação entre estratégias de desenvolvimento, políticas de inovação e relações internacionais, que requer uma abordagem multidisciplinar sobre teorias do desenvolvimento, da inovação e do emprego de técnicas de mensuração estatística e econométrica. Nesse sentido, os pontos de complementariedade entre o IEA e o Ipea possibilitam uma atuação conjunta importante para desenvolvimento de estudos nessa área.

Lançada no dia 19 de fevereiro de 2021, a Cátedra Otavio Frias Filho de Estudos em Comunicação, Democracia e Diversidade é uma parceria entre a USP e o jornal *Folha de S.Paulo*. A iniciativa integrou as comemorações de 100 anos de criação do jornal. A Cátedra tem como proposta tornar-se um centro de pesquisas e disseminação do conhecimento sobre o papel da comunicação, em especial o jornalismo, para a manutenção e o constante fortalecimento da democracia, incluindo os direitos das minorias e contra os diferentes tipos de discriminação, bem como outros fenômenos relacionados, como os novos populismos, que ameaçam o Estado Democrático de Direito.

O primeiro catedrático foi Muniz Sodré, professor emérito e um dos fundadores da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além de ex-presidente da Biblioteca Nacional. Transitando por várias áreas das Ciências Humanas e Comunicação, Muniz Sodré é um ícone das discussões sobre identidade brasileira, cultura negra, multiculturalismo, racismo, cotas e ações afirmativas e política e teoria da comunicação de massa, autor de estudos seminais como *A Comunicação do Grotesco – Introdução à Cultura de Massa Brasileira; Afeto, Mídia e Política; O Terreiro e a Cidade: A Forma Social Negro-Brasileira; Claros e Escuros: Identidade, Povo, Mídia e Cotas no Brasil e Pensar Nagô*, entre muitos outros. A bióloga e neurocientista Suzana Herculano-Houzel é a segunda titular; pesquisadora de temas relacionados à evolução do cérebro é também reconhecida como uma divulgadora da ciência. Em 2023 organizou um ciclo de palestras com o tema “Ciência, comunicação e futuro” e uma de suas preocupações centrais é compreender as relações entre a ciência, a comunicação e a diversidade como fatores contemporâneos fundamentais para a existência da democracia.

Em 2023 foi instalado o Grupo de Estudos de Modelos de Apoio à Ciência (Gema Filantropia, na forma abreviada), que

investigará os pontos de conexão entre ciência e filantropia no Brasil para contribuir com a transformação na maneira como a ciência é financiada no país, promovendo a colaboração entre os setores científico-acadêmico e filantrópico, além de incentivar uma maior participação da sociedade no apoio à ciência.

As interações entre a filantropia e a ciência no Brasil ainda são pouco estudadas e compreendidas, conforme os autores da proposta. Para que esse quadro mude, enfatizam que primeiro é preciso compreender a natureza e a dinâmica da filantropia no contexto brasileiro para, depois, avaliar a possibilidade de ela desempenhar plenamente seu papel no apoio ao desenvolvimento da ciência. Eles defendem a realização de uma análise aprofundada das motivações dos filantropos, das estruturas e processos de doação e do impacto da filantropia na ciência. Também é preciso discutir os desafios que ela encontra para promover a ciência no Brasil e as oportunidades que propicia, argumentam.

Segundo o coordenador do Gema Filantropia, Guilherme Ary Plonski, diretor do IEA, o grupo “já está em entendimentos com a Science Philanthropy Alliance, entidade de referência no setor, para aproveitar a experiência internacional no aporte da filantropia visionária para o avanço da ciência”. O gestor da iniciativa é Paulo Almeida, assessor da diretoria do IEA, doutorando na FEA e diretor executivo do Observatório de Políticas Científicas do Instituto Questão de Ciência. O projeto do Gema Filantropia foi formulado por iniciativa do professor Marcos Kisil, da Faculdade de Saúde Pública, com vasta experiência de gestor de instituições nacionais e internacionais no campo do investimento social privado e filantropia. A ideia-força é que “há uma crescente consciência global sobre a importância da filantropia na ciência e de que ela é capaz de apoiar a pesquisa em áreas negligenciadas por outras fontes de financiamento”. A participação filantrópica

pode “acelerar o desenvolvimento de inovações e permitir a realização de projetos de alto risco e alta recompensa, os quais não podem ser financiados pelos meios tradicionais”, de acordo com a proposta de criação do grupo. Outro benefício vislumbrado pelos pesquisadores é a capacidade da filantropia para promover a colaboração entre diferentes atores, incluindo pesquisadores, instituições acadêmicas, setor privado e governo. A filantropia pode ter um papel crucial na promoção e sustentação da ciência, especialmente em países como o Brasil, que enfrenta restrições significativas de financiamento no setor de pesquisa e desenvolvimento, argumentam os integrantes do Gema Filantropia.²⁹

A iniciativa teve o essencial apoio inicial da Fundação José Luiz Egydio Setubal, que atua em iniciativas sociais dedicadas à melhoria da qualidade de vida na infância. A entidade, que também produz e divulga conhecimento científico sobre saúde infantil e à assistência médica infanto-juvenil, é a mantenedora do Hospital Infantil Sabará, do Instituto Pensi e da organização Autismo e Realidade. Conforme o médico e filantropo José Luiz Egydio Setubal, presidente da Fundação, “a pandemia nos mostrou o quanto a ciência brasileira é dependente de recursos públicos que podem estar à mercê de governantes descrentes da ciência para o desenvolvimento sustentável”. Para ele, “a cultura filantrópica ainda não chegou a investir em ciência”, por isso, a importância do Gema Filantropia, que “tem entre suas prioridades investigar caminhos que poderiam aproximar cientistas a filantropos, universidades e centros de pesquisa aos que podem apoiá-los financeiramente”. A implantação de uma cultura filantrópica para a área pode “viabilizar fundos patrimoniais, infraestrutura, treinamento, patrocínio a projetos de pesquisa básicas – transnacionais ou de inovação – e obtenção de novos produtos para o bem-estar da humanidade”, completou.³⁰

O IEA é também a instituição na qual diversos professores da USP mantêm projetos de trabalho e de pesquisa próximos à aposentadoria ou após a aposentadoria. A categoria de Professor Sênior é importante nesse sentido e diversas personalidades mantêm seus vínculos de pesquisa e docência com a USP via IEA.³¹ Como exemplo destes vínculos, dois dos mais antigos são José Eli da Veiga e José Álvaro Moisés. José Eli da Veiga, professor aposentado da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da USP, foi professor sênior entre 2021 e 2023, com um plano de estudos de temas relacionados à Ciência da Sustentabilidade, Complexidade, Dialética, Evolução Darwiniana, entre outros. José Álvaro Moisés, professor sênior desde 2015 e professor aposentado do Departamento de Ciência Política da USP, segue coordenando o Grupo de Pesquisa Qualidade da Democracia e desenvolve o projeto: Qualidade da Democracia – Continuidades e Novos Desenvolvimentos.

Como exemplo de Professor Sênior que coordena um projeto temático Fapesp, Lourdes Sola, professora aposentada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, coordena um projeto de caráter interdisciplinar intitulado “Brasil como uma variedade de democracia de mercado emergente: entre a agenda democrática e a agenda da globalização”. Ainda como exemplo dos que estão no IEA como Professor Sênior, Walter Alves Neves, professor do Instituto de Biociências da USP, coordena o Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos e sua principal linha de pesquisa é a questão da chegada do homem no continente americano, com pesquisas nos campos da paleoantropologia, arqueologia e paleontologia da megafauna.

O poder das Redes e a Inteligência Artificial

A Cátedra Oscar Sala faz parte das iniciativas previstas no convênio assinado pela USP com o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) em 2020, efetivado pelo IEA e pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). A cátedra mantém mais de 60 pesquisadores, incluindo pós-doutorandos, em seu grupo de estudos e tem como finalidade aprofundar os temas economia, cultura e poder das redes e outros assuntos relacionados aos impactos da internet na sociedade. O físico Oscar Sala, cujo nome foi concedido à Cátedra, foi fundador da Sociedade Brasileira de Física, presidente da SBPC e da Academia Brasileira de Ciências, diretor científico e depois presidente do Conselho Superior da Fapesp, quando incentivou a implantação da internet. Por meio da parceria, IEA e o CGI.br esperam “ampliar o horizonte das tecnologias digitais que favoreçam o avanço tecnológico, a inovação e o direito fundamental de acesso à informação e à comunicação”.

Durante a cerimônia de assinatura do convênio, o então reitor Vahan Agopyan afirmou que essa era a primeira parceria de fôlego da USP com o CGI.br: “O objetivo é discutir ideias, não a produção de um fruto específico para uso do comitê. Daqui a cinco anos, a sociedade terá obtido ganhos bastante substanciais”. A coordenação do acordo é de Guilherme Ary Plonski, diretor do IEA, e de Hartmut Richard Glaser, secretário-executivo do Comitê. Agopyan elogiou o fato de a parceria ter o IEA como executor, por ser o Instituto “o *think tank* da USP, local de crítica de ideias novas e para onde convergem diversas opiniões”, e por abranger toda a Universidade, possibilitando a articulação do CGI.br com docentes de diversas áreas. Ao destacar a relevância da nova cátedra, Agopyan ressaltou que esse tipo de estrutura de pesquisa tem atingido seus objetivos: “Convidamos autoridades externas, não necessariamente

acadêmicas, para contribuir com seu conhecimento, interagindo com docentes e alunos. Essa visão externa é muito importante e enriquecedora”.

A partir de frase do sociólogo espanhol Manuel Castells, para quem “a internet é o tecido de nossas vidas no momento”, o diretor do IEA Ary Plonski fez uma analogia do acordo com o encontro de dois tecelões, USP e o CGI, para “desenhar e produzir modelos de conhecimentos com efeitos práticos na sociedade”. Ao destacar as possibilidades da parceria, Plonski afirmou que outras iniciativas em planejamento envolvem curadoria e apoio à pesquisa, debates e disseminação de conhecimentos e cooperação técnica. Glaser, por sua vez, manifestou o desejo de que a cooperação entre as duas instituições seja orientada pelos princípios de liberdade de expressão, proteção à privacidade e respeito aos direitos humanos, “fundamentais para uma sociedade justa e democrática”. Segundo ele, esses princípios norteiam as diretrizes de boas práticas de uso da internet definidas pelo CGI.br em 2009, “uma ampla gama de temas a serem abordados pelo acordo, entre os quais: governança da internet de forma transparente, multissetorial e democrática, com a participação dos vários setores da sociedade; acesso universal, contribuindo para uma sociedade inclusiva, não discriminatória; respeito à diversidade cultural; promoção de novas tecnologias de uso e acesso; filtragens baseadas apenas em aspectos técnicos e éticos, e o combate aos responsáveis por ilícitos, sem atingir os meios de acesso à informação e seu transporte”.

Segundo o coordenador adjunto Luiz Fernando Martins Castro, uma das motivações para estabelecer a parceria é o fato de ter ocorrido uma “transmutação da questão técnica para a social” nas preocupações com a internet. Ele comentou que especialistas costumam afirmar que o objetivo dos primeiros 20 anos da internet foi mantê-la estável e segura, mas nas próximas décadas a preocupação é garantir sua sobrevivência, apesar da

“política, de interesses geopolíticos e desafios jurídicos”. “Os desafios da governança não são mais apenas técnicos, mas também econômicos, políticos, sociais e culturais. Por isso, nada melhor do que uma parceria com o IEA, caracterizado pela transversalidade nas discussões. Essa aliança vai criar muitos frutos importantes para o CGI.br, para a USP e para a sociedade”. De acordo com os documentos de criação da Cátedra Oscar Sala, o primeiro tema discutido é “A internet a serviço da democracia”, assunto que mobiliza a sociedade brasileira e de vários países, diante do receio do uso da internet para manipular debates e eleições.

O primeiro coordenador acadêmico da cátedra foi o jornalista e professor Eugênio Bucci, da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, que ficou na posição até agosto de 2023, quando o filósofo Pablo Ortellado, professor do curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Ciências, Artes e Humanidades (EACH), passou a ocupar o lugar. Ortellado é um estudioso das relações entre a política, os grupos extremistas, os movimentos sociais, o mundo digital e as redes sociais. Luiz Fernando Martins Castro, indicado pelo NIC.br, é o coordenador-adjunto.

Em 2022 (depois renovado), o catedrático foi o cientista da computação Virgílio Almeida com o projeto Interações Humano-Algoritmo. Professor emérito do Departamento de Ciência da Computação da UFMG, ganhador do Prêmio FCW de Ciência 2023, concedido pela Fundação Conrado Wessel (FCW), é também professor associado no Centro Berkman Klein para Internet e Sociedade da Universidade Harvard, Estados Unidos. Em paralelo à sua atividade acadêmica, Almeida tem atuado em instituições governamentais ligadas a políticas nas áreas de ciência e tecnologia, como o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o CGI.br, Capes e CNPq. A primeira catedrática foi Lucia Santaella, semioticista e professora

emérita da PUC-SP. Doutora em teoria literária pela PUC-SP e livre-docente em ciências da comunicação pela USP, Santaella leciona no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica e coordena o Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital, ambos da PUC-SP. Suas áreas mais recentes de pesquisa são: comunicação; semiótica cognitiva e computacional; inteligência artificial; estéticas tecnológicas; e filosofia e metodologia da ciência. Ao final da titularidade de Lucia, a Cátedra organizou e publicou *Simbioses do humano e tecnologias: impasses, dilemas, desafios*.³²

A Inteligência Artificial (IA) passou a dominar o debate público em 2023 após lançamentos como o do Chat GPT e inúmeras perspectivas e temores associados, com preocupações sobre os seus usos e com o potencial de desinformação. Para entender melhor o funcionamento e os avanços da IA, um grupo multidisciplinar de pesquisadores lançou no dia 29 de setembro a plataforma UAI (Understanding Artificial Intelligence), que tem como objetivo selecionar, elaborar e divulgar conteúdos relacionados ao tema.

Sediado no IEA, o projeto tem como parceiros o Observatório da Inovação e Competitividade, do IEA, e o Scientific Artificial Intelligence Map, dentro do Center for Artificial Intelligence (C4AI). Veridiana Cordeiro, pesquisadora associada do IEA e professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, afirmou no evento de lançamento da plataforma que depois do “furor em torno do Chat GPT”, a universidade começou a buscar referências sobre como usar a IA e a fazer um debate mais amplo sobre o assunto voltado à comunidade acadêmica.

A Plataforma UAI, que já tem 43 pesquisadores associados, é uma iniciativa aberta e fez um convite público a pesquisadores do assunto. O site se divide em seis frentes, cada uma com uma coordenação e um grupo de pesquisadores: ética;

governança; setor público; sociedade e cultura; saúde; e regulação. A plataforma apresenta três tipos principais de conteúdo. As notas críticas, que são pequenos artigos escritos pelos pesquisadores da iniciativa, abordarão um assunto em voga ou alguma expectativa dos especialistas. Na área de notícias, serão indicadas reportagens confiáveis sobre IA, que passarão por uma curadoria dos organizadores. A plataforma também tem uma seção dedicada a pequenas entrevistas com pesquisadores, autoridades e desenvolvedores que são referências no uso e estudo da IA em suas áreas. Além desses materiais, o site também disponibiliza os artigos científicos mais relevantes. Os textos terão caráter introdutório e serão revistos anualmente para manter o conteúdo atualizado.

Glauco Arbix, integrante do Grupo de Pesquisa Observatório da Inovação e Competitividade do IEA, afirmou durante o lançamento que a plataforma também pretende “abrir caminho para pesquisadores mais jovens que estão procurando referências e materiais de qualidade” sobre a IA e seus impactos. Alguns dos integrantes da iniciativa estiveram presentes no evento de lançamento da plataforma e explicaram como o site vai funcionar. Na área da Saúde, Caio Portella, doutorando da faculdade de Medicina da USP, mencionou a desinformação entre profissionais da saúde sobre a IA. Para ele, falta material de referência sobre novas ferramentas de diagnóstico e de tratamento terapêutico. Em relação à ética, “Se reunirmos dez filósofos para chegar a uma conclusão, eles certamente chegarão a quinze conclusões”, afirmou Lucas Petroni, filósofo e cientista político, referindo-se ao desafio de debater ética no complexo campo da IA. A estratégia para chegar a resultados práticos será afunilar as questões e centrar em critérios de avaliação normativa da inteligência artificial que possam ser “usáveis”, segundo Petroni.

No campo da Regulação, o coordenador Leonardo Peixoto Barbosa, mestre em direito econômico pela USP, afirmou que



Veridiana Cordeiro, Guilherme Ary Plonski e Glauco Arbix no lançamento da plataforma UAI, que atualiza e pesquisa conteúdos sobre Inteligência Artificial, 2023.

a sua área de pesquisa buscará entender as estratégias regulatórias que estão em curso em outros países, em grupos de países e, sobretudo, no Brasil. No campo do Setor Público, para Rodrigo Brandão, mestre em ciência política e doutorando em sociologia pela USP, o Estado, além da regulação, tem dois papéis principais na relação com a IA. O setor público pode coordenar o desenvolvimento da tecnologia através de estratégias nacionais e de políticas públicas necessárias para levar essas estratégias adiante. Outro campo de análise é o uso da IA pela máquina pública. Conforme Brandão, a máquina pública pode usar a IA para ajudar a melhorar “uma série de procedimentos públicos, processos de elaboração e políticas públicas”. Mas se não for bem utilizada, segundo o pesquisador, abre margem a uma vigilância excessiva do Estado. “Como potencializar os benefícios dessa tecnologia no setor público reduzindo os riscos?”, é a questão sobre a qual o grupo vai se debruçar.

Em relação à Sociedade e Cultura, coordenado por Veridiana Cordeiro, o grupo vai abordar os impactos da inteligência artificial no mundo do trabalho, na violência e no policiamento preditivo. “Iremos abarcar várias temáticas, mas a partir de uma perspectiva sociológica”, afirmou.³³

A organização dos trabalhos, dos grupos e dos pesquisadores em torno da Plataforma UAI sintetiza muitos dos caminhos buscados pelo IEA nesse momento de sua trajetória, agregando diversos pesquisadores jovens, muitos dos quais doutorandos, em torno de um tema crucial que desafia a sociedade, as empresas, o poder público e o próprio conhecimento e ensino na Universidade.

* * *

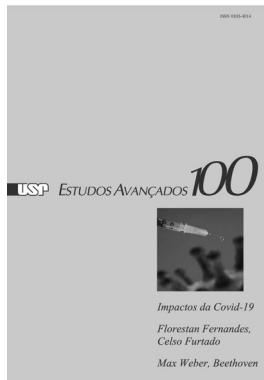
Até 1970 havia não mais do que seis IEAs no mundo. No final da década de 1990, quando o Instituto de Estudos Avançados da USP já havia sido fundado, eram 25 IEAs. Atualmente, são entre 100 e 150, em sua maioria ligados a universidades. Conforme escreveu a historiadora e antropóloga Britta Padberg, atualmente Diretora Executiva do The New Institute, em Hamburgo (Alemanha), que em 2017-2018 viajou para Institutos de Estudos Avançados por Ásia, Austrália, América Latina e Estados Unidos e conduziu o primeiro estudo sistemático desses institutos em todo o mundo: “É justamente essa flexibilidade e adaptabilidade, tão característica dos IEA, que os distinguem de outros tipos de instituições: enquanto os centros de pesquisa em geral têm por característica focos temáticos (disciplinares) de longo prazo, um quadro permanente de pesquisadores e programas de pós-graduação, os IEA mudam constantemente suas áreas de estudo, mantêm uma alta rotatividade de pesquisadores bolsistas e estão voltados para a inter- ou multidisciplinaridade”.³⁴

Ainda segundo Padberg, por sua considerável flexibilidade, os IEA “se mostraram excelentes instrumentos de reação às recentes mudanças epistêmicas nas ciências – a crescente especialização e fragmentação das comunidades científicas –, bem como às alterações nas estruturas universitárias – massificação, otimização econômica e concorrência global. Em

termos epistêmicos, são movidos pela ideia humboldtiana de unidade (parcial) das ciências e da pesquisa movida pela curiosidade. Em termos institucionais, provaram ser instrumentos eficazes de reforma das universidades e do ensino superior como um todo”.³⁵

O IEA está plenamente inserido na Universidade, comprometido com a sua melhoria em todos os sentidos, mas, ainda conforme Britta Padberg, comentando genericamente a atuação desse perfil de institutos: “Há um claro componente político na tensão entre os IEA e as diretrizes universitárias e científicas. O formato dos IEA é contraditório com as estruturas institucionais e epistêmicas existentes, pois eles visam à criação contínua de novos estímulos para as ciências e as Universidades. Uma pré-condição para isso é uma liberdade ilimitada de pesquisa e uma independência de controles políticos, demandas institucionais ou restrições econômicas”.³⁶

Essa análise e essas características, com suas tensões e contradições, foram longamente mostradas e descritas ao longo deste livro. Desde a sua fundação em 1986, o IEA-USP segue buscando a multi e interdisciplinaridade, cada vez mais integrado à Universidade, desafiando as novas fronteiras do conhecimento e sempre atento às grandes demandas e necessidades da sociedade para estudar, sistematizar e embasar políticas públicas que promovam o desenvolvimento e o bem-estar. Que o título deste livro, *Avançados em quê? A trajetória pioneira do Instituto de Estudos Avançados da USP*, seja um emblema que continue a desafiar e a promover esses e outros desafios instigantes.



Edição número 100 da revista *Estudos Avançados*.

Cátedras

Cátedras atuais

Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência

Coordenador acadêmico: Martin Grossmann

Titulares: Arissana Pataxó, Francy Baniwa e

Sandra Benites (2024)

Conceição Evaristo (2022-2023)

Néstor García Canclini (2020-2021)

Paulo Herkenhoff e Helena Nader (2019)

Eliana Sousa Silva (2018)

Ricardo Ohtake (2017)

Sergio Paulo Rouanet (2016)

Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica

Coordenação geral: Roseli de Deus Lopes (2020-atual)

Guilherme Ary Plonski (2019-2020)

Coordenação acadêmica: Luiz Carlos Menezes (2020-atual)

Nilson José Machado (2019-2020)

Titular: Bernardete Angelina Gatti (2024)

Naomar de Almeida Filho (2020-2023)

Cátedra Unesco para Sustentabilidade do Oceano

Coordenador acadêmico: Alexander Turra

Cátedra Sérgio Henrique Ferreira

Titular: Mozart Neves Ramos (2020-2024)

Cátedra Oscar Sala

Coordenador acadêmico: Pablo Ortellado (2023-atual)

Eugenio Bucci (2020-2023)

Titulares: Virgílio Almeida (2023-2024)

Lucia Santaella (2022)

Cátedra Otavio Frias Filho

Coordenador acadêmico: André Chaves de Melo Silva

Titulares: Suzana Herculano-Houzel (2023)

Muniz Sodré (2022)

Cátedra Instituto Ayrton Senna de Inovação

em Avaliação Educacional

Titular: Maria Helena Guimarães de Castro (2023)

Cátedras anteriores

Cátedra Bernardo O'Higgins

Coordenadores: Maria Helena Rolim Capelato (2013-2018)

Hernan Chaimovich (2008-2009)

Andrés Eduardo Aguirre Antúnez (2010-2013)

Cátedra Unesco de Educação para Paz, Direitos Humanos,
Democracia e Tolerância

Coordenadores: Sergio Adorno (2006-2014)

Dalmo de Abreu Dallari (2001-2006)

Paulo Sérgio Pinheiro (1998-2001)

José Mario Pires Azanha (1996-1997)

Cátedra de Ecologia Carl Friedrich Phillip von Martius

Coordenador: Dieter Anhuf

Cátedra Jaime Cortesão

Coordenadores: Carlos Guilherme Mota (1991-1994)

José Jobson Andrade Arruda (1994-1997)

Benjamin Abdala Junior (1998-2000)

Cátedra Lévi-Strauss

Coordenador: Alfredo Bosi

Cátedra Lucas Nogueira Garcez

Coordenador: José Goldemberg

Cátedra Mário Schenberg

Coordenadora: Amélia Império Hamburger

Cátedra Nicolau Copérnico

Coordenadora: Lenina Pomeranz

Cátedra Simon Bolívar

Titular: Anibal Quijano (1992)

Gustavo Beyhaut (1993)

Diretores e vice-diretores do IEA-USP

Diretores

Roseli de Deus Lopes (2024-2028)

Guilherme Ary Plonski (2020-2024)

Paulo Saldiva (2016-2020)

Martin Grossmann (2012-2016)

César Ades (2008-2011)

João E. Steiner (2003-2007)

Gerhard Malnic (2002-2003)

Alfredo Bosi (1998-2001)

Umberto G. Cordani (1994-1997)

Jacques Marcovitch (1989-1993)

Carlos Guilherme Mota (1986-1988)

Vice-diretores

Marcos Buckeridge (2024-2028)

Roseli de Deus Lopes (2020-2024)

Guilherme Ary Plonski (2016-2020)

Paulo Saldiva (2015-2016)

Carlos Roberto Ferreira Brandão (2014-2015)

Luiz Roberto Giorgetti de Britto (2010-2013)

Hernan Chaimovich (2006-2009)

Gerhard Malnic (1998-2001)

Alfredo Bosi (1987-1997 e 2002-2006)

Professores honorários

Alberto Carvalho da Silva (1916-2002)

Alberto Luiz da Rocha Barros (1930-1999)

Alfredo Bosi (1936-2021)

Antonio Candido de Mello e Souza (1918-2017)

Aziz Nacib Ab'Sáber (1924-2012)

Carlos Guilherme Santos Seroa da Mota

César Ades (1934-2012)

Crodowaldo Pavan (1919-2009)

Eduardo Moacyr Krieger

Gerhard Malnic (1933-2023)

Jacques Marcovitch

João E. Steiner (1950-2020)

José Goldemberg

Paschoal Ernesto Américo Senise (1917-2011)

Paulo Nogueira-Neto (1922-2019)

Regina Pekelmann Markus

Renato Janine Ribeiro

Sérgio França Adorno de Abreu

Sérgio Mascarenhas de Oliveira (1928-2021)

Umberto Giuseppe Cordani

Yvonne Primerano Mascarenhas



Integrantes do Conselho Deliberativo (março 2024)

Integrantes atuais do Conselho Deliberativo

Guilherme Ary Plonski
Roseli de Deus Lopes
Nina Beatriz Stocco Ranieri
Luis Reynaldo Ferracciú Alleoni
Jose Eduardo Krieger
Sérgio França Adorno de Abreu
Elisabete Moreira Assaf
Carla Aparecida Arena Ventura
José Vicente
Sandra Regina Ramos Braz

Ex-integrantes do Conselho Deliberativo

| | |
|------------------------------------|-----------------------------|
| Adelci Menezes de Oliveira | Claudia Costin |
| Alfredo Bosi | Denise Alves Fungaro |
| Ana Lydia Sawaya | Edison Barbieri |
| Antonio Carlos Barbosa de Oliveira | Edwin Ricardo Pitre-Vásquez |
| Antonio José da Costa Filho | Ellen Gracie Northfleet |
| Arnaldo Mandel | Eric Danzi Lemos |
| Bader Sawaia | Euclides Ayres de Castilho |
| Beatriz Barbuy | Eugênio Bucci |
| Carlos Guilherme Mota | Fernando de Queiroz Cunha |
| Carlos Henrique de Brito Cruz | Fernando Leça |
| Carlos Henrique de Mesquita | Franklin Leopoldo e Silva |
| Carlos Roberto Ferreira | Gabriel Cohn |
| Brandão | Geraldo Forbes |
| Carlos Takiya | Gerhard Malnic |
| Carlucio Roberto Alves | Gilberto Dupas |
| Celso Grebogi | Henrique Araujo Aragusuko |
| Celso Lafer | Henrique Fleming |
| César Ades | Herch Moyses Nussenzweig |
| | Hernan Chaimovich |

Iberê Luiz Caldas
Imre Simon
Jacques Marcovitch
João Steiner
João Fernando Gomes de
Oliveira
João Palermo Neto
José Roberto Piqueira
João Stenghel Morgante
José Galizia Tundisi
José Renato Nalini
Julio Cezar Franco de Oliveira
Julio Marcos Filho
Ladislau Pereira Sanders Filho
Luciana Santos Barbosa
Luís Nassif
Luiz Roberto Giorgetti de
Britto
Marcos Augusto Grigolin
Grisotto
Maria Victória de Mesquita
Benevides
Martin Grossmann
Michel Kurdoghlian Lutaif
Myriam Matsuo Affonso
Beltrão
Nilson José Machado

Oswaldo Baffa Filho
Paul Singer
Paulo Evaristo Arns
Paulo Saldiva
Pedro Leite da Silva Dias
Regina Pekelmann Markus
Renato Helios Migliorini
Renato Janine Ribeiro
Renato Luiz Sobral Anelli
Ricardo Hernán Medrano
Ricardo Ohtake
Roberto Mendonça Faria
Rodolfo Hoffmann
Ruby Rudy Arellano
Rudinei Toneto Junior
Sedi Hirano
Silvio Roberto de Azevedo
Salinas
Tomás Costa de Azevedo
Marques
Umberto Giuseppe Cordani
Valdir Pereira Nunes
Valéria De Marco
Valtencir Zucolotto
Walter Colli
Yvonne Primerano
Mascarenhas



Comissão de Pesquisa e Inovação

Elizabeth Balbachevsky e Alcindo Aparecido Benito dos Santos

(vice) (2021-2024)

Antonio Mauro Saraiva e Elizabeth Balbachevsky (vice)

(2020-2021)

Antonio Mauro Saraiva e Elisabete Moreira Assaf (vice)

(2018-2020)

Hamilton Varela (2015-2018)

Carlos Roberto Ferreira Brandão (2014-2015)

Luiz Roberto Giorgetti de Britto (2010-2014)

Iberê Luiz Caldas (2006-2010)

Celso Grebogi (2004-2006)

Pedro Leite da Silva Dias (2002-2004)

Coordenadores e ex-coordenadores do Polo IEA São Carlos

Coordenadora: Elisabete Moreira Assaf (2023-2027)

Vice-Coordenador: David Sperling (2023-2027)

Coordenador (2019-2023): Valtencir Zucolotto

Vice-coordenador (2019-2023): Frank Nelson Crespilho

Coordenador (2015-2019): Renato Luiz Sobral Anelli

Vice-coordenador (2018-2019): Valtencir Zucolotto

Vice-coordenador (2015-2017): Hamilton Varela

Coordenador (2010-2014): Roberto Mendonça Faria

Vice-coordenador (2013-2014): Hamilton Varela

Coordenador (1997-2010): Sérgio Mascarenhas

Vice-coordenadora (1997-2010): Yvonne Primerano Mascarenhas

Coordenadores e ex-coordenadores do Polo IEA Ribeirão Preto

Carla Ventura (2023 a 2027)

Antonio José da Costa Filho (2019 a 2023)

Fernando de Queiroz Cunha (2015 a 2019)

Rudinei Toneto (2013 a 2015)

Oswaldo Baffa Filho (2009 a 2013)



Equipe de São Paulo do IEA, dezembro de 2019.

Editores da Revista *Estudos Avançados*

Sérgio Adorno (2019-atual)

Alfredo Bosi (1989-2019)

Edgard Luiz de Barros (1987-1989)

Equipe do IEA-USP (março 2024)

Diretoria

Diretor: Guilherme Ary Plonski

Vice-Diretora: Roseli de Deus Lopes

Secretaria Executiva: Fátima Moreno

Analista para Assuntos Administrativos: Paulo Almeida

Assistência Acadêmica

Assistente Acadêmico: Rafael Borsanelli

Analistas de Comunicação: Cláudia Regina Nóbrega Pereira

Sandra Sadini

Secretários: Marisa Macedo Gomes Alves

Gustavo Antonio de Carvalho

Especialista em Cooperação e Extensão Universitária: Richard

Meckien

Técnica Administrativa: Edilma Martins

Divisão de Comunicação

Chefe: Fernanda Cunha Rezende

Jornalistas: Mauro Bellesa

Leandra Rajczuk Martins

Técnica de Documentação e Informação: Maria Leonor Calasans

Revista *Estudos Avançados*

Editor: Sérgio Adorno

Editor Assistente: Dario Luis Borelli

Técnica Administrativa: Marli Pedro

Assistência Administrativa

Assistente Administrativa: Tizuko Sakamoto

Chefe – Técnica Administrativa: Marlene Signoretti

Técnico Administrativo: Roque Celeste Passos

Auxiliares Administrativos: Flávia Mendes

Marcelo Rodrigues dos Santos

Motorista: João Fernando da Silva

Auxiliar de Serviços Gerais: Raimunda Rodrigues dos Santos

Seção de Informática

Chefe: Aziz Salem

Técnico em Informática: Sérgio Ricardo Villani Bernardo

Operador de Audiovisual: Jorge Paulo Soares

POLO SÃO CARLOS

Coordenação

Coordenadora: Elisabete Moreira Assaf

Vice-coordenador: David Sperling

Equipe

Técnica Acadêmica: Rosemari Siqueira

POLO RIBEIRÃO PRETO

Coordenação

Coordenadora: Carla Ventura

Vice-coordenador: Camilo Zufelato

Equipe

Analista de Comunicação: João Henrique Rafael Jr.

Técnico Administrativo: Rafael Sica

Jornalista: Thais Cardoso

Ex-servidores técnicos e administrativos do IEA-USP

Alexandre José Alves
Alice Perran Taborga da Costa
Ana Maria Custódio
Ana Maria de Castro Badialli
Antonia Nery de Oliveira
Camila Forjaz Christiano de Souza Menezes
Cecília Mattos de Britto Pereira
Celso Silva Rodrigues
Claudia Lopez
Claudia Camargo Toni
Denize Barreto
Edileuza Cristina da Silva Lima
Edina Lúcia Brito
Edgard Luiz de Barros
Eduardo Carlos Rodrigues dos Santos
Fausta Portes Vieira Katuni
Flavia Dourado Maia
Giovana Giurizzato Melanda Martins
Gisele Cristina Brassolatti do Amaral
Graziela Fernandes de Castro
Inês Massumi Iwashita
Ivete Zacatei dos Santos
Jaime Martins dos Santos
Janel Bezerra da Silva
João Batista de Araújo
Jonas Manoel da Silva
José Carlos Flôr
Leila Miguelina Aparecida Costa
Lourdes da Silva Bussi
Lucia Elena Losápio Pereira

Marlene da Lomba Fernandes
Maria da Glória Costa Rondon Boinville
Marina Camargo Costa
Marlene Gonçalves
Marcello Martins de Castro
Marco Antonio Tavares Coelho
Maria do Carmo Carneiro Silva
Marco Antonio da Silva Low
Maria Francisca Tereza Silveira Galler
Maria do Perpétuo Socorro M. B. do Carmo
Marilda Gifalli
Mauro Ricardo Ivo
Melchíades Cunha Junior
Mirley Gonzales de Souza
Nanci da Silva Castro
Nelson Moraes
Paula Oliveira Cipriano Portela
Paulo Ikeda Júnior
Pedro Gonçalves
Priscila Hidaka Favaro
Raimundo José da Silva
Regina dos Santos
Rubens Afonso Beltrão Junior
Sandra Regina Codo
Silvana da Silva
Silvia Miguel
Soraya Conceição Mazzeo
Thalita Cristina Rodriguees Neves
Vera Lúcia Barbosa
Wania Maria Fernandes de Carvalho

Fontes de Pesquisa

Coleção de Relatórios do IEA 1986-2023

Coleção da Revista *Estudos Avançados*

Site do IEA (<http://www.iea.usp.br>)

Entrevistas

Antonio José da Costa Filho

Carlos Guilherme Mota

Elizabeth Balbachevsky

Gerhard Malnic

Glauco Arbix

Guilherme Ary Plonski

Jacques Marcovich

Jean Paul Metzger

José Goldemberg

Ligia Vizeu Barroso

Marcos Buckeridge

Maria de Fátima Costa Moreno

Maria Leonor Calazans

Maritta Koch-Weser

Martin Grossmann

Paulo Saldiva

Rafael Borsanelli

Roseli de Deus Lopes

Sergio Adorno

Umberto Cordani

Valtencir Zucolotto

Wanda Maria Risso Günther

Depoimento por escrito

Dario Luis Borelli • Eduardo Saron

Fernanda Cunha Rezende • Lucia Maciel Barbosa de Oliveira

Mauro Bellesa

CRÉDITOS DE IMAGENS

Acervo IEA-USP

páginas 27, 30, 31, 37, 44, 46 (alto), 53, 58, 71, 78, 81, 130 (abaixo), 183, 185, 217, 245, 257, 264, 265, 269, 274, 283, 285, 301, 314, 315, 316, 317 e 319.

Acervo IEA-USP / Créditos de fotógrafos:

Clara Borges: página 237.

Fernanda Rezende: página 235

Leonor Calasans: 211, 253, 256, 261, 287, 295, 296, 303, 309, 310, 311, 312, 337, 338 e 349.

Mauro Bellesa: páginas 35 (esq.), 63, 67, 73, 77, 89, 92, 99, 101, 104, 105, 112, 121, 128, 130 (alto e meio), 145, 150, 151, 155, 157, 165, 170, 172, 173, 174, 177, 181, 193, 197, 227 e 229.

Sandra Codo: páginas 218, 239, 243 e 249.

USP Imagens:

Cecília Bastos: páginas 214, 269 e 271.

Francisco Emolo: página 207.

Marcos Santos: páginas 215, 233, 259, 297 e 321.

Outros Acervos

Amélia Império Hamburger: página 39.

Arquivo Público do Estado de São Paulo: páginas 23, 38 e 46 (abaixo).

Biblioteca Digital Curt Nimuedaju: página 35 (dir.)

IHS-Taiwan: página 216.

Instituto de Física da USP: página 29.

Ufro/Chile: página 205.

Wikimedia Commons: página 113.

Notas

Capítulo 1

- 1 As informações de história do IEA foram extraídas da coleção de Relatórios do IEA e da revista *Estudos Avançados* (<<http://www.iea.usp.br/revista>>) e dos dados compilados no site <<http://www.iea.usp.br>>. Outras fontes, incluindo depoimentos, são indicadas nas notas de rodapé.
- 2 Depoimento de Carlos Guilherme Mota a este livro.
- 3 Nobre, Marcos. “A Filosofia da USP sob a Ditadura Militar”. *Novos Estudos Cebrap*, n.53, março 1999, p.137-50, p.145.
- 4 Adusp. *O controle Ideológico na USP (1964-1978)*. São Paulo: Adusp, 2004, p.47-49. Foram ainda incluídos erroneamente nesse decreto: Caio Prado Junior, que era livre-docente de Direito, mas não era professor da USP; Júlio Pruddles (demitido da Faculdade de Medicina, absolvido, mas não readmitido), Reynaldo Chiaverini e Luiz Rey, que já haviam sido demitidos da Faculdade de Medicina; Olga Baeta Henriques e Sebastião Baeta Henriques, que eram funcionários do Instituto Butantan; e Pedro Calil Padis, que era docente da FFCL de Araraquara e não da USP.
- 5 Adusp. *O controle Ideológico na USP (1964-1978)*, op.cit., 2004.
- 6 Presença de Alfredo Bosi – Parte 2 de 4, publicado 8.9.2021 09h16 – última modificação 8.9.2021.
- 7 *Revista Senhor* n.283, 19.8.1986, “USP. Avanço à Vista”.
- 8 Atuais Companhia Energética de São Paulo (Cesp), Companhia Piratininga de Força e Luz (CPFL), Eletropaulo e Comgás.
- 9 Depoimento de José Goldemberg a este livro.
- 10 Ibidem.
- 11 Saes, Alexandre M.; Saes, Flávio. *História da FEA-USP*. São Paulo, Narrativa Um, 2021, p.58, 59.
- 12 O Nupes transformou-se em Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas (NUPP) e o NUPP passou a integrar o IEA a partir de 2020.
- 13 Depoimento de José Goldemberg a este livro.
- 14 Mota, Carlos Guilherme. “Nem Princeton nem Maputo”. *Estudos Avançados*, v.2, n.3, 1988. O Instituto de Berlim referido é o Wissenschaftskolleg zu Berlin.
- 15 “IEA, o novo instituto da USP, começa com ciclo de conferências”. *O Estado de S. Paulo*, 10.8.1986.

- 16 Depoimento de José Goldemberg a este livro.
- 17 Padberg, Britta. "Sobre os Institutos de Estudos Avançados". *Estudos Avançados*, v.34, n.100, Set-Dez. 2020, p.370-2.
- 18 *Ibidem*, p.370-2.
- 19 Barros, Alberto Luiz da Rocha. "A Criação do IEA". *Revista Adusp*, dez. 1996, p.23.
- 20 *Ibidem*, p.23.
- 21 *Ibidem*, p.23.
- 22 Motoyama, Shozo. "O saber na sociedade. A Universidade de São Paulo em três tempos". In: Motoyama, S. (Org.) *USP 70 Anos. Imagens de uma história vivida*. São Paulo, Edusp, 2006, p.44-5.
- 23 Depoimento de Carlos Guilherme Mota a este livro.
- 24 Depoimento de Gerhard Malnic a este livro.
- 25 A segunda edição, de 2004, para evitar a associação da palavra "negro" a uma conotação negativa adotou o título *O controle Ideológico na USP (1964-1978)*.
- 26 Adusp. *O controle Ideológico na USP (1964-1978)*. São Paulo: Adusp, 2004, p.10.
- 27 *Ibidem*, p.62.
- 28 *Ibidem*, p.59.
- 29 Elias, Beatriz. "Documento comprova existência de representação do Dops na Reitoria da USP". In: Adusp. *O controle Ideológico na USP (1964-1978)*. São Paulo: Adusp, 2004, p.103.
- 30 *Ibidem*, p.105.
- 31 Adusp. *O controle Ideológico na USP (1964-1978)*, op. cit., 2004, p.90.
- 32 Depoimento de José Goldemberg a este livro.
- 33 Depoimento de Carlos Guilherme Mota a este livro.
- 34 Depoimento de José Goldemberg a este livro.
- 35 *Ibidem*.
- 36 Mota, Carlos Guilherme. "Nem Princeton nem Maputo", op. cit., 1988.
- 37 Celeste Filho, Macioniro. *A Reforma Universitária e a Universidade de São Paulo – década de 1960*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- 38 Sampaio, Helena. *Ensino Superior no Brasil: O setor privado*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2000, p.58-9.
- 39 Motoyama, Shozo (Org.) *USP 70 anos. Imagens de uma História Vivida*, op. cit., p.159-60.
- 40 *Ibidem*, p.40-1.
- 41 Depoimento de José Goldemberg a este livro.
- 42 Depoimento de Carlos Guilherme Mota a este livro.
- 43 Marcovitch, Jacques. "Estudos Avançados na Universidade". *Estudos Avançados*, v.25, n.73, 2011.
- 44 Chauí, Marilena. "Uma Visão Crítica". *Estudos Avançados*, v.8, n.22, 1994.
- 45 Mota, Carlos Guilherme. "Nem Princeton nem Maputo", op. cit., 1988.
- 46 Depoimento de Carlos Guilherme Mota a este livro.
- 47 *Ibidem*.
- 48 *Ibidem*.
- 49 *Ibidem*.
- 50 Lahuerta, Milton. "Intelectuais e Resistência Democrática". *Cadernos AEL*, n.14-15. IFCH, Unicamp, 2001.
- 51 *Ibidem*.

- 52 Nobre, Marcos. “A Filosofia da USP sob a Ditadura Militar”. *Novos Estudos Cebrap*, n.53, março 1999, p.137-50, p.144.
- 53 “Origens e perspectivas do IEA. Mesa-Redonda comemorativa dos cinco anos de fundação do IEA” – transcrição. 30.8.1991.
- 54 Ibidem.
- 55 Depoimento de Gerhard Malnic a este livro.
- 56 *Folha de S.Paulo*, 11.3.1987. “USP promove hoje ‘Jornada da África’”.
- 57 Santos, Boaventura de Sousa. *Estudos Avançados*, 1988.
- 58 Depoimento de Jacques Marcovitch a este livro.

Capítulo 2

- 1 Depoimento de Jacques Marcovitch para este livro
- 2 Ibidem.
- 3 “Origens e perspectivas do IEA. Mesa-Redonda comemorativa dos cinco anos de fundação do IEA” – transcrição. 30.8.1991.
- 4 Motoyama, Shozo (Org.). *USP 70 anos. Imagens de uma história vivida*, op. cit., p.285.
- 5 Depoimento de Jacques Marcovitch para este livro.
- 6 Marcovitch, Jacques. “As origens do Projeto Floram”. *Estudos Avançados*, v.4, n.9, p.7-14, 1990.
- 7 Depoimento de Jacques Marcovitch para este livro.
- 8 Marcovitch, Jacques. “Estudos Avançados na Universidade”. *Estudos Avançados*, v.25, n.73, 2011.
- 9 Depoimento de Mauro Bellesa concedido por escrito a este livro.
- 10 Ibidem.
- 11 Depoimento de Jacques Marcovitch para este livro.
- 12 *Jornal da USP*. Estudos Avançados Ano I, n.2 abril/89 – Suplemento Especial.
- 13 Depoimento de Jacques Marcovitch para este livro.
- 14 Motoyama, Shozo (Org.). *USP 70 anos. Imagens de uma história vivida*, op. cit., p.285.
- 15 Ibidem, p.287.
- 16 Depoimento de Jacques Marcovitch para este livro.
- 17 Ibidem.
- 18 Motoyama, Shozo (Org.). *USP 70 anos. Imagens de uma história vivida*, op. cit., p.285.
- 19 Depoimento de Jacques Marcovitch para este livro.
- 20 Depoimento de Maria de Fátima Costa Moreno a este livro.
- 21 Depoimento de Marisa Macedo Gomes Alves a este livro.
- 22 Marcovitch, Jacques. *Para mudar o futuro. Mudanças climáticas, políticas públicas e estratégias empresariais*. São Paulo: Edusp; Saraiva, 2006, p.39.
- 23 Coelho, Antonio S. Rensi et al. “Projeto Floram: Estratégias e Planos de Ação”. *Estudos Avançados*, v. 4, n.9, p.120-48, 1990.
- 24 Marcovitch, Jacques. “As origens do Projeto Floram”, *Estudos Avançados*, op. cit.
- 25 Ibidem.
- 26 Ibidem.
- 27 IEA/Documentos Série Ciências Ambientais, I, II e III – Projeto Floram: Primeira Aproximação.
- 28 Depoimento de Jacques Marcovitch a este livro.
- 29 Revista *Estudos Avançados*, n.14, janeiro/abril 1992. Também Carta da Educação e Carta da Ciência e Tecnologia.

- 30 “Fórum Capital/Trabalho: conclusões e recomendações”. *Estudos Avançados*, v.6, n.14, p.195-206, 1992.
- 31 Depoimento de Jacques Marcovitch a este livro.
- 32 “Carta Ciência e Tecnologia”. *Estudos Avançados*, v.6, n.14, p.213-16, 1992.
- 33 “Carta Educação”. *Estudos Avançados*, v.6, n.14, p.207-12, 1992.
- 34 Depoimento de Jacques Marcovitch a este livro.
- 35 Marcos ambientais: Linha do tempo dos 75 anos da ONU | Pnuma.
- 36 Depoimento de Jacques Marcovitch a este livro.
- 37 Depoimento de Umberto Cordani a este livro.

Capítulo 3

- 1 Depoimento de Umberto Cordani a este livro. Este capítulo baseia suas informações nos Relatórios.
- 2 Depoimento de Valtencir Zuccolotto a este livro.
- 3 Ibidem.
- 4 Depoimento de Carlos Guilherme Mota a este livro.
- 5 Ibidem.
- 6 “Presença de Alfredo Bosi”, evento organizado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e Instituto de Estudos Avançados da USP, dias 24, 25 e 26/8/2021, publicado em 8.9.2021.
- 7 Depoimento de Umberto Cordani a este livro.
- 8 Documentos, A Nova Direção do IEA, Umberto G. Cordani, v.8, n.21, 1994.
- 9 Depoimento de Umberto Cordani a este livro.
- 10 *Estudos Avançados*, v.11, n.29, abril 1997.
- 11 Ibidem.
- 12 “Criação e implantação da Cátedra Unesco-USP”, Flávio Fava de Moraes.
- 13 Dossiê Direitos Humanos, *Estudos Avançados*, v.11, n.30, agosto 1997.
- 14 Depoimento de Umberto Cordani a este livro.
- 15 Cordani, Umberto G.; Marcovitch, Jacques; Salati, Eneas. “Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92”. *Estudos Avançados*, v.11, n.30, p.399-408, 1997.
- 16 Depoimento de Umberto Cordani a este livro.
- 17 Cordani, Umberto G. “A Ciência Aplicada e o Progresso Social”. *Estudos Avançados*, v.8, n.20, abril 1994.
- 18 *Estudos Avançados*, v.8, n.20, abril 1994.
- 19 Cordani, Umberto G. et al. “Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92”, op. cit., p.399-408.
- 20 Marcovitch, Jacques. *Para mudar o futuro. Mudanças climáticas, políticas públicas e estratégias empresariais*. São Paulo: Edusp; Saraiva, 2006.
- 21 Ibidem.
- 22 Cordani, Umberto G.; Marcovitch, Jacques; Salati, Eneas. *Rio 92. Cinco anos depois*. São Paulo: Academia Brasileira de Ciências; IEA; CNPq; FIBDS, 1997.
- 23 Ibidem.
- 24 Depoimento de Umberto Cordani a este livro.
- 25 Publicado em Suplicy, Eduardo (Ed.) *Programa de garantia de renda mínima*. Brasília: Senado Federal, 1992, 275p; e Suplicy, Eduardo M.; Buarque, Cristovam. “A guaranteed minimum income to eradicate poverty and help poor children go to school

- instead of being forced to work The Brazilian debate and experience”. Paper presented at Bien’s 6th Congress, Vienna, 12-14 Sept. 1996.
- 26 Depoimento de Umberto Cordani a este livro.
 - 27 “Presença de Alfredo Bosi” - Parte 2 de 4 – por Sergio R. V. Bernardo – publicado em 8.9.2021.
 - 28 Ibidem.
 - 29 *Estudos Avançados*, v.25, n.73, p.131, 2011.
 - 30 “Jacques Marcovitch”. Depoimento em Motoyama, Shozo, p. 287.
 - 31 Marcovitch, Jacques. “Estudos Avançados na Universidade”. *Estudos Avançados*, v.25, n.73, 2011.
 - 32 Informativo do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, ano X, n.50, março/abril 1998. “A Defesa do ensino superior público”.
 - 33 Alfredo Bosi, “Editorial”, *Estudos Avançados*, v.8, n.22, 1994.
 - 34 *Informativo IEA*, ano XIII, n.63, maio-junho 2001.
 - 35 Coelho, Rony. “O processo de descentralização intramunicipal em São Paulo”. *Rev. de Sociol. Polít.*, v.28, n.75, ed.01, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/wegKJFYnJktTwbBd3tSwv5L/?lang=pt&format=pdf>>.
 - 36 Ibidem.
 - 37 Informações fornecidas por Mauro Bellesa a este livro.
 - 38 *Informativo do IEA*, ano XIII, n.63, maio-junho 2001.
 - 39 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/So102-88392002000400007>>.

Capítulo 4

- 1 Steiner, João E.; Malnic, Gerhard. *Ensino Superior: conceito & dinâmica*. São Paulo: Edusp; IEA, 2006.
- 2 Alfredo Bosi, no texto de orelha de: Steiner, João E.; Malnic, Gerhard. *Ensino Superior: conceito & dinâmica*, op. cit.
- 3 Depoimento de Gerhard Malnic a este livro; o professor Malnic faleceu durante a produção do livro, pouco tempo após ter dado o seu valioso depoimento.
- 4 Disponível em: <https://tvcultura.com.br/videos/35289_vida-de-cientista-gerhard-malnic-pgm-09.html>.
- 5 Disponível em: <<https://wv3.icb.usp.br/gerhard-malnic/>>.
- 6 Marques, Flávio. “Gerhard Malnic: O artesão do laboratório”, *Pesquisa Fapesp*, 172, jun. 2010. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/gerhard-malnic-o-artes%C3%A3o-do-laborat%C3%B3rio/>>.
- 7 Depois de deixar a direção do IEA, coordenou o projeto Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Astrofísica (2009-2016) e a implantação do Sistema Paulista de Parques Tecnológicos e desde 2014, coordenava pela Faspep a participação brasileira do projeto para construção do Telescópio Gigante de Magalhães, no Observatório Las Campanas, no Chile. Ao falecer, era membro do Conselho de Administração do CNPEM, membro da Academia Brasileira de Ciências, da Academia de Ciências do Estado de São Paulo, da Academia de Ciências dos Países em Desenvolvimento (TWAS) e membro honorário da American Astronomical Society. Até antes de sua morte, Steiner integrava o Conselho Editorial da Estudos Avançados.
- 8 *IEA. Relatório de Gestão 2002-2003*.
- 9 *IEA. Relatório de Gestão 2004-2007*.
- 10 Evento no IEA em memória de João E. Steiner.

- 11 Malnic, Gerhard, “O futuro da Universidade Pública”, em Steiner, João E.; Malnic, Gerhard. *Ensino Superior: conceito & dinâmica*, op. cit., p.303-8.
- 12 Steiner, João E. “Diferenciação e classificação das instituições de Ensino Superior no Brasil”, em Steiner, João E.; Malnic, Gerhard. *Ensino Superior: conceito & dinâmica*, op. cit., p.327-56.
- 13 Chaimovich, Hernan. “Os desafios do Ensino Superior”, em Steiner, João E.; Malnic, Gerhard, *Ensino Superior: conceito & dinâmica*, op. cit., p.13.
- 14 Ibidem, p.12.
- 15 Evento em homenagem a Alfredo Bosi.
- 16 Estudos Avançados, v.21, n.61, 2007.
- 17 Ibidem.
- 18 Depoimento de Gerhard Malnic a este livro e depoimento para o projeto de 25 anos do IEA, 21.10.2010.
- 19 Depoimento de Maria Leonor Calazans a este livro.
- 20 IEA. Relatório de Gestão 2002-2003 e IEA. Relatório de Gestão 2004-2007.
- 21 Depoimento de Gerhard Malnic a este livro e depoimento para o projeto de 25 anos do IEA, 21.10.2010.
- 22 Disponível em: <<https://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2004-07-24/brasil-em-3-tempos-breve-historia-do-planejamento-brasileiro>>.
- 23 Disponível em: <<https://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2004-07-24/brasil-em-3-tempos-breve-historia-do-planejamento-brasileiro>>.
- 24 Polesi, Alexandre. “Cenários para o Brasil no futuro”. *Estudos Avançados*, v.20, n.56, p.7, 2006.
- 25 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/imprensa/boletim-iea/boletim-iea-36>>.
- 26 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/imprensa/boletim-iea/boletim-iea-25>>.

Capítulo 5

- 1 *Relatório IEA 2008-2011 – Gestão Prof. Dr. César Ades*. IEA-USP, 2012.
- 2 Depoimento a Shozo Motoyama em 7.7.2011.
- 3 Sabadini, A. A. Z. P. “César Ades”, *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.33 (núm. esp.), p.4-13, 2013.
- 4 Ibidem.
- 5 Marcovitch, Jacques. “Estudos Avançados na Universidade”. *Estudos Avançados*, v.25, n.73, 2011.
- 6 Os Núcleos de Apoio à Pesquisa foram criados em 1990 para promover maior integração entre as unidades USP e diversas áreas do conhecimento, reforçando trabalhos de pesquisa conjuntos, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade.
- 7 Depoimento a Shozo Motoyama em 7.7.2011.
- 8 *FEA 75 Anos*. São Paulo, Narrativa Um, 2022, p.106.
- 9 Ibidem.
- 10 Ibidem, p.108-9.
- 11 Depoimento a Shozo Motoyama em 7.7.2011.
- 12 Ibidem.
- 13 Ades, César. “O IEA da USP: engajamentos”, *Relatório IEA 2008-2011 – Gestão Prof. Dr. César Ades*. IEA-USP, 2012.

- 14 Ibidem.
- 15 Depoimento a Shozo Motoyama em 7.7.2011.
- 16 Ades, César. “O IEA da USP: engajamentos”, *Relatório IEA 2008-2011*, op. cit.
- 17 Ibidem.
- 18 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/lancamentolivropolinizadores.html>>.
- 19 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/a-economia-solidaria-como-alternativa-segundo-paul-singer>>.
- 20 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/imprensa/boletim-iea/boletim-do-iea-2014-149>>.
- 21 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/a-desconfianca-das-instituicoes-publicas-e-seus-efeitos-na-democracia>>.
- 22 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/conferencia-de-paulo-markun-sobre-vladimir-herzog-abre-ciclo-sobre-jornalismo-e-direitos-humanos>>.
- 23 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/grupos-pesquisa/dialogos-interculturais/projeto>>.
- 24 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/reitora-e-ex-reitores-debatem-o-futuro-da-usp>>.
- 25 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/debate-reune-autores-do-manifesto-a-usp-precisa-mudar>>.
- 26 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/debate-reune-autores-do-manifesto-a-usp-precisa-mudar>>.
- 27 Ades, César. “O IEA da USP: engajamentos”, *Relatório IEA 2008-2011*, op. cit.
- 28 Disponível em: <<https://premioCésarades.cfp.org.br/quem-foi-César-ades/>>.
- 29 Ades, César. “O IEA da USP: engajamentos”, *Relatório IEA 2008-2011*, op. cit.

Capítulo 6

- 1 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/en/news/mooc-time>>.
- 2 Intercontinental Academia launches online course on “Time” — en (usp.br).
- 3 *IEA Relatório 2012* e *IEA Relatório 2013*. Optou-se por utilizar os nomes dos diversos institutos em inglês, conforme a nomenclatura oficial da Ubias, em <<http://www.ubias.net/network-participants>>.
- 4 Depoimento de Martin Grossmann a este livro.
- 5 *IEA Relatório 2012*.
- 6 *IEA Relatório 2012*.
- 7 *IEA Relatório 2012*, *IEA Relatório 2013*, *IEA Relatório 2014* e *IEA Relatório 2016*.
- 8 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/quem-somos/memoria-institucional/meta-curadorias>>.
- 9 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/quem-somos/memoria-institucional/sala-verde>>.
- 10 Depoimento de Martin Grossmann a este livro.
- 11 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/projetos-institucionais/grupo-de-analise-da-conjuntura-institucional>>.
- 12 *IEA Relatório 2013*.
- 13 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/projetos-institucionais/grupo-de-analise-da-conjuntura-institucional>>.
- 14 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/laboratorios/sociedades-contemporaneas/uti-brasil>>.

- 15 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/laboratorios/sociedades-contemporaneas/a-fantasmagoria-da-derrota>>.
- 16 Depoimento de Rafael Borsanelli a este livro.
- 17 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/um-olhar-interdisciplinar-sobre-a-seca-em-sao-paulo>>.
- 18 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/grupos-antiores/humanidades-e-mundo-contemporaneo/humanidades-e-mundo-contemporaneo-1>>.
- 19 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/programa-ano-sabatico>>.
- 20 Depoimento por escrito de Lucia Maciel Barbosa de Oliveira a este livro.
- 21 Depoimento por escrito de Eduardo Saron a este livro, 2023.
- 22 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/lancamento-colecao-livros-cosacc>>.
- 23 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/grupos-pesquisa/qualidade-da-democracia>>.
- 24 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/grupos-pesquisa/qualidade-da-democracia>>.
- 25 Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pesquisa/catedras-e-convenios/catedra-unesco-direitos-humanos/projeto/cartografia-de-direitos-humanos-de-sao-paulo/copy_of_cartografia-dos-direitos-humanos-em-sao-paulo>.
- 26 Disponível em: <www.iea.usp.br/noticias/iea-lanca-documentario-inedito-sobre-a-luta-pelos-direitos-humanos>.
- 27 Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pesquisa/catedras-e-convenios/catedra-unesco-direitos-humanos/projeto/cartografia-de-direitos-humanos-de-sao-paulo/copy_of_cartografia-dos-direitos-humanos-em-sao-paulo>.
- 28 Depoimento do prof. Sergio Adorno a este livro.
- 29 Cietec é o nome da incubadora cocriada pela USP, IPEN e IPT no final da década de 1990; localiza-se na Cidade Universitária e é a maior incubadora de empresas do país.
- 30 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/grupo-lanca-livro-sobre-temas-da-rio-20>>.
- 31 Depoimento por escrito de Fernanda Cunha Rezende para este livro.
- 32 *IEA Relatório 2014*.
- 33 Depoimento de Martin Grossmann a este livro.
- 34 Depoimento de Rafael Borsanelli a este livro.
- 35 Ibidem.
- 36 Ibidem.

Capítulo 7

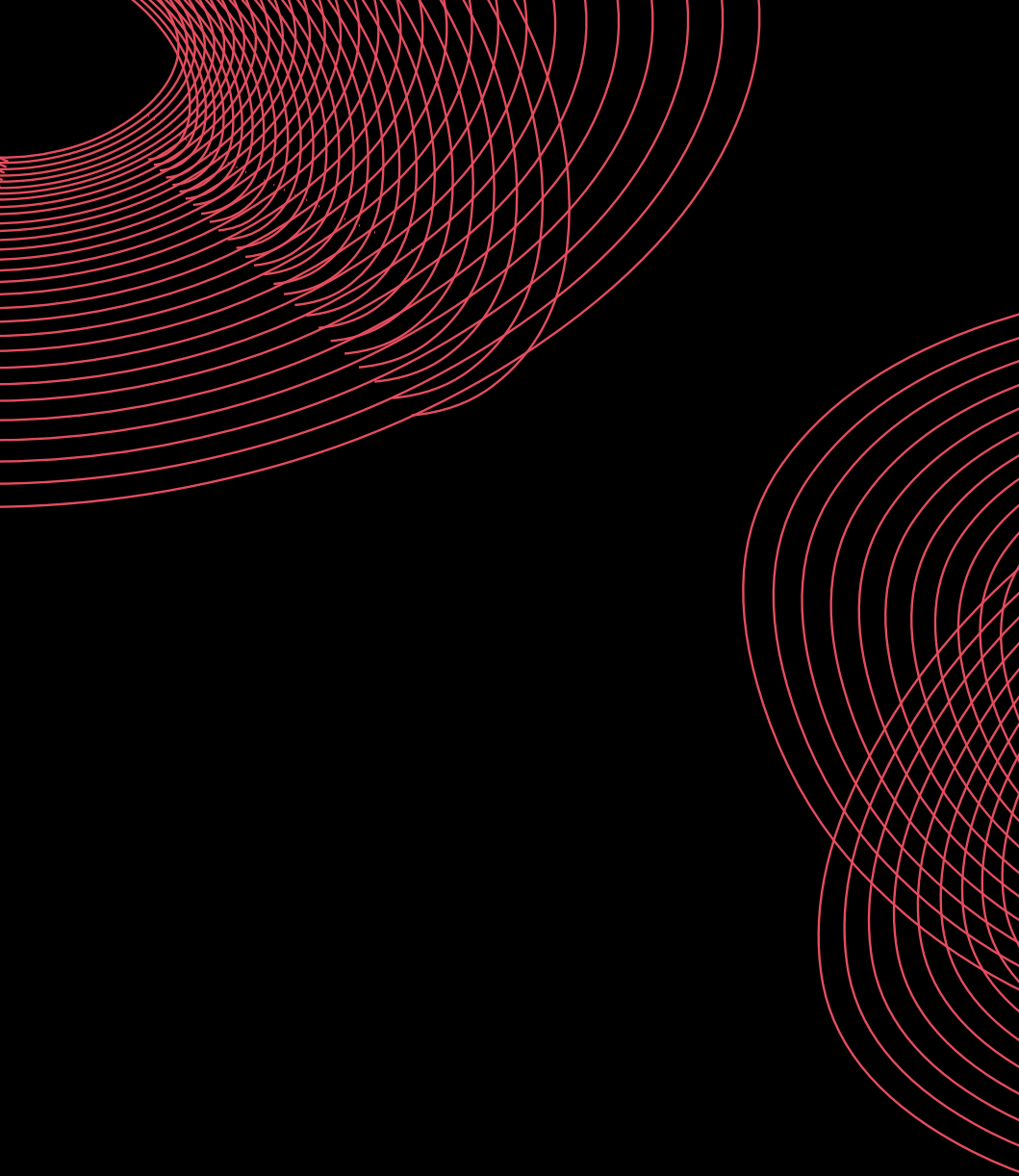
- 1 Depoimento de Paulo Saldiva a este livro.
- 2 Ibidem.
- 3 Depoimento de Guilherme Ary Plonski a este livro.
- 4 Depoimento de Marcos Buckeridge a este livro.
- 5 Depoimento de Paulo Saldiva a este livro.
- 6 IEA lança “Guia para Cidades Sustentáveis - Eleições 2020” — Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (usp.br/).
- 7 Ibidem.
- 8 Depoimento de Wanda Maria Risso Günther a este livro.
- 9 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/polos/ribeirao-preto/catedra-sergio-henrique-ferreira>>.

- 10 Depoimento de Antonio Jose da Costa Filho a este livro.
- 11 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/catedras-e-convenios/catedra-de-educacao-basica/a-catedra>>.
- 12 Depoimento por escrito de Eduardo Saron a este livro, 2023.
- 13 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/catedras-e-convenios/catedra-de-educacao-basica>>.
- 14 Depoimento de Rafael Borsanelli a este livro.
- 15 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/reuniao-ex-ministros-de-meio-ambiente>>.
- 16 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/reuniao-ex-ministros-de-meio-ambiente>>.
- 17 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/ex-ministros-da-educacao-divulgam-nota>>.
- 18 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/documentos/nota-ex-ministros-educacao>>.
- 19 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/manifesto-ex-ministros-da-cultura>>.
- 20 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/manifesto-ex-ministros-da-cultura>>.
- 21 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/eventos/lancet-countdown-2021>>.
- 22 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/rede-iea/climatologista-carlos-nobre-participa-de-audiencia-sobre-a-influencia-humana-no-aquecimento-global>>.
- 23 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/projetos-institucionais/a-usp-diante-dos-desafios-do-seculo-21>>.
- 24 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/usp-proposta-de-agenda-para-o-futuro>>.
- 25 Depoimento de Antonio Jose da Costa Filho a este livro.
- 26 Ibidem.
- 27 Ibidem.
- 28 Depoimento de Valtencir Zucolotto a este livro.
- 29 Cátedra Unesco para Sustentabilidade do Oceano — Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (usp.br).
- 30 Depoimento de Sergio Adorno a este livro.
- 31 Depoimento por escrito de Fernanda Cunha Rezende a este livro.
- 32 Depoimento por escrito de Dario Luis Borelli a este livro.
- 33 Texto de Dario Luis Borelli, 25.8.2021.
- 34 Depoimento de Paulo Saldiva a este livro.
- 35 Depoimento por escrito de Fernanda Cunha Rezende a este livro.
- 36 Depoimento por escrito de Mauro Bellesa a este livro.

Capítulo 8

- 1 *Relatório IEA, 2020.*
- 2 Depoimento de Guilherme Ary Plonski a este livro.
- 3 <www.iea.usp.br>.
- 4 Depoimento por escrito de Eduardo Saron a este livro, 2023.
- 5 Depoimento de Elizabeth Balbachevsky a este livro.
- 6 Depoimento de Wanda Maria Risso Günther a este livro.
- 7 Depoimento de Maritta Koch-Weser a este livro.
- 8 Depoimento de Ligia Vizeu Barroso a este livro.

- 9 Guimarães, Luisa Veras de Sandes. *Os desafios da sociedade não têm fronteiras: Impacto da pesquisa acadêmica interdisciplinar em políticas públicas*. São Paulo, 2020. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo.
- 10 Ibidem,
- 11 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/biota-sintese-propoe-pensar-politicas-publicas-por-meio-de-solucoes-baseadas-na-natureza>>.
- 12 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/biota-sintese-propoe-pensar-politicas-publicas-por-meio-de-solucoes-baseadas-na-natureza>>.
- 13 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/fapesp-aprova-projeto-biota-sintese-com-sede-no-iea>>.
- 14 Depoimento de Jean Paul Metzger a este livro.
- 15 Ibidem.
- 16 Ibidem.
- 17 Depoimento de Glauco Arbix a este livro.
- 18 Cátedra Instituto Ayrton Senna discutirá o papel da avaliação na educação brasileira — Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (usp.br).
- 19 Nova cátedra quer mostrar a integrantes do cenário educacional a importância das avaliações — Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (usp.br).
- 20 Chamada Pública para Acolhimento de Cocriadores do projeto Licenciatura Interdisciplinar em Ciências (LIC) — Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (usp.br).
- 21 Depoimento de Roseli de Deus Lopes a este livro.
- 22 Depoimento de Guilherme Ary Plonski a este livro.
- 23 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/conferencia-marcos-prado-truyjo>>.
- 24 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/eixos-tematicos-da-usp-para-contribuir-com-a-formulacao-de-politicas-publicas>>.
- 25 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/eventos/posse-conceicao-evaristo>>.
- 26 FEA 75 Anos. S.P., Narrativa Um, 2022, p.106.
- 27 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/eventos/posse-conceicao-evaristo>>.
- 28 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/eventos/posse-conceicao-evaristo>>.
- 29 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/grupos-de-estudo/gema-filantropia>>.
- 30 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/grupos-de-estudo/gema-filantropia>>.
- 31 A lista completa de professores sêniores está disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/professores-seniores>>.
- 32 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/livro-simbioses>>.
- 33 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/plataforma-uai>>.
- 34 Padberg, Britta. Sobre os Institutos de Estudos Avançados. *Estudos Avançados*, v.34, n.100, p.379, set.-dez.20.
- 35 Ibidem, p.389.
- 36 Ibidem, p.377.



Apoio

egi.br

Comitê Gestor da
Internet no Brasil

